



Intercâmbios Historiográficos Brasil/Argentina: Séculos XIX-XXI

**Antônio Fernando de Araújo Sá
Agostina Razzetti Koller**
(organizadores)



Criação Editora





Intercâmbios Historiográficos Brasil/Argentina: Séculos XIX-XXI

**Antônio Fernando de Araújo Sá
Agostina Razzetti Koller
(organizadores)**



Criação Editora
Aracaju | 2025

Copyright 2025 Antônio Fernando de Araújo Sá/Agostina Razzetti Koller

Direitos Reservados desta edição à Editora Criação

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, com finalidade de comercialização ou aproveitamento de lucros ou vantagens, com observância da Lei de Regência. Poderá ser reproduzido texto, entre aspas, desde que haja expressa marcação do nome do autor, título da obra, editora, edição e paginação. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Capa: Adilma Menezes

Revisão: Antônio Ponciano Bezerra

Projeto gráfico: Adilma Menezes

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Isadora Pelosi CRB-8/11448

I61 Intercâmbios Historiográficos Brasil/Argentina:
Séculos XIX-XXI / Organizadores: Antônio Fernando
de Araújo Sá; Agostina Razzetti Koller. – Aracaju:
Criação Editora, 2025.

270 p.

ISBN: 978-85-8413-705-3

1. Historiografia. 2. Argentina. 3. Brasil. 4. Políticas
Públicas. I. Sá, Antônio Fernando de Araújo (org.) II.
Koller, Agostina Razzetti (org.). III. Título

CDU 93(8)

Os historiadores que participavam anteontem tão activamente na elaboração de uma genealogia do nacional, e ontem numa genealogia do social, sabem, portanto, hoje, que a sua disciplina em mutação não desafia impunemente o estudo, tão complexo, mas tão urgente, da memória colectiva.

RIOUX, Jean-Pierre. A Memória Coletiva. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (direção). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 334.

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	9
Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias	

APRESENTAÇÃO.....	13
-------------------	----

PARTE 1 HISTORIOGRAFIAS	21
--------------------------------------	----

Do pensamento conservador à escola do Recife: Elementos para o itinerário de uma apropriação histórica	23
Aruanã Antonio dos Passos	

Vestígios Libertários: Repensando a historiografia sobre o anarquismo na Primeira República em Sergipe	51
Gabriella Maria Santos Oliveira	

Minha formação como historiador	75
Ivan Alves Filho	

Jacinto Oddone, historia al servicio de la identidad partidaria	99
Alex Emmanuel Ratto	

PARTE 2 ARQUIVOS, GÊNERO, IMAGENS

Transbordar o arquivo: Notas sobre passados incômodos entre mundos de arquivos argentinos	121
Vagner Silva Ramos Filho	

Lo que deben saber las jóvenes de Mary Wood-Allen. Miradas generizadas y sexualidad según los manuales de la Biblioteca Científica de Claridad. Buenos Aires-Argentina (1924-1941) 143

María Luisa Múgica

Tras el lente de un viajero. Pierre Verger: la utopía
Campesina en Brasil y México (1937 a 1960)173

Juan Camilo Riobó Rodríguez

PARTE 3 ENTRE DITADURAS: ARGENTINA/BRASIL193

Estudio sobre las representaciones y conmemoraciones de la
Masacre de Trelew en Rosario y la región
(agosto de 1972 - agosto de 1973)195

Agostina Razzetti Koller

“Que a dor não me seja indiferente”: Mercedes Sosa sob
vigilância da ditadura civil-militar no Brasil (1973-1984) 223

Anderson da Silva Almeida

Narrativas biográficas, memória coletiva e história oral:
considerações sobre a trajetória política do poeta Mário
Jorge de Menezes Vieira251

Maria Vitória Santos Fontes

PREFÁCIO

Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História

Universidade Federal de Sergipe

As histórias da Argentina e do Brasil, quando comparadas, revelam semelhanças notáveis, as quais traduzem a trajetória de nações periféricas no concerto mundial, assim como as tentativas de superação do estado de subdesenvolvimento e os obstáculos e retrocessos enfrentados nesse processo. Em meados dos anos 2020, porém, os países parecem ocupar polos opostos do espectro político: enquanto o neoliberalismo mais radical fustiga os direitos sociais da população argentina, o Brasil retorna a um programa de garantias sociais mínimas que promove a redução da miséria e devolve perspectivas de trabalho aos brasileiros.

Sob as diferenças, permanece um ponto comum: a dificuldade de escapar do consenso liberal que há décadas orienta as principais decisões econômicas. Tanto na Argentina, quanto no Brasil, concebe-se uma posição privilegiada para a iniciativa privada, enquanto o Estado tem suas funções de coordenação e organização das forças econômicas e sociais cada vez mais limitadas. Tanto lá quanto cá, a perspectiva recorrente é de contenção de investimentos governamentais, rigidez fiscal e compressão dos gastos sociais. Tudo isso ocorre em um momento em que o consenso liberal consolidado nos anos 1990 já demonstrou, clara e reconhecidamente, sua incapacidade de gerar crescimento sustentado, distribuir renda e promover inclusão, além de responder aos graves desafios colocados pelas mudanças climáticas. Em contraste, nações que preservaram ou apostaram na capacidade de intervenção pública como alternativa para

o planejamento e organização futuro vêm registrando melhores desempenhos em crescimento do emprego e renda, além de expansão produtiva e científica.

Nesse contexto, o atual governo brasileiro, comandado pelo Partido dos Trabalhadores, tenta funcionar como um anteparo político às tendências mais agressivas do neoliberalismo. As agências de fomento de pesquisa voltaram a respirar, embora ainda operem com recursos insuficientes e distantes dos níveis anteriores a 2016 – uma distância difícil de ser vencida considerando as limitações de um anacrônico teto de gastos, ora chamado arcabouço fiscal. Além da escassez, há certa improvisação na aplicação dos reduzidos recursos disponíveis, frequentemente levando a programas de execução imediata e sem tempo de amadurecimento. Quase sempre, a execução de projetos fica a cargo do sistema nacional de pós-graduação, que na rede federal de ensino funciona de forma voluntária, agregando mais trabalho e funções aos docentes das universidades e institutos federais. Ainda assim, o reforço do investimento é bem-vindo, e a aposta em iniciativas de cooperação Sul-Sul se mostra essencial para fortalecer conexões e estimular a troca de experiências entre países periféricos, objetivando a construção de perspectivas compartilhadas e soluções conjuntas.

Nesse quadro amplo que se insere o Programa Move La América, responsável por promover o intercâmbio de pesquisadores pós-graduandos da América Latina e Caribe em universidades brasileiras. A iniciativa tem levado diversidade cultural, ampliado a circulação de conhecimento e aberto janelas para a troca de experiências, o reconhecimento da alteridade e o diálogo construtivo. O Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS/UFS) integrou essa iniciativa e recebeu, entre junho e agosto de 2025, a professora Agostina Razzetti Koller, da Universidade de Rosário, sob a supervisão do prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá, coordenador do Move La América no PROHIS. Durante sua estadia, Agostina Koller cursou seminários, ofereceu palestras e

tomou lugar em eventos que apresentaram aos estudantes sergipanos a História da Argentina e os desafios contemporâneos daquele país. Sua presença ajudou a consolidar uma ponte entre o PROHIS/UFS e a Universidade Nacional de Rosário, parceria que ganha forma agora com a publicação desta obra, reunindo pesquisadores dos dois países.

O livro que ora se apresenta é um dos frutos da passagem de Agostina Koller pelo PROHIS e contou com financiamento do Move La América. Com autores em diferentes estágios da vida acadêmica, trazendo contribuições originais e recentes de seus campos de pesquisa, o livro simboliza a oportunidade de interlocução e a esperança de estreitamento de laços entre Argentina e Brasil possibilitados pelo programa. Mais além, o livro dá destaque a pesquisadores da região nordeste do Brasil e incorpora autores de outros países sul-americanos. Sua consecução evidencia um ambiente de pesquisa vivo e engajado, que depende do contínuo estímulo das políticas públicas. No campo da História, em particular, a obra reforça uma convicção essencial: o estudo do passado é inescapável para a construção de projetos para o futuro. E hoje, Brasil e Argentina precisam urgentemente de construir projetos para o futuro.

APRESENTAÇÃO

Este livro coletivo, *Intercâmbios historiográficos Brasil/Argentina: séculos XIX-XXI* busca trazer pesquisas relevantes para conhecermos os problemas historiográficos mais candentes, na contemporaneidade de ambos os países. Mesclando autores, já consagrados, com jovens pesquisadores, os distintos percursos da historiografia da América do Sul revelam, na decodificação dos textos historiográficos, enquanto discursos ideológicos, as linhas interpretativas, as formas de pensamento, as estruturas internas e a inserção, desses textos, nos confrontos com outras áreas culturais, configurando as visões de mundo, por meio das quais estabelecemos os nexos com os movimentos da sociedade (Novais, 1986, p. 10).

As produções vinculadas aos cursos de pós-graduação, na área das ciências humanas e sociais (dissertações de mestrado e teses de doutorado), demonstram a vitalidade teórica e metodológica, no trato de temas como história da historiografia, arquivos, memória das ditaduras, realçando a importância das universidades públicas, na construção coletiva do conhecimento, em ambas as nações. Já temos uma variada bibliografia que trata, comparativamente, as experiências históricas entre Brasil e Argentina, especialmente, com relação as ditaduras militares, do Cone Sul. De um modo geral, essas publicações estabelecem comparações históricas, a partir dos grandes centros urbanos, localizados nos eixos Rio de Janeiro-São Paulo e Buenos Aires, deixando de lado uma produção à margem de pesquisas em locais não hegemônicos que possibilitam refinar e ampliar as perspectivas dos intercâmbios historiográficos.

Nesta perspectiva, este livro é um esforço coletivo de colocar, na mesa de discussão, as afinidades e influências recíprocas entre as historiografias brasileira e argentina, levando em consideração a troca de experiências, entre a Universidade Federal de Sergipe e

a Universidad Nacional de Rosario, indo além de um ensaio de uma história comparada. Sem desconsiderar que a história comparada, desde Marc Bloch, é uma das grandes promessas da historiografia ocidental, optamos pela historiografia plural das margens, aglutinada, em duas partes, que se interpenetram, discursivamente, com pesquisadores de diferentes regiões de ambos os países, discutindo temas relacionados à historiografia, a arquivos, memórias, mas, também, aos traumas da história do tempo presente, quando a batalha de memórias das ditaduras do Cone Sul, estabelecida entre atores estatais e sociais, disputam o sentido e a interpretação da violência e a repressão estatal (Jelin, 2009, p. 117).

Na passagem do século XX para o XXI, a emergência da memória, como uma das preocupações centrais da cultura e da política, nas sociedades ocidentais, deslocou o foco dos futuros presentes, típico da cultura modernista, para os passados presentes, trazendo consigo mudanças, na experiência e na sensibilidade do tempo (HUYSEN, 2000, p. 9). A interpelação da memória à história propiciou um alargamento de “nossa noção de tempo histórico que, desde então, não pode mais ser vinculada a uma visão progressista da história ou a um modo de representação temporal que se traduzia pela compreensão do passado como o outro, o estranho” (Avelar, 2020, p. 210).

Ante a esse desejo de memória, os historiadores se viram, assim, instigados a renunciar à sua suposta neutralidade e colocar seu ofício a serviço da justiça, deixando de lado o terreno tranquilo da memória partilhada para “se movimentar sobre o terreno infinitamente mais difícil da memória contestada” (AYMARD, 2003, p. 15). Talvez seja esse o motivo de que, “em uma época de crise das grandes narrativas e teorias”, a memória tenha se transformado “em um dos bastiões da ética”. Como apontou Márcio Seligman-Silva, pensamos “hoje na necessidade de fazer uma *virada mnemônica ética* nas encenações de nossa memória” para plasmarmos uma sociedade melhor (Seligman-Silva, 2022, p. 16 – grifo do autor).

Na primeira parte, *Historiografias*, Aruanã Antonio dos Passos (UTFPR) escreve sobre a apropriação por parte de pensadores brasileiros, como Miguel Reale, Antônio Paim e Paulo Mercadante, que mantiveram acesa a chama tobiática, na cultura brasileira, sob um viés conservador. O capítulo traça uma elucidativa trajetória intelectual de Tobias Barreto, lastreado por uma leitura potente dos seus principais textos, com a proposta de trazer a ideia de cultura como elemento fundante da efervescência da aurora republicana, cuja inspiração germânica servia para questionar o pensamento francês dominante, na intelectualidade brasileira.

Em uma inovadora revisão da historiografia sergipana, Gabriella Maria Santos Oliveira (Universidade Federal de Sergipe) destaca a presença do anarquismo, no movimento operário local, com ênfase na circulação de ideias libertárias na imprensa sergipana. Apesar da predominância da social-democracia, na composição do movimento operário sergipano, havia também a influência de socialistas e anarquistas, revelando uma pluralidade ideológica. Na maioria dos estudos, a presença anarquista é preterida e, quando o faz, é de forma reduzida, apagando e invisibilizando sua presença, sem identificar a presença de intelectuais vinculados ao ideal libertário, nos jornais de Sergipe, como nos livros de Ibarê Dantas (2016) e Frederico Romão (2000). À exceção é o trabalho de Alessandro Ribeiro (2011), que reconhece a presença de intelectuais próximos ao ideal anarquista, como Efren Lima e João Pereira Barreto, que difundiram, cada um a seu modo, as diversas tendências libertárias, em Sergipe. Reconhecer a atuação desses intelectuais permite compreender que as ideias libertárias também fizeram parte da luta política, em Sergipe, e que a militância na imprensa representou um ato de resistência diante de um contexto conservador e de repressão as ideias anarquistas.

Os dois capítulos seguintes trazem relevantes reflexões sobre a tensão entre a história militante e a historiografia profissional e acadêmica. No texto de Ivan Alves Filho (Brasil), o seu processo de for-

mação de historiador revela a junção do historiador com o cidadão, militante político, em busca da união entre teoria e prática, isto é, a práxis. Além da produção historiográfica, o texto relata a sua longa experiência jornalística, exercida em diversos órgãos da imprensa nacional e internacional.

Suas pesquisas se voltam para as principais características da formação nacional brasileira, do período pré-colonial à realidade atual, marcada por um número considerável de contradições sociais. Sob essa ótica, tento entender não só os nossos impasses estruturais, como também a singularidade da nossa cultura, feita de entrelaçamentos, os mais diversos. Assim, atuando em vários campos da História, do mundo do trabalho às lutas sociais e políticas e destas à vida cultural, ele busca a História total, no sentido defendido por Eric Hobsbawm, em sua visão integradora, estrutural.

Alex Emmanuel Ratto (Universidad Nacional de Rosario), disserta sobre o livro *História do Socialismo Argentino 1896-1911* (1934), que resumia a história do socialismo na Argentina. Sua obra se enquadra na categoria de historiografia militante, cujo objetivo primordial de construir e reforçar uma identidade partidária coletiva. Em sua análise historiográfica, Ratto busca mostrar a tensão entre a historiografia militante e a historiografia acadêmica, no estudo do passado, evidenciando sua contribuição como recurso documental, para o estudo da esquerda argentina e na demonstração de como esse tipo de historiografia pode abordar temas ignorados pela academia tradicional.

Na segunda parte, *Arquivos, Gênero e Imagens*, o capítulo de Vagner Ramos (Universidade Estadual do Rio Grande do Norte) apresenta notas de uma etnografia realizada, em arquivos argentinos, como na Biblioteca Nacional Mariano Moreno, no Museo de Arte Popular José Hernández e no Museo del Hombre Chaqueño, com o intuito de observar rastros de passados incômodos de gaúchos fora da lei. Nesse sentido, o autor historiciza alguns acordos e conflitos, em torno de suas enunciações como símbolos identitários,

situando-as entre tempos de difusão do folclore, de revisão da cultura popular e de ampliação da ideia de patrimônio. Assim, o texto é um convite à reflexão sobre formas de trabalhar temporalidades entrelaçadas de passados que, apesar de suas ambiguidades, ou, justamente por isso, deixam várias marcas no presente.

Já María Luisa Múgica (Universidad Nacional de Rosario) trata do tema da sexualidade, na Argentina, por meio de manuais publicados, entre 1924 e 1941, pela Editora Claridad, de Buenos Aires, dirigida pelo socialista espanhol Antonio Zamora (1896-1976). A assim chamada Biblioteca Científica era constituída por livretos baratos, vendidos, principalmente, em bancas de jornal, e destinados à educação sexual da classe trabalhadora. Composta em sua maioria por autores do sexo masculino — em sua maioria europeus, com poucos argentinos —, destaca-se o texto de Mary Wood-Allen, que focou, em vários aspectos da vida das mulheres: alimentação, vestuário, respiração, sono, doenças, banho, exercícios físicos, menstruação, amor, casamento e suas responsabilidades, e o tema agora clássico dessas publicações: o vício solitário.

Para finalizar essa parte, Juan Camilo Riobó (Chile) analisa algumas fotografias de Pierre Verger, no Brasil e no México, tiradas entre 1937 e 1960, ambos projetos-chave na experiência de vida do fotógrafo francês, na América Latina. Esses documentos são vestígios de um compromisso pessoal, com a representação da cultura como uma visão crítica dos modelos de modernização territorial dos dois países. Refletem um compromisso com a construção de um ideal do camponês, por meio de seus valores religiosos e senso de identidade, como resistência às dinâmicas excludentes de seu tempo. Essa leitura dialoga com fatores contextuais e busca historicizar a fotografia como uma fonte transnacional que impacta imaginários culturais com trajetórias históricas distintas, mas com conflitos regionais que compartilham pontos em comum.

Na última parte, *Entre Ditaduras: Argentina/Brasil*, lidamos com a memória incômoda da experiência ditatorial, no Cone Sul, iniciando

do com o texto de Agostina Razzetti Koller (Universidad Nacional de Rosario) sobre os atos iniciais de solidariedade e comemoração empreendidos em resposta ao brutal massacre de militantes perpetrado pela Marinha, em 22 de agosto de 1972, em Trelew. Com a intensificação da repressão que se seguiu às resoluções da Junta de Comandantes-em-Chefe, nos dias posteriores à fuga da prisão de Rawson, houve as ações de protesto e mobilizações imediatas que surgiram, em diferentes partes do país. Em Rosário e na região, os grandes funerais de Mario Emilio Delfino e Carlos Alberto Del Rey, e as subsequentes comemorações, que ocorreram após as eleições de 1973.

A partir da documentação encontrada, no arquivo do Serviço Nacional de Informações (SNI), que estão disponíveis para consulta, no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), Anderson da Silva Almeida (Universidade Federal de Alagoas) traça um instigante panorama da ditadura brasileira, que não estava preocupada apenas em vigiar militantes de esquerda e artistas nacionais, mas a documentação consultada comprova a vigilância a personagens estrangeiras que eram consideradas subversivas ou agentes do comunismo internacional. A partir do monitoramento das passagens de Mercedes Sosa pela Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, comprova-se que as ditaduras da América Latina se articularam em rede, antes mesmo do Plano Condor ou Operação Condor, na troca de informações. Por outro lado, o texto explicita momentos de articulações e solidariedade entre as esquerdas no continente. Conhecida como “a voz dos sem voz”, Mercedes Sosa, ou “*La Negra*”, foi uma personagem atuante quando muitos escolheram silenciar ou foram silenciados.

Por fim, Maria Vitória Santos Fontes (Universidade Federal de Sergipe) apresenta a produção da memória política sobre o poeta Mário Jorge de Menezes Vieira, conectando com as experiências políticas e culturais dos anos 1960, especialmente, durante a ditadura militar no Brasil. Seu trabalho é inovador, pois o escritor era lembrado mais pelo exercício poético do que pela militância, no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nas intersecções entre memória coleti-

va, história oral e narrativa biográfica, evidenciou-se uma disputa em torno dessa memória política do poeta, quando alguns entrevistados configuraram certa narrativa marcada pelo esquecimento da militância comunista, após ele se envolver com a contracultura, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. O estudo evidencia que as memórias familiares e individuais funcionam como espaços de resistência simbólica frente ao autoritarismo, sendo preservadas, especialmente, por mulheres que atuaram como guardiãs do legado do poeta Mário Jorge de Menezes Vieira. Ao reinscrever os sujeitos, no debate público, a historiografia reafirma sua função ética e política, na preservação do passado e na defesa da democracia, diante das tentativas de apagamento da história e de reabilitação de discursos autoritários.

Esta publicação resulta das atividades desenvolvidas no programa *Move La América*, financiado pela CAPES, e visa, não apenas, a contribuir para o campo historiográfico, com novas reflexões e estudos, mas, principalmente, avançar na constituição de uma rede binacional de pesquisadoras/es, com representação de diversas regiões do Brasil e da Argentina. Esperamos que a leitura seja proveitosa e que se desdobre em outros intercâmbios historiográficos.

Os organizadores

BIBLIOGRAFIA

AVELAR, Alexandre de Sá. Tempo, memória e testemunho na historiografia recente sobre o período militar: apontamentos críticos. In: BENTIVOGLIO, J., & NASCIMENTO, B. César (orgs.). *Escrever História: Historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*. Serra: Editora Milfontes, 2020 (e-book).

AYMARD, Maurice. História e Memória: Construção, Desconstrução e Reconstrução. In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 153, abril-junho de 2003.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

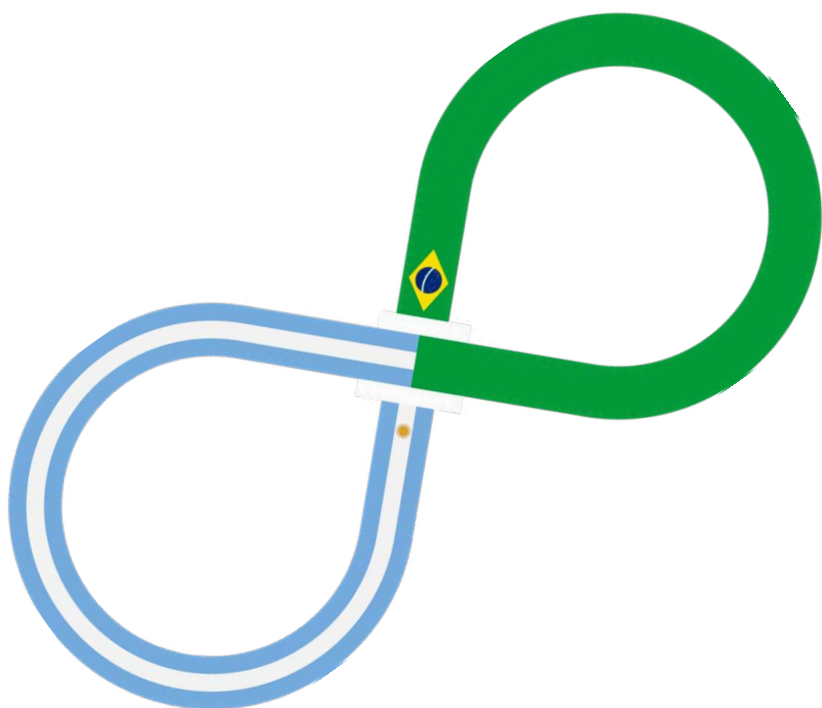
JELIN, Elizabeth. ¿Quiénes? ¿Cuándo? ¿Para Qué? Actores y escenarios de las memorias. In: VINYES, Ricard (ed.). *El Estado y la memoria: Gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Buenos Aires: Del Nuevo Extremo; RBA, 2009.

NOVAIS, Fernando A. Caio Prado Jr. na Historiografia Brasileira. In: MORAES, Reginaldo, ANTUNES, Ricardo e FERRANTE, Vera B. (orgs.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SELIGMAN-SILVA, Márcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2022.

PARTE 1

HISTORIOGRAFIAS



DO PENSAMENTO CONSERVADOR À ESCOLA DO RECIFE: ELEMENTOS PARA O ITINERÁRIO DE UMA APROPRIAÇÃO HISTÓRICA¹

Aruanã Antonio dos Passos²

*No Brasil, ou se idealiza ou se denigre o passado.
A função do historiador não é uma coisa nem outra. Ela consiste em entendê-lo.*

Ello, In: Moraes; Rego, 2002, p. 155.

*No Brasil estamos acostumados a criticar sem ler
e silenciar por cálculo.*

Miguel Reale. Programa Roda Viva, 13/11/2000.

Os estudos sobre a direita assumiram importância decisiva nas últimas décadas. Após a pandemia de 2019, e os diversos abalos contemporâneos, nas democracias ocidentais, tal perspectiva trouxe para a ordem do dia dos problemas globais um conjunto de reações históricas, no interior do chamado pensamento conservador e/ou autoritário. Neste contexto, o Brasil não é exceção, possui longa tradição de pensamento conservador, especialmente,

¹ Este trabalho faz parte de projeto de pesquisa institucional intitulado: “Entre ruínas: círculos intelectuais em torno da Escola do Recife no Brasil republicano”, com vigência prevista de 2024 a 2027. O argumento central faz parte de nossa tese de doutoramento intitulada: “Pensamento em Combate: Tobias Barreto na aurora da República (1869-1889)” defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás em 2016.

² Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Pós-doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Docente do Departamento Acadêmico de Ciências Humanas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Câmpus Pato Branco. E-mail: aruanaa@utfpr.edu.br.

no interior de suas elites políticas. Assim, procuraremos explorar uma das possíveis chaves interpretativas para a consolidação desse tipo de ideologia, no interior da historicidade de nossa história intelectual, qual seja, as apropriações e deformações de uma tradição inventada, nas linhagens das nossas elites intelectuais. De maneira específica nos referimos às leituras do Integralismo, em torno da chamada Escola do Recife, processo imenso nas relações de poder dos anos 1930 e 1940.

Os embates entre intelectuais e a formação de círculos (grupos mais ou menos homogêneos) intelectuais, ao longo do Brasil republicano, constitui uma atmosfera decisiva, nos ordenamentos e desordenamentos legais e políticos, que efetivaram a constituição das elites nacionais. Nesse sentido, procuramos analisar as apropriações e figurações da chamada Escola do Recife, ao longo do regime republicano, ao menos até a eminência da Constituição de 1988. A Escola do Recife pode ser caracterizada como um movimento intelectual que gravitou a Faculdade de Direito do Recife, a partir da década de 1870. Um conjunto de alunos e outros intelectuais formados pela respectiva faculdade passaram a exercer funções na burocracia estatal, e tiveram presença marcante nos movimentos culturais, ao longo da República.

Gilberto Freyre, ironicamente, se referiu aos intelectuais que derivaram da Faculdade de Direito do Recife, nos finais do século XIX e início do XX, como “clérigos” de um movimento que acabou os conduzindo a condição de “intelectuais-homens de ação” (Freyre, 1971, p. 130), já que assumiram, em suas carreiras diversas, posições no espaço público republicano: tornaram-se jornalistas, políticos, advogados, secretários de governo, embaixadores. Ponderação importante feita por Freyre a esse processo é o papel do germanismo, para a consolidação desses homens de ação, na vida prática, ainda que o germanismo não tenha se efetivado como elemento unificar ou dogmatizante. Ao contrário, aos olhos de Freyre, o “movimento que se realizou através de personalidades diferentes e não de um tipo único de germanizado ou de germanizante” (Freyre, 1971, p.

132). O que o germanismo teria propiciado a esses intelectuais, de maneira geral, fora “um toque científico ou neocientífico, além de neofilosófico, à sua erudição ou aos seus saberes” (Freyre, 1971, p. 133). Nesse quadro referencial, Tobias Barreto figura como um verdadeiro exemplo de adesão ao germanismo, como possibilidade de distinção ao frescor de outros horizontes de pensamento, que não o da forte presença francesa, posição, essa, defendida também por Jorge Carvalho do Nascimento:

Os intelectuais da Escola do Recife buscaram no culturalismo alemão as bases do seu projeto. Foi através do culturalismo que se constituiu um corpus filosófico que buscava especificamente a interpretação das questões nacionais, em busca do que entendiam ser a necessidade de estar o país em dia com os progressos da ciência e da técnica, habilitando-se ao domínio da atividade industrial (2010, p. 290).

Assim, buscamos reconstituir os movimentos do pensamento de Tobias Barreto onde a noção de cultura esteve no centro do que chamamos de eixo epistemológico. Para tanto, analisamos os temas que se “conduzem” e interseccionam o debate da cultura. Ou seja, a forma de articulação de suas ideias e posições críticas diante dos temas de seu tempo que julgamos fundamentais para a sua trajetória intelectual. O fio condutor que perpassa essas composições e decomposições, como a percebemos, fora a manipulação de determinada noção de cultura, transitória entre as “descobertas” filosóficas e científicas, do século XIX, e a formação clássica de Tobias, especialmente, o domínio do latim. Procuraremos analisar, desta maneira, a edificação de uma primeira memória e imagem para o pensamento do sergipano, tendo em vista que à luz das primeiras décadas da República, as disputas por sua obra interferem, até mesmo, nas manipulações de seu espólio literário, e, enquanto figura controversa, que foi, abriu espaço para um jogo de disputas sobre suas ideias.

Sabemos que a constituição da elite política imperial foi bastante tributária dos bacharéis e letrados. No movimento de ideias e ideais, da segunda metade do século XIX, e concentrados na chamada geração de 1870, a relação estabelecida com o Império é bastante irregular. Em muito, as ondas de racionalização e crítica a um sistema político fadado à crise que é acelerada, segundo Alonso, pelos diversos intelectuais da geração de 1870 e pelo *status* do intelectual³, contribuíram para a afirmação de uma crítica cultural que se articulava com a crítica política de forma articulada. Assim, para José Murilo de Carvalho: “Tanto as idéias e valores que predominavam entre a elite, como as instituições implantadas por esta mesma elite mantinham relação tensa de ajuste e desajuste” (Carvalho, 2003, p. 417).

Ampliam-se os interesses e se abre a discussão a uma série de temas dos mais variados, o que materializa o espírito de mudança perceptível aos contemporâneos da transição vivida no país, além do questionamento das estruturas e instituições sociais que formavam a nação. Diante de tal conjuntura, os intelectuais também vivenciavam no universo das ideias e concepções de mundo, os imperativos que exigiam, desses intelectuais, novas formas de “ler” essa realidade e lhe dar sentido. Nas palavras de Romero, “um bando de idéias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte”, e contextualiza: “hoje, depois de mais de trinta annos, hoje, que são ellas correntes e andam por todas as cabeças, não teem mais o sabor da novidade, nem lembram mais as feridas que, para as espalhar, soffremos os combates do grande decennio” (Carvalho, 2003, p. 359-360). E uma vez mais, Romero advoga a primazia do Recife revelando uma dimensão importante do movimento, qual seja a sua função de introdução do novo, em território nacional e no horizonte, uma

³ Em torno do prestígio das profissões liberais que contém em si grande parte dos intelectuais, “apenas, no Brasil, se fatores de ordem econômica e social – comuns a todos os países americanos – devem ter contribuído largamente para o prestígio das profissões liberais, convém não esquecer que o mesmo prestígio já as cercava tradicionalmente na mãe-pátria”: In: Holanda, 1995, p.157.

vez mais, à figura de Tobias Barreto: “O escriptor dos *Menores e Loucos* foi o mais esforçado combatente, com o senso de visão rápida de que era dotado. Por que contestar seu merecimento? Por que amesquinhar o seu esforço?” (Romero, 1910, p. 350).

Machado de Assis afirmara, em 1879, que, “o influxo externo é que determina a direção do movimento, não há por ora no nosso ambiente a força necessária à invenção de doutrinas novas” (Assis Apud: Schwarz, 1973, p. 154). A afirmação de Machado corrobora a definição de que boa parte da geração de 1870 foi constituída, em grande medida, por intelectuais “marginalizados” da política imperial. Um estrato social letrado formado por profissionais liberais, jornalistas, bacharéis que, “para exercer sua insatisfação, buscaram espaços de protesto na nova imprensa e procuravam doutrinas que os ajudassem a criticar a situação desvantajosa em que vivenciavam e que legitimassem seus anseios de mudança (...)” (Alonso, 2002, p.87).

No entanto, mesmo se levarmos em consideração os pareamentos explicativos utilizados por Angela Alonso ao estabelecer a relação entre esses grupos sociais e a formação das ideias, nas diversas correntes de pensamento, nos deparamos com uma dificuldade imensa em “classificar” Tobias Barreto e a Escola do Recife em uma corrente específica ou mesmo em uma delimitação de classe. Alonso considera Tobias Barreto e a Escola de Recife como Positivistas Abolicionistas, e, ainda assim, de modo flexível já que estariam, “mais perto dos liberais republicanos na ação política, mas vizinhos dos positivistas abolicionistas em experiência social e em ângulo de interpretação do Brasil (...)” (Alonso, 2002, p. 222). Assim, a crítica feita, no interior dos designados representantes da Escola, seria, eminentemente, reformista, um pensamento até mesmo em certas circunstâncias moderado. Outros trabalhos definem a Escola sob outros epítetos. É o caso de Celeste Cordeiro que nos apresenta outra definição possível para Tobias Barreto. Segundo Cordeiro, Tobias é um liberal cientificista, ao lado de Silveira Martins, Tavares Bastos, Clóvis Beviláqua, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Sílvio Romero:

“Trata-se de uma ampliação do interesse eminentemente político dos doutrinários, voltando o enfoque liberal para os temas sociais, econômicos, educacionais e religiosos” (Cordeiro, 1997, p. 109).

Interessa à nossa investigação a composição das transferências e circulações culturais entre “nós” e um “eles” que era, eminentemente, estrangeiro (francês, alemão, inglês), com especial atenção a essas composições, na formulação das ideias de Tobias Barreto. No entanto, o que se deslumbrou, no percurso, é um embate de disputas que se davam internamente em solo nacional entre nossos intelectuais e a composição das relações de força, entre esses intelectuais, ao longo de nossa história. Coube, então, redimensionar a problemática, para percepção dos efeitos dessa composição de forças internas, e se haveria ou não consequências teóricas, metodológicas, epistemológicas contribuindo ou complicando a constituição de um “pensamento” nacional.

Nesse sentido, o estudo das transferências culturais vem assumindo uma importância crescente, na análise das relações interculturais, e mais especificamente, das possibilidades de escrita da história intelectual e da história dos intelectuais. No âmbito da historiografia, os estudos são relativamente recentes. Remontam aos trabalhos de Michel Espagne e Michaël Werner, em meados dos anos 80, sobre as trocas culturais entre França e Alemanha, entre os séculos XVIII e XIX⁴. A perspectiva explorada por esses autores se concentra nos fluxos e trocas culturais, levando em consideração as

⁴ Dentre os principais trabalhos, podemos destacar os seguintes: WERNER, Michael e ZIMMERMANN, Bénédicte. *Byond comparison: Histoire croisée and the challenge of reflexivity*. *Annales*. Jan-Feb. 2003, 58, 1, pp. 7-36. WERNER, Michael e ZIMMERMANN, Bénédicte (eds.). *De la comparaison à l'histoire croisée*. Paris, Seuil, 2004. ESPAGNE, Michel. *Les transferts culturels franco-allemands*. Paris: PUF, 1999. ESPAGNE Michel, WERNER Michel (dir.). *Philologiques III, Qu'est-ce qu'une littérature nationale? Approches pour une théorie interculturelle du champ littéraire*. Paris: MSH, 1994. ESPAGNE Michel, WERNER Michel. *Transferts. Les Relations inter-culturelles dans l'espace franco-allemand (XVIII-XIXe siècles)*. Paris: ed. Recherche sur les civilisations, 1988. ESPAGNE Michel. *L'histoire de l'art comme transfert culturel: l'itinéraire d'Anton Springer*, Paris: Belin, 2009.

dinâmicas inerentes aos processos de descontextualização e recontextualização de ideias e objetos culturais. No caso da produção de conhecimento, há um peso muito forte das transposições nacionais: “assim, quando um texto científico é transposto de um espaço cultural (intelectual e linguístico) para um outro espaço nacional, inevitavelmente, sua significação, ligada à sua historicidade e a sua temporalidade, se modifica” (Silva, 2010, p. 204).

Dessa maneira, a proposta das transferências culturais realiza um esforço de superação de uma dicotomia, entre uma história intelectual e uma história social dos intelectuais e suas ideias. Essa dicotomia, bastante presente na historiografia norte-americana, que vivenciou uma febre de estudos de história das ideias e história intelectual nos anos 1940 e 1950, colocou em choque suas abordagens dos intelectuais e suas obras: uma voltada para uma história social dos intelectuais, em diálogo com a sociologia, e uma história intelectual mais ligada à filosofia. As divergências são de abordagem, mas também de procedimentos metodológicos e de seleção das fontes documentais (textos, obras, discursos etc.). Essa dimensão da forma com que o pensamento se expressa no texto referida por LaCapra, e que, no olhar de um historiador social, assume outra conotação, também nos permite analisar os textos de natureza diversa dos integrantes da Escola do Recife, ainda que tenham uma natureza mais “filosófica” ou “política” guardam, em si tantas, dimensões que transcendem essas classificações.

Tanto a história intelectual, que se serve de seus métodos e objetos, como a teoria das transferências culturais, que explicita os procedimentos (de importação, de seleção e de adaptação), fornecem subsídios para uma melhor compreensão dos bens culturais (importados ou exportados). Mesmo não se referindo, necessariamente, a uma perspectiva de relação recíproca entre espaços nacionais, a análise dos fenômenos de exportação e de importação é reveladora da projeção coletiva das imagens e das representações culturais (Silva, 2010, p. 220).

Sob esse aspecto, a tarefa de realizar uma leitura *das leituras* de intelectuais *sobre* intelectuais necessita de uma abordagem das temporalidades e dos contextos de circulação de ideias que não pode ser circunscrito numa linearidade rígida, porque o movimento dessas apropriações não segue, necessariamente, uma lógica temporal linear. Haveria assim, uma clara passagem entre gerações de elites intelectuais constituídas por sujeitos que faziam parte ativamente não apenas dos debates intra elites, mas também das ações e posições políticas. Típico de um contexto histórico onde os intelectuais exerciam uma série múltipla de posições no campo que ia da crítica literária à proposição de formas de governo e exercício do poder por parte dos governantes. Em geral, os intelectuais do Brasil Imperial são analisados através de uma pretensão de ascensão social no interior da ordenação imperial. Essa ascensão se daria pelo reconhecimento de notório saber (daí então tantas polêmicas entre esses intelectuais serem uma constante do período) ou pelo exercício de cargos políticos e administrativos. Assim, suas ideias e obras seriam meramente simulacros de seus interesses de ascensão social. Por isso, caberia ao presente, o desafio de realizar a revisão das ideias de nossos antepassados. Como ironiza Gildo Marçal Brandão: “Seria importante, em consequência, retomar a obra centralizadora dos ‘reacionários audazes’ do Império” (Brandão, 2005, p. 247).

Retrospectivamente, há uma recorrência nos anos 1970 de referências a Tobias Barreto que o incluem no panteão dos grandes pensadores nacionais, os “intérpretes” do Brasil. Essa recorrência, de certa maneira, se enfraquece dentro do universo acadêmico intermitentemente reaparecendo em alguns estudos de direito, sociologia e filosofia. No campo dos estudos jurídicos por seus trabalhos em torno dos direitos da educação da mulher, da sua defesa de um regime jurídico criminal singular para menores e loucos; na sociologia, pelas análises sobre nossas estruturas sociais, sendo referenciado como precursor da disciplina em território nacional; na filosofia, seu legado é, constantemente, reduzido ao seu reconhecimento do

pensamento de Kant, também definido de forma frequente como precursor da obra kantiana no Brasil.

Podemos destacar a tese de doutoramento de Adalberto Marson, defendida em 1975, e apresentada na faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo: a crítica do artificialismo, da imitação, da dependência e da marginalização das elites culturais, não basta apenas levar em consideração os sujeitos consagrados pela historicidade de suas ideias, como “cânon” ou “clássicos”. É preciso também levar em conta os “de menor notoriedade”, como afirma Sirinelli, já que, como aponta Helenice Rodrigues da Silva: “(...) é fundamental para o estudo das “transferências culturais” a dimensão intercultural dos conceitos que elas analisam, ou seja, as próprias transferências, que são também fenômenos de criação e de deslocamento semântico” (Silva, 2010, p. 208). Deslocamento semântico proporcionado pelas trocas entre esses agentes, onde a mecânica das transferências forma uma teitura discursiva, à qual apenas à posteridade realizará uma hierarquização.

Assim, os contextos de apropriação são múltiplos, variados e polivalentes e se dão internamente (em território nacional) e, externamente, (envolvendo agentes no estrangeiro). Eles transitam entre a troca de obras, citações e referências que, muitas vezes, não esclarecem, em detalhes, a maneira com essas obras, ideias e autores foram apresentados, como se deu sua leitura, com que instrumentos e sob quais condições foram absorvidos pelos pensadores nacionais, já que eles, mesmos constantemente, não fazem questão de esclarecer esses pormenores, cabendo ao investigador explorar essas dimensões, cruzando textos e autores, tanto originais do momento histórico quando da exegese (historiografia, crítica literária, filosófica e fortuna crítica): “Nesse sentido, sua inteligência depende do momento histórico, isto é, do grau de consciência de que os atores adquiriram de sua própria herança, o que supõe, por outro lado, exploração empírica sistemática e trabalho teórico prévio, sem as

quais tais formas não serão expostas à luz, incorporadas à experiência” (Brandão, 2005, p. 256)

E sob os auspícios da herança, a nossa “tradição” intelectual é, profundamente, marcada por dois movimentos. Um interno que constitui uma rede de filiações, e, intimamente, relacionado a este, um externo de apropriações e interferências de contextos estrangeiros. Como diagnostica Octávio Ianni, diante da miscelânea vasta de teorias e interpretações sobre os mais diversos aspectos da existência humana, os modos com que um pensamento afirma esta ou aquela ideia, é de fundamental importância para o entendimento, não só do próprio pensamento, mas também do nosso modo de ser em sociedade:

Nas diferentes maneiras de focalizar a realidade, distinguem-se interpretações, escolas de pensamento, famílias de intelectuais, estilos de explicação. Mas distinguem-se principalmente por suas perspectivas teóricas. Há de tudo nas interpretações conhecidas: catolicismo, liberalismo, evolucionismo, darwinismo social, positivismo, pragmatismo, marxismo, estruturalismo, existencialismo, funcionalismo, interpretação típico-ideal, hermenêutica e outras. Sem esquecer as várias modalidades de ecletismo e bovarismos. A maneira pela qual o pensamento brasileiro incorpora, copia, parodia ou recria o pensamento europeu e norte-americano compreende um capítulo importante da maneira pela qual ele pensa a formação e a modernização da sociedade brasileira (Ianni In: Bastos; Moraes, 1993, p. 432).

Ainda segundo Ianni, o pensamento brasileiro tem sido, “(...) principalmente jurídico, sociológico e econômico” (Ianni, In: Bastos; Moraes, 1993, p. 438). Em nosso caso, o elemento filosófico assume um lugar de destaque para os intelectuais do oitocentos, já que a base de suas formações se dava pelos caminhos da filosofia ensinada

em seminários católicos. Não à toa, a questão nacional já se mostrava no centro das operações destes intelectuais.

Esses posicionamentos e interpretações, diante de nossa história, são visualizados na fortuna crítica que se ocupou da Escola do Recife. No que concerne a essa “vida” do pensamento, é inegável que a ela se liga à condição atual que se encontra a historiografia. Marcada por uma infinidade de possibilidades de abordagem e construção de objetos, uma imperativa prática de estudos de caráter cultural, uma certa efervescência dos trabalhos voltados ao debate em torno do fazer dos historiadores, tanto trabalhos teóricos e metodológicos, quanto voltados para o ensino e a didática da história frente aos desafios do novo século. Seccionando todos esses campos, está a reflexão sobre os sentidos da história e da consciência histórica. Dessa forma, os estudos sobre o pensamento nacional e seu lugar no desenvolvimento das Ciências Sociais sobre os chamados estudos do “pensamento social”, no Brasil, carecem de atenção para a pluralidade de vieses com que a temática já fora abordada, como assinala Gildo Marçal Brandão:

Como em todo lugar, muita coisa menor foi aí escrita, desde história das idéias que não passava de exposição monográfica das concepções de um autor sem a menor inquietação sobre a natureza da empreitada teórica e dos processos histórico-sociais dos quais – pensamento em pauta e forma de abordá-lo – são momento e expressão, até a pretensão de erigir a sociologia da vida intelectual ou a das instituições acadêmicas em sucedâneo da sociologia do conhecimento, de resolver o problema da qualidade e da capacidade cognitiva e propositiva de uma teoria pela enésima remissão ao grau de institucionalidade da disciplina ou província acadêmica na qual ela surge. Isso sem falar nas tradicionais “explicações” de uma obra pela origem social do autor e nas moderníssimas reduções do conteúdo e da forma da produção intelectual às estra-

tégias institucionais ou de ascensão profissional ou social das *coteries* (Brandão, 2005, p. 232).

Nessa perspectiva, dois trabalhos fundamentais sobre a Escola do Recife ainda merecem menção e nos ajudam a compreender as posições que, frequentemente, se polarizam, no debate sobre o movimento. O primeiro é *Nós e a Europa Germânica* (1971), de Gilberto Freyre, e o segundo é *A Cultura Ocultada* (1999), de Jorge de Carvalho Nascimento. Abordaremos, nessa seção, mais detidamente, as considerações de Gilberto Freyre, mas cabe ressaltar que os dois autores nos permitem cotejar tanto o viés sociológico, no caso de Freyre, quanto filosófico e pedagógico, no caso de Nascimento, nossa compreensão de um dos elementos perenes, no estado da arte sobre a Escola do Recife: a ambivalência das opiniões e da crítica. Do nosso ponto de vista, essas ambivalências são replicadas pela crítica justamente porque o próprio movimento, e mesmo o pensamento de Tobias Barreto, se constituiu na tensão dessas ambivalências. Vejamos então, os principais elementos dessas tensões discutidas, com ênfase, no trabalho de Freyre.

Em *Nós e a Europa Germânica*, Freyre procede a uma sistematização que desvela a presença germânica no Nordeste. Na esteira metodológica que pavimentou a notoriedade de Freyre, ao contemplar objetos e temas novos nas ciências sociais, realização, principalmente, de *Casa Grande & Senzala* (1933), *Nós e a Europa Germânica*, realiza um mapeamento das relações econômicas, sociais e culturais do Nordeste, especialmente, Recife, com a Alemanha. Assim, a alimentação (o consumo de cerveja e o comércio de pianos), a presença de engenheiros, pintores, além da literatura, marcenaria e fotografia germânicas constroem a gradação da presença alemã no Nordeste. Havia, dessa maneira, um contexto de circulação e presença alemã que data desde o Primeiro Império. Já no universo intelectual, a influência germânica teria sido o motor de ordenação de um tipo de cultura, segundo Freyre, ao mesmo

tempo aristocrática e democrática. Sobre o lugar da Escola do Recife, nesse processo. Freyre valoriza o papel da instituição social, para a ordenação do movimento e da circulação das ideias. Mas não apenas a Faculdade de Direito do Recife, como instituição, também as repúblicas estudantis.

Foram as chamadas “repúblicas de estudantes”, pontos nada desprezíveis de encontros, de conflitos, de conciliações daquelas idéias antagônicas, daqueles pontos de vista opostos, daquelas formações culturais diferentes, de que eram portadores jovens vindos de várias partes do país e até de diferentes camadas sociais para se bacharelarem, primeiro em Olinda, depois no Recife; ou fazerem em Olinda, ou no Recife, parte de seu curso de Direito, a outra parte sendo feita, por vários jovens, em São Paulo (Brandão, 2005, p. 129).

Para Freyre, esses espaços de sociabilidade estudantis é que propiciaram a mudança do tipo acadêmico formado em Coimbra, para um novo tipo de estudante e intelectual que combinava experiências interprovincianas, para usar o termo de Freyre, frente às “várias Europas”. Processo então de ajustamento e construção de “novos rumos à cultura brasileira” (Brandão, 2005, p. 129-130). Assim, Freyre localiza a emergência do movimento germanista que emergiu da Faculdade de Direito do Recife e irradiou o país, não na Faculdade em si, mas na ordenação dos acadêmicos estudantes: “foram *scholars* com alguma coisa de apolíneo”, que realizaram, então, “dispersões de energia intelectual em energia política ou jornalística e demagógica”. E, no horizonte dessas agitações, Tobias Barreto, “de todos o único com alguma coisa de genial”, e, ainda assim, seu germanismo também tinha uma certa dualidade específica no que concerne ao modo de “abrasileirar, autores alemães” (Brandão, 2005, p. 135)

Para Clovis Beviláqua, a Escola do Recife se definia como: “(...) um forte movimento filosófico jurídico, de ação poderosa nos mo-

mentos de sua maior efervescência, e que deixou impressão inapagável na evolução mental do Brasil” (Bevilaqua, 1910, p. 378). E esse movimento não teria se constituído, no seu entendimento, se “um pensamento superior os não reunisse” (Bevilaqua, 1910, p. 379). Esse pensamento superior era a presença de Tobias Barreto. Beviláqua reafirma a imagem do mestre referencial edificada por Romero. Já para Antonio Cândido, o movimento do Recife se constituiu como “um verdadeiro modernismo”, tendo em vista que: “parece fora de dúvida de que a divulgação do positivismo, do evolucionismo e de crítica moderna no Brasil se processou, senão a princípio, pelo menos mais intensamente no Recife” (Cândido, 1988, p. 32). Mas, para além da divulgação, no Recife é que se produziram também as primeiras críticas a esse conjunto de ideias. Assim, a ascensão das ideias de Tobias Barreto e o reconhecimento da Escola do Recife caminham ao lado do estabelecimento de uma cultura acadêmica e com a própria reforma das instituições estatais realizada pela República, fato esse que dá pistas também da rapidez com que essas ideias foram “superadas”, dentro dos quadros republicanos, demasiadamente, marcados pelo positivismo. Esse desdobramento interpretativo marca uma relação entre as gerações de pensadores e analistas do Brasil, nas décadas de 1920 e 1950.

Assim, se as ideias europeias eram consideradas superiores, na evolução do pensamento ocidental, em muito, é o que a crítica ao romantismo efetivara: “O fato é que, desde os princípios do século XIX, a rebeldia, seja individual ou coletiva, era já um importantíssimo elemento de desgaste do sistema produtivo” (Nascimento, 1999, p. 51). Mas, a contradição reside no fato de que o romantismo se colocava em oposição ao pensamento religioso: “Foi sob a égide do Romantismo, é importante lembrar, que a intelectualidade brasileira desenvolveu as suas interpretações anticlericais e viu consolidar-se o pensamento liberal” (Nascimento, 1999, p. 62). Assim, é compreensível que Tobias, ainda que crítico do romantismo, tenha por influência dessa escola uma postura de crítica ao pensamento

religioso, outra será o seu contato com a exegese bíblica germânica.

Inegável que a forma com que, muitas ideias chegavam aos nossos intelectuais, frequentemente, ocorria de maneira tortuosa. Eram recepcionadas ideias de “segunda mão”, autores citados em fragmentos por outros autores, em contextos textuais diversos e pouco esclarecedores. Não à toa, Tobias se esforçou por aprender sozinho a língua alemã, com o claro intuito de se relacionar diretamente com os autores germânicos. E assim o fez. Trocando correspondências com editores e professores na Alemanha e também com a comunidade germânica que publicava jornais, no sul do Brasil, especialmente, no *Koseritz Deutsche Zeitung* de Porto Alegre (Barreto, 1994, p. 360. Cf: Chacon, 2008). Dessa forma, o movimento de Tobias em direção ao pensamento alemão o fez se distanciar, criticamente, do ecletismo. Corrente filosófica hegemônica do Brasil Imperial e que tinha por mestre Victor Cousin. Na crítica do ecletismo, reverbera a posição de Roberto Gomes, em sua *Crítica da razão tupiniquim*, para o qual o ecletismo é elemento-chave na construção do mito do “espírito da imparcialidade”, típico de nossa reflexão filosófica. Nas palavras de Gomes: “fica claro neste mito que, se ainda não criamos qualquer posição filosófica nossa, demos variadas mostras de imaturidade intelectual, e, no ecletismo, retratamos nossa hesitação em assumir um ponto de vista que nos permitisse uma síntese original. De resto, reflexo da dependência cultural que desde sempre nos acompanha” (Gomes, 1994, p. 35).

Em contrapartida, chegaremos ao passo de referendar a opinião de Jorge Carvalho sobre Tobias, para o qual: “É possível afirmar que Tobias Barreto foi, no século XIX, o primeiro intelectual brasileiro a levantar o tema da cultura como sendo uma questão fundamental” (Nascimento, 1999, p. 20). O tema da cultura além de legado resgatado e atualizado, no século XX, foi um dos principais eixos de estruturação de uma ampla crítica por parte de Tobias sobre os temas e problemas que seu pensamento combateu. De resto, como de-

fine Antonio Paim, a Escola do Recife desaparece, virtualmente, na época da primeira guerra mundial, somente sendo retomada pela obra de Oliveira Viana, autor considerado ícone do pensamento conservador brasileiro ou mesmo autoritário, alvo de duras críticas por parte de Dante Moreira Leite, para o qual além de nada de original, seu pensamento e obra não resistiriam “a qualquer crítica, por mais benevolente que o leitor procure ser” (Leite, 1976, p. 221). Antonio Paim denomina o sistema ideológico de Viana de autoritarismo instrumental e teria se tornado em seu devir o modelo de ação, nas suas palavras, “adotada pelo núcleo da elite que conquistou a hegemonia na Revolução de 64” (Paim, 1997, p. 99).

Como procuramos mostrar, ainda em vida, o pensamento e a obra de Tobias foram manipulados por Sílvio Romero. Essa manipulação, no sentido lato, continuou nas mãos de Romero até sua morte em 1914, e, posteriormente, foi assumida pelo governo do Sergipe, como vimos. Além da continuidade do projeto inicial de Romero, realizado com algumas reformulações, outros dois momentos fundamentais, na edificação de significados para a obra e pensamento de Tobias são os marcos de ressignificação da obra do sergipano: o primeiro é marco de comemoração do Centenário de seu nascimento, em 1939, realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Sergipe (IHGSE), em edição especial, de sua Revista Trimestral, e o segundo se materializa na releitura de Miguel Reale realizada, nos anos 1940 e 1950. Teríamos ainda outros momentos de apropriação, leitura e circulação das ideias de Tobias Barreto e de suas obras, especialmente, nos anos 1960 e no contexto do centenário da República. Esses marcos de ressignificação e rememoração colocam em perspectiva a questão do uso dos nomes, ideias e temas ligados a Tobias Barreto e à Escola do Recife.

Assim, as ideias se prestam a disputas, pelo seu sentido, que equacionam relações de força sobre o conjunto da obra e suas possibilidades de apropriação política e teórica. Se as “raízes” ou “origens” do culturalismo remontam em nosso contexto nacional às reflexões

de Tobias Barreto, é inegável que reivindicar sua prioridade tem uma dimensão política e apresenta uma perspectiva de futuro que legitima uma leitura do passado. Como aponta, ao pensar o fenômeno das comemorações, Helenice Rodrigues da Silva: “Consagrando o universalismo dos valores de uma comunidade, as comemorações buscam, nessa ‘rememoração’ de acontecimentos passados, significações diversas para uso do presente” (Silva, 2002, p. 432). Dessa forma, e de um modo geral, a Revista Trimestral do IHGSE replica a imagem apologética edificada, como vimos, por Sílvia Romero, cumprindo a função de rememoração que desvela usos do passado pelo presente. Assim, o então desembargador e presidente do Tribunal de Apelação do Estado do Sergipe, Gervásio de Carvalho Prata, em seu discurso, pronunciado no próprio Tribunal, em 07/06/1939, faz o seguinte balanço:

Qual a ação de Tobias? Foi indicar à geração nova e à geração velha do seu tempo que havia diante delas um novo mundo de conhecimento para onde se deviam rumar os homens que não quisessem ficar ancorados nas velhas águas mortas da cultura jurídica. Foi despertar, no ânimo dessa gente, a coragem de abalar-se e marchar para a frente, onde o progresso já havia plantado as últimas colunas do Direito. Foi pregar aos espíritos de boa vontade a concepção culta do mundo que não havia entrado ainda nos umbrais da Academia (Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Sergipe, 1939, p. 56).

Ora, bem sabemos que a posição de Tobias, na Academia, era de *outsider*, polêmico até mesmo com seus colegas. Essa defesa de um reformador da Academia não se sustenta quando se observa a sua prática, na Faculdade de Direito. Logo, a sua importância se localiza, muito mais, na sua influência sobre os jovens, em formação do que sobre o sistema educacional, em seu tempo. Dessa maneira, o mecanismo repetido, exaustivamente, ao longo dos discursos, é da

defesa de seu caráter, e, uma vez mais, das mitologias edificadas, ao longo de sua existência. Assim, o desembargador Gervásio de Carvalho Prata reafirma uma das teses de Romero usada para explicar a negação às ideias de Tobias Barreto: “De mulato boêmio e paranoico fôram os títulos que lhe reservara os que o combateram e combatem ainda, uns, por não conhecerem a vastidão da sua obra, outros, por não admitirem que da província pudesse sair um vulto da sua estatura” (Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Sergipe, 1939, p. 59-60). E, novamente, o seu caráter combativo figura como elemento indelével de suas posições intelectuais, no discurso do desembargador:

Hoje que na redução do tempo tudo se acabou das lutas do morto, divergências, separações, disputas, prevenções, combatentes, e a história é chamada a intervir, depara-se enormemente grande e cada vez maior o espaço ocupado por aquele sól brasileiro, que só existiu em chamas, estalando forças, pulsando desolado na imensidade da pátria, ou, na comparação de Gilberto Amado, – uma fogueira ardendo no meio do deserto do Brasil (Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Sergipe, 1939, p. 60).

Cabe, por conseguinte, observar que o fenômeno das comemorações e rememorações colocam em jogo as relações entre o passado rememorado e o futuro projetado. Nesse sentido, o Centenário de Nascimento de Tobias Barreto estava inserido num contexto afirmação do Estado de Sergipe, no cenário político nacional. Ainda que Tobias não tivesse se colocado como defensor de um regime republicano, o que as comemorações de seu centenário revelam é a apropriação, por parte da elite intelectual e política naquele momento dos sentidos potenciais de suas ideias. Não à toa, o desembargador Gervásio de Carvalho Prata saúda a continuidade do projeto de Romero por parte do governador do Estado: “O govêrno Graco Cardôso

foi patriótico mandando publicar a edição de Sergipe. Patrióticos serão os demais que imitemem esse gesto, facilitando aos brasileiros o conhecimento de tão grande patrício”, e conclui sua ode nos seguintes termos: “é a compensação do insignificante Sergipe o tamanho dos seus espíritos poderosos. É a reparação da sua humildade geográfica e política. É o consolo do pequeno a inteligência que empresta ao grande” (Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Sergipe, 1939, p. 61). Dessa maneira, se realiza uma Semana de Tobias Barreto, dedicada a várias comemorações por diversos estabelecimentos de ensino, como a Escola de Comércio “Conselheiro Orlando”, o Colégio Tobias Barrêto, o Colégio Santana e o Ateneu Sergipense, além de associações como o Rotary Clube de Aracaju. Também houve presença de representantes de Pernambuco, nas comemorações: Joaquim Amazonas e o estudante da Faculdade de Direito do Recife, Rivaldo Pereira, também discutaram, além de uma romaria à Estátua edificada em homenagem de Tobias, que aconteceu, no dia 07/06/1939.

Destacamos o discurso proferido pelo estudante J. B. De Lima e Silva, em 03/06/1939, onde se encontra uma afirmação do valor presente das obras de Tobias: “Outros [escritos de Tobias Barreto] conservam ainda, e prodigiosamente, tal atração e atualidade, que bem sentimos que eles se dirigem a nós para a resolução de problemas de nosso tempo” (Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Sergipe, 1939, p. 146). Aqui, bem se percebe o esforço de atualização de Tobias, cinquenta anos após sua morte: outra dimensão do exercício de rememoração presente em todos os discursos contidos, na Revista do IHGSE, e que projeta também, como acentua Helenice Rodrigues, um devir:

Na verdade, ele [o processo comemorativo] implica um questionamento crítico da relação distância/reapropriação com o presente histórico. Por trás de todas as comemorações nacionais encontra-se, portanto, a questão do tempo

que se manifesta em sua relação com o passado da história e com o presente da memória. Em outras palavras, a comemoração tem por objetivo demonstrar, como já vimos, que o acontecimento “rememorado” por seu valor simbólico, pode se reportar ao devir. As comemorações buscam, pois, nessa reapropriação do acontecimento passado um novo regime de historicidade, projetando-o em direção ao futuro (Silva, 2002, p. 436).

A efusão de discursos da Semana dedicada às comemorações do Centenário edifica verdadeiras formas de monumentalização do passado, que é ordenado e efetivado pela ação do governo que, além de publicar as *Obras Completas*, erigiu monumento em bronze, homenageando seu filho ilustre. Uma das significações dos atos comemorativos se sintetiza, na conclusão de um dos discursos, onde o passado é redimido pelo presente: “a comemoração de hoje, meus senhores, nada mais representa do que a Justiça da História” (Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Sergipe, 1939, p. 159), e ainda, em outro discurso, o mesmo efeito é usado: “o tempo e a morte fôram para êle o aniquilamento da personalidade, o esquecimento enfim, mas a entrada triunfal para as páginas indestrutíveis da história” (Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Sergipe, 1939, p. 172). Essa afirmação da perenidade de sua obra reverberará, até os anos 1950. É o caso do juízo de Luiz Pinto Ferreira, em artigo, na revista da Faculdade de Direito do Ceará: “Desaparecendo, de todo desamparado pela fortuna, no ano de 1889, pouco antes da Proclamação da República, êle deixou um grande monumento literário, a parte que ficou de seu espírito” (Ferreira, 1954, p. 237).

Por fim, o último artigo da edição especial da Revista do IHGSE, dedicada às Comemorações do Centenário de Tobias Barreto, é uma resposta ao trabalho crítico de Roberto Lyra, “Tobias Barrêto, o homem pêndulo”, transcrito do jornal *A Tribuna*, de Santos, com data

de 07/06/1939, e de autoria de Epifanio da Fonsêca Dória. A obra de Roberto Lyra, publicada em 1937, é uma crítica à personalidade de Tobias, daí então, a necessidade, no limiar das comemorações, de se defender a imagem do sergipano centenário. Encerra-se a publicação com a descrição da morte do sergipano, última correção das críticas de Lyra à personalidade de Tobias, carregada de ambivalências e paradoxos. Além do inegável esforço de monumentalização da figura, obra e pensamento de Tobias, realizado pelo seu Centenário de Nascimento, a parte considerável dos esforços de permanência de Tobias Barreto, na ordem do dia dos debates filosóficos, literários e jurídicos, foi levada a cabo por um conjunto de intelectuais proeminentes, nas primeiras décadas do século XX (alguns presentes nas comemorações de 1939). Como aponta Antonio Paim:

É certo que os seguidores de Tobias Barreto não desenvolveram grandemente esse legado. Aos contrários, ficaram presos ao oitocentismo e, dessa forma, circulando da mesma atmosfera dos partidários de Comte, de que tanto queriam distinguir-se. O legado de Tobias Barreto foi entretanto preservado e chegou aos nossos dias. Sua meditação veio a ser retomada, desde os anos trinta, por homens do porte de Djacir Menezes e Miguel Reale (Paim, 1997, p. 95).

Chegamos, assim, ao último ciclo de apropriação das ideias de Tobias que precisamos analisar a fim de compreender as significações de suas ideias que marcaram posições políticas e ideológicas determinantes, na análise retrospectiva de suas ideias. Em outras palavras, muito dos consensos e dissensos que se consolidaram através dos críticos e apologetos da República, têm senão a filiação explícita, ao menos, a referência velada à interpretação que Miguel Reale dá ao “culturalismo” de Tobias Barreto. Primeiro ponto da análise de Reale que merece destaque: para ele a formulação do culturalismo em Tobias perpassou sua trajetória pessoal. Segundo Rea-

le, Tobias vivenciou as tensões entre natureza e cultura, tendo em vista que, “subjettivamente, em seu ser pessoal, como ‘mulato pobre’ sentindo na pele resistências de ordem étnica e social à projeção de sua inteligência, sempre em luta contra preconceitos de uma sociedade patriarcal” (Reale, 1994, p. 54). Esse movimento, a um só tempo, sintetiza as idiossincrasias das polêmicas de seu temperamento, o qual se edificaram toda uma mitologia, e os embates retóricas, ao passo que também articula a trajetória pessoal do sergipano, com a figuração da noção de cultura em suas ideias. Da mesma maneira, pode-se localizar o germanismo de Tobias nesse mesmo lastro interpretativo, já que, “o culturalismo que o Brasil herdou dos alemães foi um importante instrumento para a construção da cultura de uma sociedade que buscava a sua auto-afirmação (sic.)” (Nascimento, 2010, p. 282).

A formação e continuação do culturalismo, pós Proclamação da República, sofrera um período de latência, assim, não encontrou um terreno favorável para o seu desenvolvimento, sua continuidade fora interrompida. Isso se deve, segundo Jorge Carvalho do Nascimento, pela força do ideário positivista, no Brasil republicano. A retomada do culturalismo só aconteceria com a figura de Miguel Reale: “Do projeto de retomada do culturalismo, em 1949, participaram juntamente com Reale intelectuais como Roland Corbisier e Hélio Jaguaribe, além de contar com a simpatia de intelectuais como Álvaro Vieira Pinto e Guerreiro Ramos” (Nascimento, 2010, p. 290). Segundo Vamireh Chacon, “Miguel Reale será o primeiro a apontar e analisar o culturalismo tobiático” (Chacon, 2008, p. 193). Esses trabalhos datam do final dos anos 1940 e início de 1950 (Cf: Reale, 1977). Como se vê, não à toa, Rosa Mendonça de Brito afirma que Miguel Reale reatualiza a Escola do Recife, no século XX (Brito, 1980, p. 8), e antes dele: “O culturalismo sociológico iria se constituir numa ponte entre o culturalismo de Tobias Barreto e a contemporânea meditação culturalista”, e segundo Paim, essa relação foi efetivada pela obra de Alcides Bezerra

(1891-1938)⁵ que se formara na Faculdade de Direito do Recife, em 1911 (Paim, 1997, p. 90). Sobre a posição de Reale, merece destaque seu discurso de Posse da Cátedra de Filosofia do Direito da Universidade de São Paulo em 1941, Reale declara o peso da cultura para o direito e a sociedade: “Em todo fato jurídico se verifica uma integração de elementos sociais em uma ordem normativa de valores, uma subordinação da atividade humana aos fins éticos precípuos de convivência”, e prossegue: “Daí o caráter bidimensional do Direito, que possui um ‘*substratum*’ sociológico, no qual se concretizam os valores de uma cultura, e ao mesmo tempo é ‘norma’ que surge da necessidade de segurança na atualização desses valores”. Aí então chegamos à concepção culturalista do direito: “O culturalismo, especialmente em sua expressão realista, atende a essa bidimensionalidade do fenômeno jurídico, procurando estudar o ‘*substratum*’ sociológico do Direito em razão da sua *estrutura formal* e sua *função normativa*, evitando tanto os exageros do ‘sociologismo’ como os excessos do ‘formalismo’” (Reale, 1987, p. 311 - grifos do autor). Reale ainda vai ponderar que o Culturalismo brasileiro reserva especificidades em relação ao Culturalismo europeu. Mas, isso não se traduz como a defesa de uma “filosofia nacional”. Nas suas palavras:

Não se trata de falar de uma filosofia nacional, mas de reconhecer que, por mais universal que seja o pensamento filosófico, este não pode deixar de refletir peculiaridades e preferências da nação em que se situa, quanto mais não seja em razão da língua que é o repositório natural da vida comum e da reprodução intelectual (Reale, 2000, p. XIII).

⁵ Segundo Antonio Paim: “Após exercer cargos públicos na província natal, a Paraíba, transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1922, assumindo a direção do Arquivo Nacional, funções que desempenharia até o ano de sua morte (1938). No arquivo, Alcides Bezerra desenvolveu obra notável em prol da identificação dos momentos nucleares da cultura nacional, tornando-se ainda precursor do estudo da historiografia brasileira, com a criação do Centro de Estudos Históricos e o início de um balanço ordenado da obra de nossos historiadores” (Paim, 1997, p. 90-1).

Híbrido entre a realidade do local de elaboração das ideias e a ordenação de um pensamento que mira certa universalidade, o Culturalismo se efetiva numa linhagem filosófica que remonta à obra de Tobias, que seria o primeiro a defender a prioridade da cultura na determinação dos assuntos humanos. Nesse sentido, a definição de Antonio Paim, para o Culturalismo, reverbera na superação das filosofias que Tobias tanto combateu: “isto é, na doutrina de que a criação humana constitui objeto privilegiado da meditação filosófica, sendo mesmo aquela esfera apta a superar, de uma vez por todas, o positivismo e o cientificismo em geral” (Paim, 1997, p. 51). E qual seria a posição da filosofia brasileira no quadro geral da filosofia Ocidental? Segundo Leonardo Ferreira Almada e Luiz Alberto Cerqueira:

A filosofia brasileira, assim fundada, define sua identidade no cenário da filosofia ocidental exatamente em função desta característica que será a marca axial de seus representantes, a saber: o reconhecimento de que as reformas não implicam a descaracterização da própria ideia de filosofia em sua historicidade (Almada; Cerqueira, 2010, p. 947).

Em comunicação no I Congresso Brasileiro de Filosofia, realizado em 1950, Miguel Reale, em texto intitulado “O culturalismo na Escola do Recife”⁶, caracteriza o conjunto de críticos e apologetos de panegíricos incondicionais ou detratores, sem reservas, fato que teria produzido uma polarização, em trabalhos pró ou contra Tobias (Reale, 1977, p. 215). Reale aponta uma limitação na reflexão sobre a cultura em Tobias: “Pena é que, situando o problema do mundo da cultura, não tenha Tobias, já o dissemos, tentando explicar a forma

⁶ Cf. MERCADANTE; PAIM, 1972, p. 15-25. Esse trabalho de Reale acabou republicado, na introdução às “Obras Completas de Tobias Barreto” realizada por Antonio Paim e Paulo Mercadante, em 1969, o que demonstra a importância e a importância da leitura de Reale sobre Tobias.

pela qual o 'homem natural' pôde deixar de ser o objeto passivo da causalidade mecânica, para passar a ser o agente transformador da natureza; nem demora sua atenção no exame da Cultura, a região ontológica nova que contrapõe Natureza". E ainda: "Seu culturalismo, certamente em virtude de sua noção empírica de fim, não vai além de uma verificação descritiva incompleta, sem um estudo mais vivo do velho problema da contraposição entre Natureza e Espírito, natureza e convenção, natureza e sociedade, natureza e história" (Mercadante; Paim, 1972, p. 220). Como aponta Reale, a cultura como problema filosófico formulado por Tobias Barreto "passou incólume pelas 1ª e 2ª Repúblicas" (Reale Apud: Mercadante; Paim, 1972, p. 20), para voltar a merecer atenção sistemática e objeto de divisões, com exceções pontuais, apenas, nos anos 1960, com os trabalhos de Antonio Paim e Paulo Mercadante, inclusive com o projeto de reorganização das *Obras Completas* de Tobias.

Mas, haveria, em todo esse "sequestro" do pensamento e obras de Tobias Barreto (e da Escola do Recife), elementos para compreensão dessa apropriação realizada pelo pensamento conservador, nas primeiras décadas da República? Ou além, houve o tal "sequestro" desse pensamento que nasceu de uma crítica profunda ao status quo do Brasil imperial ou suas apropriações pelo pensamento conservador foram a consequência da aproximação e mesmo apoio histórico dos liberalismos aos regimes autoritários e fascistas? Este trabalho procurou delinear os elementos introdutórios da constituição de conjunto amplo de temas e ideias que, posteriormente, constituiriam o substrato de outras perspectivas políticas no interior do pensamento autoritário do século XX. Por fim, procuramos delimitar, ainda que de forma inicial, essa "ponta" de ressignificação (apropriação e circulação) do pensamento de Tobias Barreto e da Escola do Recife que acabou por enquadrar o sergipano ao pensamento classificado, por vezes, com a pecha de conservador.

REFERÊNCIAS

ALMADA, Leonardo Ferreira; CERQUEIRA, Luiz Alberto. A alma e o cérebro: as origens do debate acerca da Psicologia científica no Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. Rio de Janeiro, Ano 10, n. 3, 2010

ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

BARRETO, Luiz Antonio. *Tobias Barreto*. Sergipe: Sociedade Editorial de Sergipe, 1994.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BRITO, Rosa Mendonça de. *Filosofia, Educação, Sociedade e Direito na obra de Arthur Orlando da Silva – 1858/1916*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHACON, Vamireh. *Formação das Ciências Sociais no Brasil: da Escola do Recife ao Código Civil*. 2. ed. Brasília: LGE Editora; São Paulo: Editora da Unesp, 2008.

CORDEIRO, Celeste. *Antigos e Modernos no Ceará Provincial*. São Paulo: Annablume, 1997.

FERREIRA, Luiz Pinto. Atualidade de Tobias Barreto. *Revista da Faculdade de Direito do Ceará*. Fortaleza, Vol. VIII, 1954.

FREYRE, Gilberto. *Nós e a Europa Germânica*. Rio de Janeiro: Grifo Editorial/INL, 1971.

GOMES, Roberto. *Crítica da razão tupiniquim*. 11. ed. São Paulo: FTD, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 29.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1976.

MERCADANTE, Paulo; PAIM, Antonio. *Tobias Barreto na Cultura Brasileira: uma reavaliação*. São Paulo: Ed. da USP; Grijalbo, 1972.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *A Cultura Ocultada ou a Influência alemã na Cultura Brasileira durante a segunda metade do século XIX*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 1999.

NASCIMENTO, Márcio Luiz do. *Primeira Geração Romântica versus Escola do Recife: trajetórias de intelectuais da Corte e dos intelectuais periféricos da Escola do Recife*. Tese de doutorado em Sociologia. Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2010.

PAIM, Antonio. *A Escola do Recife*. 3.ed. Londrina: Editora da UEL, 1997.

REALE, Miguel. *Horizontes do Direito e da História*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1977.

REALE, Miguel. *Memórias: destinos cruzados*. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 1987.

REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO SERGIPE. (Edição Especial Consagrada ao Centenário de Tobias Barreto, 1839-1939). "Prefação". Aracaju: Imprensa Oficial, 1939.

ROMERO, Sílvio. *Provocações e Debates* (contribuição para o estudo do Brasil Social). Porto: Livraria Chardron, 1910.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. *Estudos Cebrap*, n. 3, jan. 1973.

SILVA, Helenice R. "Rememoração"/Comemoração: os usos sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. Vol. 22, n. 44, 2002.

WICKBERG, Daniel. Intellectual History vs. the Social History of Intellectuals. London: *Rethinking History*, 5:3, 2001.

VESTÍGIOS LIBERTÁRIOS: REPENSANDO A HISTORIOGRAFIA SOBRE O ANARQUISMO NA PRIMEIRA REPÚBLICA EM SERGIPE

Gabriella Maria Santos Oliveira¹

Para estudar o movimento operário em Sergipe, foi realizado um levantamento da historiografia local sobre o tema e, a partir da análise dos textos, foram identificados indícios da presença anarquista. Observa-se, contudo, uma abordagem limitada e resumida acerca dessa participação, no contexto operário sergipano. Diante disso, foi aprofundado a pesquisa em fontes e encontrado vestígios do anarquismo, em artigos de jornais e na atuação de intelectuais. Apesar da ideia recorrente de que não houve a presença da ideologia anarquista nem de seus militantes e simpatizantes, em Sergipe, reforçada por um certo apagamento, na historiografia, este capítulo propõe-se a questionar tais concepções e ampliar o debate. O anarquismo esteve presente, no menor estado do Brasil, e essa presença não pode ser ignorada.

Estudar o anarquismo, em Sergipe, é fundamental para preencher lacunas ainda existentes, na historiografia local, que pouco explorou essa ideologia e a atuação de seus militantes e intelectuais. Além de contribuir para a ampliação do campo historiográfico, recuperar essa memória permite evidenciar a circulação de ideias libertárias que buscavam modificar a realidade sergipana, no final do Império e nos anos seguintes da República. Trata-se, portanto, de reconhecer a presença de defensores de uma ideologia político-social que desafiou as estruturas dominantes de poder. Refletir sobre

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Sergipe. Email: gabriellamaria2105@gmail.com

essas experiências anarquistas também é uma forma de questionar uma memória social conservadora, sobretudo, em um contexto atual marcado pela ascensão da extrema direita, reafirmando a importância de uma história crítica e plural.

O movimento operário sergipano surge em um contexto de expansão industrial. “Enquanto, em 1900, existia uma fábrica, em 1910 já seriam cinco, e em 1919 passariam para oito” (Dantas, 2016, p. 17). Esse crescimento fomentou a formação da classe operária, que se constituiu, paralelamente, à classe operária brasileira, já bastante desenvolvida, em centros como São Paulo. Diante das precárias condições de trabalho e da exploração nas fábricas, em Sergipe, os trabalhadores passaram a se organizar, por meio da criação de sociedades mutualistas e beneficentes, algumas já existentes, no período imperial, e, em 1911, com a fundação do Centro Operário Sergipano e da Escola Operária Horácio Hora.

Nesse contexto, ideologias europeias chegaram a Sergipe e influenciaram, diretamente, no embrionário movimento operário. Com a criação de sociedades mutualistas, influenciada pelos proudhonianos e mutualistas do século XIX, e com o Centro Operário composto, majoritariamente, por social-democratas, mas também havia a atuação de socialistas e anarquistas, revelando a pluralidade de referências teóricas internacionais que permeavam as iniciativas organizativas dos trabalhadores sergipanos, nas primeiras décadas do século XX.

Tal dinâmica não se restringia a Sergipe, mas dialogava com movimento operário brasileiro, em sua totalidade, marcado por divisões internas. Como afirma Batalha (2000, p. 22), “divididos por disputas pessoais e políticas submetidos à lógica da política local da Primeira República”. Nesse cenário, diversas correntes disputavam a direção do movimento, como os socialistas, os anarquistas, os social-democratas e os trabalhistas, cada uma delas defendendo princípios próprios, formulando táticas de luta e incorporando, em maior ou menor grau, os debates e experiências que circulavam, no espaço político e intelectual europeu.

As correntes revolucionárias encontraram resistência, em um estado agrário marcado pelo coronelismo, enfrentando repressão, silenciamentos e perseguições. Como destaca Dantas (2016, p. 19) sobre a Primeira República, em Sergipe: “Nessa estrutura social um tanto rígida, surgiu o movimento operário. Dentro de um sistema de forças desproporcionais, foram buscados vários meios e estratégias, entre os quais a imprensa, que aparecia como representativa dos trabalhadores urbanos”.

Em vista disso, a presença das ideias anarquistas, no movimento operário sergipano, é repensada, neste trabalho, com atenção à atuação de intelectuais vinculados ao Centro Operário, que demonstraram afinidade com o ideal libertário e a forma como essas concepções circularam por meio da imprensa. Dessa forma, a abordagem adotada busca dialogar com as lacunas presentes na historiografia local, ao mesmo tempo em que analisa, criticamente, as produções já elaboradas sobre o tema, ressaltando tanto as contribuições quanto as omissões que ainda contornam a história do anarquismo, em Sergipe.

O estudo pioneiro sobre o movimento operário, em Sergipe, foi produzido pelo intelectual Manoel Cabral Machado, publicado na *Revista do Aracaju*, em 1962. Em seu texto, o autor aborda sobre os aspectos do movimento operário sergipano, que ainda não tinham sido explorados por nenhum autor. Machado aponta a criação Centro Operário Sergipano como marco para a consciência de classe, além de defini-lo como um órgão associativo e mutualista, porém não menciona a influência da ideologia anarquista e nem a presença de militantes anarquistas, no período (Machado, 1962).

No início dos anos 1980, a professora Maria das Graças Menezes Moura lança um projeto de levantamento da imprensa operária, em Sergipe, no período de 1891 até 1964. Em suas análises acerca dos jornais, faz uma leitura da presença socialista nos jornais *O Operário* (1896) e *O Operário* (1915-1916), entretanto, não cita a presença das ideias anarquistas, nos periódicos que foram analisados (Moura, s/d, p. 5).

Contudo, o artigo de Jorge Marcos de Oliveira, vinculado ao projeto citado, trata o ideal anarquista no jornal *O Operário* (1896), publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* em 1987. O autor analisa a segunda fase do jornal, identificando a presença de influências anarquistas, em seus artigos, por meio de alguns elementos centrais: o perfil de distanciamento da política e da representação parlamentar, a existência de associações operárias de caráter mutualista e a análise dos textos de João Ferro (Oliveira, 1987).

O artigo representa um avanço nos estudos sobre o anarquismo, em Sergipe, por ser o primeiro a afirmar a presença anarquista no movimento operário. O autor aponta que as associações mutualistas do estado possuíam características, marcadamente, anarquistas, em virtude da influência das concepções mutualistas de Pierre-Joseph Proudhon, além de evidenciar a presença do pensamento libertário, nos artigos de Nevio Vianna e João Ferro. No entanto, não os classifica como anarquistas, indicando a influência dessas ideias em seus escritos. Assim, destaca-se o pioneirismo do trabalho ao identificar e registrar essa presença (Oliveira, 1987, p. 93).

Na década de 1990, o historiador Ibarê Dantas produziu um estudo sobre as greves, em Sergipe, nos anos 1915 a 1930, publicado pelo *Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nesse trabalho, o autor não identificou a presença anarquista nas greves (Dantas, 1992). Em uma obra mais recente, *Imprensa Operária em Sergipe (1891-1930)*, o autor observou a influência da teoria anarquista de Proudhon, no jornal *O Operário* (1891). Da mesma forma, ao examinar o jornal *O Operário* (1896), apontou a presença da social-democracia e de socialistas, além de destacar uma aproximação com o ideal anarquista, nos temas relacionados ao distanciamento da política institucional e da Igreja. No entanto, não aprofundou a análise da presença anarquista no estado (Dantas, 2016).

Em suas interpretações, Dantas (2016) demonstra o conhecimento da ideologia anarquista ao definir que “os adeptos daquela

doutrina criticavam a representação, postulavam a ação direta e espontânea, pregavam o fim do Estado e de todas as instituições coercitiva” (Dantas, 2016, p. 22). Entretanto, vincula o anarquismo à violência e ao radicalismo, diferenciando-o do socialismo, segundo o autor, “reconhecendo a necessidade de transformar a sociedade, não propunha implícita ou explicitamente, em nenhum momento, o recurso da violência” (Dantas, 2016, p. 41). Também associa concepções anarquistas acerca da greve com “um certo radicalismo que não deveria merecer as simpatias de setores moderados”. Esta visão demonstra-se insuficiente acerca da ideologia, uma vez que o anarquismo não pode ser reduzido ou definido por táticas de violência, excluindo diversas vertentes existentes no movimento.

Ademais, ao analisar o jornal *O Operário* (1915-1916), Dantas (2016) identifica uma variedade ideológica, nos artigos publicados, que abordam o socialismo, o anticlericalismo e a revolução social, mas sem vincular com a ideologia anarquista, classificando-os como “frases audaciosas” (Dantas, 2016, p. 75). Apesar disso, o autor conclui que, embora houvesse uma intensa atividade sindical e anarquista, no Brasil, esse cenário não se refletiria em Sergipe. Essa leitura, contudo, revela-se limitada, já que é possível identificar a presença de anarquistas e referências diretas aos teóricos libertários, nas fontes analisadas.

Em 1991, os historiadores Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi, com o livro *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*, de forma inovadora, abordaram as expressões operárias, nos estados brasileiros. Ao tratarem de Sergipe, baseados nos textos de Ibarê Dantas, pontuam que o movimento operário sergipano era marcado por um reformismo social-democrata, sem citar a presença anarquista (Hardman & Leonardi, 1991, p. 249).

Nos anos 2000, Frederico Lisboa Romão lança o livro *Na trama da história: O movimento operário de Sergipe - 1871 a 1935*. No primeiro capítulo, dedicado ao estudo da Primeira República, ele apresenta uma investigação acerca das sociedades mutualistas, constituindo

uma inovação para a historiografia, ao abordar, de forma ampla, tais organizações. Romão (2000) conclui que nem todas essas sociedades eram operárias ou vinculadas, exclusivamente, à classe trabalhadora, sem atribuir a elas qualquer o caráter anarquista, distanciando-se da perspectiva apresentada por Oliveira (1987).

Ainda que Romão (2000) não reconheça explicitamente a presença anarquista, na Primeira República, ele indica uma possível aproximação do Centro Operário Sergipano com a Confederação Operária Brasileira (COB), organização de orientação anarcossindicalista. O autor menciona referências ao movimento operário sergipano, em jornais como *A Voz do Trabalhador* (órgão oficial da COB), o periódico anarquista *A Plebe* e *A Nação*. Além disso, relata a intenção da COB de enviar ao Nordeste o militante anarquista José Elias, embora destaque que “inexplicavelmente aqui no Estado de Sergipe não passa” (Romão, 2000, p. 83). Tal registro evidencia o interesse da Confederação em articular a presença de militantes anarquistas, em Sergipe, ainda que a iniciativa não tenha se concretizado.

Mais recentemente, Alessandro Cardoso Ribeiro publicou seu livro *Escola Operária Horácio Hora* (2011) abordando o movimento operário sergipano e sua luta pela educação operária. Neste estudo, o autor identifica a presença de anarquistas, no Centro Operário Sergipano. Segundo Ribeiro (2011, p. 52): “O Centro Operário Sergipano era formado também por anarquistas. Entretanto estes, além de serem uma minoria diante das outras correntes de pensamento, tinham as suas ações sufocadas pelo estatuto do COS”. Portanto, aponta de forma pioneira a presença de militantes anarquistas, no COS, reconhecendo a presença de João Pereira Barreto em proximidade com o ideal libertário.

Em 2022, Ribeiro identifica indícios da influência de autores libertários, como Proudhon, Bakunin, Kropotkin e outros, nos artigos de jornais operários publicados em Sergipe. O autor também observa a ligação entre a Confederação Operária Brasileira e o Centro Operário Sergipano, o qual, apesar de manter uma linha social-

-democrata, desempenhava um papel semelhante ao da COB, na mediação da relação capital X trabalho (Ribeiro, 2022).

Além disso, Ribeiro (2022, p.132) destaca a atuação de Efren Lima, como um militante anarquista, jornalista e professor enviado pela COB a Sergipe como um agente cultural, sem, contudo, mencionar sua origem sergipana. A identificação da presença desse militante representa uma contribuição significativa para os estudos sobre o anarquismo no estado, pois demonstra a atuação de militantes ligados ao ideal libertário, no movimento operário sergipano, mesmo que de forma minoritária. Tal pesquisa demonstra a importância de reavaliar a narrativa histórica já produzida, que tende ignorar ou minimizar a presença anarquista, em Sergipe.

A produção historiográfica mais recente sobre o anarquismo em Sergipe é o artigo *Vestígios do anarquismo na Primeira República em Sergipe*, do historiador Antônio Fernando de Araújo Sá. Nesse texto, o autor realiza uma revisão bibliográfica dos estudos já desenvolvidos sobre o tema. Além de identificar lacunas importantes ainda não exploradas e ressaltar a necessidade de aprofundamentos, por parte da nova geração de historiadores, ao afirmar que “na historiografia sergipana, a presença das ideias anarquistas carece de uma maior atenção” (Sá, 2024, s.p.).

Ademais, produções literárias do início do século XX demonstraram a influência da ideologia anarquista no movimento operário em Sergipe. São as obras: *Regeneração* (1904), de Manuel Curvelo de Mendonça, e *Os Corumbas* (1933) de Amando Fontes.

Manuel Curvelo de Mendonça (1870-1914) foi um escritor sergipano, nascido na cidade de Riachuelo e graduado em Direito, na Faculdade de Direito em Recife. Em 1904, publica seu romance *Regeneração*, uma escrita voltada para as necessidades sociais e vista pelo autor como um instrumento de ação social. Em seus textos, citou teóricos anarquistas como Proudhon, Kropotkin e Tolstói, este último, sua grande referência, alinhando-se ao anarquismo cristão. O romancista contribuiu para a circulação de ideias anarquistas, na

Primeira República, e para informações sobre o movimento operário socialista no Brasil, no periódico *Almanaque Brasileiro Garnier* (1905) (Aquino, 2011).

Amando Fontes (1899-1967) foi um escritor, professor e deputado nascido em São Paulo e chegou a Sergipe com cinco meses de idade. Destacou-se através de seus romances sociais, os quais retratam as dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora, integrando o movimento modernista da década de 30, com as obras *Os Corumbas* e *Rua do Siriri*. Em seu primeiro romance, *Os Corumbas* (1933), o autor narra a difícil trajetória de uma família pobre que se muda para Aracaju (SE), em busca de melhores condições de vida. Na capital, Pedro Corumba, filho do casal protagonista, envolve-se com o movimento operário sergipano, organizando uma greve e utilizando ação direta contra os chamados “fura-greves”, o que permite supor a presença anarquista, na história (Fontes, 1992).

A obra também evidencia a organização da classe por meio de uma sociedade operária fictícia, “A Sociedade Proletária de Aracaju”, elementos estes que remetem à estrutura real do movimento operário sergipano, no início da República. Ainda que seja uma obra de ficção, o romance reflete em aspectos da realidade da época, contribuindo para a compreensão da sociedade operária e para presumir a presença de militantes anarquistas, em Sergipe.

Apesar das contribuições analisadas, é possível identificar lacunas significativas, na abordagem sobre o anarquismo, em Sergipe. Por que o anarquismo permanece pouco explorado na história social local, mesmo diante de vestígios documentais que demonstram a sua presença? Esse questionamento orienta a necessidade de revisar as fontes e repensar a historiografia do movimento operário sergipano, já produzida.

Uma das lacunas historiográficas sobre o movimento operário sergipano é o foco excessivo, na atuação de social-democratas e dos socialistas. Essa ênfase pode ser explicada, em parte, pela predominância desses militantes, nas lideranças, e pela ampla quantidade

de fontes relacionadas a essas correntes ideológicas. Ao privilegiar essas vertentes, no entanto, muitos estudos acabam silenciando a presença do anarquismo, que representava uma minoria no movimento operário local.

Essa vertente anarquista, embora silenciada pelo próprio movimento operário sergipano, exerceu um papel importante, na divulgação de uma política libertária, baseada na cooperação mútua e na solidariedade entre os trabalhadores. Por se oporem à política institucional e à representação parlamentar, os anarquistas foram, frequentemente, retratados como desordeiros e considerados uma ameaça à sociedade, o que contribuiu para sua marginalização, tanto em registros oficiais e jornais da época quanto nas interpretações historiográficas atuais.

Esse processo de apagamento e desqualificação do anarquismo não é um caso isolado da historiografia sergipana. Ele se insere em um contexto nacional e internacional, no qual a produção acadêmica, muitas vezes, reflete em disputas ideológicas presentes nas universidades. Essas visões reforçam o desinteresse pelo estudo do anarquismo, contribuindo para sua marginalização e desinformação, dentro da historiografia brasileira.

De acordo com Corrêa, Silva e Silva (2015, p. 22):

Especialmente o marxismo tem contribuído, tanto em termos político-ideológicos, quanto dentro das universidades, para que o anarquismo seja considerado uma doutrina pequeno burguesa, liberal, idealista, individualista, espontaneísta, contrária à organização e ligada essencialmente aos camponeses e artesãos do “mundo atrasado” em declínio.

Essas visões negativas sobre o anarquismo foram construídas, historicamente, e representam um desafio para as produções recentes que buscam abordar a temática de forma crítica, afastando-se de análises estigmatizadas. Como afirma Corrêa (2015, p. 125),

Grande parte dos estudos de referência, as produções ideológicas dos adversários – potencializadas pela inserção de parte deles na academia –, dos inimigos e algum resquício das noções forjadas pelo senso comum vêm prejudicando uma compreensão adequada do anarquismo. Estudos teóricos e históricos contemporâneos do anarquismo têm de lidar, necessariamente, com essa problemática.

Além disso, um fator decisivo que contribui para a existência de lacunas, nos estudos mais recentes sobre o anarquismo, em Sergipe, é a difícil disponibilidade de fontes. O poder público sergipano, principalmente o Governo de Sergipe, não tem priorizado a preservação de jornais antigos, especialmente, os jornais operários, muitos dos quais encontram-se em péssimas condições de conservação ou sequer existem mais, restando somente fragmentos. A ausência de iniciativas de digitalização desses documentos representa um obstáculo significativo para o trabalho de pesquisadores.

Essa dificuldade de acesso às fontes compromete uma análise mais aprofundada e abrangente do movimento operário sergipano. É importante ressaltar que os profissionais que atuam em arquivos e bibliotecas públicas trabalham com as condições levadas pelas próprias gestões governamentais, enfrentando a falta de recursos e a ausência de políticas públicas efetivas, para a preservação da memória histórica sergipana.

Essas lacunas historiográficas interferem na compreensão sobre o passado da classe trabalhadora sergipana. Ao silenciar a presença de anarquistas e das concepções libertárias, a narrativa histórica tende a construir uma visão limitada, onde apenas lideranças reformistas e socialistas ganham espaço. Dessa forma, reduz-se um panorama diverso sobre as organizações políticas operárias presentes, na Primeira República.

O apagamento da atuação anarquista compromete o entendimento das organizações, da ideologia e das táticas de luta, as quais

não se enquadram nos moldes da política institucional. A presença de ideias mutualistas, autogestionárias, revolucionárias e de ação direta, entre os operários sergipanos, influencia os seus modos de entender a política e suas visões de mundo. Sem a compreensão dessas ideias pela historiografia, não há como entender a complexidade do movimento operário sergipano, em que havia a presença de diversas correntes ideológicas.

Preencher esses espaços é um passo importante para colaborar com a construção da história do movimento operário, em Sergipe. Ao recuperar as experiências operárias, contribui-se para a expansão do conhecimento sobre os projetos políticos, em disputa, no movimento operário e rompe com uma leitura restrita às principais organizações e militantes. Nessa direção, o trabalho propõe-se contribuir para a história do anarquismo, em Sergipe, ainda pouco explorada, repensando a historiografia produzida.

Frente às brechas historiográficas, esta pesquisa levanta uma abordagem inovadora acerca do tema. Compreendendo o anarquismo, em sua complexidade, com o estudo da ideologia, teorias e sua influência para o movimento operário, é possível analisar o anarquismo presente nas organizações operárias e na atuação de intelectuais, na imprensa, distanciando-se de uma leitura limitada, em que reduz ou apaga a importância dessa ideologia e sua prática política.

Em relação às fontes, utiliza-se a análise de jornais operários, bem como de periódicos da imprensa local. Através de uma leitura crítica dessas evidências, aliada ao conhecimento acerca da ideologia anarquista e do pensamento libertário, torna-se possível recuperar experiências que escaparam das narrativas tradicionais e contribuir para um entendimento mais amplo das estratégias adotadas pela classe trabalhadora. Esse destaque permite distanciar-se da ênfase ao reformismo operário que dominou, historicamente, os estudos sobre o movimento operário sergipano.

Se, por um lado, os silêncios da historiografia dificultam o estudo do anarquismo, em Sergipe, por outro, é, justamente, a

análise minuciosa dos vestígios preservados que permite revelar sua presença. Reconhecer essa presença, mesmo que reduzida, é fundamental para compreender a pluralidade política do movimento operário sergipano e romper com interpretações que o descrevem de forma homogênea, sem considerar suas particularidades e disputas.

Diante disso, os jornais *O Operário* (1915-1916) e *O Imparcial* (1919) assumem relevância, pois se configuraram como canais de circulação de ideias anarquistas, no estado, mesmo que pontualmente. Os artigos dos intelectuais Efren Lima e João Pereira Barreto revelam não apenas a influência de teóricos anarquistas internacionais, mas também a tentativa de trazer um debate, mais amplo, de ideias sobre a transformação social. A análise dessas publicações percebe como, mesmo diante de resistências e tentativas de silenciamento, o anarquismo conseguiu marcar presença, no cenário local. Tal perspectiva contribui para a historiografia, ao demonstrar que, ainda nas margens do movimento operário, os ideais libertários circularam, conectando Sergipe a outras experiências do país, reforçando a sua presença e a importância da imprensa como espaço de disputa ideológica.

O jornal *O Operário* (1915-1916) surgiu vinculado ao Centro Operário Sergipano, iniciando suas atividades, em 5 de setembro de 1915, e tendo seu último número localizado em 25 de junho de 1916, com o número 43. Publicado semanalmente, o periódico tinha quatro páginas e, em 1915, alcançava a produção de 150 exemplares (*O Operário*, Aracaju, 19-09-1915). Era organizado por operários e intelectuais vinculados ao Centro, constituindo um espaço de expressão e mobilização do movimento operário. Entre seus principais temas, estavam as condições de vida e trabalho dos operários, a denúncia de acidentes, nas fábricas, e a exposição de abusos de autoridade.

Além das denúncias, *O Operário* publicava artigos de caráter formativo e conscientizador, abordando assuntos como instrução, educação, doutrinas políticas, estratégias de luta e referências a teóricos políticos. Nesse periódico, destacava-se a presença da plu-

ralidade de tendências ideológicas. Como observa Dantas (2016, p. 63), “diante da política, em seu sentido subjetivo, ou seja, de teoria da ação política, as esporádicas referências não obedeciam a um pensamento comum”. Essa característica refletia a própria natureza do Centro Operário Sergipano, que reunia intelectuais e militantes operários de diferentes vertentes, todos unidos em defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Nesse ambiente de pluralidade política e de disputas ideológicas, destacou-se a presença de artigos de Efren Lima, intelectual sergipano que se inseriu no debate operário local por meio de suas contribuições no *O Operário*. Nascido em Aracaju, em 1887, Efren Lima foi professor e jornalista, colaborando também para o *Diário da Manhã* e para a revista anarquista carioca *A Vida*. Seus artigos abordavam temas como as ideologias revolucionárias, a questão das mulheres e a educação, com um viés libertário (Guaraná, 2003, p. 132).

Embora sua presença tenha sido discreta em comparação ao predomínio das tendências social-democratas, no movimento operário sergipano, a atuação de Efren Lima revela como o anarquismo encontrou espaço, ainda que limitado, para difundir princípios e propostas. Assim, o estudo de seus artigos é fundamental para compreender a complexidade da formação do movimento operário em Sergipe, marcada também pela circulação de ideias libertárias.

O tema mais recorrente, nos artigos de Efren Lima publicados no *O Operário*, foi a defesa da revolução social, como instrumento de transformação, em oposição às reformas graduais propostas pela social-democracia. Em seus textos, observa-se a ênfase na crítica às estruturas de poder e na concepção da revolução, como etapa necessária da evolução histórica da sociedade. Esse posicionamento dialoga, diretamente, com os princípios do teórico anarquista Piotr Kropotkin, que entendia a revolução como processo natural, vinculado ao desenvolvimento da humanidade e à superação das formas de opressão.

No artigo “Elementos de doutrina”, Lima (O Operário, Aracaju, 16-04-1916) buscava explicitar os objetivos da revolução social, ao afirmar:

A Revolução Social de que fallamos, é o ideal mais vasto e radicalmente reformista que ha apparecido sobre a terra. Mas o ideal revolucionario sahiu victorioso da peleja, e na actualidade está na ultima das phases da sua evolução moral. Faltalhe somente o remate material: a revolução, que substituirá na sociedade de hoje as instituições vencidas.

O jornalista defendia que a revolução teria o papel de substituir as instituições ultrapassadas, conduzindo a sociedade a um novo estágio evolutivo, em uma perspectiva marcada pelo cientificismo. Essa concepção tem afinidade com as reflexões de Kropotkin (s.d, p. 243), para quem as revoluções são frutos da ação popular e de um processo histórico de evolução coletiva:

Todas as revoluções se geraram do povo [...] Todas tiveram, sobre o período de incubação, a fase da evolução durante a qual as massas; depois de haver, a princípio, formulado timidamente as suas exigências, vão-se compenetrando aos poucos da necessidade e desenvolver um espírito mais revolucionário, de operar transformações mais profundas.

O diálogo entre as visões de Efren Lima e o pensamento de Kropotkin evidencia a proximidade do intelectual sergipano com o ideário anarquista internacional. Para ambos, a revolução social era entendida como inevitável, decorrente da destruição das formas sociais anteriores. Como reforça Kropotkin (s.d., p.124), “consciente ou inconscientemente, o ideal, a concepção de algo melhor, precede a sua realização, perdura no espírito daqueles que se abalançam a criticar as instituições existentes”. Na mesma direção, defende Lima

(O Operário, Aracaju, 09-04-1916), “Uma forma de sociedade nova succederá inevitavelmente á sociedade precedente cuja idéa mãe haja sido destruída”.

Em um discurso feito no Primeiro de Maio em Estância, Efren Lima novamente reforça sua defesa à revolução social como um caminho inevitável. “A revolução é um phenomeno da evolução humana e determinado por uma lei inevitável. Nada poderá e lhe oppor a que se effectue” (O Operário, Aracaju, 28-05-1916). Dessa forma, os textos de Efren Lima, em *O Operário*, não se restringem a propor soluções para a realidade sergipana, mas revelam a inserção do estado em um ambiente de circulação de ideias anarquistas, em sintonia com os debates anarquistas internacionais que apontavam a revolução como via necessária à emancipação social.

Além da presença do ideal anarquista, em seus artigos e discursos, Efren Lima utilizou o espaço jornalístico para instruir e politizar os operários, apresentando as doutrinas revolucionárias, diferenciando o anarquismo do comunismo e citando autores de destaque, em seus textos. “Os creadores do ideal socialista são diversos e apontar-vos-emos entre muitos nomes immortaes os de Lasalle, Carl Marx e Bebel, na Alemanha; Proudhon e Benoit Malon em França; Kropotkin, Bakunin e Tolstoi na Russia” (O operário, Aracaju, 21-05-1916). Ao trazer o debate sobre as ideologias políticas, o jornalista busca fortalecer o conhecimento da política revolucionária, proporcionando e aproximando o conhecimento ao operariado.

Nesse sentido, pode-se afirmar que seus artigos ecoam um viés libertário, como alternativa às desigualdades sociais, políticas e econômicas. Ao atuar como jornalista e militante, Efren Lima ampliou o debate político, em Sergipe, contrapondo-se à maioria da social-democracia que predominava, no movimento operário local. Esse contraste evidencia que, por meio de seus artigos e discursos, houve a circulação concreta das ideias anarquistas no estado.

A contribuição intelectual de Efren Lima ao movimento operário não se restringiu à Sergipe. Sua atuação na revista *A Vida*, pe-

riódico carioca vinculado à Confederação Operária Brasileira (COB), de orientação anarquista, evidencia seu engajamento em debates mais amplos do movimento libertário. Nas publicações, abordou temas recorrentes, em sua trajetória, como a educação e a igualdade entre os sexos, pautas que reforçam o caráter emancipador e, socialmente, transformador de seu pensamento. Além disso, Lima atuou como agente responsável pela circulação da revista *A Vida* e de livros anarquistas, em Aracaju, estabelecendo uma ponte entre a produção intelectual, do Rio de Janeiro, e a recepção dessas ideias, no estado (Ribeiro, 2022, p. 130). Assim, sua atuação ultrapassava os limites do jornalismo local e inseria Sergipe em um ambiente de difusão do anarquismo.

Nesse contexto, ainda que a presença do anarquismo, em Sergipe, tenha sido relativamente discreta, a trajetória de Efren Lima evidencia a inserção do operariado sergipano, em diálogo com o pensamento libertário internacional. Sua aproximação com concepções como as de Kropotkin, ao destacar a revolução como fenômeno natural da evolução social, revela que as ideias anarquistas, mesmo marginalizadas, encontraram espaço para circular, influenciar e afirmar-se como horizonte alternativo de luta. Além disso, sua vinculação à COB reforça sua aproximação a uma central sindical de orientação anarcossindicalista, o que demonstra seu papel participativo na militância libertária. Reconhecer essa atuação, ainda que minoritária, é fundamental para compreender a complexidade do movimento operário sergipano e valorizar a contribuição das ideias anarquistas, na formação de sua identidade histórica.

Nesse cenário de circulação de ideias, é importante mencionar também a atuação de João Pereira Barreto, que, embora não se afirmasse como anarquista, utilizou a imprensa como espaço para difundir princípios libertários. Sua produção jornalística refletia preocupações semelhantes às de Efren Lima, sobretudo, no que diz respeito à crítica às desigualdades sociais e à busca por alternativas emancipatórias, para o operariado. Embora partindo de trajetórias

distintas, ambos colaboraram para a construção de um ambiente intelectual em que o anarquismo e o pensamento libertário encontraram brechas para se inserir e dialogar com o movimento operário sergipano.

João Antônio Pereira Barreto, nascido em Estância (SE), em 1876, foi um jornalista e poeta, tendo colaborado em periódicos como *Correio de Aracaju*, *Jornal do Povo*, *Voz do operário* e *O Imparcial*, além de escrever para jornais fora do estado, o que lhe consagrou notoriedade profissional. Atuou como intelectual vinculado ao Centro Operário Sergipano, contribuindo com artigos em jornais operários, nos anos 20. Sua presença, nesse espaço, significou a circulação das ideias libertárias, visto que em textos e discursos abordou o ideal e a teoria anarquista (Guaraná, 2003, p. 246).

Entretanto, sua trajetória foi marcada por uma grave contradição, Barreto assassinou sua segunda esposa, Annita Levy, em um caso de feminicídio que ganhou repercussão, na grande imprensa carioca, em 1912. Embora tenha sido absolvido pela Justiça, sob a alegação de estar privado de seus sentidos, em razão do consumo de álcool, o episódio evidencia o peso do machismo, na sua conduta, já que o crime decorreu de um acesso de ciúmes (Silva, 2023, p. 408). Curiosamente, em Sergipe, esse fato não repercutiu de forma negativa a ponto de comprometer sua atuação, pois Pereira Barreto retomou suas atividades jornalísticas e continuou a contribuir para a imprensa local. Sua trajetória, portanto, expressa as contradições de um intelectual que, ao mesmo tempo em que defendia a justiça social e atuava em favor do operariado sergipano, reproduziu práticas de violência de gênero.

A atuação de João Pereira Barreto, na imprensa, foi fundamental para a circulação das ideias libertárias, em Sergipe. No jornal *O Imparcial*, publicou uma série de artigos intitulados “Confabulações Anarchistas”, nos quais abordava e divulgava aspectos das teorias de autores libertários como Godwin e Proudhon. Ainda que nunca tenha se declarado anarquista, seus textos demonstram não apenas

o conhecimento dessas correntes, mas também a inserção do anarquismo, no debate público sergipano. A presença desses artigos, neste periódico, evidencia como a imprensa, não apenas a operária, se configurou como espaço de difusão e diálogo das teorias anarquistas, mesmo em um cenário marcado pelo predomínio de outras tendências.

O periódico *O Imparcial* (1918-1919) se apresentava como um órgão político, independente e noticioso, publicado, diariamente, sob direção de Francino de Andrade Melo, coronel e ex-prefeito de Aracaju. Nesse jornal, em 1919, foi publicada, em dez números, a série de artigos intitulada “Confabulações Anarchistas”. Segundo o próprio jornalista responsável pela seção, seu objetivo era informar à população sobre a doutrina anarquista, combatendo equívocos comuns. Como afirma Barreto (*O Imparcial*, Aracaju, 04-06-1919), “num oportuno será certamente fazerem-se conhecidas as doutrinas anarchistas, que muitos confundem com o puro niilismo, erro que justifica a desconfiança quasi geral, em relação aos fins revolucionários actuaes”.

Ao tratar Godwin, considerado um dos precursores do anarquismo, João Pereira Barreto apresentou suas principais concepções, trazendo a crítica às instituições políticas, à propriedade e ao Estado, além da defesa do não uso da violência nas transformações sociais. De acordo com Barreto (*O Imparcial*, Aracaju, 13-06-1919):

Como ao direito e ao estado, Godwin tambem rejeita em absoluto a propriedade ou, como diz elle, o systema actual da propriedade, quer dizer a distribuição dos bens, basada actualmente no direito, por julgar igualmente esses systema uma das instituições jurídicas que mais prejudicam ao bem-estar de todos.

Para abordar a perspectiva de Godwin sobre a organização social, Barreto (*O Imparcial*, Aracaju, 05-06-1919) ressalta a impor-

tância da autonomia, no pensamento do filósofo: “As sociedades destinadas a substituírem o estado, deverão ser pequenas e manter menor número possível de relações mutuais, pois que, por toda parte, será necessaria a autonomia a esses pequenos territorios”.

Já ao discutir Proudhon, Barreto (O Imparcial, Aracaju, 28-06-1919) destacou a crítica à propriedade privada e à defesa de formas alternativas de organização social, além de apresentar a visão positiva do autor sobre o anarquismo: “Essa republica ou essa anarchia positiva pareceo cumulo da desordem e a expressão do cahos, porque, não estando realisada, só pode ser vista através de nossos preconceitos”.

O intelectual também expôs o princípio de mutualismo, fundamento principal do pensamento de Proudhon, como afirma Barreto (O Imparcial, Aracaju, 05-06-1919), “para Proudhon só a reciprocidade póde fazer com que cada um goze o producto de seu trabalho, e é por isso que às suas doutrinas lhes chama elle theoria da mutualidade ou do mútuo”.

No âmbito do Centro Operário Sergipano, Barreto participou de conferências, como a intitulada “O problema social em Sergipe”, em São Cristóvão, defendendo as ideias libertárias, mas reconhecendo as dificuldades de uma revolução imediata no estado.

Segundo Barreto (Voz do Operário, Aracaju, 08-1920):

Reconheço com tristeza que o nosso povo não está preparado para uma solução tão violenta de nossos problemas publicos, e alimentando no coração, como um fogo sagrado, a creança inabalavel de que: os ideaes libertarios serão, integralmente realizados no mundo [...] Penso, ao contrario, que mais humano e prudente é ir, pela propaganda indefessa, preparando, para assimilar as idéas libertarias e para saber amal-as e defendel-as contra tudo e contra todos, essas gentes que agora as não comprehendem, as não amam e não saberão, por isso defendel-as si fôr necessário.

Em síntese, os artigos de João Pereira Barreto, em *O Imparcial*, revelam como o anarquismo, ainda que marginalizado, no contexto sergipano, encontrou formas de circular e influenciar o pensamento do movimento operário. Ao apresentar as doutrinas de Godwin e Proudhon, na imprensa, ele contribuiu para inserir Sergipe em um cenário de circulação de ideias libertárias, conectando o debate local às experiências internacionais do anarquismo. Em relação à sua participação, no jornal *Voz do Operário* (1920), reforçou sua afinidade com a teoria libertária, embora ele reconhecesse que a aplicação dessas ideias era limitada, na realidade sergipana.

Apesar de sua presença minoritária diante do predomínio das correntes social-democratas, a circulação das ideias libertárias, em Sergipe, foi fundamental para compreender a complexidade do movimento operário local. Ela evidencia que o espaço intelectual e político, ocupado por defensores da teoria anarquista, existiu e desempenhou um papel na ampliação das possibilidades de luta da classe trabalhadora.

Ainda assim, o pensamento libertário enfrentou resistências, tanto dentro do próprio movimento operário quanto por parte dos patrões. O estatuto do Centro Operário Sergipano, por exemplo, limitava a atuação de anarquistas e simpatizantes, ao determinar que suas ações deveriam se manter dentro da ordem vigente, favorecendo a predominância da social-democracia (*O Operário*, Aracaju, 01-01-1911). Além disso, a ideologia anarquista era comumente associada ao caos e à desorganização social, como destaca Ribeiro (2011, p. 52).

Em relação aos patrões, também havia forte oposição. Sabino Ribeiro, proprietário da fábrica Confiança, demonstrou sua visão negativa do anarquismo, em depoimento, no *Diário Oficial* (Aracaju, 12-02-1920): “Felizmente para nós, o anarquismo não assentará, tendo nesse meio em que o operário nunca foi uma simples máquina, mas um cooperador amigo e inteligente”. Sua declaração também reforçava uma imagem harmoniosa entre patrões e empregados, que não correspondia à realidade vivida nas fábricas.

Esses episódios revelam como havia esforços, para silenciar ou sufocar a presença anarquista no estado. Ainda que minoritários e sujeitos a repressões, os libertários conseguiram se projetar na imprensa, difundindo ideias e apresentando ao público sergipano concepções de teóricos como Godwin e Proudhon. Essa circulação, mesmo restrita, teve importância significativa, pois conectava Sergipe a debates mais amplos e consolidava a presença anarquista no cenário operário.

A atuação de figuras como Efren Lima e João Pereira Barreto reforça que ambos conseguiram inserir ideias libertárias, não apenas em jornais operários, mas também em periódicos de maior tiragem, o que ampliou o alcance de suas concepções. Sua militância, na imprensa, representou um ato de resistência e uma disputa ideológica, em meio a um ambiente político e social adverso, marcado pelo risco constante de perseguições.

Por fim, esse novo olhar sobre as fontes permite desvincular a análise do movimento operário sergipano de uma historiografia que o tratava de forma homogênea. Reconhecer a presença e as particularidades da presença anarquista, no estado, significa recompor uma parte da história e da memória do movimento, revelando como, mesmo diante de adversidades, o anarquismo contribuiu para enriquecer as formas de luta e de pensamento no cenário sociopolítico sergipano, da Primeira República. Essa constatação abre espaço para discutir não apenas a presença anarquista em si, mas sobretudo como essa presença altera a forma de pensar a história do operariado. Assim, a análise das fontes nos conduz diretamente a uma reflexão sobre as contribuições historiográficas dessa revisão.

Uma das principais contribuições deste trabalho é o enfoque dado à presença anarquista, em Sergipe, destacando a atuação de intelectuais e sua importância para a circulação das ideias libertárias. Ao propor uma nova perspectiva sobre os estudos já realizados, amplia a compreensão da diversidade ideológica do movimento operário.

Além disso, colabora para um avanço, no debate historiográfico, sobre o anarquismo. Ribeiro (2011) e (2022) estabeleceu as bases para essa discussão, ao tratar, de forma pioneira, da existência de intelectuais ligados ao Centro Operário e de sua relação com a Confederação Operária Brasileira. Seus trabalhos apontaram caminhos para o aprofundamento das pesquisas, tanto na identificação dos sujeitos históricos quanto na análise das fontes. Ao dar continuidade a essas reflexões e tratar a questão da presença anarquista, esta investigação insere-se na historiografia brasileira recente, que busca dar visibilidade a atores e experiências marginalizadas pela narrativa histórica tradicional.

O estudo desses vestígios possibilita contribuir, na historiografia do anarquismo no Brasil, que possui uma amplitude de estudos das experiências, em grandes centros urbanos como Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Dessa maneira, auxilia o fortalecimento da compreensão de como as ideias libertárias ecoaram, em contextos locais, pouco estudados pela historiografia, como é o caso do estado de Sergipe.

O exame dos problemas historiográficos do anarquismo, em Sergipe, mostrou que a ausência de referências explícitas, em muitos trabalhos não equivale à ausência histórica da experiência libertária. Ao contrário, a análise de jornais e da atuação de intelectuais revelou que, mesmo em um estado de menor expressão industrial e operária, as ideias anarquistas circularam, encontraram espaço de debate e influenciaram a formação política do movimento operário.

Pensar sobre a necessidade de estudar o anarquismo, em Sergipe, é um exercício de revisão crítica da historiografia produzida e de possibilidade aos caminhos da pesquisa histórica. Além de tentar preencher as lacunas existentes sobre o tema e reconhecer os silenciamentos, na narrativa histórica, é possível corroborar para uma memória ampla e diversa do movimento operário sergipano. Uma memória historicamente e institucionalmente marginalizada, a história do movimento operário é relevante para a construção social e identidade dos sergipanos.

Nesse sentido, a incorporação do anarquismo à narrativa historiográfica não apenas ilumina experiências, até então marginalizadas, mas também contribui para uma visão mais complexa e integrada da história social de Sergipe e do Brasil e abre possibilidade para a ampliação de pesquisas e novas investigações sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, G. R. (2011). *Anarquismos, cristianismo e literatura social no Brasil (1890-1938)* (Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, Brasil.
- BATALHA, C. H. (2000). *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- CORRÊA, F. (2013, julho). Problemáticas teóricas e históricas dos estudos de referência do anarquismo. *BIB*, n.76, 95-129.
- CORRÊA, F., & SILVA, R., & SILVA, A. (Org.). (2015). *Teoria e História do Anarquismo*. (1. ed.). Curitiba: Editora Prismas.
- DANTAS, J. I. C. (2016). *Imprensa Operária em Sergipe(1891-1930)*. Aracaju: Editora Criação.
- DANTAS, J. I. C. (1992). Notícias de Greves em Sergipe (1915-1930). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 31, 139-156.
- FONTES, A. (1992). *Os Corumbas*. Rio de Janeiro: José Olympio
- GUARANÁ, A. (2003). *Dicionário Biobibliográfico Sergipano*. Sergipe: Edição do Estado de Sergipe.
- HARDMAN, F. F., & LEONARDI, V. (1991). *História da indústria e do trabalho no Brasil: do início aos anos 20*. São Paulo: Editora Ática.
- KROPOTKIN, P. (s/d). *A questão social: o anarquismo em face da ciência*. São Paulo: Biblioteca Prometheu.
- MACHADO, M. C. (1962). Aspectos dos Movimentos Operários em Sergipe. *Revista de Aracaju*. Ano XIX, n. 7, 236-246.
- MOURA, M. D. G. M. (s/d) *Levantamento da imprensa operária do Estado de Sergipe*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe.

OLIVEIRA, J. M. (1987). O ideal anarquista no jornal *O Operário* (1896). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 29, 91-99.

RIBEIRO, A. C. (2011). *A Escola Operária* Horácio Hora. São Cristóvão: Editora UFS.

RIBEIRO, A. C. (2022). *As peculiaridades da Confederação Operária Brasileira (1906-1920)*. São Paulo: Editora Dialética.

ROMÃO, F. L. (2000). *Na Trama da História. O Movimento Operário de Sergipe (1871-1935)*. Aracaju: J. Andrade.

SÁ, A. F. A. (2024, 14 de maio). *Vestígios do anarquismo na Primeira República em Sergipe*. Disponível em: <https://www.ufs.br/conteudo/74304-vestigios-do-anarquismo-na-primeira-republica-em-sergipe>.

MINHA FORMAÇÃO COMO HISTORIADOR

Ivan Alves Filho¹

Dedico este texto aos historiadores Nelson Werneck Sodré, Pierre Vilar, Hélio Silva e José Honório Rodrigues, centrais em minha formação.

I

Meu trabalho resulta de um projeto de compreensão das bases da formação da nacionalidade brasileira. Foram 23 livros publicados por mim até o presente momento. Quatro outros livros já estão prontos, aguardando uma eventual publicação. E participei de 15 outras obras coletivas, além de prefaciá-las, apresentar ou fazer a “orelha” de mais de duas dezenas de livros.

Eu jamais poderia imaginar, sobretudo, em meus momentos de afastamento do Brasil e nos anos subsequentes ao meu retorno, após tantos anos de ausência, que um dia eu abriria espaço na produção editorial e, por extensão, cultural brasileira. Até hoje, eu me surpreendo com isso. Até porque eu não tenho ligações com a Academia. E o fato de constar com meus livros, em cerca de 350 bibliotecas espalhadas pelo mundo inteiro, é motivo de grande alegria para mim, não posso negar.

Só posso ser grato à vida por ter chegado à idade que cheguei, isto é, aos 73 anos. Muitos amigos e companheiros meus ficaram pelo meio do caminho ou se perderam pela vida. A ditadura militar

¹ Este texto incorpora trechos de um livro sobre a formação do Autor, ainda inédito e em fase de conclusão, intitulado *Vivi, li, escrevi*. Email: ivanalvesfilho@yahoo.com.br

implantada no país, em 1964, significou, para a minha geração, uma tragédia, que deixa um gosto amargo, ainda hoje, em cada um de nós. O saudoso poeta Ferreira Gullar, que passou por tantas dificuldades, em defesa de suas convicções democráticas, lembrava sempre que a liberdade era o único bem que estava acima da própria vida.

A partir do final dos anos 60, do século XX para cá, eu me lancei nos embates políticos, por intermédio do movimento estudantil, porta de entrada de muitos jovens da minha geração, no caminho da participação social. Com 16 anos incompletos, em 1968, eu talvez tenha sido o estudante mais moço preso, no país naquele período (eu seria novamente encarcerado, em 1972, no DOI-CODI, e fui detido depois, em 1979). Eu atuava com outros companheiros, na União Brasileira de Estudantes Secundaristas, a UBES. Posteriormente, eu integrei a União Nacional dos Estudantes (UNE), clandestina.

A meu ver, a ditadura implantada, no Brasil, entre 1964 e 1985 apontava, em sua essência, para uma violência exercida contra as classes trabalhadoras, da cidade e do campo e setores da intelectualidade. Como definiu o saudoso Alberto Passos Guimarães, não foi um simples golpe – por sua extensão e duração – nem uma revolução – própria das alterações profundas em um dado modo de produção. Mas, isto sim, uma mudança de regime, com o domínio de uma facção da classe dominante sobre outra.

Além da influência exercida por meu pai, o operário gráfico, jornalista e militante comunista, Ivan Alves, devo boa parte de minha formação ao convívio com figuras de destaque da vida brasileira, como Oscar Niemeyer, o grande nome de Brasília. E também Prudente de Moraes Neto, um dos idealizadores da Semana de Arte Moderna, no Brasil. Ou ainda Nelson Werneck Sodré, que dividiu generosamente comigo o livro Tudo é Política. Mais: considero-me um privilegiado por ter ouvido de Luiz Carlos Prestes suas histórias sobre a marcha da Coluna Invicta, ou de Agliberto Vieira de Azevedo e Gregório Bezerra episódios das lutas travadas por eles durante o Levante Aliancista, de 1935. Os embates pela melhoria das condi-

ções de vida dos trabalhadores ficaram mais claros para mim quando narrados por Roberto Morena, Luiz Tenório de Lima, Hilário Pinha e Hércules Correia. Nem é preciso dizer o quanto estes depoimentos influíram, inclusive, em minha compreensão da importância de um método como a História oral para o entendimento do Brasil.

E eu não poderia deixar de mencionar aqui uma universidade muito singular que aqueles da minha geração tiveram a alegria de ter: as publicações da editora Civilização Brasileira, dirigida por Ênio Silveira. Foi por intermédio dessa editora que tomei contato com o que o Brasil tinha de melhor, em matéria de produção intelectual. E não somente no Brasil: Ênio Silveira colocou a intelectualidade do país em ligação com o que existia de mais significativo, no panorama internacional, a começar pelas ideias de Jean-Paul Sartre, Roger Garaudy, Palmiro Togliatti e Antonio Gramsci. Aqui, cumpriria um papel fundamental, até mesmo pioneiro, o jornalista Luiz Mário Gazzaneo, nascido em Alagoas e criado em São Paulo, tradutor de *O caminho italiano para o socialismo*, de Togliatti, e *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*, de Gramsci. Em uma das revistas editadas por Ênio Silveira e Moacyr Félix, a *Encontros com a Civilização Brasileira*, publiquei meu primeiro texto historiográfico de algum fôlego. Isso se deu em 1979, o ano da abertura política. Ele versava sobre a décima edição de um clássico, *Formação histórica do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré. Devo essa para sempre ao Ênio e ao Moacyr.

Eu tampouco esqueceria de salientar aqui o papel que um livro, *Memorial dos Palmares*, exerceu em minha vida. Eu comecei a pesquisar o célebre quilombo, em 1974, 1975. Uma vez editado, em 1988, percorri vários pontos do território brasileiro, debatendo o objeto do meu trabalho. Conforme eu soube por um velho militante operário do PCB, *Memorial dos Palmares* foi adotado nos cursos de formação política dos soldados do MPLA de Angola independente, mas em luta contra a racista África do Sul. Isso se deu durante a fase que antecedeu à chegada de Nelson Mandela ao poder, naturalmente, quando o regime do Apartheid apoiava as investidas do grupo de

Jonas Savimbi, Unita, manipulado pelos serviços de espionagem de Portugal, a PIDE do ditador Oliveira Salazar. O velho companheiro me mostrou uma carta enviada de Luanda por seu filho, narrando que, ao visitar um acampamento do MPLA, em uma área de floresta, distante de Luanda, se deparou com um grupo de soldados lendo e discutindo o meu livro, *Memorial dos Palmares*. Aquela era uma forma de incentivar os combatentes do MPLA, numa hora difícil: afinal, seus ancestrais tinham lutado também, no Brasil, contra a opressão colonial, séculos antes. Assim, a luta continuava. Isso me emociona até hoje. Devido ainda ao *Memorial dos Palmares*, hoje, em quarta edição, a UNESCO me convidou, no final de 2000, para participar do Colóquio Internacional Escravatura e Mudanças Culturais, na belíssima cidade de Évora. Eu fui um dos 17 palestrantes do evento. Esse foi, talvez, o maior momento da minha atividade, enquanto historiador. O meu destino como pesquisador foi traçado ali.

Como não recordar, por exemplo, a figura de Doudou Diène, diplomata senegalês e diretor-executivo da UNESCO, que me convidou, em 1998, para apresentar um projeto sobre o tráfico de escravos, unicamente, com base na leitura que realizara do meu livro *Memorial dos Palmares*? Uma honra e tanto, sem dúvida. A ideia de Doudou Diène era entregar o projeto, nas mãos de Nelson Mandela, de quem era amigo pessoal. Mandela, que conheci no Rio de Janeiro, quando ele veio apresentar a alguns brasileiros sua candidatura à Presidência da República da África do Sul, se prontificou a discursar na Organização das Nações Unidas, pedindo o fim da dívida externa da África, com base na sangria representada pelo tráfico de escravos. O diferencial desse projeto é que se ele enfatizava a importância do tráfico para a acumulação primitiva de capital, conforme estabeleceu Karl Marx, também reconhecia que todos nós devíamos um novo continente – as Américas – ao trabalho compulsório dos africanos. Isto é, a aquisição definitiva de um continente para a Humanidade. Entreguei o projeto em questão, composto de duas dezenas de páginas, se me lembro bem, mas dificuldades internas da

UNESCO impediram a sua colocação em prática, apesar do empenho de Doudou Diène e de Violeta Aguiar Trovoadá, do pequenino São Tomé e Príncipe. Violeta era sobrinha do primeiro presidente de São Tomé Príncipe, Miguel Trovoadá, figura histórica da luta contra o colonialismo português, de ascendência brasileira, por sinal. Decididamente, um livro ganha o mundo.

As conversas também contaram muito, em minha formação. Quanto mais descontraídas fossem, mais didáticas eram ou mais força tinham. Com Oscar Niemeyer, aprendi o valor da beleza e o impacto da forma. E o Oscar me disse algo, certa vez, que nunca mais me saiu da lembrança: “o que move o mundo é o inesperado”. Afinal, em 14 de julho de 1789, o rei de França escrevia em seu diário, algo laconicamente, que naquele dia, nada havia acontecido, em seu país – Rien, cravou Luís XVI. Na madrugada, o seu palácio era invadido pelo povo, que havia tomado a Bastilha, em Paris, a capital situada a pouco menos de 40 quilômetros do Castelo de Versalhes, onde se encontrava a corte. E o próprio Lenin não escreveu, em 1916, em *O Estado e a revolução*, que sua geração de revolucionários não chegaria ao poder? Decididamente, o inesperado... Com Ferreira Gullar, também aprendi o valor supremo da beleza, só que, no seu caso, as palavras substituem as argamassas. Com Luiz Werneck Vianna, Alberto Passos Guimarães e Sérgio Augusto de Moraes percebi a necessidade de contextualizar a contribuição do pensamento de Vladimir Lenin, para avançar no conhecimento do Brasil. Com Nelson Werneck Sodré, entendi por onde começar a estudar a própria História do Brasil. Modesto da Silveira, Marcello Cerqueira e Milton Coelho da Graça me ensinaram o valor dos Direitos Humanos, que tanta falta faz, em nossa formação nacional. Eram homens de muita coragem. Com os velhos militantes comunistas – e aqui fica até difícil nomeá-los, para não cometer injustiças, já que a memória, volta e meia, nos ludibria – percebi o valor de fazer a análise concreta de uma situação concreta.

Minha experiência como editor, documentarista e jornalista também muito me auxiliou, ao redigir meus livros e ensaios. Atuei

como colunista, editorialista, entrevistador, cronista, revisor, resenhista literário, pesquisador de redação, repórter, correspondente internacional, colaborador-ensaísta, em várias publicações. Ou seja, desempenhei várias funções, em uma redação. *Jornal do Brasil*, *O Pasquim*, *Jornal de Debates*, *Banas*, *Módulo* (nestas três últimas, fui correspondente, em Paris, entre 1976-1979), *Brasil Mais* (1996-1997), *Agenda da Fundação Astrojildo Pereira* (por dez anos, a partir de 2005); *Revista Tendência*, *Cadernos do Terceiro Mundo*, *Caros Amigos*, *Jornal da ABI*, *Fórum Democrático*, *Comércio de Franca*, *O Estado de Minas*, *Brasil Mais*, *Política Democrática*, *Viu*, *Ecologia e Desenvolvimento* e *Voz da Unidade* foram algumas delas. Editei suplementos literários, durante anos no *Jornal do País – Nas Bancas* (por dois anos, parte desse tempo, com Rui Mauro Marini, 1984-1985) e no *Terceiro Tempo* (por cerca de nove anos, entre 2002 e 2010). Atuei como editor do portal eletrônico diário da Fundação Astrojildo Pereira (2007-2014) e também do jornal eletrônico *Vertente Cultural* (2013-2015), cujo corpo editorial era integrado por Eros Grau, Ferreira Gullar e Francisco Inácio de Almeida. E eu fui, ainda, editor do *Guia do Terceiro Mundo*, por nove anos, substituindo Herbert de Souza, o Betinho, que saiu da Editora Terceiro Mundo, para assumir a direção de um órgão de pesquisa no Rio de Janeiro, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

Aprendi, em minhas passagens pelos jornais, que os pequenos jornais não só gozam de maior liberdade de expressão, como também são mais criativos, chegando mesmo a pautar os grandes veículos.

Os diversos trabalhos, em rádio, talvez o veículo de comunicação que mais aprecio, até hoje, só reforçaram em mim o valor da palavra. Dirigi e apresentei programas sobre Educação e Cultura, na Rádio Roquette-Pinto (1985-1986), na Rádio Verde-Amarelo (2002) e na Rádio Carioca (2005-2006), todas sediadas no Rio de Janeiro. Na condição de membro da Equipe de Educação da Rádio Roquette-Pinto, participei tanto da produção do programa diário

Tome Ciência, em convênio com a Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), como de Roquette, na Constituinte, também levado ao ar diariamente. Entrevistei, no decorrer desse trabalho, figuras como Doutel de Andrade (líder do Governo João Goulart), Luiz Werneck Vianna (respeitado sociólogo marxista brasileiro), Giocondo Dias (ex-secretário-geral do PCB, em substituição a Luiz Carlos Prestes) e José Honório Rodrigues (grande historiador e erudito, de extração católica e ex-presidente da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional). Resultou deste material dezenas de fitas gravadas, encaminhadas ao IPHAN e hoje pertencentes ao acervo do Museu da República. E integrei, como comentarista, a equipe da Brasíltalia Web Rádio, elaborando entrevista e textos, entre 2020 e 2021, e, depois, discorrendo sobre Cultura e Política, no Brasil e na Itália, cinco vezes por semana, entre abril de 2024 até os dias atuais (novembro/2025). Durante o período em que ministrei aulas na Faculdade Hélio Alonso (Facha, 1979), no Rio de Janeiro, convivi com figuras admiráveis, como os professores Nilson Lage, meu diretor, e Ivan Cavalcanti Proença, profundo conhecedor da nossa Literatura. A palavra, sempre ela.

Como a palavra sempre me acompanhou, realizei dezenas de entrevistas com figuras representativas da vida nacional, com o objetivo de transformá-las depois em documentários. E isso foi feito: Oscar Niemeyer, Ferreira Gullar, Armênio Guedes, Sérgio Cabral (pai), Abelardo da Hora, Joel Rufino dos Santos, Nelson Pereira dos Santos, Antônio Ribeiro Granja, Moacir Longo, Paulo Elisiário Nunes, Carlos Alberto Caó de Oliveira, Zuleika Alambert e Leandro Konder foram alguns desses entrevistados, totalizando 44 filmes, no quadro da série *Brasileiros e Militantes*, mantida pela Fundação Astrojildo Pereira, entre 2005 e 2022. Creio que essa série representa uma contribuição, ainda que modesta, às lutas sociais brasileiras.

II

No total, passei cerca de dez anos fora do Brasil, entre idas e vindas. Durante sete anos, praticamente fiquei sem ver meus pais e minha irmã ao longo desse período. Mas minha mãe me diria depois ter se sentido aliviada por eu ter permanecido fora do país, durante esses anos todos. Guardo até hoje com carinho a última carta que ela me escreveu, antes da minha volta, dizendo que, dali para frente, ela iria poder me abraçar pessoalmente, depois de tantos anos de separação. Foi a única carta que guardei da minha mãe esses anos todos. Uma angústia que eu sentia lá fora tinha que ver com a data do meu retorno. E se a ditadura permanecesse no país, por trinta ou quarenta anos, como na Espanha do sanguinário Francisco Franco? Eu tinha amigos exilados espanhóis que passaram a vida sonhando com o retorno. Alguns morreram no exílio. Eu conversava muito com o querido amigo Raul Iavelberg a esse respeito e tínhamos receio de que algo semelhante pudesse acontecer conosco.

Além das pesquisas e leituras e a participação como cidadão, nas lutas do meu tempo, desejaria destacar o papel das viagens, em minha formação. Sob essa ótica, eu diria que fiquei marcado pelo fato de ter passado alguns anos de minha vida fora do Brasil, ainda muito jovem, e realizado os mais diferentes tipos de trabalhos, para sobreviver e assim poder prosseguir com meus estudos, independentemente da ajuda que minha família pudesse me dar. Fiz de tudo um pouco. Fui guarda, em biblioteca municipal, bilheteiro de teatro, cozinheiro, pintor de parede, lavador de pratos, engarrafador de vinho, operário em empresa gráfica. Nessas diferentes atividades, convivi com pessoas das mais diversas nacionalidades e horizontes sociais e culturais. Todos tentando sobreviver na vida de alguma maneira. De um lutador de boxe da Martinica a um antigo militar do exército fantoche do Vietnã do Sul; de um trabalhador da Nigéria, com jeito de carioca da gema, a um psicólogo da Índia de nome Wilfredo de Souza; de um cantor de bolero do Peru a estudan-

tes refugiados da então Checoslováquia, após a ocupação soviética. Não hesitaria em dizer que essa realidade significou tanto para mim quanto a participação nos embates do meu tempo. De certa forma, foram as minhas universidades também e pude conhecer o mundo ou até o submundo do trabalho e da imigração, em algumas partes da Velha Europa. Tenho consciência de que essa inserção múltipla, diferenciada, na realidade, moldou minha maneira de encarar os acontecimentos históricos. Retrospectivamente, vejo que tive uma trajetória atípica, em relação a alguns dos que vieram a se dedicar ao estudo da trajetória nacional brasileira, historiadores ou não. Ter trabalhado em fábrica, por exemplo, acabou me revelando uma realidade do mundo operário que se traduziu na seguinte certeza: não basta fazer com que o trabalhador se torne dono dos meios de produção sequer – quando esses mesmos meios o oprimem tecnicamente. A máquina quase como uma extensão do corpo do trabalhador. Muitas vezes, só quando as máquinas param é que o trabalhador tem consciência disso. Durante os acontecimentos de Maio de 68, na França, uma operária metalúrgica, de nome Monique, assim se expressou, quando os trabalhadores entraram em greve, em Montbéliard, na parte leste do país: “Foi impressionante escutar as máquinas pararem, uma após a outra, até o silêncio...” Para além da relação com o capital, há uma relação homem-máquina que também precisa ser reavaliada e superada. E isso talvez seja importante para se conhecer o chão da fábrica e suas peripécias, que tanta influência exerceu e ainda exerce sobre a vida brasileira. Como escreveu, certa vez, Karl Marx, “na manufatura e no artesanato, o trabalhador utiliza a ferramenta; na fábrica, ele é um servo da máquina.” Depois de Karl Marx, quem talvez tenha examinado as consequências mais marcantes da relação entre o homem e a técnica, tal qual ela vem se dando sob a égide do grande capital, talvez tenha sido o polonês Günther Anders, um dos expoentes do Humanismo, no interior do marxismo. Estudioso da tecnologia e de seus impactos sobre a vida moderna, Anders foi, ainda, um opositor de primeira hora ao na-

zismo e à Guerra do Vietnã, engajando-se também na luta pela paz no mundo, contra a corrida armamentista. Denunciou os crimes de guerra dos Estados Unidos, integrando o Tribunal Bertrand Russell. Entre 1964 e 1971, manteve uma ativa correspondência com outro grande expoente do Humanismo de base marxista, o filósofo e ativista húngaro György Lukács. Atuando por fora das estruturas universitárias, Günther Anders foi operário de fábrica e passou parte de sua vida trabalhando em pequenos ofícios, como, por exemplo, ascensorista em elevadores, no distrito de Hollywood, durante a Segunda Guerra Mundial. Falava com conhecimento de causa. Eu tenderia a destacar ainda o importante papel de Simone Weil, no entendimento desta relação homem-máquina. Essa escritora francesa descreveu sua experiência, na indústria Renault, que, ainda hoje, é uma referência extraordinária sobre o trabalho dos operários, em uma fábrica. Sua trajetória foi das mais densas no decorrer da primeira metade do século XX: além de sua experiência, em uma grande fábrica de motores da França, lutou na Guerra Civil Espanhola e na Resistência Francesa, e ainda era filósofa. Simone Weil destacava o papel opressor da máquina, em relação ao operário, chamando a atenção para o fato de que, no socialismo, essa situação não mudava. Ou, pelo menos, não bastava fazer com que o Estado se tornasse o proprietário dos meios de produção, se é que isso define o socialismo. Cabe ao homem, eu diria, fazer também as suas escolhas técnicas. Simone Weil era cautelosa até mesmo em relação à automação, dizendo que era preciso cuidado quando «coisas fazem o papel de homens, homens o papel de coisas.” Para ela, era preciso automatizar apenas o trabalho mais duro ou penoso, deixando uma margem de criatividade ao trabalhador, na elaboração de outras tarefas. Essa figura admirável tinha uma saúde frágil e morreu muito jovem, com apenas 34 anos. Simone Weil era de origem judaica, mas aproximou-se do Cristianismo, que considerava “a religião dos escravos”. Foi aluna do originalíssimo filósofo e professor Alain, sempre uma referência para mim, e companheira de faculdade de

Simone de Beauvoir. Simone Weil, que mesclava, talvez inconscientemente, o que o marxismo e o anarquismo possuíam de melhor, foi uma cidadã, por assim dizer, completa.

Eu tinha uma noção, mais ou menos clara, do peso do trabalho operário, entre nós, e isso a partir da minha própria família. A experiência de casa ensina. Tive um bisavô sapateiro, um avô que trabalhava em uma metalúrgica, outro avô torneiro mecânico, um tio, por parte de mãe, também torneiro mecânico, um pai gráfico, uma avó costureira e uma mãe também costureira. Eu me recordo, com carinho, de um tio-avô meu, Tio José, irmão de minha avó materna, camponês, no interior de Minas Gerais, e que ainda trabalhava, em sua plantação de goiaba, para fabricar doces no tacho, aos 83 anos de idade. Seus pés, desproporcionais em relação ao corpo, lembravam aqueles plantadores de café retratados por Candido Portinari. “Nós temos todos ancestrais camponeses”, escreveu Claude Michelet, no seu belíssimo *J'ai choisi la terre* (infelizmente, sem tradução em português, ao que eu saiba). Esses familiares tiveram uma experiência rica, mas, nem sempre, os produtores ou trabalhadores escrevem sua História. Inconscientemente, talvez eu tenha me lançado na escrita da História e na própria militância política, também, por isso, buscando aproximar História e vida concreta ou cotidiana, resgatando, assim, a luta pela sobrevivência dos meus familiares mais próximos.

As viagens deixam marcas. Vivi em vários países (além do Brasil, na França e na Alemanha, sobretudo) e percorri dezenas de outros, como Argélia, a antiga Iugoslávia, ainda na época de Josip Tito, a Grécia, a Itália, o Uruguai e a Bolívia. Conheci figuras humanas admiráveis, em minhas andanças pelo mundo. Fui aluno de Maurice Godelier e Pierre Vilar, na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais. Entrevistei Claude Lévi-Strauss e Henri Cartier-Bresson, na França. Estive com líderes políticos da estatura de Nelson Mandela, Jacques Duclos (ex-secretário-geral do PCF e chefe da resistência francesa à ocupação hitlerista), Luiz Carlos Prestes e Giocondo Dias. Frequentei comícios onde se apresentaram Enrico Berlinguer,

Dolores Ibarruri e Le Duc Tho. Assisti a apresentações musicais de Mercedes Sosa, Susana Rinaldi, Naná Vasconcellos e Mouloudji. Conheci intelectuais do peso de Samir Amin e Lucien Sève. Pesquisei em bibliotecas e arquivos extraordinários. Integrei o projeto A Rota do Escravo, da Unesco, e dei aula inaugural na Faculdade de Letras da universidade mais antiga da Europa, a de Bolonha, inaugurada em 1088. Tudo isso deixa marcas profundas.

Percorri o Brasil quase todo e conheço 21 estados da nossa Federação. Muitas dessas viagens eu realizei por conta do meu engajamento político. Ministrei cursos, palestras, participei de debates, seminários, lançamentos de livros e, também, discussões e reuniões partidárias pelo país afora. Foram mais de 20 ou 25 cidades brasileiras, a maioria delas capitais. Da Amazônia ao litoral do Nordeste, das grandes capitais do Sudeste ao Cerrado e deste ao Pantanal e a certas partes do Sertão. Nem é preciso dizer o que essas viagens representaram para mim, em matéria de conhecimento e contatos humanos. Cheguei a participar de encontros em Macapá, cidade, então, com cerca de 350 mil habitantes, com mais de mil pessoas presentes. Em Manaus, debati com centenas de outras pessoas. Eu me recordo que um homem se aproximou de mim, nesta cidade, e disse ter vindo restando por um igarapé, durante duas ou três horas, para participar de uma palestra que Francisco Inácio de Almeida e eu estávamos ministrando sobre a trajetória das lutas populares no Brasil. Não há como não se comover. Em Macapá e em Campo Grande, eu me reuni, respectivamente, com grupos de índios Wajãpi e Terena, os quais lutavam pela permanência de suas culturas e identidades, em estreita ligação com militantes oriundos do antigo PCB. Minhas andanças pelo rio São Francisco me revelaram um Brasil roseano, das barrancas do Velho Chico. O criativo intelectual alagoano Dirceu Lindoso, que também percorreu o rio São Francisco, dizia que não deveríamos transplantar a categoria arcaica ou a noção de arcaísmo do exame da economia para o plano da Cultura. Considero isso fundamental. Em companhia do saudoso amigo Fausto Matogrosso, fui

de Campo Grande a Corumbá e desta cidade à Bolívia, para lembrar a viagem que Astrojildo Pereira fez a Puerto Suárez, onde faria contato com o líder revoltoso Luiz Carlos Prestes, em nome do Partido Comunista, em dezembro de 1927. Exilado na Argentina, Prestes ganharia depois a União Soviética, onde ingressaria no Partido Comunista Brasileiro.

III

O meu mergulho de tantas décadas, no estudo da nossa realidade, fez com que eu procurasse me inteirar dos grandes períodos formadores do país. Eles são quatro, em minha compreensão.

O primeiro deles – que busquei examinar, no meu livro *Memorial dos Palmares*, publicado, inicialmente, na década de 80 do século passado – tem que ver com o surgimento do Quilombo dos Palmares, no atual território de Alagoas, ainda no último quartel do século XVI. Este livro foi praticamente todo construído, em arquivos, onde compulsei milhares de documentos. Fiz um esforço para reconstituir o dia a dia dos quilombolas, e a estrutura de suas aldeias, para além das narrativas de corte, meramente, militar. Consegui, ademais, estender a duração do movimento, atingindo um total de quase 130 anos de luta. Palmares foi, muito provavelmente, a mais longa rebelião contra a escravidão, nas Américas. Essa revolta materializou o desmoronamento do mundo das tribos e o surgimento do mundo das classes: as roças indígenas e o trabalho livre saíam de cena, entrando, em seu lugar, o latifúndio e o trabalho compulsório, a escravidão. Um mundo das tribos que procurei entender, por sinal, ao coordenar o primeiro livro voltado para o período, inteiramente, indígena de nossa trajetória, intitulado muito a propósito *História pré-colonial do Brasil*, lançado em 1993. Nele procurei esmiuçar como se deu a passagem para a sociedade de classes, examinando, inclusive, mitos indígenas como a Terra sem Males. E, nessa passagem, a questão do poder – tanto

quanto a das mudanças que se operam na base material – adquire uma função fundamental. Aliás, de tanto nos atermos ao exame das classes sociais, esquecemos, por vezes, de nos debruçar sobre a realidade do poder, tão ou mais complexa quanto. Até porque existe poder, no interior das sociedades sem classes. E é, talvez, o que vai explicar a aproximação que acontece, no âmbito das sociedades de classes contemporâneas, entre ditadores que se reivindicam de diferentes posicionamentos ou horizontes ideológicos, mas que se unem, no quesito manutenção do poder, a qualquer custo. Os autoritários de todos os matizes se entendem.

O segundo momento foi encarnado pela Conjuração Mineira, de 1789 – que procurei estudar, em meu livro *O caminho do alferes Tiradentes – uma viagem pela Trilha dos Inconfidentes*, publicado, inicialmente, em 2018 e reeditado em 2022. O livro hoje está sendo transposto para uma série documental, a ser dirigida por José Carlos Asbeg. Nesta obra, mesclo pesquisa histórica, relato de viagem, estudos e observações culturais, com ênfase no papel do barroco, em nossa História. O sentimento de brasilidade despontou, pela primeira vez, em Minas Gerais. E a cultura saiu na frente, formando-se, antes do Estado nacional, propriamente dito, em 1822. E, por uma razão: pela primeira vez também, se estabelecia, entre nós, um embrião de mercado interno, o qual colocava brasileiros de diversas regiões, em contato uns com os outros (o sal do Rio de Janeiro, o gado do Rio Grande do Sul e Goiás, o bandeirante, de São Paulo e da Bahia, o ouro, da região das Minas e por aí vamos; tudo entrelaçado). Compulsei centenas de obras e viajei, por 15 anos, pela região do ouro, perfazendo uma espécie de geografia da Inconfidência Mineira. Eu me apoiei no quarto volume ou inquérito dos Autos de Devassa, centrado na figura do alferes Joaquim José da Silva Xavier e fui seguindo os passos de Tiradentes, misturando passado e presente. Ou seja, transformei-me um historiador de campo, à maneira dos antropólogos. “Por ódio, cobiça e inveja / vai sendo o inferno traçado”: constatei, nessas minhas andanças, quase que em estado

bruto, a verdade contida nesses belos versos de Cecília Meireles, no seu *Romanceiro da Inconfidência*.

O terceiro momento era o da Geografia propriamente dita, da unidade territorial como que embalada pelas águas do rio São Francisco, o Velho Chico mineiro, interligando várias regiões do país. Os rios, como os mares e oceanos, formam as bases de muitas civilizações. Conforme disse o historiador britânico David Abulafia, os povos navegantes têm, com as águas, a mesma relação dos “Berberes Tuaregues com o deserto e os Incas com a montanha.” Assim é o povo das barrancas do rio São Francisco, um povo das águas doces. Percorri a região do São Francisco, em sua parte mineira, com mais de 2.500 quilômetros, e devo dizer que esta viagem me transformou a tal ponto que resolvi mudar para Minas Gerais, terra onde nasceu minha mãe e onde eu havia morado quando criança. Fui à procura do Brasil profundo. Durante essa viagem ao rio São Francisco, eu tive contato com pinturas rupestres, com os índios xacriabá, com raizeiros, carranqueiros, barqueiros, e, também, com bordadeiras e músicos populares e suas magníficas Folias de Reis. Não há como não ser tocado por uma experiência dessa. E, mais uma vez, eu me tornei um misto de historiador, repórter, antropólogo e andarilho, em contato com aquele povo do sertão mineiro. E foi com esse povo barranqueiro que obtive as informações mais relevantes sobre o rio São Francisco. A relação dos ribeirinhos com o Velho Chico é umbilical. Seja sobre as veredas – esse caminho das águas, onde ocorre a oxigenação do rio – ou sobre os buritis – que acusam a ocorrência de água sob o solo –, posso dizer que quase tudo que aprendi por lá foi com eles. Soube da importância das matas ciliares para impedir que as bordas dos rios invadam as águas, provocando o chamado assoreamento, ou o acúmulo de sedimentos. E fiquei imaginando o quanto a historiografia se revela injusta para com os membros das comitivas dos grandes viajantes brasileiros e, sobretudo, europeus do século XIX, que muito absorveram, em matéria de informação, ao entrarem em contato com os anônimos carregadores, caçadores,

pescadores, cozinheiros e batedores de caminho que os acompanhavam. Parte desses homens eram escravos. Os brasileiros do sertão, das margens dos rios e do interior das florestas deram indicações preciosas sobre a fauna e a flora brasileiras e isso não é reconhecido. Muitos tinham origem indígena. A ligação entre Arte, Ciência e Natureza ficaria incompleta, sem eles.

O último momento formador eu o situaria na belíssima aliança travada entre os jesuítas – provavelmente, o melhor elemento humano da Colônia – e os índios em amplas áreas do Sul do país, ainda, no início do século XVII. Nela, foi respeitada a propriedade comunal da terra e o trabalho livre. Não sei se, aos 73 anos, ainda terei fôlego para me debruçar especificamente sobre esta última epopeia, sobre a qual tenho escrito, vez por outra. Mas fica aqui a proposta. Como uma parte da minha família deita raízes na entrada da região missioneira, mais, exatamente, em Passo Fundo, e dela ouvi falar, desde a infância, espero ainda poder me aprofundar nessa experiência um dia.

Esses anos todos dedicados ao exame da trajetória nacional brasileira me conduziram a fazer algumas observações. No meu livro *O historiador e o Tapeceiro* fiz determinadas considerações que vou procurar resumir aqui. Para mim, quatro características se destacam, em nosso processo histórico, por seu turno, na conformação do Brasil atual. São momentos que eu classificaria de estruturantes. Pelo menos são esses que aponto, e posso estar equivocado. Pelo sim, pelo não, vamos a eles.

Em primeiro lugar, a presença portuguesa impôs à nova terra não somente uma nova forma de produzir como também afastou dela os produtores originais, em boa parte substituídos pela força de trabalho africana. Um novo modo de produção, com novos produtores. E isso é muito radical, historicamente falando. Cheguei a esta conclusão ao elaborar livros como *História pré-colonial do Brasil* e *História dos estados brasileiros*.

Em segundo lugar, eu pude constatar que o Brasil resulta muito mais de uma pilhagem do que, propriamente, de uma ocupação

“racional”. A tal ponto que, no período colonial, se manifestou um colonialismo sem colonização e, no chamado período independente, uma colonização sem colonialismo. Eu conversava a esse respeito com o historiador Hélio Silva, durante um trabalho que elaborei para ele, no Centro de Memória Social Brasileira, no Rio de Janeiro, e ele me deu razão. Isso se deu por volta de 1984, 1985. Naturalmente, eu, então um jovem historiador, me senti muito lisonjeado, com a opinião dele.

Em terceiro lugar, creio que poderia destacar o papel da negociação, em nossa formação. Ou seja, não tivemos por aqui nem revolução, no sentido de se colocar o Estado abaixo nem conciliação, propriamente, dita. De um lado, a sociedade civil não era, suficientemente, forte para mudar tudo de chofre; de outro, tampouco o Estado era suficientemente forte para evitar as mudanças. Então, a negociação se impunha. Daí a Independência negociada, em 1822, a Abolição negociada, em 1888, a República negociada, em 1889, assim como os acontecimentos de 1930 (a chamada Revolução de Outubro), 1985 (com o triunfo da oposição democrática, no Colégio Eleitoral) e 1988 (a Constituição, enterrando a ditadura militar). Uma espécie de longa marcha, através das instituições, se preferirmos assim. Mas sem exclusão de nenhum tipo de intervenção ou participação política, inclusive, armada. O que existe, na verdade, é uma combinação de formas de luta desaguando no mar da negociação. Nada de opor Reforma e Revolução. No fundo, reformamos a Revolução e revolucionamos a Reforma, uma vez que a mudança social se impôs, ainda que de forma mais gradual ou menos abrupta, digamos. Afinal, Revolução nada mais é do que mudança no modo de produção, e, nesse sentido, a Abolição foi, até aqui, a única Revolução social brasileira, já que alterou a maneira de produzir e distribuir as mercadorias na sociedade. Nunca é demais lembrar que o dinheiro só se transforma em capital quando a força de trabalho se torna uma mercadoria. É a mercadoria que contém o valor total do capital; é o seu destino final. A Abolição abre a via para esse novo estado de coisas.

Se o conflito armado fosse sinônimo de Revolução, o capitão Virgulino Ferreira, o Lampião, seria o líder incontestável da Revolução brasileira. Quando eu me debruçava sobre a epopeia do Partido Comunista Brasileiro, eu me convencia, ainda mais, da justeza desse propósito, desse entrelaçamento, entre Revolução e Reforma, resultando na via negociada de transformação social. E aqui cabe uma rápida observação sobre o valor da História oral em uma História como aquela dos comunistas no Brasil. Por uma razão: como o PCB foi proscrito, durante 65 anos da vida brasileira, os comunistas não poderiam fazer anotações nem mesmo firmar, tanto assim, suas intenções em documentos, sem fazer uso de uma certa cautela. A história do PCB pertencia às esquinas das ruas, ao chão das fábricas, às plantações espalhadas pelas mais diversas regiões do país, às entidades estudantis e aos porões das diversas ditaduras que perseguiram o Partido. Segui este critério, nos livros que dediquei ao PCB. Mas, apesar das perseguições que sofreu, o PCB buscou entender as especificidades do Brasil, apostando na via negociada, consciente ou inconscientemente.

Finalmente, chego ao quarto ponto que desejo destacar, em nossa trajetória. Isto é, ao caráter de síntese presente, em nossa cultura. Entre a dimensão tradicional e a moderna; entre o fator erudito e o popular; entre a reflexão teórica e a participação política e, também, entre as diferentes matrizes culturais. Autóctone no Brasil é a síntese, a mescla. A nossa Cultura é como uma árvore de tronco antigo e galhos novos. Afinal, a língua portuguesa possui 800 anos. Os mitos indígenas, alguns milhares de anos. O mesmo podemos dizer dos nossos orixás. A síntese (isto é, os galhos) é que é nova, propriamente. Quanto citamos nomes, sentimos melhor isso, talvez. Assim, tivemos um Tomás António Gonzaga, um Aleijadinho, um Castro Alves, um Villa-Lobos, um Humberto Mauro, um Portinari, um Guignard, uma Tarsila do Amaral, um Pixinguinha, um Noel Rosa, uma Nise da Silveira, um Graciliano Ramos, um Ariano Suassuna, um Manoel de Barros, um Nei Lopes, um Ferreira Gullar,

um Caetano Veloso, um Plínio Marcos, um Oscar Niemeyer, personagens de proa da nossa Cultura que materializam perfeitamente isso. Como escreveu Darcy Ribeiro, nós brasileiros somos “um gênero singular de gente marcada por nossas matrizes, mas diferente de todas, sem caminho de retorno a qualquer delas. Esta singularidade nos condena a nos inventarmos a nós mesmos, uma vez que já não somos indígenas, nem transplantes ultramarinos de Portugal ou da África.”

Evidentemente, existem lacunas sérias em nossa historiografia. O próprio período pré-colonial não tem merecido a devida atenção dos estudiosos e pesquisadores. Mais: há dez anos, mais exatamente no meu livro *O historiador e o tapeceiro*, eu apontei para a inexistência de trabalhos relativos à participação da classe operária ainda em formação na luta pela Abolição. E esta realidade ainda persiste, estranhamente. Sinto falta, igualmente, de estudos sobre as técnicas, como se estas não pertencessem à história das mentalidades, tão ao gosto da historiografia moderna. A cultura material, aquela do mundo do trabalho, não goza da devida atenção dos estudiosos em geral. Há uma tentativa de redução da História ao conceito. O concreto, nessa visão, é um detalhe. Obviamente, o conceito é imprescindível, mas é imprescindível para nos aproximar da realidade e não para substituí-la. Para desvendar a realidade e não para escamoteá-la até. Nelson Werneck Sodré me disse, uma vez, quando lhe perguntei sobre alguma lacuna que gostaria de preencher, em seu trabalho, que sentia uma grande frustração por não ter feito um livro sobre a classe operária brasileira, da mesma forma que elaborara uma História da burguesia brasileira. O trabalho, sempre ele. Pois nem tudo ocorre como naquela lenda mursi, da África Negra, que dizia assim: “em outros tempos, o Céu estava tão perto da Terra que bastaria estender a mão para colher um pedaço do firmamento e se alimentar com ele.”

Há temas, perfeitamente, descartáveis e que ganham um destaque inexplicável, por vezes. Talvez isso se deva àquela nossa vocação para o exame do “pormenor inútil” a que se referiu, certa vez,

Otto Maria Carpeaux, ao se debruçar sobre os aspectos negativos – porque os houve – da influência do barroco, em nossa formação nacional. Uma certa busca de originalidade, a qualquer preço, no trato de alguns temas considerados importantes, às vezes, equivocadamente, pela Universidade, tampouco ajuda muito. De um lado, nem tudo que aconteceu na História é ... História. Na realidade, um determinado acontecimento só ganha historicidade quando marca ou influi na marcha da própria História. De outro, alguns acontecimentos não passaram pelo crivo da História, por uma razão simples: não tiveram a menor importância.

IV

Seja como for, essas são, em grandes linhas, a minha base historiográfica, o que a História brasileira pôde me ensinar. Nunca me afastei da ideia de processo histórico. Os próprios títulos de alguns trabalhos meus retratam isso: História pré-colonial do Brasil, História dos estados brasileiros, Cronologia do Brasil. E, naturalmente, Documentos fundamentais do Brasil – bibliografia, análise historiográfica, obra a ser lançada em breve. O Brasil sempre está presente, logo se vê. Outras áreas de trabalho que me interessaram têm que ver com a Cultura e as lutas sociais, e a elas dediquei alguns livros e ensaios, como *Cozinha brasileira* (com recheio de História), *A Arte em estado de crônicas*, *A saída pela Democracia*, *PCB-PPS e a cultura brasileira* (obra incluída no site Arquivo Marxista na Internet, ao lado de 400 outros nomes do marxismo internacional, ao longo do tempo) e, também, *De Oscar a Niemeyer - Meu convívio com o maior arquiteto contemporâneo*.

Narrativa, conceito, releitura do que já se escreveu sobre determinado tema e renovação das fontes e dos objetos de pesquisa: não se faz História sem esses componentes. Sem esquecer que análises novas podem surgir de uma revisitação à documentação mais antiga, como análises pífias podem despontar de uma docu-

mentação mais recente. Ao lado do necessário cuidado, na condução das pesquisas e do indispensável recurso ao aparato conceitual, sempre tive uma preocupação com a linguagem, buscando torná-la mais compreensível a todos. “Evite os adjetivos o máximo possível e recorra sempre aos substantivos”, ensinava meu pai. Afinal, substantivo vem de substância. Foi o que procurei fazer. Apesar de me identificar com o marxismo da Terceira Internacional fundada por Vladimir Lenin, poucos meses após o assassinato de Rosa Luxemburgo – ou a sua ala democrática, como costume denominar, representada por Clara Zetkin, Victor Serge, Georgi Dimitrov, Nikolai Bukharin, György Lukács, Ernst Bloch, Antonio Gramsci, Palmiro Togliatti, Astrojildo Pereira, José Carlos Mariátegui, Jorge Semprún, Ernest Fischer, Karel Kosik, Henri Lefebvre, Adam Schaff, Milovan Djilas e Zygmunt Bauman, entre outros nomes extraordinários –, sempre procurei aprender com escolas de pensamento diferentes e abordagens também diferentes. Tenho consciência, por exemplo, de que um cientista social pode ser avançado, no plano conceitual, e não revelar a mesma sensibilidade, no tocante a inovações de corte mais técnico inerentes ao seu trabalho (no caso da História, o recurso às estatísticas, por exemplo). E vice-versa. Além disso, é preciso verificar que à época de Marx não existia ainda a Antropologia, a Cibernética, a Linguística, a Psicanálise, a Semiologia, enquanto a própria Psicologia, a Arqueologia e os estudos relativos ao Folclore apenas engatinhavam. E é preciso dizer também que o que era válido, no tempo de Marx e Engels, pode, perfeitamente, não ser mais válido hoje. Em conversa comigo, no Rio de Janeiro, ali na virada do século XX para o século XXI, Armênio Guedes me disse o seguinte: “o que era esquerda lá atrás pode não ser mais esquerda hoje.” Quando comentei essa observação do Armênio com Sérgio Augusto de Moraes, um velho dirigente comunista, ele me disse o que se segue: “é preciso 20 ou 30 anos de experiência e reflexão para produzir uma frase dessas...”

A rigor, não possuo domicílio fixo em matéria de estudos históricos, tendo interesse por vários campos da História, do mundo

do trabalho às lutas sociais e políticas e destas à vida cultural. É a História total a que se refere Eric Hobsbawm (que não se confunde com a História de tudo, mas, sim, implica uma visão integradora, estrutural).

No fundo, o que me atrai, acima de tudo, é o processo histórico em si, repito, a visão de conjunto, justamente. Ainda quando realizo algum trabalho “setorial”, algum estudo de caso, procuro ligar o particular ao geral, sempre. Aprendi isso com um mestre do valor de Nelson Werneck Sodré.

E isso é válido também para a militância, a atuação política de cada um de nós. Tudo é parte da luta e não há luta à parte, sempre observo isso. Há um aspecto regressivo, em algumas propostas identitárias atuais, por exemplo. Assim, elas, muitas vezes, desembocam em engajamentos que lembram as lutas pré-políticas. Nesse sentido, alguns estudiosos parecem se empenhar em abolir da História as relações entre as classes sociais. E as relações entre as classes implicam relações de exploração, indo além da opressão. Os partidários da visão racista, pela “direita” ou pela “esquerda”, querem nos fazer crer que existe, de um lado, o eurocentrismo e, de outro, o identitarismo pós-colonial, decolonial ou algo nessa linha confusa e diversionista. E nada mais. Afastam, assim, do nosso horizonte a possibilidade de as relações humanas poderem se dar, de forma livre, em ambiente histórico que exclua a opressão, justamente. Na visão identitária, o ser humano desaparece, em detrimento do negro, do branco etc. Ou seja, as diferenças se sobrepõem às semelhanças, sendo mais importante o que nos desune do que aquilo que nos une. É a própria dissolução do Humanismo. E não há nada pior do que isso. O contrário disso é retomarmos aquilo que o arqueólogo francês Yves Coppens definiu certa vez como “consciência de grupo”.

Voltando à questão do fazer histórico, propriamente dito, a especialização nunca me impressionou muito, apesar de buscar aprofundar, ao máximo, dentro das minhas possibilidades, os temas que pesquisei, durante algumas décadas. Mesmo uma obra como *O quei-*

jo e os vermes, do notável historiador italiano Carlo Ginzburg, ainda que pertença ao domínio da chamada micro-História, possui “ingredientes universais, isto é, elementos concretos para a construção de uma história global.” É possível, então, partir do cotidiano para desvendar as estruturas sociais.

Assim, costumo dizer que me transformei, portanto, em um historiador de campo, indo além dos gabinetes e das bibliotecas, ao mesmo título que alguns antropólogos e geógrafos. Creio que não existe escola mais completa de Humanismo aplicado à História do que essa. Eu me recordo que, em Itupiranga, no Pará, quando eu realizava uma pesquisa a respeito da coleta nos castanhais, conheci uma índia da tribo Gaviões do Oeste, do tronco linguístico macro-jê, que me relatou que parte da sua tribo tinha sido dizimada por caçadores de índios, ainda quando se encontravam no Maranhão. Estes caçadores atiravam nos índios por puro sadismo, para exterminá-los mesmo. E ela disse ainda que outra parte da tribo morreu, ao entrar em contato com os “brancos” ou “civilizados”, uma vez que contraíram gripe. E eu falei então da disseminação, entre os índios, de vírus trazidos pelo homem branco. Ela negou isso imediatamente. E me contou o seguinte: os índios morriam de pneumonia porque, proibidos de andar nus pelos padres e outros grupos de contato, tomavam seus banhos nos rios e, ao saírem, eram obrigados a secar suas roupas, no próprio corpo. Penso que esse depoimento tem um valor histórico muito grande. Refleti muito sobre isso, fruto das minhas andanças pela Amazônia. O grande historiador Marc Bloch, um dos símbolos da resistência francesa ao nazismo, dizia que devia seu conhecimento da França rural tanto à leitura dos livros e pesquisas, em arquivos, quanto às suas andanças pelo país profundo.

Eu não construí, por razões diversas, uma carreira acadêmica, mas pelo menos tenho a consciência de ter me esforçado, no sentido de dar uma contribuição à historiografia brasileira. Eu parti de uma premissa, qual seja, a de tentar preencher algumas lacunas, em nosso conhecimento histórico. Eu não saberia dizer se fui bem-su-

cedido ou não. Mas tentei. O principal é ter compreendido o sentido profundo daquela frase de Frantz Fanon – ou seja, procurei fazer de mim mesmo um “homem que se interroga”. Perguntar vem do latim *percontare*, e, nesta palavra, há o termo *contus*, isto é, uma ripa comprida de madeira com a qual é possível remexer uma superfície até tocar o fundo. Procurei conhecer a marcha e seguir em frente, como está dito na bela canção de Renato Teixeira e Almir Sater.

O que dizer mais? Talvez que, entre idas e vindas, levei dezenas de anos pesquisando, trabalhando, por vezes, na mais completa solidão. O que expus aqui é uma experiência de meio século de atuação social. Vida pessoal e construção do conhecimento sempre caminhando, lado a lado. Se este breve relato servir para despertar, nos jovens historiadores, o desejo de amar ainda mais a terra brasileira, a trajetória do seu povo, a sua História, enfim, eu terei dado por encerrada a minha missão.

Nadar em um rio, escutar um pássaro, tocar uma flauta, enlaçar a mulher amada, brincar com os filhos, caminhar pelos campos, conversar com os amigos, fazer seu próprio pão e ler um poema em silêncio. Quando é que o Homem vai se convencer, de uma vez por todas, que as coisas simples são de paz? No fundo, não me canso de pensar em algo que escrevi há tempos. Qual seja: “permanecerás com os pés fincados no chão e os braços, como a sua cabeça, bem abertos e soltos nos ares. E, então, tu serás vida, como árvore do campo”.

JACINTO ODDONE, HISTORIA AL SERVICIO DE LA IDENTIDAD PARTIDARIA

Alex Emmanuel Ratto¹

INTRODUCCIÓN

Existe una tensión entre la historiografía militante y la académica, radicada en la divergencia de sus objetivos primarios. La historiografía militante explora el pasado bajo el prisma de una causa política, ideológica o social, y su propósito principal es movilizar, concienciar y legitimar la lucha en el presente. En contraste, la historiografía académica tiene como fin último la comprensión y explicación del pasado mediante un método riguroso, a través de la crítica de fuentes, el análisis de multicausalidades y el escrutinio por pares, lo que inevitablemente resulta en narrativas más complejas y matizadas.

De este modo, desde la academia, se acusa a la historia militante de ser esencialmente propaganda, que distorsiona y selecciona hechos de manera interesada para ajustarlos a una narrativa preconcebida, fomentando así el maniqueísmo y los mitos históricos. Por su parte, los sectores militantes critican a la academia de elitista y desconectada de las realidades sociales, reprochando a los académicos el refugiarse en una torre de marfil de tecnicismos,

¹ Magíster en Patrimonio Histórico y Cultural por Universidad de Huelva (España) y Profesor de Historia por la Universidad Nacional de Rosario (UNR). Postítulo en Educación y TIC. Doctorando en Historia. Docente en la Cátedra Problemática Histórica del Primer Año Común, Facultad de Humanidades y Artes de la UNR. Director del Archivo estudiantil de la UNR. Email: alexeratto@gmail.com

paralizándose en el análisis y despojando al pueblo de una herramienta crucial para su emancipación.²

Lejos de constituir una simple oposición destructiva, esta tensión posee un carácter dialéctico y productivo para el campo histórico. La historiografía militante desempeña un papel crucial al visibilizar actores y procesos tradicionalmente marginado, como las historias de los oprimidos, las mujeres y las minorías, introduciendo así temáticas urgentes en la agenda de investigación y obligando a la academia a ampliar sus perspectivas y conectar con demandas sociales más amplias. Un ejemplo de ello lo encontramos a la hora de estudiar la construcción de una identidad política en la década de los treinta de una organización particular de la izquierda como lo era el Partido Socialista (PS). Esta primera apreciación se debe a que entendemos que no hay una única izquierda, sino varias. Una coexistencia de diversas y plurales izquierdas. En este sentido, Ricardo Falcón supo definir este concepto como “al conjunto de movimientos políticos expositores de ideologías que globalmente se podrían denominar de contestaciones sociales” (Falcón, 1987, p. 366).

Al tratarse de un problema amplio y complejo, enfocaremos nuestro estudio en el análisis del libro *Historia del Socialismo argentino 1896-1911* de Jacinto Oddone, militante e historiador del Partido Socialista.

Publicada por primera vez en 1934, y reeditado en un formato abreviado en 1983, es una obra significativa de la historiografía argentina. Es el primer trabajo sistemático de la historia del socialismo en el país. Pero al ser escrita por uno de sus dirigentes, no escapa de

² En la historiografía reciente un ejemplo de este debate se dio entre Tarcus (2011) y Palti (2012). Palti rechazó la visión de Tarcus de que toda historiografía es inherentemente ideológica y que la “objetividad” es una máscara del liberalismo. Para Palti, aunque el presente influye en las preguntas históricas, esto no implica que la historia deba ser un instrumento de lucha política. Tarcus acusó a Palti de deshistorizar el debate y reducir las diferencias a un problema meramente historiográfico, ignorando su dimensión política. Para Tarcus, toda historiografía está inevitablemente impregnada de política.

convertirse en un ensayo político en sí mismo. Cobrando con ello otra dimensión, porque no sólo nos narra los orígenes del partido, sino que además se marcan posiciones, con respecto a la huelga o al uso de la violencia, se critica el accionar del anarquismo y del socialismo revolucionario, se defienden y se destaca las acciones de los dirigentes en conflictos. En fin, se trata de definir una ideología, un conjunto de ideas que funcionen para la construcción de una identidad colectiva dentro de las filas del PS.

Por lo tanto, esta dualidad del libro nos despierta varios interrogantes: ¿Por qué hay una necesidad de escribir un libro de historia de Partido Socialista en los primeros años de la década de los treinta? ¿Cómo se articula un relato histórico con el contexto político general y la situación partidaria de entonces? Más específicamente, al tratarse de un libro de historia ¿Qué nos cuenta? ¿Cómo lo hace? Pero ante de ello, es necesario preguntarnos: ¿Quién fue Jacinto Oddone?

JACINTO ODDONE, UN MILITANTE SOCIALISTA

Como suele suceder con muchos pensadores que no logran una consagración real ante el conjunto de la sociedad, conocemos más los frutos del trabajo que al trabajador mismo. En este sentido, Jacinto Oddone es un claro ejemplo. Poseemos el contacto de su pensamiento a partir de sus obras publicadas, pero desconocemos en detalle sus intereses y experiencias que nos ayudarían a entender desde una perspectiva personal su producción intelectual.

A diferencia de otros socialistas que vieron necesario dejar a futuras generaciones sus recuerdos y balances de vida en autobiografías³, en nuestro caso no contamos con este privilegio. Además, tampoco encontramos una biografía propiamente dicha. Lo más cercano a ello son dos breves relatos de sus compañeros de militan-

³ Tales son los casos de *Mi paso por la política* de Nicolás Reppeto (1957) y *Recuerdos de un militante socialista* de Enrique Dickmann (1949).

cia. *Una vida ejemplar*, de Américo Ghioldi, un discurso pronunciado el 17 de junio de 1961 en el acto de homenaje por su 80° aniversario; y *Adalid de las causas obreras y socialista*, de Luis Pan, publicado por primera vez el 7 de junio de 1961 en *Afirmaciones*, también por motivo a su aniversario.

Estos textos son discursos muy particulares, debido a que ambos poseen la marca de su tiempo. Sus autores, al igual que Oddone, formaban parte del entonces Partido Socialista Democrático (PSD), unos de los desprendimientos del PS a fines de los cincuenta. Frente a los sectores *moderados* e *izquierdistas*, este núcleo de militantes encabezados por Ghioldi había conformado un sector opositor de claro cariz conservador y antiperonista (Tortti, 2009). Por ello, los dos textos están llenos de referencias a resaltar la figura “ejemplificadora” de un militante que denunció y luchó contra el peronismo. Dejando al olvido o descuidando otras experiencias y cualidades, en especial las referidas a su rol como intelectual dentro del partido y como historiador.

Sin embargo, a partir de ellos, podemos inferir que la labor intelectual de Jacinto Oddone estuvo en parte inspirada por su historia de vida. Hijo de trabajadores, inició su militancia en el gremialismo proletario, para ser más exacto en la sociedad de resistencia de los carpinteros de Buenos Aires. En 1896 se afilió al Partido Socialista, allí aprendió a leer y a estudiar. En el fue periodista, redactor del órgano oficial; miembro del Comité Ejecutivo y secretario general, miembro fundador de la Federación Socialista Bonaerense, Legislador provincial, intendente de Avellaneda y parlamentario nacional.

Su juventud política estuvo marcada por la resistencia a un gobierno de carácter oligárquico y cerrado. Asistió al nacimiento del socialismo, del sindicalismo obrero, de la cooperación y de los primeros grupos de cultura social popular. Vivió los años de la reacción de la clase gobernante ante las protestas sociales, y en consecuencia conoció las persecuciones y el régimen de las deportaciones. Conoció la primera experiencia del sufragio libre y su fracaso frente a

las fuerzas conservadoras en 1930. Además, observó con cautela la Revolución Rusa y se manifestó férreamente contra el fascismo y el nazismo.

En 1949 viajó a Ginebra para participar en la asamblea de la Confederación Internacional Obrera de Sindicatos Libres marcando una línea claramente opositora del Partido Socialista frente gobierno del General Perón, junto con un negativo balance del movimiento obrero⁴. En la asamblea denunció al gobierno nacional de entonces.

Oddone fue un autodidacta, su escuela fueron el taller, la vida, el gremio y principalmente el Partido Socialista. Oddone escribió además de la *Historia del Socialismo argentino 1896-1911: Historia del gremialismo proletario* (1949); *Las comunidades religiosas* (1926); *El factor económico en nuestras luchas civiles* (1937); *La burguesía terrateniente* (1930). Este último libro, que consistía en explicar cómo pasaron a manos privadas una enorme cantidad de tierras públicas, cómo la formación de latifundios se convirtió en la “rémora del progreso nacional y la prosperidad de los habitantes” y cuál fue el origen de las grandes fortunas concentradas en pocas familias, sigue siendo valorado por la denominación con la que identificó a los grupos sociales beneficiados con este proceso de concentración: *burguesía terrateniente* (Devoto y Pagano, 2009, p. 302).

⁴ Esta acción estuvo en sintonía con la publicación de un folleto de veinte páginas en inglés a pedido del presidente de la Oficina Internacional del Trabajo tras una entrevista con Oddone en junio en 1949. El título del fascículo fue: *Argentine Worker's Movement*, seguido del sugerente subtítulo *How and why it was upset, corrupted and absorbed by totalitarian peronism*.

LÓGICA MILITANTE O LÓGICA HISTORIADORA ¿POR QUÉ UNA HISTORIA SOBRE LOS ORÍGENES DEL PARTIDO SOCIALISTA EN LA DÉCADA DE LOS 30?

Además de las transformaciones en la sociedad y la economía, la década infame nace con el primer golpe de Estado del país en el siglo XX y la vuelta al fraude político. Frente a ello, el Partido Socialista decide llevar adelante una política de alianza diferente hasta ese momento, que lo unió con una organización política que no se definía como obrera: el Partido Demócrata Progresista de Lisandro De La Torre. A este viraje programático, se sumó la ausencia de Juan B. Justo acaecida en 1928, que dejó al partido sin su principal figura histórica. De esta forma, el inicio de los años treinta del siglo pasado no sólo trajo consigo profundos cambios en la política argentina en general, internamente motivó la necesidad de reafirmar la identidad partidaria dentro de la nueva coyuntura y ajustar esa misma identidad al cambio de estrategia política. Dentro de este marco histórico, Jacinto Oddone publicó *Historia del socialismo argentino (1896-1911)* en 1934.

Los estudios de Oddone constituyen las realizaciones historiográficas socialistas más destacadas de la década de 1930, este libro como ya hemos dicho es la primera obra sistemática sobre la historia oficial del partido. Sin embargo, hay que señalar que la demanda historiográfica no pasa desapercibida por otros intelectuales y dirigentes socialistas⁵.

La profunda crisis suscitada en 1927 por la escisión del sector que funda el Partido Socialista Independiente, el fallecimiento de Justo en 1928 y la confirmación en ese mismo año de la imposibilidad del socialismo para superar sus limitaciones electorales fuera

⁵ Tal es el caso del folleto *36 años de vida socialista* publicado por la Federación Socialista de la Capital y editado por La Vanguardia dos años antes, donde se incluyen textos y discursos de los principales referentes del partido por aquellos años: Manuel Palacín, Enrique Dickman, Mario Bravo, Nicolás Repetto y Alfredo Palacios.

de algunos núcleos urbanos, platearon y afianzó interrogantes que estimulan el interés sobre el pasado para comprender un presente desalentador. En este sentido, la crisis general afianza la necesidad de una nueva vertebración literaria del sentido colectivo. De ello que la historia del propio desarrollo del socialismo argentino se convierte en un insumo sustantivo para el pensamiento y la acción políticos. En este sentido, dos temas constituyen las vías tradicionales de la idea socialista de la historia, más propias de las figuraciones históricas de la corriente política que de una preocupación por la crítica historiográfica: las crónicas de las trayectorias partidarias y las bibliografías de los próceres socialistas (Acha, 2009, p. 45). Estas últimas se concentraban en su mayoría en las dos figuras más tradicionales del socialismo, Justo y Palacios.

En los ensayos históricos sobre el Partido Socialista, primaba la reconstrucción del desarrollo institucional, generalmente vertebradas por las divisorias faccionales. Dentro de esta categoría podemos ubicar la *Historia del socialismo argentino* de Oddone. Para Camarero y Herrera este texto es un arquetipo de la historia institucional dentro de la *historiografía socialista clásica*, aquella primera producción que provino de las propias filas socialistas (Camarero y Herrera, 2005, p. 38).

Historia del socialismo argentino se inscribe en el género híbrido que congrega la descripción historiográfica y la memoria política partidaria. Se trata de una producción común entre las corrientes de izquierda. Son historias oficiales u oficiosas de toda organización política, elaboradas con el objeto de acreditar una entidad simbólica propia. Su aspiración es centralmente apologética y su narrativa teológica. El Partido Socialista y su actuación en los diferentes órdenes de militancia aparecen como la síntesis de progreso y evolución en las aspiraciones del pueblo trabajador (Acha, 2009, p. 42).

En este sentido, hallamos varias referencias discursivas en donde la construcción histórica se ve subyugada a la necesidad de resaltar elementos para una identidad colectiva positiva.

DES-CONSTRUYENDO UN RELATO: ESTRUCTURA Y MÉTODO DE *HISTORIA DEL SOCIALISTA ARGENTINO 1896-1911*

Editado por la imprenta oficial del partido, sin duda su lector ideal es un militante de esta organización. Seguramente sí un militante de los años treinta, en especial si es un joven que inicia su participación política dentro de un partido que plantea la vía parlamentaria como camino hacia el socialismo en una década donde el fraude en las elecciones vuelve a ser moneda corriente. La lectura de este libro puede pensarse como un refuerzo para su propuesta frente a un contexto desalentador a su estrategia electoral. Tener al alcance de las manos el relato del origen y desarrollo del Partido Socialista y de sus relativos logros antes de la aprobación de la Ley Sáenz Peña, que sancionó el voto masculino universal, secreto y obligatorio, pudo servir como un faro de esperanza ante los avatares de la década infame.

El orden y la selección en el relato contribuyen a sostener esta idea. Al acercarnos a la estructura de libro encontramos varias interrelaciones en sus capítulos, a los cuales podemos dividir en funciones especiales. Así encontramos los dedicados a: a) construir los orígenes y antecedentes del Partido; b) su relación con la organización del movimiento obrero en el país; c) un repaso por el desarrollo de su propia organización y primeras divisiones; d) el segmento dedicado a resaltar los hitos del partido; e) la difusión de sus ideales; f) los destinados a presentar otras alternativas particulares del socialismo para la transformación de la sociedad, además de la vía electoral; g) el último capítulo destinado a las consideraciones finales en miras al presente o el futuro inmediato. Centraremos nuestra atención exclusivamente en los dos primeros y en el último punto a modo de realizar un recorte que permita profundizar los problemas específicos de nuestra investigación que tienen como nudo la relación que se establece entre el estudio del pasado y la necesidad de creación de una identidad colectiva organizada del socialismo.

En el primer grupo encontramos a los seis capítulos iniciales⁶. En ellos se encuentran el relato sobre el origen y fundación del Partido Socialista. De esta forma, aparecen en primer lugar las organizaciones que lo precedieron: el club alemán *Vorwärts*, el francés *Les Egaux*, el italiano *Fascio dei lavoratori* y la *Agrupación socialista* con mayoría de argentinos y españoles⁷. Aquí Oddone nos recuerda el nacimiento plural, pero embrionario del socialismo. Cada sociedad se halla limitada por una nacionalidad o fin determinado, por ello la organización del socialismo no es fechada hasta la constitución programática del Partido Socialista, con la celebración de su primer congreso en 1896. La obsesión por las fechas precisas que manifiesta Oddone en todo su relato, terminan descuidando el hecho que a fines de 1894 tres de las agrupaciones socialista fundan el *Partido Socialista Obrero Internacional*, redactando su Carta Orgánica y su Programa, algo que el mismo se encarga de hacernos llegar⁸.

Aquí también encontramos la referencia ineludible a resaltar la figura de Juan B. Justo. El líder desaparecido es recordado como el motor de la organización cuando se narra la fundación del periódico

⁶ Específicamente: Cap. I "Formaciones de agrupaciones socialistas"; Cap. II "La prensa socialista"; Cap. III "El Partido Socialista"; Cap. IV "Las elecciones nacionales del año 1896"; Cap. V "El Congreso Constituyente del Partido Socialista"; Cap. VI "La reacción capitalista".

⁷ La primera se fundó en 1891, publicó un diario en francés llamado *L'Avenir Social* que apareció 1894, pero que desapareció una vez constituido el partido en 1896. El segundo, quedó constituido el 8 de abril de 1894, con el objetivo de reunir a los socialistas que llegaron de Italia y realizar la propaganda de sus ideas entre sus compatriotas. Más tarde pasó a llamarse *Circolo Socialista Italiano* hasta su desaparición en 1908. Su órgano periodístico fue *La revenciazione*. La *Agrupación socialista*, fundó su nuevo local en 1894, que funcionó durante mucho tiempo como la *Casa del Partido*, una vez constituido el mismo. Allí estuvieron instaladas las oficinas de La Vanguardia, el Comité Ejecutivo del Partido, la Biblioteca Obrera, la Asociación Obrera de Socorros Mutuos, el *Circolo Socialista Italiano* y numerosas sociedades gremiales.

⁸ Esas tres son, la sociedad francesa, la italiana y la *Agrupación socialista*. El club alemán *Vorwärts* que se incorporó en 1896, no se adhirió a la iniciativa en aquella oportunidad aduciendo que antes de formar un partido era necesario que quienes lo constituyeran tuvieran los derechos políticos (Oddone, 1934, Tomo I, p. 226).

co La Vanguardia en 1894. No se olvida de mostrar la entrega personal del joven médico, quien decide vender su auto para la compra de las imprentas que sirvieron para la difusión de los ideales socialista en el país. A él se le atribuye el éxito de la reunión que tenía como fin la creación de un periódico que defiende los intereses de la clase trabajadora:

Cuando la reunión estaba por disolverse por la escasez de concurrentes se acercó al grupo de delegados sentados alrededor de una de las mesitas del Café, un hombre cuya capacidad y entusiasmo iban desde ese instante a ponerse al servicio de la causa socialista. Era Juan B. Justo (Oddone, 1934, Tomo I, p. 220).

Sin embargo, en estos capítulos no analiza la primera derrota interna que sufre Justo en el primer congreso por parte del sector que propuso no dejar de lado la posibilidad de revolución violenta para la instauración del socialismo, liderado por José Ingenieros y que contaba con el apoyo de Leopoldo Lugones. Oddone se sirve del paso del tiempo para enjuiciar peyorativamente:

Había que descontar que, como ocurría en el resto del mundo, el nuevo partido habría de atraer a sus filas de tanto en tanto, a elementos que más tarde se perderían, rezagados, a la vera del camino. Uno, por falta de ánimo para continuar la marcha, superior a sus fuerzas; otro, restados por los halagos de una vida cómoda y fácil, que les permitiría contemplar desde el balcón al ejército en marcha; otros, en fin, desertados ante la satisfacción de alguna pequeña ambición personal, o por un plato de lentejas ofrecidos por el enemigo, a cuyos servicios se pondrían denostando a quienes, sinceramente, los creyeron compañeros el día de la víspera" (Oddone, 1934, Tomo I, p. 277-278).

El plato de lenteja ofrecido por el enemigo puede también hacer referencia a Antonio de Tomaso y Federico Pinedo, quienes terminan formando parte del gobierno de Agustín P. Justo, como ministros de Agricultura y Hacienda respectivamente. Frente a aquello, Jacinto no deja espacio para claudicar, “Ello, sin embargo, iba a ser compensado con creces con nuevos y esforzados luchadores que se irían incorporando cada día al grueso del ejército, que se seguiría impertérrito el camino emprendido en esta nueva cruzada redentora” (Oddone, 1934, Tomo I, p. 278).

A pesar de ello, el primer congreso es celebrado como un hecho fundador. En él se aprueban los Estatutos para la organización interna, la Declaración de Principio y el Programa Mínimo destinado a ser la guía de las acciones a seguir. De esta forma el partido logra una estructura orgánica que lo diferenciaba del resto de las fuerzas políticas. En estos principios se manifiesta la acción política de presentarse en las elecciones a modo de introducirse dentro del aparato de gobierno que posibilite las reformas de la sociedad. Esta herramienta en el libro es defendida más allá de sus resultados. Sin ser cuestionada *per se*, sus fracasos no deben desestimarla. A tan solo unos años de la pérdida del gran caudal de votos tras la segregación del Partido Socialista Independiente en 1927, que no se recuperó siquiera con la abstención del radicalismo en los primeros años de la década de 1930, el caso de las primeras elecciones es convertido en un episodio ejemplificador ante la adversidad.

El fraude, el engaño, la mentira, estuvieron en todo apogeo. Los fiscales socialistas fueron rechazados de mesas donde pretendieron fiscalizar la elección. A los electores no se les permitió votar. El partido fue desconocido por caudillos que no concebían más partidos que los conocidos de la política tradicional, ni sospechaban que pudieran aparecer otros, tantos menos del carácter del socialista (Oddone, 1934, Tomo I, p. 257).

Lo que se marca como factor del fracaso es una causa externa al partido. Es el fraude lo que impidió la victoria. En ningún momento se plantea una autocrítica de presentarse en una elección que de antemano se supone viciada. No hay espacio para reflexión, sólo se narra y se justifica por circunstancias extrínsecas las derrotas del partido.

Su preocupación no se centra en un análisis, sino que se estructura de acuerdo a una crónica institucional. Vemos cómo en la obra de Oddone no hay referencia a una explicación material del origen y desarrollo del socialismo. No hallamos en el libro información sobre la introducción de Argentina dentro del mercado mundial, el desarrollo de relaciones de producción capitalista, y por consiguiente la influencia de este factor para el asentamiento del socialismo en el país. En este sentido no existe mención alguna a los procesos económicos y políticos de fines del siglo XIX que dan cuenta de la aparición del socialismo.

El sexto capítulo, nos presenta la reacción del capital ante la acción del socialismo. En él se narran las clausuras de sus locales y periódico, los episodios de represión sufridos por sus militantes y la promulgación de leyes “antiobreras” de aquellos años, junto a la protesta de sus dirigentes ante ellos. Aquí encontramos la preparación de meeting, publicaciones de manifiestos y la apelación al parlamento como canales de lucha por excelencia de los socialistas.

El segundo segmento que hemos denominado “la relación del PS con la organización del movimiento obrero en el país” está constituido por los capítulos VII, VIII y XIX, es decir, “Los congresos gremiales”, “Las conquistas gremiales”, “El sindicalismo” respectivamente. En ellos observamos cómo se establece la relación entre el Partido Socialista y el movimiento obrero. Los mismos funcionan como antecedente de su *Gremialismo proletario argentino*, publicado por La Vanguardia en 1949. Aquí se define la función del sindicalismo como “un elemento civilizador de primer orden”. Más específicamente:

Su acción acercó a los trabajadores, antes alejados por prejuicios de nacionalidad, de religión, de raza, de costumbres, colocándolos frente a problemas cuya solución dependía de su unión y solidaridad [...] El sindicato inculcó a los trabajadores principios de democracia, de gobierno, de método, de orden, haciendo del elemento trabajador primitivo, díscolo, egoísta, ignorante, vicioso, una colectividad cada vez más capaz de apreciar y comprender los grandes problemas nacionales e internacionales (Oddone, 1934, Tomo II, p. 185-186).

El sindicato es planteado como una organización autónoma del partido, pero son los socialistas quienes son presentados como organizadores de este movimiento:

Recordará el lector que con motivo de la celebración del 1º de Mayo de 1890, el grupo de socialistas que tomó a su cargo la constitución de la primera Federación Obrera, al formular el programa del acto que tuvo lugar en el Prado Español, incluyó una presentación a los poderes públicos solicitando la sanción de una ley de jornada de ocho horas, según lo había resuelto el Congreso Internacional Obrero celebrado en París el año anterior” (Oddone, 1934, Tomo II, p. 186).

Los logros y objetivos de los sindicatos, los aumentos de los salarios y la reducción de las jornadas laborales están presentados como triunfos gracias a la organización de los mismos. Ejemplo de ello, se puede observar en “a medida que se fortalecía la organización gremial, y a partir de principios de este siglo la jornada de ocho horas fue siendo una realidad en los gremios mejor organizados” (Oddone, 1934, Tomo II, p. 189) y “la clase trabajadora, gracias a su organización gremial, hizo elevar los salarios de menos de tres pesos diarios a cinco pesos” (Oddone, 1934, Tomo II, p. 192-193).

También aquí observamos cómo la huelga es presentada como herramienta de lucha válida. Pero siempre en términos secundarios frente a la vía parlamentaria:

Mientras el Partido Socialista careció de representación parlamentaria, su acción en pro del acortamiento de la jornada de trabajo se limitó a la agitación, propaganda escrita y callejera y fue el tema principal de los discursos en los mítines del 1° de Mayo (Oddone, 1934, Tomo II, p. 189).

Frente a la contribución del socialismo a la organización del movimiento obrero, las otras fuerzas que disputaban la representación de los trabajadores son presentadas como los “grandes obstáculos” que se cruzaron en el camino del movimiento obrero y socialista, “perturbando su marcha y obstaculizando su difusión” (Oddone, 1934, Tomo II, p. 369).

Para pasar al final de las consideraciones sobre la estructura del libro, el último capítulo, “Palabras finales”, cierra el trabajo de Oddone. De carácter apologético, se contenta con presentarnos el crecimiento cuantitativo en las urnas, de la cantidad de nuevas sociedades obreras llevando adelante un gran número de huelgas, y proyectando la expansión del cooperativismo en el país. Nos muestra cómo el socialismo pudo crecer ante las dificultades y trabas colocadas por sus “enemigos”, pero no se detiene en pensar en las limitaciones de sus logros o replantearse la continuidad de sus posturas en el presente. Sólo se halla el ejercicio de la construcción de un pasado que sirva como modelo para enfrentar los avatares de su tiempo, y quizás preparando el camino frente a las disputas del futuro:

En medio de las graves dificultades que el lector ha podido apreciar de la lectura de las páginas precedentes [...] el movimiento socialista argentino recorrió esta segunda etapa de su existencia imponiéndose a la consideración y al respeto

de todos sus enemigos [...] Nada detendría su marcha, en adelante. Ningún obstáculo impediría su avance, que arrollaría a cuantos intentaran cruzarse en su camino (Oddone, 1934, Tomo II, p. 405).

¿CÓMO SE ESCRIBIÓ?

Además de la estructura y contenido del libro, hay otro elemento que es necesario tener en cuenta para terminar de analizarlo: su método. Si bien, el libro carece de análisis historiográfico y su autor sea un autodidacta sin anclaje académico o participación dentro de una organización dedicada específicamente a la historia. Su narrativa es factual centrada únicamente en acontecimientos, posee un registro institucional y político de los mismos, y sobre todo un uso exhaustivo de las fuentes para sostener cada una de sus aseveraciones hacen que reconozcamos, si bien no una relación directa, al menos una gran influencia por la metodología empleada por la Nueva Escuela Histórica.

Los integrantes de la Nueva Escuela Histórica (NEH) en Argentina, salvando ciertas diferencias entre sí, fueron quienes propusieron el uso de una metodología basada en el trabajo de archivo. Para la determinación del método a seguir como del modelo de institución a configurar, se basaron en la experiencia alemana, donde el método estaba asignado a la recolección de documentos, junto con la rigurosa crítica de estos a partir de un conjunto de técnicas preestablecidas (Eujanian, 2003, pp. 90-91). Donde la “verdad” de los hechos se realiza desde la construcción objetiva. Excluyendo de esta forma el sesgo por la interpretación. La objetividad fue convertida por los integrantes de la NEH en la norma que ayudó a integrar dentro de un campo común a los historiadores a la vez que estabilizó las reglas del oficio (Eujanian, 2003, pp. 94-95).

Claro que Jacinto Oddone está muy lejos de pertenecer a este campo común, incluso habría que preguntarse hasta qué punto hay

que afirmar que esta metodología es propiedad registrada de la NEH. Lo cierto, es que Oddone pretende establecer un relato verdadero ante su lector ideal, para ello se sirve constantemente de los documentos. La mayoría son documentos oficiales, emanados del seno del Partido Socialista. Excepcionalmente se utilizan referencias directas a los diarios *La Nación* y *La Prensa*, pero siempre para mostrar la acción o la presencia socialista en acontecimientos particulares. Quienes sufren el silencio son los documentos de las otras organizaciones obreras, sean anarquistas o sindicalistas revolucionarios. En ningún momento se pretende establecer una comparación crítica entre el discurso de estos y el de los socialistas. La cita a ellos, como hemos visto, son siempre en términos negativos. Si hay alguna cita a documentos de anarquistas o sindicalistas revolucionarios, son sólo presentados como prueba manifiesta de las posiciones de estos. Y en general están acompañados de comentarios desdeñosos. La objetividad se desdibuja, ya que la verdad está orientada a defender un proyecto político, el establecido por el socialismo.

Teniendo en cuenta esto último *La historia del Socialismo argentino*, sigue siendo una obra rica en citas textuales de documentos internos del partido. Una excepción a la norma de que las narraciones históricas de las izquierdas no hacen de la investigación en archivos un aspecto crucial de sus elaboraciones (Acha, 2009, p. 17). En ellas, encontramos las reseñas de los primeros congresos, estatutos, discursos, manifiestos y variadas notas de *La Vanguardia*, que hoy resultan muy difíciles de reunir y en algunos casos imposible.

A MODO DE CONCLUSIÓN

La historia militante existe. Responde a una necesidad social la de grupos, clases o naciones que necesitan encontrar en el pasado razones para creer en su porvenir. Su función no es tanto conocer el pasado como movilizar para la acción en el presente. En este sentido, hemos podido observar la trayectoria política de Jacinto Oddone, y

el contexto particular en el cuál publica su *Historia del socialismo argentino (1896-1912)*. Enmarcado en un periodo particular signado por la desaparición de su hombre fuerte, Juan B. Justo; la dispersión de los votos tras el alejamiento del sector que tenía como principales referentes a Antonio De Tomaso y Federico Pinedo, primero con la constitución de un partido independiente luego formando parte del gobierno de Agustín P. Justo; y el nuevo trastrocamiento de las elecciones en la llamada década infame, posibilitan la comprensión de este libro como una acción pedagógica sobre el pasado para la construcción de una identidad colectiva positiva.

En ningún momento se pretende establecer una comparación crítica entre el discurso partidario frente al de otras organizaciones de izquierdas. La ausencia de una autocrítica o evaluación de las posiciones restan profundidad, pero ayudan a fortalecer las ideas y programas del Partido Socialista. Sin embargo, la obra se convierte en un acervo documental riquísimo para acercarnos a la historia del partido socialista en argentina. En este sentido, las transcripciones textuales de actas de congresos, manifiestos, estatutos nos acercan al discurso socialista del período analizado por el autor, como así también la selección que él mismo escoge para contarnos la historia de su partido nos permite adentrarnos en sus preocupaciones del presente en el cual escribió este libro.

La obra de Oddone es un ejemplo de cómo la historia militante nutre al campo historiográfico. Un discurso que si bien tiene como fin acentuar al Partido Socialista y su actuación en los diferentes órdenes de militancia como la síntesis de progreso y evolución en las aspiraciones del pueblo trabajador; también fue pionero en los estudios del pasado sobre partidos políticos de izquierda y el movimiento obrero en Argentina. En este sentido, es que podemos afirmar que el aporte al campo historiográfico por parte de la historiografía militante es poner agenda temas ignorados o menospreciados por el *establishment*.

BIBLIOGRAFÍA

ACHA, Omar. "La historia socialista y los dilemas del progresismo historiográfico", en *Historia crítica de la historiografía argentina: las izquierdas en el siglo XX*. Buenos Aires: Prometeo, 2009.

CAMARERO, Hernán y HERRERA, Carlos Miguel. *El Partido Socialista en Argentina: sociedad, política e ideas a través de un siglo*. Buenos Aires: Prometeo, 2005.

DEVOTO, Fernando y PAGANO, Nora. *Historia de la historiografía argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

DICKMANN, Enrique. *Recuerdos de un militante socialista*, Buenos Aires: La Vanguardia, 1949.

EUJANIAN, Alejandro. "Método, objetividad y estilo en el proceso de institucionalización, 1910-1920", en CATTARUZZA, Alejandro y EUJANIAN, Alejandro, *Políticas de la historia: Argentina 1860-1960*. Buenos Aires: Alianza, 2003.

FALCÓN, Ricardo. "Izquierdas, régimen político, cuestión étnica y cuestión social en Argentina (1890-1912)", en *Anuario de la Escuela de Historia*, N° 12, 1987.

GHIOLDI, Américo. "Una vida ejemplar". En ODDONE, Jacinto, *Gremialismo proletario Argentina*. Buenos Aires: Libera, 1975.

ODDONE, Jacinto. *Historia del socialismo argentino (1896-1911)*. Buenos Aires: La Vanguardia. 2 volúmenes, 1934.

ODDONE, Jacinto. *Historia del socialismo argentino (1896-1911)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina. 2 volúmenes, 1983.

PALACÍN, Manuel et al. *36 años de vida socialista*. Buenos Aires: La Vanguardia, 1932.

PALTI, Elías José. "La historiografía militante "ponderada" y su método". *Prismas*, N° 16, 2012, p. 221-230.

PAN, Luis. "Adalid de las causas obreras y socialista". En ODDONE, Jacinto, *Gremialismo proletario Argentino*. Buenos Aires: Libera, 1975.

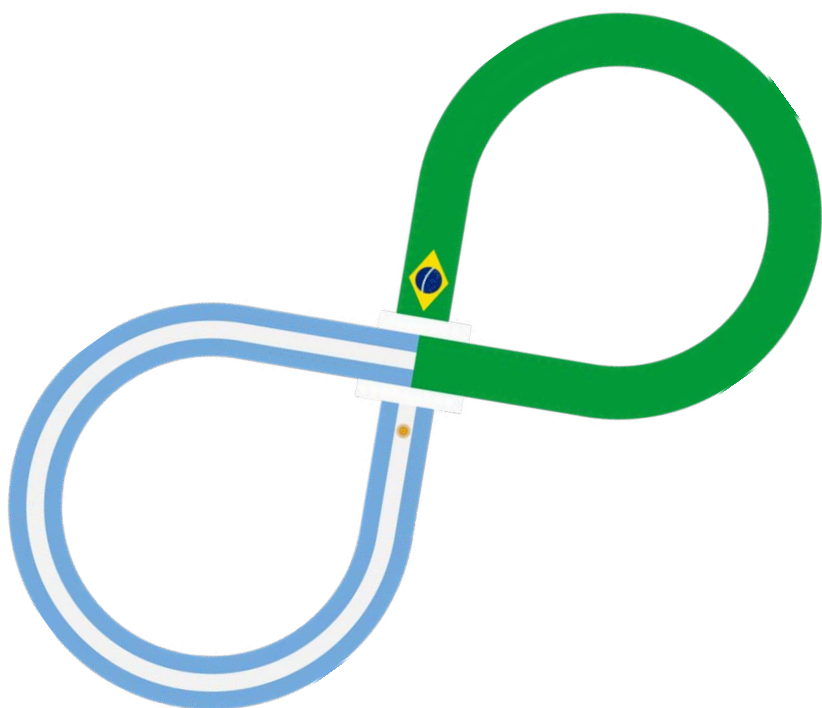
REPETTO, Nicolás. *Mi paso por la política*. Buenos Aires: Reuda, 1956.

TARCUS, Horacio. "Debates sobre la violencia revolucionaria, la militancia y el marxismo, Otra breve vuelta de tuerca sobre una prolongada discusión". *Políticas de la Memoria*, N° 10/11/12, 2011, p. 283-286.

TORTTI, María Cristina. *El "viejo" partido socialista y los orígenes de la "nueva" izquierda (1955-1965)*. Buenos Aires: Prometeo, 2009.

PARTE 2

ARQUIVOS, GÊNERO, IMAGENS



TRANSBORDAR O ARQUIVO: NOTAS SOBRE PASSADOS INCÔMODOS ENTRE MUNDOS DE ARQUIVOS ARGENTINOS¹

Vagner Silva Ramos Filho²

Durante uma temporada de estudos e pesquisas, na Argentina, a mostra “Cartografías Jelin: Archivo, tiempos y afectos” foi aberta na Biblioteca Nacional da Argentina. Em torno do evento, iniciaram o Ciclo de Cine “Desdordes del archivo”, com a proposta de pensar “las formas y usos de los archivos en las producciones audiovisuales contemporáneas que permiten asomarse de forma fragmentaria a nuestro pasado”. O primeiro filme exibido foi “Cuatreros”, de Albertina Carri, que persegue as “huellas de Isidro Velázquez, el último gaucho alzado y protagonista del libro escrito por su padre, Roberto Carri” (Allende, 2023; Ciclo, 2023).

Segundo o curador da mostra, essa película inspirou a forma como exibiram os registros audiovisuais de Elizabeth Jelin, pois, na produção, exibem telas juntas de falas produzidas, em momentos distintos, gerando uma sensação de temporalidades entrelaçadas, em cena. Por sua vez, Jelin é uma referência conhecida por trabalhar esta questão. De fato, a película de Carri, “Cuatreros”, exhibe uma montagem que cruza vários tempos, em tela. Alguns dos tempos são os do deserto do Chaco como terra árida; os de gaúchos que

¹ A pesquisa contou suporte financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) por meio de sua Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE) / Processo nº 2022/14552-4, que possibilitou trabalho junto ao Centro de Investigaciones Sociales del CONICET, especialmente, com o “Núcleo de Estudios sobre Memoria” (IDES / CONICET / UNTREF). Uma reflexão, mais ampliada, sobre o assunto atento às conexões transnacionais entre Brasil e Argentina, pode ser vista na tese que origina esta reflexão (Ramos Filho, 2025).

² Doutor em História – UNICAMP. E-mail: vagner.ramosf@gmail.com

figuram como ícones do passado nestes locais; os de intelectuais que se apropriaram de seus passados, na Ditadura, para disputar sentidos sobre rumos nacionais; os da filha de um desses intelectuais que busca os rastros de um pai que é desaparecido político; o da própria tentativa da cineasta em fazer um filme, no presente, sobre o assunto.

O assunto interessa porque tenho pesquisado, há bastante tempo passados incômodos, no Brasil, sobretudo, voltados a heranças de experiências conflituosas, como os que atravessam vidas fora da lei. A vivência em outro país era uma oportunidade de lançar questões transnacionais sobre o assunto. Aqui, apresento algumas notas ensaísticas sobre uma etnografia, por “mundos de arquivos” argentinos, em que busquei relacionar “los significados atribuidos a los objetos, a los recuerdos, a los conjuntos de documentos, de imágenes y de tradiciones, según las clases de agentes que los perciben, los ponen en práctica, los usan, los interpretan” (Silva Catela, 2011, p. 383). Nesse processo, o que os intelectuais, agentes de Estado e instituições arquivam não é imparcial. Logo, o ato de transbordar o arquivo é um convite para indagar como eles denotam uma forma de dar a ver, dizer e debater temas arquivados que, longe de serem naturais, carregam sentidos que podem ser historicizados.

A situação é oportuna para fazer uma pergunta fundamental, no esforço de historicizar “imagens contemporâneas do passado que chamamos de memória” (Jelin; Vinyes, 2021). Quais as condições de possibilidade da emergência de dadas imagens de passado do povo do deserto, especialmente, o passado do gaúcho fora da lei, como dispositivo que faz ver, falar e disputar sentidos da nação? A questão conduz a reflexões sobre tempos de construção da cultura nacional que remete à formação do Estado Nação, assim como outras temporalidades, ao longo dos anos em que esse dispositivo continuou sendo operado de outras formas, sobretudo, na construção de uma imagem de si, para si e para outros. Alguns desses tempos são os de difusão do folclore, de revisão da cultura popular e de ampliação da

ideia de patrimônio. E, por último, tempos de outras disputas do ser nacional, como é este que escrevo.

Sabemos que não há fórmula que indique como trabalhar com temporalidades. Mesmo assim, podemos lançar algumas observações sobre curvas de visibilidade e dizibilidade, deste dispositivo (Foucault, 2000; Deleuze, 1990). Nesse aspecto, é crucial tentar ver tanto trabalhos de “consagración del gaucho”, como símbolo nacional, quanto “voces de dissenso” que confrontaram sua pertinência como tipo que faz ver um ser nacional (Chumbita, 2009; Adamovsky, 2019; Casas, 2016, 2018 e 2022). A atenção se volta, portanto, para disputas de sentido desse passado que se faz entre usos do passado, demandas do presente e vislumbres de futuro, na arena pública.

TEMPOS DE CONSTRUÇÃO DE CULTURA NACIONAL

O debate sobre a construção de imagens de passados, para as nações ao redor do mundo, sobretudo desde o século XIX, envolve, de forma recorrente, a pauta do binômio “tradição” e “modernidade”. Na América Latina, em que essa discussão sinalizou muitas vezes para o paradoxo “civilização” e “barbárie”, as visões construídas, a partir da “cidade”, em torno do “campo”, do “vazio” ou do “sertão”, variaram geralmente entre um problema a ser resolvido e um símbolo de nacionalidade. Nesse sentido, a questão do bandoleirismo funcionou, predominante, como um disparador de disputas sobre as ideias de “povo”, de “violência” e outras “(in)justiças” variadas. A constituição dessa imaginação nacional, na arena pública, deixou marcas por todas as partes.

Na Argentina, algumas disputas, em torno disso são marcantes. No projeto de Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), para a Formação do Estado nacional, pretendia-se “arrancar do corpo do deserto seus poderes e orientar para outros fins úteis” (Rodríguez, 2010, p. 266). No livro “Facundo: Civilización y Barbárie”, de 1845, em que um dos personagens é Juan Facundo Quiroga (1788-1835), é si-

nalizada a necessidade de domar gaúchos que vivem nas fronteiras. Nas guerras do período, essa ideia parece ter ecoado, pois, muitos desses gaúchos que viviam pelos desertos são convocados a entrar em campanhas militares, nas missões de defesa e expansão do Estado moderno. Como se tratava de recrutamento, com pouca adesão popular, muitos deles deserdaram, dessas fileiras. Foi o caso de Antonio Mamerto Gil Núñez (1840-1878), mais conhecido, depois, como Gauchito Gil.

Esse projeto de Sarmiento tinha alguns opositores. Um deles era José Hernández (1834-1886), que escreve o livro “Martin Fierro”, no ano de 1872, em franco diálogo com a poesia popular. Na sua leitura, o gaúcho Fierro, ao ser “envolvido por uma lei que o criminaliza, volta para o deserto”, pois é, neste espaço, que tem maior liberdade. Neste local, o “governo não o alcança” e poderia escolher “não trabalhar”, ou, até mesmo, “viver como um senhor”, nessas fronteiras abertas a experiências, imaginações e sentidos de muitas ordens (Rodríguez, 2010, p. 301).

É nesse contexto que o dispositivo é criado, com funções específicas na construção de uma imagem de passado para a nação. O passado e presente da figura do gaúcho passam a ser tópicos centrais desses discursos, por distintos motivos. Por um lado, o passado do gaúcho é importante, pois seria um traço autêntico do território, ao estar longe das influências internacionais. Por outro lado, representa força, valentia e destemor que a nação precisaria ter. Trata-se de um ideal controverso, por muitos fatores. Um deles é o de que existem gaúchos fora da lei, rodeados de conflitos, que instauram dilemas sobre apoiar ou criticar tais imaginações. Essa ambivalência fez com que sua figuração fosse disputada de diferentes formas, no tempo.

TEMPOS DE DIFUSÃO DO FOLCLORE

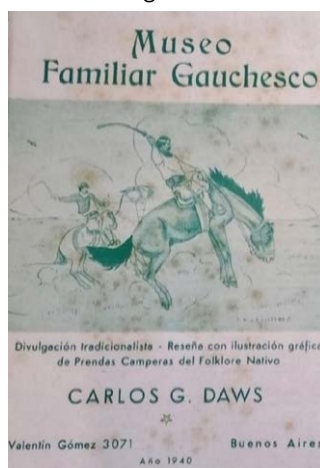
No período dos chamados governos populistas que marcaram a América Latina, na primeira metade do século XX, existia um imaginário sobre o território rural enquanto “um espaço vazio, longínquo, abandonado e atrasado que deveria se tornar um lugar ocupado, não mais periférico e sim integrado ao corpo da nação, contribuindo com riquezas para a modernidade” (Gomes, 2013, p. 44). A valorização de imagens do passado do povo rural e tradicional nessa integração em muitos países não acontecia, entretanto, em detrimento do progresso urbano e da modernidade. Nesses anos, determinadas formas de “pôr em cena o folclore” (Chamosa, 2012) como uma prática que se envolveu com o passado incômodo dos bandoleiros indica disputas deste sentido de ser nacional. A ideia, em torno desse passado, é a de que, depois de ter sua rebeldia domada, seria possível usá-lo, politicamente, como um depósito de valores ditos essenciais para a integração da identidade nacional que se pretendia moldar.

Na Argentina desses anos, há a institucionalização do “Día de la Tradición”, na cidade de Buenos Aires, promulgada em 1939.³ A data eleita foi 10 de novembro, em alusão ao dia de nascimento de José Hernández. A investigação no “Museo de Arte Popular José Hernández” (MAP), especificamente, em seu arquivo, foi bastante proveitosa. Sobre sua historicidade, convém comentar que fora criado, em 1938, como “Museo de Motivos Argentinos y Museo y Biblioteca del Folklore Argentino”. Em 1944, aliás, a biblioteca foi renomeada, com o agregado de José Hernández. Muitos dos seus documentos remetem aos anos 1940 e 1950, quando, em “contextos populistas”, a ideia de popular, como elemento de integração nacional, domina visões de povo.

³ Lei nº 4.756/39, promulgada em 18 de agosto de 1939. A referida lei teve origem no Senado e alguns dos seus autores foram D. Edgardo, J. Míguenz e D. Atilio Roncoroni.

Nesse cenário de incentivo ao folclore, é digno de nota que, em 1949, o Museu recebeu a coleção do “Museo Familiar Gauchesco”, do tradicionalista Carlos G. Daws (1870-1947). Em função disso, esse “Museu de Folclore” será conhecido popularmente como o “Museu do Gaúcho” enquanto um “símbolo de argentinidade” (Casas, 2018). Nele se arquivavam coisas ligadas ao povo, mas em uma visão que servia, igualmente, para satisfazer uma parte da elite intelectual. Nessa pesquisa pelos arquivos do museu, encontro um cartaz de exibição deste antigo Museo Familiar Gauchesco, datado de 1940, que merece ser destacado. Certamente, ajuda a perceber como o tema era dado a ver e o que interessava dele para o folclore.⁴

Figura 1



Fonte: Museo de Arte Popular José Hernández (MAP)

O cartaz, ao fazer uma “divulgación tradicionalista”, mobiliza um modo de dar a ver o passado de gaúchos, como lendas valentes,

⁴ MUSEO DE ARTE POPULAR JOSÉ HERNÁNDEZ. Buenos Aires, Argentina. Visita em: set. 2022; entre maio e out. 2023. Carpeta Nuestro Gaucho. N. Inv 3145.

em sintonia com visibilidades românticas, em que o sujeito montado a cavalo representaria os valores da terra. Nessas imagens, era comum que o animal figurasse como companheiro inseparável do homem, como se demonstrasse uma valentia inconteste. Tal perspectiva era imensamente cultuada pela perspectiva folclórica porque acreditava-se que a valentia seria um resquício de nobreza da antiguidade, logo, indicaria supostas essências genuínas que deveriam servir de exemplos para um futuro de glória. A domesticação desse passado não era, contudo, tão simples. Em cada tentativa, surgiam algumas polêmicas.

Dentre polêmicas notadas nas pesquisas, aqui, nos interessa indicar apenas algumas das disputas mais intensas. Os embates desse passado acontecem enquanto resquícios do presente do bandoleiro Juan Bautista Bairoletto (1894-1941) eram muito vivos (CHumbita, 1999). Nos arquivos, chama atenção uma “polêmica em torno de tradicionalistas” (Casas, 2016). Destaco leituras de Salvador Merlino (1903-1959) e Luís Carlos Pinto (1904-1975) sobre a situação, observadas no próprio MAP.

Em 1939, Merlino publicou um artigo intitulado “El argentino y la ficción literaria del gaucho” que, “ante la inminente entronización del gaucho, radicaba en la negación del gaucho como una entidad real.” (Merlino, 1939, p. 16). A reação dos tradicionalistas foi de crítica e marcou um antecedente para “los detractores” posteriores. Um deles foi Pedro Julio Echague que, em artigo chamado “Sobre el Gaucho”, do ano de 1943, expôs que “jamás he podido explicarme claramente las razones que nos mueven a practicar, com exagerada seriedad, el respecto por la tradición gauchesca” (Echague, 1943a, p. 33). Dessa vez, a reação sobre o escrito foi mais intensa do que as elaboradas por seu antecessor.

Em resposta, um grupo de tradicionalistas chamado “Agrupación Bases”, em artigo intitulado “Ofensa y defensa del Gaucho”, dizia: “ser argentino es el destino de los que nacen en esta tierra, cuna del GAUCHO, símbolo heroico de nuestra raza”. Em complemento,

sinalizava-se que “quien menosprecie su gran memoria, su noble gesta, su clara gloria, es un bastardo de nuestra estirpe y hay que azotarlo como se azota al monstruo bárbaro que salivara sus impudicias frente a un santuario” (Bases, 1943). A reação não parou por aí. O mesmo grupo que contestou o artigo organizou a publicação de um livro intitulado “El gaucho y sus detractores”, de 1943, com texto de Luis Pinto.

Em meio a isso, Echague teve que se retratar. Em nota posterior, diz que se refere “al tipo del gaucho alzado, al gaucho malo, al Moreira, para definirlo com el nombre divulgado por cierta literatura: no al que encarna los valores más puros de la raza plasmada en las pampas argentinas”. Depois, sugere também que não fala só de um gaúcho fictício, como fez antes Merlino. O gaúcho que ele ataca é um presente. Diz que no artigo “fué contra el matón de pulpería, el montonero, o el simple bandoleiro”. (Echague, 1943b). Um deles era certamente Bairoletto. Situações como essa mostram como tal emblema nacional era de difícil integração no país.

TEMPOS DE REVISÃO DA CULTURA POPULAR

No período das ditaduras militares que atravessaram a América latina, sobretudo, em meados do século XX, a valorização de determinadas imagens de passado do povo rural, diante do urbano, continuou primordial para caminhos de modernização e com um evidente choque de imaginações. Essa valorização era estratégica, tanto para projetos políticos estatais de integração e unificação do país, quanto para projetos alternativos de transgressão e contestação de arbítrios, em nome da nação. Nesses anos, algumas formas de “pôr em cena a cultura popular” (Alabarces; Rodríguez, 2008), como uma prática que se envolveu com o passado incômodo dos bandoleiros indica outras disputas de significados do ser nacional. Há ideia, em torno desse passado, de que, em meio a suas contradições, poderia ser usado, politicamente, como instrumento de conscientização

e transformação diante da polarização da identidade nacional que se buscava tensionar.

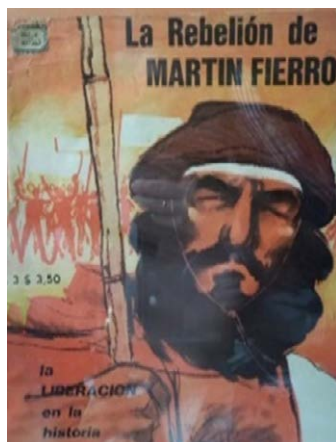
Na Argentina desses anos, há uma alteração da lei do “Día de la Tradición” que, ao ser antes aplicada apenas a Buenos Aires, é ampliada, em 1975, para todo o território nacional. Mais uma vez, a figura de José Hernández é evocada, pois se declara a cidade de San Martín, sua terra natal, como a “cidade da tradição”.⁵ A investigação no MAP, mas também na Biblioteca Nacional da Argentina, em Buenos Aires, foi valiosa. São locais com presença de muitos documentos sobre os anos 1960 e 1970, quando, em “contextos ditatoriais”, a ideia de popular, como elemento de transformação nacional, passa a disputar visões de povo.

Nesse contexto de revisão da cultura popular, algumas permanências e modificações, em políticas de preservação são sintomáticas. O impacto, no “Museo de Motivos Argentinos y Biblioteca del Folklore Argentino José Hernández”, é bastante visível. A instituição mudou de nome, passando a ser apenas “Museo de Motivos Argentinos José Hernández”. A supressão da expressão “folklore” indica a revisão de ideias de popular, na época. Em etnografia pelos arquivos do museu, encontro um objeto interessante para pensar algumas dessas ideias. O objeto, em si, é uma revista intitulada “La Rebelión de Martín Fierro”, de 1976, ano conhecido por marcar um Golpe de Estado pelas Forças Armadas do país, com apoio dos Estados Unidos.⁶

⁵ Pela Lei Nacional nº 21.154 de 1975, o Congresso Nacional estendeu a aplicação do dia 10 de novembro como “Día de la Tradición” a todo o território argentino. Antes, a cidade era San Antonio de Areco. Interpreto que a ampliação pode ter tido relação com a polarização das leituras da época que levaram a expandir uma narrativa mais unificadora, com intuito de tentar estabilizar dissensos por diferentes locais.

⁶ MUSEO DE ARTE POPULAR JOSÉ HERNÁNDEZ (MAP). Buenos Aires, Argentina. Visita em: set. 2022; entre maio e out. 2023. Este livro da biblioteca do museu foi exposto durante visita guiada preparada especialmente para la “Noche de los Museos” em setembro de 2023.

Figura 2 – “La rebelión de Martín Fierro”



Fonte: foto do autor (Museo de Arte Popular José Hernández - MAP)

Pela imagem do livro, não é difícil perceber que a visualidade construída de Fierro tem traços próximos de face que se tornou icônica do revolucionário argentino “Che Guevara”. Um dado modo de dar a ver este gaúcho argentino intensificado nesse contexto. Na época, diziam como tinham receio de que alguns bandoleiros argentinos, tal qual Isidro Velázquez (1928-1967), virassem um novo “Che”. E este, por sua vez, era visto por muitos como um simples bandoleiro. É muito provável que esse livro “subversivo” não estivesse em nenhum lugar de destaque no Museu no período. Sua presença no arquivo, entretanto, é um indicativo das circulações de ideias contestatórias por esse espaço de memória.

Outro livro bastante presente em distintas bibliotecas, arquivos e museus argentinos é um escrito sobre Isidro Velázquez (Solans, 2010). Aproveito esse texto para indicar, assim, algumas das disputas em torno do passado desse fora da lei. Do que foi observado, chama atenção algumas “polêmicas acerca de peronistas” (Casas, 2022). Destaco leituras de Roberto Carri (1940-1977) e Jorge Luis Borges (1889-1986).

O caso do sociólogo Roberto Carri (1940-1977) que escreveu em 1968 o livro “Isidro Velázquez: formas prerrevolucionarias de la violencia” é significativo. Em uma tendência peronista subversiva de repensar a ideia de popular, o intelectual promove uma dupla significação. Por um lado, questiona a imagem de “delincuente” desse gaúcho bandoleiro e, por outro, comenta que “el sentimiento que despertó su acción (...) son patrimonio de los oprimidos de las áreas rurales del Chaco” (Carri, 1968).

Muitos criticavam ideias dessa natureza. Em uma perspectiva antiperonista, Jorge Luis Borges foi um dos que criticou determinados usos políticos desse passado gauchesco, cuja figura principal é “Martín Fierro”. Em 1970, em seu livro “Matrero”, comenta entender “que esa literatura ha ido creando arquetipos inexistentes, moldeados a voluntad para sustentar determinadas teorías, dañinos para la formación de una conciencia nacional progresista, digna y civilizada” (Goloboff, 1999, p. 179). Nesse sentido, escreveu igualmente o seguinte: “en lo que se refiere a nosotros, pienso que nuestra historia sería otra, y sería mejor, si hubiéramos elegido, a partir de este siglo, el Facundo y no el Martín Fierro” (Borges, 1970).

Diante dessa leitura, fica nítido que a recordação feita por Roberto Carri tinha intenções políticas, assim como as críticas a sua visão também possuíam intuitos bem declarados. Ao abordar o caso de Velázquez de outro modo, Carri disputa igualmente sentidos de gaúcho, sobretudo ao saber da morte trágica que o bandoleiro teve por ser considerado um inimigo do Estado. De alguma forma, sociólogos como Carri se sentiam vistos da mesma forma, em anos de ditadura argentina. Seu desaparecimento político, junto da companheira Ana María Caruso, em 1977, é uma das evidências da constatação. O caso explicita ainda como as disputas, desse emblema nacional, tinham importância política singular em tempos de polarização na cena pública.

TEMPOS DE AMPLIAÇÃO DO PATRIMÔNIO

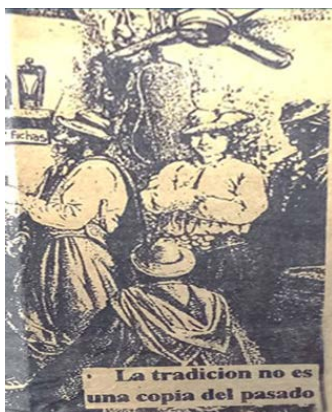
No contexto das redemocratizações políticas da América Latina, principalmente, no final do século XX, o imaginário sobre o território rural enquanto espaço de atraso marcado pela dissonância com a cidade, foi, cada vez mais, questionado, em função de suas variadas mutações sociais e históricas, em curso (Albuquerque Jr, 2014). Nesse cenário, o discurso de ampliação de uma modernidade, em muitos lugares, por conta de políticas neoliberais contrastava, na maioria das vezes, com as assimetrias sociais que marcavam o país. Nesses anos, certas formas de “pôr em cena o patrimônio” (Martín, 2020) como uma prática que se envolveu com o passado incômodo dos bandoleiros indicam demais disputas de significados do ser nacional. Há ideia, em torno desse passado, como aquele que, ao ter questões delicadas revistas pelo ângulo dos direitos étnicos, culturais e tradicionais, poderia ser usado, politicamente, como fator de negociação para conciliação de identidade nacional que se buscava reconstruir.

Na Argentina desses anos, há a institucionalização do “Día Nacional del Gaucho”, promulgada em 1993. O dia escolhido foi o 6 de dezembro em alusão à publicação da obra de José Hernández, “Martín Fierro”. A investigação, no MAP, em conjunto nos arquivos do “Museo del Hombre Chaqueño: Ertivio Acosta”, localizado, na cidade argentina de Resistencia, foi fundamental, no aprofundamento dessas questões. Lancei olhares específicos para documentos que remetem aos anos 1980 e 1990, repletos de “contextos de redemocratização”, a fim de notar como a ideia de popular era usada como elemento de conciliação nacional, para negociar visões de povo.

Nesse momento de ampliação patrimonial, todas essas transformações deram uma nova importância ao antigo “Museo de Motivos Argentinos José Hernández”, que, em 2006, passou a ser chamado de “Museo de Arte Popular José Hernández”, nomeação

que o acompanha, contemporaneamente. A inclusão do termo “arte popular”, em contraponto ao “folclore” que o marcava, inicialmente, é sinal de tentativa de maior alinhamento com as políticas relacionadas ao “patrimônio imaterial”. Percorrendo o seu arquivo, encontro alguns materiais interessantes, para pensar a historicidade dessa transmutação institucional. Um deles era um cartaz de convite para o museu de meados dos anos 1990 que, além de difundir que “o museu não tinha só coisas de “gaúchos”, alertava que a “tradição não é uma cópia do passado”.⁷

Figura 3 – “La tradición no es una copia del pasado”



Fonte: Museo del Arte Popular José Hernández (MAP)

Com essa nova difusão, tentavam revisitar os tradicionais “símbolos de argentinidade”, o que significava também ampliá-los. Por mais que usassem formas de dar a ver o passado de “gaúchos” e outras personagens semelhantes às antigas projeções folclóricas, a ressalva aos diálogos da tradição com o presente tentava sensibilizar para outras formas de debater a temática. O assunto continuava, entretanto, polêmico. Não só em função dessas figurações que remetiam às con-

⁷ MUSEO DE ARTE POPULAR JOSÉ HERNÁNDEZ (MAP). Buenos Aires, Argentina. Visita em: set. 2022; entre maio e out. 2023. CARPETA: Día de la tradición.

cepções clássicas de folclore, mas porque continuavam a trazer consigo traços de insubmissão advindos de visões subversivas de cultura popular. Algumas tensões, em torno desse passado, fazem pensar como era difícil atingir alguns consensos sobre seus rastros.

Sobre o período, indico apenas algumas das disputas mais intensas que envolviam celebrações, em torno do bandoleiro Gauchito Gil (Barrios, 2016). Nos arquivos, algumas “polêmicas em torno de evangelistas” (Casas, 2022) são bem visíveis. Destaco aqui leituras distintas de Alicia Lidia Sisca e Félix Coluccio, observada, especialmente, entre documentos da Biblioteca Especializada Miranda Borelli, pertencente ao mencionado “Museo del Hombre Chaqueño”

Em 1999, Alicia Lidia Sisca apresentava seu estudo intitulado “Martín Fierro como obra portadora de valores cristianos en el ser cultural argentino”. Seu propósito consistia em confirmar “la clara presencia de la Biblia” no poema. Com isso, destacava “los dogmas de fe, el problema de las supersticiones, la alusiones a los santos, y advertia coincidencias entre diferentes versos del poema y los libros bíblicos” (Casas, 2022, p. 182). Um dos exemplos é o famoso conselho de Fierro para que “los humanos sean unidos”, visto que era “asemejado a un pasaje de la primeira carta de Juan presente en el Nuevo Testamento” (Casas, 2022, p. 182): “pues este es el mensaje que habéis oído desde el principio: que nos amemos unos a otros” (Sisca, 1999, p. 69).

A leitura ocorre quando se ampliam manifestações de religiosidade popular, para além de dogmas católicos, tendo em vista que muitos gaúchos foras da lei viraram “santos profanos”. Em 1986, Félix Coluccio escreve “Cultos y canonizaciones populares de Argentina”. Nele, há capítulo sobre gaúchos, especificamente, sobre a “Cruz Gil”. A presença do assunto é tímida, mas, ao longo dos anos, o autor o revisa. Em 1995, amplia o livro e o publica com o nome de “Las devociones populares argentinas”. Nessa obra, aborda não só a “Cruz Gil”, mas a figura central de Gauchito Gil. Alguns anos depois, em 2001, há uma nova ampliação do escrito, que é lançado com o título

de “Devociones populares argentinas y americanas”. Neste momento, o autor insere fotos suas em locais de culto ao santo profano que virou um dos mais celebrados em todo país (Collucio, 2001). Seus livros guardados, na mencionada biblioteca do Museo, documentam bem essa mutação nos anos em cena.

Foi nesse contexto que Alicia Lidia Sisca intercalou “los cantos del gaucho com exhortaciones religiosas, a tono con la doctrina de la iglesia” (Casas, 2022, p. 182). Os registros de Félix Coluccio sobre práticas religiosas não canônicas indicam, portanto, religiosidades para com os gaúchos, para além dos dogmas católicos que vale destacar. A ampliação dos registros sobre as celebrações, em torno de Gauchito Gil, mostra ainda como o assunto passa a ser revisto, por outros ângulos, nesses anos. Mais do que um simples fenômeno curioso, tratava-se de uma festividade religiosa que poderia ser considerada como um tipo de patrimônio imaterial, na sociedade. Os silenciamentos dessas práticas, sejam eles mais abertos ou sutis, indicam como este emblema nacional é de difícil conciliação, na sociedade.

TEMPOS DE OUTRAS DISPUTAS DA CULTURA NACIONAL

O debate sobre faces de imagens de passado nacional, na arena pública, ao longo do tempo, em que os binômios “tradição” e “modernidade”, “civilização e “barbárie” e outras derivações são constantes, em muitos países da América Latina, sugere como essa aparente simplificação está repleta de acordos e conflitos de ressignificações de temas controversos. Em cena, vimos como reelaborações de dadas imagens de passado do povo do deserto, especialmente, de passados de gaúchos fora da lei que são contornadas por sentidos amplos, formam dispositivo que faz ver, falar e tensionar sentidos do que significa ser nacional. Trata-se de passados incômodos que provocam intensas discussões sobre ideias de povo, violência e (in)justiças variadas porque convivem entre muitos usos políticos, representações e significados destas figuras.

Na Argentina contemporânea, há muita presença desse passado, na sociedade. Indício significativo ocorreu em 2022, com a comemoração de 150 anos da publicação da obra “Martín Fierro”, de José Hernández. Em geral, isso desencadeou exposições variadas como “El Mito Gaucho” (David; Díaz, 2021), ocorrida, na Biblioteca Nacional, e, no ano seguinte, algumas outras que tematizavam cruzamentos entre “nação”, “tradição” e “gaúchos”. Refiro-me à “Devociones populares argentinas”, também na Biblioteca Nacional, e “De soldados, Desertores y Santos populares”, ocorrida no Museu Histórico Sarmiento (Díaz; Redondo, 2023; Stupía, 2023). Em comum, tematizam a santificação popular, em torno de bandoleiros, especialmente, Gauchito Gil, cuja presença simbólica está em vários espaços do país, na capital e no interior.

Em particular, a comemoração dos 40 anos de democracia, na Argentina, no ano de 2023, também impulsionou tematizações que dão a ver demais disputas desses símbolos. Sobre isso, convém dizer que “en los últimos años, el Martín Fierro, de José Hernández, há sido objeto de várias reescrituras que utilizaron el erotismo y las representaciones de la sexualidad disidente o “desviada” como tópico central” (Oliveto, 2023, p. 128) Nessa direção, foi criada a mostra “Gauchito, pétalos y terciopelo”, organizada no “Complejo Historico Cultural Manzana de las Luces”, um dos principais museus nacionais, com intuito de abordar a questão da deserção de Gil por outro viés.

A exposição incentiva reflexões interessantes sobre o passado. Para além de “supuesta cobardia de Gauchito Gil”, por ser um desertor de guerra nacional, revisitam o tema propondo que a “clandestinidade é uma estratégia de sobrevivência comunitária”. Com isso, provocam comparações entre o “gaucho que huye y la marica como subjetividad desertora de la ley heterocisblancopatriarcal” (García, 2023). Certamente, um discurso que mostra como este dispositivo continua, em intensa disputa na contemporaneidade.

NOTAS FINAIS

Para terminar essas notas, faço uma volta ao início do texto. A mostra sobre os arquivos pessoais de Elizabeth Jelin, na Biblioteca Nacional da Argentina, é um convite a pensar múltiplas temporalidades de sua trajetória. Não surpreende que os curadores tenham se inspirado no filme de Albertina Carri, “Cuatreros”, para montar uma forma de expor diferentes registros de sua atuação, ao longo da vida. É instigante pensar também que, possivelmente, Carri tenha se inspirado na forma de trabalho com memória que é uma marca de intelectuais como Jelin, sobretudo, quando se busca lidar com temporalidades diversas de temas sensíveis. A abertura de um “Ciclo de Cine” com esse filme, no marco da mostra sobre Jelin, é bastante coerente (Allende, 2023; Ciclo, 2023).

Ao final do filme, Carri levanta uma pergunta que, talvez, seja a de muitas pessoas que assistem ao seu filme. Por que falar tanto de “Cuatreros”, como Isidro Velázquez, se poderia falar mais de seu pai, que escreveu sobre ele. Carri comenta que, embora seus trabalhos, nos arquivos, tivessem como ponto central a busca por “Cuatreros”, o que procurava mesmo era o seu pai. Com esse dizer, a cineasta reforça como tais questões estão entrelaçadas e, na maior parte das vezes, por meio de uma mescla de difícil resolução, na trama narrativa.

Minha estadia, em terras argentinas, teve certa semelhança com essa situação. A pesquisa que apresento é sobre um tema incômodo, como são os passados de bandoleiros, mas não o desenvolvi por simples curiosidade. Estava mesmo em busca de formas de trabalhar temporalidades entrelaçadas de passados, imensamente, presentes na sociedade. A temporada de estudos e pesquisas, na Argentina, ampliou reflexões, ao possibilitar pensar o assunto por meio de questões transnacionais que também podem auxiliar estudos sobre a temática no Brasil ou outros lugares. A perambulação, entre arquivos, repletos de transbordamentos, nos levou a ter que

trabalhar várias temporalidades entrelaçadas, em jogo. Em todo caso, importou perceber, de modo contínuo, como cada registro “es conformado, simbolizado, resignificado en el transcurso entre aquel que actuó y habló, fotografió, filmó, escribió y aquel que registró, imprimó, conservó y reprodujo” (Silva Catela, 2011, p. 403).

Nesse exercício de etnografia pelo mundo dos arquivos, há muitos “deseos de perpetuar intencionalmente una cierta imagen, um propósito concebido que, en última instancia, se destina a la monumentalización del propio individuo, grupo o institución ‘archivada’” ou que arquivou tais sentidos” (Silva Catela, 2011, p. 402). Ao longo dessas notas, busquei ensaiar reflexões que permitissem des-trinchar temporalidades sobre a construção de certas imagens de passado do povo do deserto, especificamente, o passado do gaúcho fora da lei, como dispositivo que faz ver, falar e disputar sentidos da nação ao longo dos anos. Ao historicizar curvas de visibilidade e dizibilidade de alguns trabalhos em prol de suas consagrações e/ou confrontações, como símbolo nacional, nota-se como tais disputas de passado não são apenas figurativas, pois se materializam em função de lutas acirradas no presente.

As polêmicas, em cena, parecem se ampliar quando controvérsias de passados e presentes de bandoleiros figuram, na arena pública. Apesar de tudo, as imagens desses passados são recorrentes, em construções de ideias de nação formadas de si para si e para os outros. Reiteramos, contudo, que não há fórmulas para trabalhar, com temporalidades. Esperamos que tais notas possam provocar minimamente demais reflexões sobre o tema em toda sua complexidade. Daí, podem, certamente, continuar surgindo outras formas de ver, ouvir e escrever sobre passados tão presentes que sejam formuladas em sintonia com os modos de produção do conhecimento dos tempos que temos vivido.

REFERÊNCIAS

Fontes citadas

Arquivos

Arquivos do *Museo de Arte Popular José Hernández*. Disponível em: <https://www.buenosaires.gob.ar/museos/museo-de-arte-popular-jose-hernandez>.

Arquivos de *Biblioteca Nacional Mariano Moreno de la República Argentina*. Disponível em: <https://www.bn.gov.ar/>.

Arquivos do *Museo del Hombre Chaqueño Ertivio Acosta*. Disponível em: <http://museohombrechaco.blogspot.com/>.

Legislação

Ley n° 4.756/39 de 1939 (Dia de la tradición)

Ley n° 21.154 de 1975 (Dia de la tradición – modificiacion)

Ley n° 24303 de 1993 (Dia Nacional del Gaucho)

Escritos

AGRUPACIÓN Bases. *Ofensa y defensa del gaucho*. Documento elaborado en respuesta a Pedro Julio Echagüe. La Plata, agosto de 1943. *Archivo de Agrupación Bases*. Museo Almafuerite. La Plata, Argentina.

BORGES, Jorge Luis. *El matreiro*. Buenos Aires: Edicom, 1970.

CARRI, Roberto. *Isidro Velázquez: formas prerrevolucionarias de la violencia*. (1968). Buenos Aires: Colihue, 2001.

COLUCCIO, Félix. *Cultos y canonizaciones populares de Argentina*. Buenos Aires: Ediciones del Sol, 1986.

COLUCCIO, Félix. *Las devociones populares argentinas*. Buenos Aires: Nuevo Siglo, 1995.

COLUCCIO, Félix. *Devociones populares argentinas y americanas*. Buenos Aires: Corregidor, 2001.

ECHAGÜE, Pedro. Sobre el gaucho. *Atlántida*, 26, 918, Jul. 1943a.

ECHAGÜE, Pedro. Se Rectifica P. Julio Echague. *El Pampero*, 14 jul., 1943b.

EL GAUCHO Antonio Gil: entre el milagro, la fe y la leyenda. In: *Primera Edición*. 8 ene. 1993.

EL MATREIRO: Una galería de gauchos corajudos en constante desafío. In: *La Razón*. Libros. 2 may. 1970, p. 12.

MERLINO, Salvador. El argentino y la ficción literaria del gaucho. *Noticias Gráficas*, 9, 2952, 29 jul. 1939. p. 16. Biblioteca Nacional, Hemeroteca. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina.

PINTO, Luís. *El gaucho y sus detractores*. Defensa de las tradiciones argentinas. Reivindicación del gaucho. Buenos Aires: El Ateneo, 1943.

SISCA, Alicia L. *Martín Fierro como obra portadora de valores cristianos en el ser cultural argentino*. Tesis de Doctorado (Letras). USAL: 1999.

Exposições

ALLENDE, Santiago. *Cartografías Jelin: Archivo, tiempos y afectos*. Exposição. Buenos Aires. Biblioteca Nacional Mariano Moreno. Ano 2023. Visita em 2023. Disponível em: <https://www.bn.gov.ar/agenda-cultural/cartografias-jelin-archivo-tiempos-y-afectos>.

CICLO de cine *Desdordes del archivo* / Película *Cuatreros* (Albertina Carri, 2017, 83'). Exposição. Buenos Aires. Biblioteca Nacional Mariano Moreno. Ano 2023. Disponível em: <https://www.bn.gov.ar/agenda-cultural/desbordes-del-archivo>.

DAVID, Guillermo; DÍAZ, Emiliano Ruiz. *El Mito Gaucho*. Exposição. Buenos Aires: Biblioteca Nacional Mariano Moreno. Ano 2021. Disponível em: <https://www.bn.gov.ar/agenda-cultural/el-mito-gaucho>.

DÍAZ, Emiliano Ruiz; REDONDO, María. *Devociones populares argentinas*. Exposição. Buenos Aires: Biblioteca Nacional Mariano Moreno. Ano 2023. Visita em 2023. <https://www.bn.gov.ar/agenda-cultural/devociones-populares-argentinas>

GARCÍA, Javi Samaniego. *Gauchito, pétalos y terciopelo*. Exposição. Buenos Aires: Complejo histórico cultural Manzana de las Luces. Ano 2023.

Visita em 2023. <https://manzanadelaslucos.cultura.gob.ar/exhibicion/gauchito-petalos-y-terciopelo-1/>

OLIVERA, Fernanda. *Bestiário nacional: Criaturas del imaginário argentino*. Exposição: Biblioteca Nacional Mariano Moreno. Ano 2023. Visita em 2023. Disponível em: <https://www.bn.gov.ar/agenda-cultural/bestiario-nacional-criaturas-del-imaginario-argentino>.

STUPIÁ, Eduardo. *De soldados, desertores y santos populares*. Exposição. Buenos Aires: Museo Histórico Sarmiento. Ano 2023. Visita em 2023. <https://museosarmiento.cultura.gob.ar/exhibicion/de-soldados-desertores-y-santos-populares/>

BIBLIOGRAFIA

ADAMOVSKY, Ezequiel. *El Gaucho indómito: De Martín Fierro a Perón, el emblema imposible de una nación desgarrada*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2019.

ALABARCES, Pablo; María G. RODRÍGUEZ (Comps). *Resistencias y mediaciones: estudios sobre cultura popular*. Buenos Aires: Paidós, 2008.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Distante e/ou do instante: sertões contemporâneos*. In: FREIRE, Alberto (org.). *Culturas dos Sertões*. Salvador: Edufba, 2014. p. 42-43

BARRIOS, Cleopatra. *Re-presentaciones fotográficas del Gauchito Gil*. Tesis, Universidad Nacional de La Plata, 2016.

CASAS, Matías E. . *Las metamorfosis del gaucho: Círculos criollos, tradicionalistas y política en la provincia de Buenos Aires, 1930-1960*. Buenos Aires: Prometeo, 2016.

_____. *Los “enemigos” de la tradición: los detractores del gaucho em la coyuntura de su oficialización como arquetipo nacional*. Quinto Sol, vol. 22, 1, 2018.

_____. *Como dijo Martin Fierro: interpretaciones y usos del poema durante el siglo XX*. Buenos Aires: Prometeo, 2022.

CHAMOSA, OSCAR. *Breve Historia del Folclore argentino (1920-1970)*. Buenos Aires: Edhasa, 2012.

CHUMBITA, Hugo. *Última Frontera: vida y leyenda de Juan Vairoletto*. Buenos Aires: Planeta, 1999.

CHUMBITA, Hugo. *Jinetes rebeldes: Historia del bandolerismo social en la Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2009.

DELEUZE, Gilles. *¿Que és un dispositivo?* In: BALIBAR, E.; DELEUZE, G.; DREYFUS, H. L.; FRANK, M.; GLUCKSMANN, A. Et. Al. *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1990.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

GOLOBOFF, Mario. *Borges y el Gaucho*. *Revista de Literaturas Modernas*, Mendoza, N° 29, 1999.

GOMES, Angela C. Marcas do período. In: GOMES, Angela C. (org.). *História do Brasil Nação: olhando para dentro (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

JELIN, Elizabeth; VINYES, Ricard. *Cómo será el Pasado: una conversación sobre el giro memorial*. Barcelona: Ned Ediciones, 2021.

MARTÍN, Alicia (Comp.). *Cultura y patrimonio nacional: los estudios de Folklore em la Universidad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Eudeba, 2020.

OLIVETO, Mariano Javier. "Versiones "torcidas" de *Martin Fierro*". *Estudios de Teoría Literaria*, marzo de 2023, vol. 12, n° 27, pp. 138-150.

RAMOS FILHO, Vagner Silva. *Ser tão Brasil: rastros de memórias, escritas de histórias e tempos em transe (arquivo do CNFCP/IPHAN na era digital)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2025.

RODRÍGUEZ, Fermín A. *Un desierto para la nación: la escritura del vacío*. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2010.

SILVA CATELA, Ludmila da. *El mundo de los archivos*. In: REÁTEGUI, Félix (ed.). *Justicia transicional: manual para América Latina*. Brasília: Comisión de Amnistía, Ministerio de Justicia; Nueva York: Centro Internacional para la Justicia Transicional, 2011.

SOLANS, Pedro. *Isidro Velázquez. Retrato de un rebelde*. Córdoba: M&D, 2010.

LO QUE DEBEN SABER LAS JÓVENES DE MARY WOOD-ALLEN. MIRADAS GENERIZADAS Y SEXUALIDAD SEGÚN LOS MANUALES DE LA BIBLIOTECA CIENTÍFICA DE CLARIDAD. BUENOS AIRES-ARGENTINA (1924-1941)

María Luisa Múgica¹

INTRODUCCIÓN

La sexualidad se transformó en un asunto que gozó de enorme interés entre fines del siglo XIX y principios del XX y no solo en Argentina. Fue uno de esos temas que estuvo en la mira y en la agenda del poder político y fue tanto un foco productor de discursos y prácticas de lo más disímiles como también de regulaciones múltiples. Foucault señalaba que desde el siglo XVI “la puesta en discurso” sobre el sexo lejos de sufrir restricciones estuvo sometida a un mecanismo de incitación creciente, y que a fines del siglo XIX se produjo en Occidente una coexistencia de producciones analíticas, especulativas, teóricas, científicas, culturales y sociales sobre la sexualidad, *scientia sexualis*; un saber multiplicado, extensivo e intensivo, que generó un hiperdesarrollo de discursos, complejos o simplificados, y al mismo tiempo, -y sin ser contradictorio- prevaleció un desconocimiento de la sexualidad a nivel individual, la que -agregaríamos- debía enseñarse, encauzarse, disciplinarse y

¹ Professora titular da disciplina de Teoria da História e do Seminário Patrimônio, Memória e Arquivos nos programas de História e Gestão Cultural da Universidade Nacional de Rosario - Argentina. Doutora em Ciências Humanas e Artes com especialização em História pela Universidade Nacional de Rosario (UNR), com estudos de pós-doutorado no Centro de Estudos Avançados da Universidade Nacional de Córdoba. Email: marialuisamugica@gmail.com

se plasmaba en pares dicotómicos normal/patológico, a partir de la medicalización del detalle, de lo nimio, que se rompían y ponían en jaque asiduamente (Foucault, 2016, pp. 24, 26-27; 1985a, p. 20).

Un conjunto de textos aparecieron en Europa a fines del siglo XIX y algunas obras como las de Richard Krafft-Ebing *Psychopathia Sexualis* publicada en 1886; *La cuestión sexual* de Auguste Forel de 1905; los *Tres ensayos sobre la teoría de la sexualidad* de 1905 de Sigmund Freud y los volúmenes de Havelock Ellis, publicados entre 1897 y 1928, jugaron con las de otros autores un papel fundamental en el desarrollo de una “ciencia sexual” y se transformaron en claves de lectura para pensar la sexualidad e indagaron acerca del comportamiento sexual, clasificando y patologizando ciertas conductas, anomalías o heterogeneidades sexuales. Sin embargo, este tipo de reflexiones no se impuso sin resistencias, a modo de ejemplo vale la pena señalar lo que pasó con la obra de Krafft-Ebbin que se vio obligado, por problemas con las autoridades, a publicarla en latín (Trochon, 2003, p. 66; Múgica, 2014; Foucault, 1985b).

En ciudades de franco crecimiento demográfico como Rosario o bien Buenos Aires en Argentina ciertos temas cobraron especial atención, como la prostitución, las enfermedades venéreas, en especial, la sífilis que despertaba miedos y relatos de lo más truculentos, en una época en que no había tratamientos efectivos; el onanismo, la pornografía, las sexualidades no heterosexuales, el alcoholismo o los mismos trabajadores y sus problemas, de modo que la sexualidad se configuró como un dominio objetivado a través de discursos, reglas y también de prácticas encapsuladas en torno a asuntos específicos, entre los que se hallaban los ya citados (Múgica, 2014; Armus, 2000). Según Corbin el concepto sexualidad antes de ciencia sexual empezó a utilizarse en francés desde principios de la década de 1840 y apuntaba casi estrictamente a el/los caracteres de lo sexuado, al amor o pasiones amorosas, deseos, instinto genésico, actos carnales o venéreos, a la vida sexual, y los médicos lo usaban como sinónimo de coito o copulaciones; en tanto su empleo

en inglés se registraba desde 1800 y en alemán desde 1820 (Corbin-Perrot, 1991, pp. 230-231; Corbin, 2005, p. 376). En Argentina circularon y proliferaron numerosos manuales dedicados al asunto aunque mayoritariamente reproducían textos europeos o americanos y usaban alguna de esas nominaciones, como el del Dr. Dupuy, que era el Volumen 20 de la Biblioteca Científica de Ed. Claridad, que se titulaba *La vida sexual. Conocimientos necesarios al hombre y a la mujer antes de casarse*.

Entre 1924 y 1941 la Editorial Claridad de Buenos Aires dirigida por el socialista español Antonio Zamora (1896-1976) (Tarcus, 2007) empezó a publicar una colección dedicada casi exclusivamente a la sexualidad, en dos series de distintos tamaños y llegó a constituir un catálogo de poco más de noventa textos, llamada Biblioteca Científica que consistía en: «Manuales de divulgación y estudios sobre el problema sexual». Eran, además, libritos baratos (entre 0,20, 0,40 o 0, 50 centavos, el valor de un café con leche completo con pan y manteca según Barcia (1981, p.10) que se vendían en los kioscos, aunque no únicamente y estaban destinados a la educación sexual de los sectores populares. Guereña (2018) sostiene que en España se comercializaban en “quioscos de prensa” o en “librerías de ferrocarril” pero no en las tradicionales. El mismo formato de “bolsillo” y la poca cantidad de páginas tal vez apuntaba a lecturas que se pudieran hacer rápido, aunque algunos textos eran muy técnicos. Había, también otras publicaciones tanto ácratas como socialistas, por ejemplo, de la Sociedad Luz que se ocupaban de la sexualidad (Barrancos, 1990, 1996; Fernández Cordero, 2021) y no solo, pues editoriales como Tor, Ombú o colecciones cristianas hacían lo suyo. Claridad, fundada dos años antes, en 1922, además publicaba otras colecciones baratas dedicadas a novelas, poesía, teatro y más, que tuvieron una amplia circulación, no solo en la Argentina y múltiples reediciones (Ferreira, 1998; Montaldo, 1990; Cedro, 2006; Miri, 1981). Había títulos dedicados a la sexualidad que representaron el 25 % de su catálogo, en algunas de las tantas colecciones, como, por

ejemplo, *El matrimonio perfecto* de Theodor Hendrik Van der Velde que conoció 40ª ediciones en veinte años y Claridad sacaba dos por año aunque –aclaramos– no estaba en la Biblioteca Científica sino en “Problemas sexuales” o en la Biblioteca de Obras Famosas (Romero, 2007; Queirolo, 2013; *Todo es Historia*, 1981). Vezzetti (1996, pp. 114-116) menciona, además del citado, la *Enciclopedia del conocimiento sexual* de Costler y Willy que alcanzó más de veinte reediciones. Grandes tiradas a precios módicos y permanentes reimpressiones fueron posibles por los bajos costos del papel y la inexistencia o muy reducidos derechos de autor o de las traducciones, pues la Ley de Propiedad Intelectual 11.723 recién se promulgó en 1933 (Miri, 1981, p. 36; Delgado y Espósito, 2014).

La editorial se presentaba como una empresa cultural, más que comercial, “especie de universidad popular” que a través de ediciones baratas y de extensas tiradas divulgaba “las mejores obras de los escritores y pensadores antiguos y modernos”, “manifestaciones del espíritu libre” en diferentes campos, desde el literario hasta el científico, textos que apuntaban a modelar nuevas sensibilidades, las que se vieron acompañadas por el fuerte proceso de alfabetización de la población que, con motivo de la escolarización obligatoria, alcanzó entre 1925 y 1932 casi el 71 % (Puigróss, 1996; Cedro, 2006). Al ampliarse la cultura letrada se configuró un público de lectores nuevos y ávidos por conocer o entretenerse, contexto en el que hicieron furor las novelas semanales “por entregas” y los libros baratos, como estos y las formas de leer iban desde la lectura *per se*, individual, intimista, en voz baja o bien en alta voz a través de terceros, como cuenta la famosa actriz argentina Libertad Lamarque (1986, p. 81), hija de un libertario, que practicaba su madre para un conjunto de hombres y mujeres que visitaban su casa en Rosario, donde ella creció en las primeras décadas del siglo XX.

La aparición y circulación de manuales de divulgación, de estudios dedicados a la vida sexual, las venéreas, al igual que la publicación de guías o manuales relacionadas con lo sexual, dirigidas a los

jóvenes de ambos sexos, a los que estaban por casarse, a los matrimonios, se puso de moda en Europa desde el siglo XIX como señaló Leonard (s.f.). Según Stewart (2001) llegó a configurar un nuevo género caracterizable como de manuales sexuales pre-maritales que aparecieron en Francia hacia 1880, aunque en Inglaterra y EEUU ya habrían surgido una década antes guías de educación sexual para jóvenes. Guereña (2018) sostiene que en Francia o en España a finales del siglo XIX y principios del XX ya habían aparecido colecciones sexuales o bibliotecas² dedicadas a la sexología popular para el público en general, en las que colaboraban médicos y polígrafos con seudónimos y títulos de Dr. más para asentar autoridad que por una real titulación en medicina. Estas colecciones estaban firmadas por un único autor que escribía más de un volumen, a diferencia de la argentina, la Biblioteca Científica, que estaba conformada por autores y títulos de lo más diversos, en las que se mezclaban las “autoridades” en el campo como Forel, Fournier, Havellock Ellis junto con otros hoy desconocidos y difíciles de rastrear más allá de los obstáculos que genera el uso de seudónimos. La literatura sexológica fue un género popular en Argentina y como señala Hugo Vezzetti (1996, p. 67) “proporcionó un corpus discursivo heterogéneo y cruzado de referencias: higiene y medicina social, política de población, eugenesia y moral reproductiva; en fin, estética y erótica del matrimonio, psicología amorosa”. Escritos con lenguaje sencillo, a veces con bordes intimistas, entre autobiográficos y coloquiales, no solo plasmaban los desarrollos de la ciencia “normal” al decir de Kuhn, sino creencias, representaciones sociales; manuales que se podían pensar como reguladores de las conductas y costumbres que mostraban lo que estaba bien o no, lo que la sociedad consideraba natural, que incluía a la heterosexualidad normativa o lo que transgre-

² Botrel (2017) analiza bibliotecas populares ilustradas españolas decimonónicas e indica que allí se usaban tanto los conceptos biblioteca desde el siglo XVIII para aludir a “conjunto o colección de libros” como colecciones. Seguramente Zamora, oriundo de Andalucía-España siguió modelos que conocía.

día las normas y buenas formas. Así podemos pensar esa Biblioteca Científica, como manuales de comportamiento y en tanto colección trazaba un programa caracterizado por exhibir diferentes interpretaciones y temas relacionados con la sexualidad, plan muy ecléctico en cuanto a autores y posturas que, en muchos casos, estaban francamente encontradas.

Como indica Vezzetti (1996, p. 88) la sexología, y vale para la sexología popular, nació como un discurso híbrido que combinaba medicina social, biología de la reproducción, eugenesia, psicología, filosofía de la naturaleza y ética aplicada, fundada en el presupuesto de que los impulsos sexuales eran el fundamento de la perpetuación de la especie y fuente permanente de desviaciones y excesos. La colección de libritos de la Biblioteca Científica estaba integrada por numerosos autores –mayoritariamente europeos y varones, salvo dos y opúsculos escritos por mujeres– pocos argentinos y sin homogeneidad ideológica, colección que también puede leerse como un archivo –de tantos– sobre la cuestión sexual (Múgica, 2021; Cedro, 2006). La escasa cantidad de textos escritos por mujeres daba cuenta de que se concebía a la sexualidad, como un asunto más bien masculino. A continuación nos focalizaremos en el texto de la Dra. Wood-Allen, qué tópicos, temas, representaciones sociales y formas de comportamiento sexual eran considerados válidos para mujeres y jovencitas en Argentina a principios del siglo XX fundamentalmente a través de esa producción manualística y, además, estableceremos comparaciones con otros textos escritos por hombres, médicos o no, que también formaban parte de la Biblioteca Científica de la Editorial Claridad de Buenos Aires de enorme circulación en la Argentina de entonces, pues los manuales instalaron miradas generizadas.

LO QUE DEBEN SABER LAS JÓVENES

Lo que deben saber las jóvenes de la Doctora Mary Wood-Allen (1841-1908), cuyo subtítulo *Estudio sobre la higiene y la vida sexual*

de las mujeres- *Consejos prácticos* parecía condensar los principales tópicos que encerraba el texto, constituía el volumen N°38 de la segunda serie de la Biblioteca Científica de Claridad y era uno de los tantos manuales que la integraban. Se anunció por primera vez en junio de 1936 en uno de los índices contenidos en la *Revista Claridad* el N°302 de ese grupo editor, aunque a diferencia de otros textos, no incluía mayor información en sus publicidades y sí se mantuvo estable en el índice y lugar de la Colección hasta 1941 por lo menos, que dejó de editarse la revista citada, ya que otros eran movidos de colecciones o no se reimprimían, lo que llevaba a modificar los catálogos.

Lo que deben saber tenía un valor de 0,30 centavos y no figuraba el tiraje. El libro tenía una portada bastante limpia, en dos colores, naranja y negro, en un costado una escultura de una mujer desnuda sin filiación alguna, con formas no muy definidas, con su rodilla izquierda y su brazo derecho levemente flexionados, se acariciaba suavemente su largo cabello. La tapa presentaba una tipografía con distintos tamaños de letra y resaltados que se plasmaban en el título destacándose “las jóvenes”, probablemente con el objetivo de que el público al que parecía dirigirse, lo tuviera claro, luego los logos de la Editorial, que se repetían adelante y atrás, como en otros textos. Más allá de que no estuviera anunciado en el título de la publicación ni tampoco en los catálogos, el libro se completó con un opúsculo de la activista norteamericana Mary Ware Dennett³ (1872-1947) “La educación sexual para la juventud civilizada”. Vale mencionar que el texto de la Dra. Mary Wood-Allen *What a young woman ought to know* era parte de una serie *Self and Sex* y apareció por primera vez editado en 1898 en Filadelfia, luego en 1905 y la habitualmente citada por la bibliografía era de 1913 (JAMA, 1899).

El texto argentino no se publicó íntegro pese a que la Editorial insistía en la primera serie que ellos los publicaban completos, que

³ Destacada sufragista, pacifista y defensora del control de la natalidad estadounidense (Lakshmeeramya, 2016; Tuhus-Dubrow, 2021; Craig, 1995; Lederer, 2011).

si el libro seleccionado tenía menos de cien páginas se completaría con otro o si las excedía, lo editarían en partes para no publicarlo trunco o resumido, como ocurrió, por ejemplo, con el célebre escrito del Dr. Forel, *La cuestión sexual*, del que fueron editados varios capítulos; sin embargo, el texto de Wood-Allen publicado en Buenos Aires contenía solo diecisiete capítulos sobre los treinta y tres que tenía la versión norteamericana de 1913. Claridad hacía lo mismo que le criticaba a Tor y Tor decía y hacía lo mismo que Claridad en cuanto a que no publicaban los textos completos (Abraham, 2016). En España el texto se tradujo y lo publicó la Ed. Bailly-Baillière e Hijos dentro de la serie “Pureza y Verdad” al igual que otro de la misma autora editado en 1907, *Lo que debe saber la niña*. Esta editorial y librería fue una de las diez principales editoriales que se ocupaba de temáticas sexuales en España entre 1901 y 1910. La edición española de la obra de Wood-Allen contenía las recomendaciones de eminentes médicos, clérigos, educadores y sufragistas norteamericanos, como la norteamericana que consultamos, pero que no están en la argentina de Claridad. Mary Wood-Allen fue una representante del *Purity Department Woman's Christian Temperance Union*, una organización de mujeres fundada en 1873/74 que luchó en Estados Unidos contra los salones, la obscenidad, la prostitución y todo lo que parecía amenazar la “pureza moral” de las mujeres. El movimiento de *pureza social* hacia 1890 había conseguido a lo largo y ancho de Estados Unidos una amplia base social que incluía a sufragistas, ligas antialcohólicas y clérigos que tenían propuestas y lanzaron las primeras iniciativas de educación sexual, venciendo reticencias de sectores medios a debatir sobre el asunto (D'Émilio y Freedman, citado por Seoane Cegarra, 2012, p. 44). También fue publicado por la Editorial Maucci, probablemente perteneciente al fondo de Publicaciones de la Escuela Moderna adquirido por esta, que entre 1907 y 1909 desplegó una línea más internacionalista editando obras escolares y de otras científico-racionalistas o de índole socialista, anarquista y librepensadora, entre las que estaba la de Wood-Allen (Velázquez y Viñao, 2010, pp. 90-91).

El texto de la Dra. Wood Allen, junto con otro, de Hildegart (apareció publicado en esta Colección recién en 1936, antes, en 1932 formó parte de otra de la editorial llamada *Manuales de cultura marxista*) eran los únicos escritos por mujeres, como volúmenes, luego había pequeños opúsculos como el que acompañaba al de Wood-Allen, lo que evidencia que los asuntos relacionados con la sexualidad parecían, por lo menos analizando el conjunto de las publicaciones de la colección, ser una cuestión masculina. Como mencionamos la publicación porteña, sesgada, contenía diecisiete capítulos que comprendían los siguientes temas dentro del rótulo sexualidad: alimentación, sueño, respiración, vestidos, ejercicios físicos, baños, otros incluidos en el tópico poder creador, entre los que estaba, la pubertad, la menstruación, problemas y cuidados, enfermedades de las mujeres, el ya clásico tópico de estas publicaciones: el vicio solitario, el amor, el matrimonio y sus responsabilidades. ¿En qué difería o no de otros escritos por hombres sobre estas cuestiones?, ¿cuáles eran esos aspectos que se pensaban exclusivamente en clave femenina? Por otra parte, era un texto decimonónico, con visos moralizantes publicado en una Argentina “moderna” al que se le borraron todas las marcas temporales. En los manuales el concepto de joven/juventud estaba presente y se utilizaba, salvo excepciones como en este o algún otro, en masculino y parecía designar un amplio abanico de sujetos que incluía solteros, no emancipados económicamente, púberes, que Mayoux (1924) inscribía entre los 14 y los 18 años en los varones, las mujeres más precoces, aunque no fijaba edad; los casaderos; para Bayo (s.f.) la vida genital masculina se despertaba entre los 15 y 16 años –Climent (1924) agregaba que la edad variaba según los climas y los individuos– y, en las mujeres a los 13 o 14 con la aparición de la menstruación. Sin embargo, ni criterios etarios o biológicos ni siquiera jurídicos alcanzarían para dar cuenta de esta categoría, que aparecía plasmada o configurada a través de valoraciones, relatos, simbologías, prácticas epocales hasta códigos sexuales o morales. Como señaló muy honestamente Michel Perrot

“Ese problema constante del historiador, tributario de los vocablos del pasado, se exagera en cuanto se trata de categorías marginales o marginalizadas, y que, por temor y por temblor, suelen imaginarse más que comprenderse: o sea, los pobres, las mujeres, los jóvenes” (1996, p.112).

Los textos de Claridad aludían asiduamente a los jóvenes, sin especificar o considerar necesario definir qué se entendía por tal, se confundía a veces con pubertad, despertar sexual, contenían capítulos con descripciones sobre los aparatos genitales o comparaciones naturalistas entre las prácticas sexuales humanas y animales (Mayoux, 1924), el mundo vegetal y reflexiones generales no exentas de prejuicios morales respecto de la educación sexual de los jóvenes, a veces presentados como solteros (aunque esta era una categoría más amplia en términos etarios). Y vaya –aunque se exagerare un poco– si despertaban interés los asuntos ligados a la sexualidad que el texto del Dr. Mayoux en Francia hacia 1936 llevaba más de dos millones de ejemplares vendidos (*Estudios Revista Ecléctica*, 1936) y este reconocía que estos temas incitaban en el público una curiosidad mórbida y malsana.

MIRADAS FEMENINAS: HIGIENE Y CUIDADO

La sexualidad parecía ser un asunto en el que se mezclaban cuestiones de higiene, de género y se articulaba con miradas médicas, morales, con costumbres y prácticas. El libro de Mary Wood-Allen mostraba, pese al recorte, hasta qué punto esas aristas estaban amalgamadas. En esa mixtura de higiene y sexualidad, la joven necesitaba amén de una suerte de regularidad en la ingesta de las comidas, cierta dietética cuasi vegetariana acorde con su condición. Entre los alimentos válidos se hallaba el consumo de legumbres, frutas, cereales, leche y huevos, nada de pastas pesadas, *pudding*, conservas en vinagre y dulces o golosinas, pues la piel trasudaba las costumbres alimenticias, por medio de granos, color u olor, que

ningún afeitado podía eliminar; tampoco té o café que calificaba de estimulantes –no alimentos–, irritantes, venenos para los nervios débiles, ni de consumo de alcohol, en cualquiera de sus variantes: vino, cerveza, sidra, licores, que, también retardaban la digestión. Esos consejos recordaban la retórica micheletiana, que, sin embargo, desaconsejaba el consumo de carnes para las mujeres y apostaba por un régimen lácteo y frugívoro puesto que influía sobre el alma femenina, pues las comidas suaves halagaban el olfato y el gusto y les imprimían ese carácter etéreo, sublime, puro, asimilándolas a la inocencia de las flores (Michelet, 1985). Un poderoso factor de belleza lo constituía el buen descanso y aparecía la noción de equilibrio entre cantidad y variedad, una dosis suficiente de sueño era el mejor de los cosméticos, refrescaba el color, borraba las arrugas, activaba el cerebro, fortificaba los músculos, aclaraba los ojos y daba color a las mejillas. Tan importante como alimentarse era saber respirar correcta y plenamente, acto vivificante que disipaba desde los dolores de cabeza, aclaraba el cerebro, las ideas, fortificaba la voluntad y creaba disposiciones para estar más alegres o dichosas. Aunque ciertas posiciones, como permanecer sentadas o inclinadas perjudicaban la respiración y comprimían órganos, afectaban particularmente a las jóvenes que trabajaban en la máquina de coser, de escribir, las tenedoras de libros, las taquígrafas o las estudiantes. Otro obstáculo para lograr una buena respiración era la forma de estar de pie, el no equilibrio corporal, los vestidos ceñidos, acompañados de faldas, corsés, etc. que complementaban la vestimenta de las jóvenes, podían transformarse en cuasi armas mortales, afectar el corazón, comprimir las costillas, los riñones, los intestinos o lesionar o desplazar los órganos situados debajo del diafragma. Encuadraba el asunto de la vestimenta también en clave civilizatoria, ya que los talles estrechos u otra indumentaria eran fruto de las modas como las costumbres chinas de deformación de los pies femeninos o de otras partes del cuerpo según acostumbraban otros grupos sociales. La autora estimulaba la práctica de ejercicios físicos para conservar

el buen ánimo, la que podía realizarse a través de los trabajos domésticos que cumplían la misma finalidad que la gimnástica; asear la mesa, un buen ejercicio para los brazos y el pecho o frotar el suelo, barrer, sacudir el polvo, hacer las camas, limpiar la cocina, abrir la puerta si sonaba el timbre.

El baño en cuanto apuntaba a la limpieza personal era también leído y pensado en clave civilizatoria y marca de la vida moderna. Si no había sala de baño, una cubeta de agua, una esponja y una toalla resultaban suficientes o bien el baño portátil, en el que la persona se sumergía y se envolvía con vapor, seguido de otro con agua fría que se podía efectuar en cualquier habitación de la casa sin estropear el suelo o el mobiliario. Lavado del cuerpo con agua caliente y la posterior ablución en agua fría eran óptimos para tonificar la piel. Vigarello ya mostró como el baño y la utilización del agua quedaron dominados desde la segunda mitad del siglo XVIII por la exigencia del frío, que contraía al cuerpo y se asociaba con objetivos especialmente terapéuticos, tenía un poder edificante, pues ayudaba a la renovación de las fuerzas (1991, p. 147). El lavado de los pies con el mismo ritual, agregándole fricción con aceite de oliva los mantenía calientes y protegidos contra el frío. La mejor hora para bañarse era la de las 10 de la mañana en la que el cuerpo tenía mayor resistencia física, sin embargo, podía ser una hora incómoda para la mayoría de las personas. Aunque el baño diario no era para cualquiera, dependía tanto de la personalidad como del horario o la frecuencia, variables todas a considerar antes de tomar uno, así había algunas a las que el baño las debilitaba, por ende, no debían hacerlo en el momento de acostarse, a otras les podía producir sueño, las anémicas debían evitarlo por las noches y aquellas que tenían el cerebro congestionado, podían ver sus síntomas aliviados tomando uno. No aconsejaba el baño diario de modo indiferenciado, sino que dependía más bien de las disposiciones individuales de las jóvenes, por ejemplo, una persona delicada podía beneficiarse con un baño frío, pero también podía alcanzar un estado de limpieza perfecto, lavan-

do su cuerpo por partes; un día, los brazos y el pecho; otro, la espalda y el vientre; el siguiente, las extremidades inferiores, lavándose de este modo, paulatinamente, el cuerpo completo, por lo menos, dos veces por semana. Para el baño aconsejaba el uso de jabones finos y puros, y la mano era una buena esponja para higienizar el rostro. Recomendaba frotar las arrugas de la cara en sentido contrario de estas con los dedos de la mano para borrarlas y activar la circulación. Una vez por semana el baño general se podía completar con otro de asiento para impedir las inflamaciones, hemorroides, constipación, menstruación dolorosa, leucorreas y otras afecciones de los órganos reproductores, aliviaba los dolores de cabeza, la congestión del cerebro estimulando el sueño profundo y confortante, salvo en caso de anemia cerebral que ese baño podía debilitar. El agua debía tener una temperatura de 36 o 37°, o bien tres medidas de agua fría y una de agua hirviendo, sentarse y envolverse con una manta, y luego añadir otra medida de agua fría. Consideraba que era muy buena la combinación de tomar un baño caliente que abría los poros de la piel y provocaba la pérdida de calor del cuerpo seguido de una ablución en agua fría que cerraba los poros, tonificaba la piel y conservaba el calor interior. Este baño de asiento se podía complementar con otro de pies también con agua caliente y fría luego. Otro párrafo lo dedicaba al cuidado de las manos, debían estar limpias, las uñas transparentes, en tanto los instrumentos de manicura eran el aliado ideal para mantenerlas bellas ya que se encargaban del trabajo de la casa; estaba pensando en una casa sin servicio doméstico (Rybczynski, 1991).

LA MENSTRUACIÓN

La pubertad y los problemas relacionados con la menstruación no eran exclusivamente un tema abordado por la Dra. Wood-Allen. Otros manuales que pertenecían a la colección de Claridad como el del Dr. Mayoux o el de Béssede también se ocupaban del asunto. En

lo que deben saber... aparecían consejos para las muchachas que se enfrentaban o no con su primer período menstrual. Ella apostaba por educar e informar a la joven respecto de las transformaciones de su sexualidad, su tono era pedagógico y sereno, la escritura era austera -no llena de datos médicos- sino más bien organizada en base a experiencias o situaciones que atravesaban las muchachas. Usaba ejemplos menos terroríficos que los manuales dedicados a ambos sexos, que en realidad apuntaban casi exclusivamente a los muchachos y las jóvenes aparecían más bien como un capítulo anexo o apéndice. Indicaba que las jóvenes no debían volverse a poner la ropa interior que lavaban con agua fría para contener el flujo menstrual, pues esas prácticas, amén de improductivas generaban enfriamientos, graves enfermedades o hasta la muerte. Sostenía que el período femenino era parte de un proceso fisiológico y no colocaba a las muchachas en situación de minusvalía. Debía ser indoloro aunque por las propias peculiaridades de la vida civilizada se producía el efecto contrario, muchas experimentaban mayor o menor laxitud y malestar y algunas sufrían intensamente, y ella responsabilizaba a los vestidos, la alimentación, los hábitos sociales o personales de la afectada. Se valía de opiniones de ginecólogos afamados de la época y sostenía que una vez que la joven alcanzaba la pubertad empezaba a vivir una vida artificial propia de otras de mayor edad en lo que tenía que ver con los aspectos esbozados: alimentación, vestidos, costumbres y gustos; con apenas 13 años se transformaban sus vestidos, alargándolos, sumándoles el peso adicional de las enaguas y prendas similares, como corsés, que atrofiaban órganos y obstruían la correcta circulación de la sangre⁴. Para Wood-Allen los consejos que recibían las jóvenes sobre su período menstrual no eran siempre los más adecuados. Las madres, a veces, administraban remedios para estimular la hemorragia cuando se

⁴ El grupo al que ella pertenecía abogaba por la reforma de las vestimentas (Klosterman Kidd, 1994, p. 140).

retrasaba su aparición, lo que le parecía peligroso y ello solo era un indicador de un desarrollo más lento. Otras, cuando las jóvenes se sentían en una especie de estado de laxitud y debían reposar, las calificaban de perezosas y las menos robustas debían tomar precauciones como evitar los enfriamientos, los ejercicios demasiado violentos o marchas prolongadas, el abuso de placeres excitantes o cualquier otro tipo de enervamiento e insistía que sobre todo vistieran ropas que les permitieran libertad de movimiento. A veces las reglas de las jóvenes se espaciaban o desaparecían cuando se modificaba su tipo de vida, como cuando abandonaban la casa paterna, como era el caso de una joven que nunca tenía su período durante el año escolar sino solo en vacaciones. Incluía entre las anomalías las hemorragias mensuales abundantes, acompañadas de debilidad o postración, dolores de cabeza, de espalda, fiebre, palidez o disminución que podía ser efecto de enfriamiento, emociones fuertes, fatiga del cuerpo o nerviosa, ansiedad mental. Los cuidados que debían tener en cuenta las jóvenes con menstruaciones abundantes y las que no, eran disímiles. En el primer caso la alimentación debía ser poco estimulante, mucho ejercicio al aire libre, 24 horas antes de la regla, reposo completo mental y físico, guardar cama, compresas frías en el abdomen y los muslos una hora con intervalos de media hora entre las aplicaciones y “lavativas” (léase purgas o enemas) frías dos o tres veces por día para mantener los intestinos libres y tomar bebidas calientes, no alcohólicas. La joven pálida, debilitada, necesitaba reposo, permanecer acostada aun cuando el flujo se continuara, para fortificar la salud general sin tónico alguno sino a través de “la observación de las leyes de la salud”. Se oponía a aquellos que planteaban que la mujer no debía bañarse ni mudarse de ropa durante su período, aunque el baño podía no convenir a todas. El tocado íntimo debía hacerse regularmente con agua tibia y jabón y para el resto del cuerpo usar un paño húmedo y luego frotación con otro seco. La limpieza era signo de buena educación junto con vestidos holgados, respiración profunda, alimentación adecuada, sueño

suficiente, aire puro, ejercicios, en caso de mojarse los pies mudarse rápidamente las medias y el calzado, permanecer calma y serena, pensar lo menos posible en la situación que atravesaban. Los paños higiénicos, debían ser mudados con frecuencia, podían ser confeccionados con arpillera (sic seguramente gasa) envuelta en muselina sin apresto (y quemados una vez utilizados), debían estar sostenidos por tirantes que pasaban sobre los hombros y se juntaban en la parte inferior de la espalda mediante una banda con dos botones y ojales para permitir su fácil reemplazo. Las madres debían vigilar la evacuación diaria de sus hijas, ya que la constipación era uno de los causales de las menstruaciones dolorosas, situaciones que se podían aliviar modificando los vestidos, evitando la presión o bien recurriendo a ciertos vendajes de tela de algodón que tendían a aliviar el útero (especies de fajas o vendajes de algodón que comprimían el abdomen y que ellas podían confeccionar) y facilitaban el estar de pie o el andar de las jóvenes, pues, también la posición del cuerpo o más bien las malas posturas afectaban la salud. Estas tecnologías se debían complementar con masajes abdominales para estimular la circulación. A las jóvenes se les decía que durante su período menstrual no debían andar, ni estudiar, ni montar en bicicleta, de allí que no le parecía sorprendente que encontraran poco agradable ser “mujeres”: “Cuidaos del estado general de vuestra salud, vestíos de una manera razonable, observad todas las reglas de la higiene en cuanto al sueño, al baño, a la limpieza interna, y olvidad tanto como sea posible que sois una mujer” (Wood Allen, s/f, p. 49). Por el contrario, debían andar, hacer ejercicios con vestimenta adecuada y marchas sin exagerar.

Estas preocupaciones, consejos destinados a las jóvenes se pueden contrastar con otros que formaban parte de algunos manuales también incluidos en la colección de Claridad, aunque escritos por hombres. El de G.M. Bessède (anarquista y militante antimilitarista francés, no era médico) era un manual o una guía para la iniciación sexual publicado en 1911 en París y se diferenciaba de otros porque

estaba construido sobre una serie de cuadros de diálogos con un estilo muy coloquial a través de los que introducía los diferentes temas. El libro abogaba por la educación sexual, “todo debe decirse”, abandonando la tesis oscurantista que apostaba por mantener a los jóvenes en la ignorancia y estaba pensado para facilitarles la tarea a los padres. La obra estaba dirigida a Pablo y Luisa, los hijos o supuestos hijos del autor, de allí tal vez el estilo. Un lugar especial lo ocupaban las transformaciones de la pubertad de los hijos y, enfatizaba que la hija se tornó irascible, lagrimosa, dolorida y fatigada con la aparición de su período menstrual e introducía así consejos para las muchachas en esa situación, que consistían en lavado matinal y nocturno de su vagina con agua caliente y jabón, paños higiénicos, evitar enfriamientos y las duchas frías, no lavarse los pies con agua fría a menos que estuvieran acostumbradas, no ingerir helados, alimentos ácidos, fruta, vinagre, que pudieran generar cólicos intestinales que agudizaran los dolores. Si bien había lugares comunes los escritores varones ponían el acento en especies de caracterizaciones psicológicas sobre las mujeres en su período, en cambio en *Lo que deben saber...* se ponía mayor atención en la sintomatología física como: dolores de cabeza o de espalda, pulsaciones, fiebre, debilidad, postración en caso de hemorragias abundantes, guardar cama con reposo completo, mental y físico un día antes que se iniciara el ciclo, uso de compresas frías sobre el abdomen o los muslos para aliviar los espasmos, lavativas diarias dos o tres veces por día para tener los intestinos libres, permanecer acostadas también para recuperar fuerzas, aun después de que se hubiera contenido la hemorragia, en la vestimenta, en los trastornos que podía generar, en los miedos de las madres, entre el ciclo y las cuestiones psicológicas. En el texto de Wood-Allen como en otros escritos por médicas mujeres a los que aluden Jane Farrell-Beck y Laura Klosterman Kidd puede verse una fuerte atención sobre cuestiones vistas como específicamente femeninas como las del ciclo y los productos sanitarios/higiénicos para afrontarlo, la descripción de apósitos y otras tecnologías que

eran detalladas de modo muy claro, sin subterfugios, en tanto que en los manuales escritos por hombres, por lo menos los que hemos revisado no se mencionan, más allá de lo indicado. Las autoras subrayan la importancia de los profesionales de la salud, médicos, enfermeras y farmacéuticos en el desarrollo y diseminación de productos sanitarios para las mujeres y que Wood-Allen percibía que una toalla higiénica o compresa sucia podía ser irritante recomendando que se reemplazaran frecuentemente pero no mencionaba su potencial séptico, tal vez porque su orientación hacia la medicina era más moralista que clínica (Farrell-Beck y Klosterman Kidd, 1996). Klosterman Kidd (1994) incluye numerosas ilustraciones de dispositivos y apósitos femeninos caseros o no.

El Dr. Climent aconsejaba a la joven afectada por su primera regla, si era robusta: dieta tenue y refrescante, baños de asiento, ejercicios, distracciones y aire libre; si era poco robusta, alimentación reconstituyente, beber un poco de vino generoso, té, café solo, baños de asiento muy calientes, baile, carreras, ejercicios activos, rusticación (pasear por el campo), etc. Nada de purgantes, lavativas, vinos amargos y aromáticos y tomar precauciones para que no se suprimiera evitando cualquier vicisitud atmosférica, no mojarse el cuerpo, las manos ni especialmente los pies con agua muy fría, nada de emociones muy fuertes o desagradables. Debían evitar la menstruación precoz que podía debilitarlas para toda la vida y predisponerlas a flujos, abortos, partos complicados y por ello debía cuidarse especialmente su sensibilidad y factores socioambientales como: la vida en las grandes capitales, la vida social, bailes, teatros, novelas eróticas o la masturbación, eran causas del adelanto de la pubertad femenina. Vigarello precisaba que a fines del XIX se veía a la ciudad como un espacio de excitación de los sentidos, de artificios, flujos sensoriales, estímulos, etc. que afectaban profundamente los cuerpos, el yo, perturbaban los “nervios” estimulaban continuamente el sistema nervioso. Visión energética del cuerpo ligado al ahorro, gasto, excitaciones, etc. (Vigarello, 2017, pp. 172-175). Cualquier

transgresión higiénica una vez estabilizado su período podía llevar a que se suprimiera con todos los males consiguientes. El útero hacía de la mujer un ser “aparte”, “un animal implantado en la mujer” decían los antiguos y repetía pacientemente Climent (1924) siguiéndolo a Monlau. Tarzibachi (2017, pp. 53-66, 137, 194) muestra cómo la menstruación se fue convirtiendo en una cuestión médica y que desde el siglo XVIII fue clave para plasmar la diferencia sexual binaria (Laqueur, 1994, pp. 257-328) y un asunto exclusivamente femenino. Desde allí dejó de ser considerada una cuestión “natural” para ser objeto de patologización, de enfermedad “debilitante”, que requería descanso y cuidados desde el siglo XIX y principios del XX. Y así con estos cambios en los discursos médicos, aunque no fueron uniformes, se transformó a las mujeres y sus cuerpos temporariamente en inválidas, débiles, enfermas. Había otras visiones también restrictivas desde los saberes tradicionales que les impedían lavarse el pelo, hacer mayonesa, batir huevos, regar las plantas, bañarse, entre otras.

LA MASTURBACIÓN Y EL AMOR

El asunto de la masturbación estaba levemente referido en la obra de Wood-Allen y lo relacionaba con diferentes factores, como, la lectura de novelas que constituía un verdadero peligro, pues podía crear un estado mental morboso plasmable en males físicos, como el histerismo o la neurastenia; efectos funestos sobre el organismo de las chicas traducibles en la excitación de los órganos sexuales fruto de los episodios románticos. Sostenía que “Las novelas provocan en la joven un desarrollo apresurado e insano”, podían ser el elemento detonante del “vicio solitario” o “abuso de sí mismo” al igual que ciertas fantasías femeninas. Chartier (2010) ya mostró cómo se fue medicalizando el discurso sobre la lectura desde el siglo XVIII, asociándose exceso de lectura y placeres sexuales solitarios con cierta sintomatología: palidez, abatimiento hasta

parálisis. Para Wood-Allen la excitación de los órganos sexuales podía despertarse por medios mecánicos (las manos u otros) o hasta por un simple pensamiento, sin tener conciencia de los peligros que conllevaba: destruía la inteligencia y la memoria, cubría el rostro de pústulas, apagaba la mirada, quitaba las fuerzas, la belleza, y el brillo de los ojos y el cutis, podía conducir a la locura, generaba dolores de espalda, laxitud, irritabilidad, falta de concentración, entre otros trastornos. Era difícil desprenderse de él, podía durar años y hasta hacerse hereditario. A veces, la falta de limpieza de los órganos externos producía picazón, una frotación, una constipación, los vestidos demasiado estrechos, ciertas bacterias, podían ser el disparador para esta suerte de “mal” difícil de erradicar. Por otro lado, para la autora la emoción sexual no estaba permitida más que en el matrimonio, “y la joven que se respete comprenderá que ninguna familiaridad personal es excusable”. Para acabar con hábitos “tan tiránico(s)” como este, el primer paso era cambiar las rutinas mentales en lo concerniente al sexo, debían considerarlo santo, sagrado, destinado a la “más elevada” de las funciones que era la de la procreación. La fórmula para abandonar el “vicio” consistía en desplazar los pensamientos impuros por otros puros, establecer esquemas “correctos” de vida en lo concerniente al vestido, alimentación, ejercicio, evitar cualquier congestión pelviana, cuidar la piel, y sobre todo tener la imaginación focalizada en cosas buenas. La masturbaora, debido al efecto de la repetición del acto, predisponía su cerebro a la irritación, por eso parte del proceso de “cura” tenía que ver con “calmar” el cerebro cultivando otros sentidos, como el de la vista, contemplando formas, colores, tamaños, lugares; ejercitando el del oído estudiando diferentes especies de sonidos, intensidad, duración, timbre; el del tacto, con los ojos cerrados aprender a descubrir materiales y fibras, la temperatura, aspereza, suavidad; estudiar la naturaleza, la forma de las hojas, de las nubes, de los insectos, de las flores; escuchar el canto de los pájaros, alejarse de todo lo artificial, sentimental, emocionante; consagrar el

pensamiento a objetos más nobles para ir aumentando el control de sí misma.

Vale aclarar que si bien el asunto de la masturbación estaba levemente presente en la obra, no gozaba del lugar que este tema tenía en otros manuales, por ejemplo, Bessède le dedicó 19 páginas de su texto, casi un cuarto del libro, los doctores Curtis, (s.f.) Dupuy o Climent, amén de efectuar un tratamiento más exhaustivo sobre el asunto, no se privaban en absoluto de describir parte de la imaginación técnica supuestamente al servicio de la ciencia, de los padres o los cuidadores, para evitar el “vicio”: tecnologías coercitivas y mecánicas que, sin embargo, solían burlar los masturbadores, más allá de su sexo: lazos para atar las manos, cinturones metálicos en los genitales, enrejados de alambre que impedían el paso de los dedos o el uso de las manos, camisolas de *cotí*, con mangas juntas en los extremos que impedían sacar las manos y que se sujetaban con una faja o pañuelo anudados al cuello, por mencionar solo algunas de las más creativas tecnologías represivas sobre el cuerpo plasmadas en los manuales. Climent aconsejaba combinar estos procedimientos con la ingesta de bebidas emulsivas por la mañana y tarde y la aplicación de una esponja (mezcla de agua y vinagre) sobre la nuca o los genitales. Para atenuar el hábito aconsejaba: nada de carnes, bebidas fermentadas, novelas, bailes, teatros, dormir boca arriba, ejercitarse hasta el cansancio, baños de asientos fríos, mañana y tarde, flexiones. La práctica de la masturbación, era un tópico muy presente en este tipo de literatura, que casi nadie eludía, gran fantasma que producía fracasos matrimoniales (Laqueur, 2007; Foucault, 2000) –“hábito o vicio fatal”– que debilitaba la energía de los órganos de la reproducción, adquirido en la niñez y mocedad era un peligro que rodeaba a la juventud y responsable de penosas enfermedades como profusas emisiones nocturnas, erecciones imperfectas, espermatorrea, debilidad seminal, palpitaciones, nerviosismo, timidez, dolores de cabeza, confusión, cambios en el ánimo, eyaculación precoz, gran depresión, zumbidos en los oídos, agotamiento, pérdida de la memoria, enflaquecimiento, palpitaciones,

tristeza, imposibilidad de consumir el acto sexual hasta muerte temprana, podían observarse en algunos hombres, llevarlos a la destrucción y agotamiento de la vida. Era exceso, el onanista nunca estaba satisfecho, siempre quería más según Laqueur (p.284; Climent, 1924; Curtis, s.f). Ese hábito, “desgracia o tentación” convertía a las mujeres en esclavas de una costumbre, privándolas de su gracia virginal, delicadeza, encanto, pudor, reserva, insensibilizándolas o exacerbándolas ante las emociones, transformándolas en ninfomaníacas, dementes o con furores uterinos, osadas y lascivas, imposibilitándolas para la maternidad. A veces, la ninfomanía se curaba con el matrimonio, otras no, aunque la aficionada a los vicios solitarios, no sufría tan destructivo agotamiento como el hombre (Curtis). En un sentido encontrado, Mary Ware Dennet (1872-1947), en su breve opúsculo, negaba la existencia de alguna prueba válida que diera cuenta de los daños fisiológicos que sostenían, generaba la masturbación, sino, solo producía un daño psicológico derivado de la conciencia de hacer “mal”, era un síntoma de neurosis.

El último de los aspectos incluidos en el texto de Wood-Allen estaba relacionado con el amor, y algunas referencias a las enfermedades habituales en las mujeres como flujos blancos y leucorrea como “síntoma(s) de condiciones anormales”. Sostenía que el amor a menudo se confundía con egoísmo, con sacrificarse en pos de los gustos o necesidades de otro, con el sentimentalismo que parecía rodearlo, cuestión que discutía y, a veces, se plasmaba a través de prácticas como las del coqueteo entre los sexos, las miradas, el tomarse de las manos que solía emocionar y, los padres que con frecuencia no proporcionaban enseñanzas a sus hijas relativas a la sexualidad, les permitían, sin embargo, flirtear, que era más peligroso que los conocimientos científicos. Aconsejaba: nada de entrevistas a solas, familiaridades, sonrisas necias, miradas lánguidas entre los enamorados, o con los pretendientes, ni de posiciones que podían despertar el amor físico o la admiración. Debían negarse a ser tratadas como juguetes, sino ser respetadas como mujeres inteligentes,

y las estimulaba a que fueran francas, joviales, espirituales, prudentes, no sentimentales; debían interesarse en política, literatura, arte, religión y cultura física, hablar con los jóvenes sobre cuestiones disímiles y no solo acerca de lo que dependía de su propio sexo. Ellas debían observar y ser observadas en situaciones familiares para conocer el carácter y el intelecto que a veces ellos ocultaban a través de mojigaterías. Incitaba a que los recibieran en el ámbito doméstico, cumpliendo sus tareas habituales, haciendo sus labores de aguja, cuidando algún miembro de la familia; conocer y darse a conocer en el hogar, la familia, posición social, permitiría que brotara el afecto, el respeto hacia aquel que elegiría como compañero. El ciclo para alcanzar el amor era como una pendiente en leve ascenso: conocimiento, amistad y si el sentimiento se intensificaba se convertiría, finalmente, en amor.

A MODO DE CIERRE

El texto de Mary Wood-Allen, al igual que otros de la misma colección de Claridad introducía miradas de género, con respecto a los roles, comportamientos, problemas, asuntos de higiene, que se pensaban por entonces como específicos de hombres y mujeres. La autora utilizaba asiduamente el término “civilización”, “vida civilizada” para caracterizar desde algunas prácticas relacionadas con la vestimenta, como el uso del corsé, la compresión del talle que, sostenía debía abandonarse, ya que los talles finos impedían la plena actividad del cuerpo y solo denotaban defectos de educación; aludía al uso asiduo del baño y prescribía la sala de baños como una necesidad de la vida moderna, o “civilizada” y respecto de la menstruación cómo las mujeres “civilizadas” experimentaban desde laxitud o malestares durante sus períodos, así en algún momento civilización aparecía como lo opuesto a la vida en las “naciones salvajes”, como sinónimo de vida moderna, claro que si bien el baño o la higiene eran leídos en clave positiva, no lo eran las vestimentas, o la artifi-

ciosidad de la vida en sociedad, cristalizable, además, en las formas alimenticias, costumbres, vestimentas, o bien gustos que podían afectar a la joven en su período. Asimismo, Mary Ware Dennet utilizaba el término civilización, pero ligándolo con la necesidad de ilustrar sexualmente a los jóvenes (en general), instrucción que debía desmarcarse de términos como asunto “delicado”, “peligroso”, “sagrado”, nada de rubor, temor, perplejidad o excusas sobre el tema.

Wood-Allen ponía atención en distintos aspectos de la vida de la mujer: la alimentación, la vestimenta, la respiración, las enfermedades y la menstruación, sin considerar a la joven en ese período, una minusválida. Si bien la autora insistía en que no lo era, prescribía ciertas prácticas habituales por entonces, que iban desde reposo un día previo, gimnasia, o marcha durante el período y entre un ciclo y el otro para fortalecer los músculos; purgas o lavativas para mantener el intestino limpio, ciertos fajados del cuerpo para aquellas que debían permanecer paradas, combinación de compresas o líquidos fríos y calientes, masajes abdominales, comidas suaves, reponerse descansando si el ciclo hubiera sido muy intenso. Justamente como mencionan Jane Farrell-Beck y Laura Klosterman Kidd ciertas médicas o feministas empezaron a oponerse en Estados Unidos al estado de postración al que debían someterse durante el ciclo. La descripción que hacía Wood-Allen sobre apósitos femeninos y otras tecnologías sanitarias consistentes en cinturones, tiras y más daba cuenta de la necesidad de difundir entre las jóvenes educación sexual y procurar, difuminar mitos como los que les impedían bañarse, asearse, o cambiarse la ropa, lavarse la cabeza, mojarse los pies, que tuvieron amplia y extensa duración y circulación como creencia y como práctica en Europa y en América en general. La imagen de la joven descansando, reponiendo fuerzas, recuerda a las metáforas de Michelet que comparaba a la mujer cual una crisálida que se encerraba se recomponía, plasmaba –diríamos– luego de un ciclo en el cual la naturaleza cuasi embravecida dejaba su marca: pálidas, purgadas, extenuadas, vegetarianas y frugívoras.

BIBLIOGRAFÍA

AAVV. *Todo es Historia*. A. XV (172), N° dedicado a Claridad, 1981.

ABRAHAM, C. *La Editorial Tor: medio siglo de libros populares. Tren en movimiento*, 2016.

ARMUS, D. El descubrimiento de la enfermedad como problema social. En M. Lobato (Dir.), *Nueva Historia Argentina*, T. 5, Sudamericana, 2000.

BARCIA, J. Claridad, una editorial de pensamiento. *Todo es Historia*. A. XV, (172), 8-25, 1981.

BARRANCOS, D. *La escena iluminada. Ciencias para trabajadores 1890-1930*. Plus Ultra, 1996.

BARRANCOS, D. *Anarquismo, educación y costumbres en la Argentina de principios de siglo*. Contrapunto, 1990.

BOTREL, J.F. Las bibliotecas populares ilustradas en España (1850-1868). En C. Rivalan Guégo y M. Nicoli. *La colección. Auge y consolidación de un objeto editorial (Europa/Américas, s. XVIII-XXI)*. (pp. 111-140). Universidad de los Andes y Universidad Nacional de Colombia, 2017.

CEDRO, J. Claridad o la cultura a granel. *La Biblioteca. Revista fundada por P. Groussac. La crítica literaria en Argentina*, (4-5), 2006, p. 402-407. Biblioteca Nacional. https://www.bn.gov.ar/micrositios/admin_assests/issues/files/f8fc71c90f75df20cf5d25e5e0ada398.pdf

CHARTIER, R. Aprender a leer, leer para aprender. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. 2010. DOI: 10.4000/nuevomundo.58621.

Corbin, A. (Dir.). *Historia del cuerpo. T. II De la Revolución Francesa a la Gran Guerra*. Taurus, 2005.

CORBIN, A. y PERROT, M. Entre bastidores. En M. Perrot, *Historia de la vida privada. T.8. Sociedad burguesa: aspectos concretos de la vida privada*. (p.115-313). Taurus, 1991.

CRAIG, J. The Sex Side of Life: The Obscenity Case of Mary Ware Dennett. *Journal of Women Studies*, Vol. 15, No. 3, 1995, 145-166. University of Nebraska Press. <http://www.jstor.org/stable/3346796>

DELGADO, V. y ESPÓSITO, F. 1920-1937. La emergencia del editor moderno. En J.L. DE DIEGO (Dir.). *Editores y políticas editoriales en Argentina, 1880-2010*, Ampersand, 2014.

FARRELL-BECK, J. y KLOSTERMAN KIDD, L.. The Roles of Health Professionals in the Development and Dissemination of Women's Sanitary Products, 1880-1940. *The Journal of the History of Medicine and Allied Sciences*, Volume 51, 1996, 325- 352.

FERNÁNDEZ CORDERO, L.. Una avalancha de obras dedicadas al sexo. *Revistas de las izquierdas argentinas en la primera mitad del siglo xx. Caderno de Letras*, 39, jan-abril 2021, 103-119. <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/cadernodeletras/index>

FERREIRA DE CASSONE, F. Editorial Claridad. Una revolución en los espíritus, s.f. <http://museo.bn.gov.ar/media/page/florencia-ferrerira.pdf>

FERREIRA DE CASSONE, F. *Claridad y el internacionalismo americano*. Claridad, 1998.

FOUCAULT, M. *Sexualidad y política. Escritos y entrevistas 1978-1984*. El cuenco de plata, 2016.

FOUCAULT, M. *Historia de la sexualidad. T.1. La voluntad de saber*. S XXI, 1985a.

FOUCAULT, M. ¿Qué es un autor? Universidad Autónoma de Tlaxcala, 1985b.

FOUCAULT, M. *Los anormales*. FCE, 2000.

GUEREÑA, J.L. *Detrás de la cortina. El sexo en España (1790-1950)*. Cátedra, 2018.

KLOSTERMAN KIDD, L. Menstrual technology in the United States, 1854 to 1921. Iowa State University, 1994. <http://lib.dr.iastate.edu/rtd/10617>. Thesis.

LAKSHMEERAMYA, M. (2016). Mary Coffin Ware Dennett (1872-1947). Arizona State University. <https://hdl.handle.net/10776/11345>

LAMARQUE, L. *Autobiografía*. Javier Vergara, 1986.

LAQUEUR, T. *Sexo solitario. Una historia cultural de la masturbación*. FCE, 2007.

LAQUEUR, T. *La construcción del sexo. Cuerpo y género desde los griegos hasta Freud*. Cátedra, 1994.

LEDERER, L.. *The dynamic Side Of Life – The emergence of Mary Coffin Ware Dennett as a radical sex educator*. Thesis. Rutgers-The State University of New Jersey, 2011. <https://rucore.libraries.rutgers.edu/rutgers-lib/33429/PDF/1/play/>

LEONARD, J. (s.f.). Eugenismo y Darwinismo. Esperanzas y perplejidades en los médicos franceses del Siglo XIX y principios del Siglo XX. http://www.elseminario.com.ar/biblioteca/Leonard_Eugenismo_darwinismo.htm

MICHELET, J. *La mujer*. FCE, 1985 (1a ed. fr. 1859).

MIRI, H.F. Un libro a 0,50. *Todo es Historia*. A XV, (172), 1981, 36.

MONTALDO, G. Los pensadores y Claridad: una propuesta cultural de la izquierda argentina (1922-1941). *América: Cahiers du CRICCAL*, (4-5), 1990, 421-430. www.persee.fr/doc/ameri_0982-9237_1990_num_4_1_1002

MÚGICA, M. L. *La ciudad de las Venus impúdicas. Rosario, historia y prostitución*. Laborde, 2014.

Música, M. L. Nuevas fuentes, nuevos archivos históricos. La Biblioteca Científica de Editorial Claridad: una colección de manuales de divulgación sexual, Argentina, 1924/1941. *Culturas*. 15. Universidad Nacional del Litoral, 2021, 193-221.

PERROT, M. La juventud obrera. Del taller a la fábrica. En G. Levi y J.C. Schmitt, *Historia de los jóvenes. Tomo II. La edad contemporánea*. Taurus, 1996, pp. 101-165.

PUIGRÓSS, A. *Qué pasó en la educación argentina desde la conquista hasta el menemismo*. Kapeluz, 1996.

QUEIROLO, G. Género y sexualidad en tiempos de males venéreos (Buenos Aires, 1920-1940). *Revista Nomadías*, (17), 2013, 67-87. <https://ultimadecada.uchile.cl/index.php/NO/article/view/29939>

ROMERO, L. A. Una empresa cultural: los libros baratos. En L. Gutiérrez, L. y L.A. Romero. *Sectores populares, cultura y política. Buenos Aires en la entreguerra. Siglo XXI*, 2007.

RYBCZYNSKI, W. *La casa. Historia de una idea*. Emecé, 1991.

SEOANE CEGARRA, J. B. Pedagogía del cuerpo y educación sexual en la España contemporánea. Una aproximación genealógica a través de las polémicas suscitadas en torno a los manuales destinados a la infancia y la adolescencia. *Revista Educación y Pedagogía*, Universidad de Antioquía, Vol. 24, (63-64), 2012, 40-59. <http://aprendeonline.udea.edu.co/revistas/index.php/revistaeypp/article/view/328560>

TARZIBACHI, E. *Cosa de mujeres. Menstruación, género y poder*. Sudamericana, 2017.

TARCUS, H. (Dir). *Diccionario Biográfico de la Izquierda Argentina*. Emecé, 2007.

TROCHON, Y. *Las mercenarias del amor. Prostitución y modernidad en el Uruguay (1880-1932)*. Taurus, 2003.

TUHUS-DUBROW, R. Unsentimental Education. *The American Scholar*. Phi Beta Kappa, 2021. <https://theamericanscholar.org/unsentimental-education/>

STEWART, M.L. *For Health and Beauty. Physical Culture for Frenchwomen 1880s-1930s*. The Johns Hopkins University Press, 2001.

VELÁZQUEZ, P. y VIÑAO, A. Un programa de Educación Popular: el legado de Ferrer Guardia y la Editorial Publicaciones de la Escuela Moderna (1901-1936). *Educació i Història de l'Educació*, (16), julio-diciembre 2010, 79-104. DOI: 10.2436/20.3009.01.66.

VEZZETTI, H. *Aventuras de Freud en el país de los argentinos. De José Ingenieros a Enrique Pichon-Rivière*. Paidós, 1996.

VIGARELLO, G. *Lo limpio y lo sucio. La higiene del cuerpo desde la Edad Media*. Alianza, 1991.

VIGARELLO, G. *El sentimiento de sí. Historia de la percepción del cuerpo (S.16-20)*. Universidad Nacional de Colombia, 2017.

FUENTES

BAYO, C. *Higiene sexual del soltero*. V.33. Claridad, s.f.

BESSÈDE, G.M. *Lo que todos deberían saber. La iniciación sexual (Conversaciones con nuestros hijos de tres a veinte años)*. V. 36. Claridad, s.f.

CLIMENT, T. de R. (Dr.) *Higiene sexual del soltero y la soltera*. V.XVIII. Claridad, 1924.

CURTIS, J. (Dr.) *Guía Sexual para los casados y solteros de ambos sexos*. V.5. Claridad, s.f.

DUPUY, R. (Dr.) *La vida sexual. Conocimientos necesarios al hombre y a la mujer antes de casarse*. V. 20. Claridad, 1925.

ESTUDIOS REVISTA ECLÉCTICA, N°150. A. XIV, 1936.

JAMA (February 4, 1899).XXXII;(5). doi:10.1001/jama.1899.02450320055019.

MAYOUX (Dr.) *La educación sexual de los jóvenes*. V.3 y 4. Claridad, 1924.

WOOD ALLEN, M. *Lo que deben saber las jóvenes. Estudio sobre la higiene y la vida sexual de las mujeres. Consejos prácticos*. V. 38. Claridad, s.f.

WOOD ALLEN, M. *What a young woman ought to know*. Ed Sylvanus Stall Self and Sex Series, 1913. <https://archive.org/details/whatayoung-womano00wooduoft>.

WARE DENNETT, M. *La educación sexual para la juventud civilizada*. En: M. WOOD ALLEN. *Lo que deben saber las jóvenes*. V. 38. (pp.77-92). Claridad, s.f.

TRAS EL LENTE DE UN VIAJERO. PIERRE VERGER: LA UTOPIA CAMPESINA EN BRASIL Y MÉXICO (1937 A 1960)

Juan Camilo Riobó Rodríguez¹

INTRODUCCIÓN: ANTECEDENTES DE LA FOTOGRAFÍA DE PIERRE VERGER

El investigador John Marz acuñó la categoría de fotohistoria para referirse a una metodología de análisis de la imagen, en la que sobresalen no solo los factores formales o simbólicos de las documentos. también se produce una contextualización de su reproducción desde su circulación hasta sus canales de transmisión (2007, p. 30). Esta suerte de contexto de contextos, tanto de la foto como la de su autor, plantea un abordaje sugerente para el estudio de fuentes visuales, su intención es historizar el cruce de caminos entre el fotógrafo y su obra. Aunque en la historiografía reciente, especialmente en la última década, los trabajos especializados en la fotografía se han popularizado, compartiendo diversas analíticas entre símbolos y textos, existe un horizonte abierto para complejizar las visiones, proyectos, desafíos, realidades y experiencias de los fotógrafos (Lowe, 2017).

Si bien la mayoría de los trabajos clásicos sobre la fotografía han defendido su carácter como vestigios que anteceden una compleja cadena de signos y significados, especialmente las revisiones de referentes como Peter Burke (2005), Susan Sontag (2021), Roland

¹ Doctor en Historia por la Universidad de Guanajuato (México); Maestro en Historia Regional Continental por la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo (México); Profesor de Ciencias Sociales e Historia. Email: riobojuanca@gmail.com

Barthes (2007), Pierre Bourdieu (2003), John Tagg (2013) y Gisela Freund (1976). En las que ha prevalecido la foto como un documento enmarcado en dinámicas sociales, políticas y culturales, cimentando un punto de análisis crucial para los trabajos históricos de la imagen, el valor del autor y su obra.

Así han aparecido desde Latinoamérica, perspectivas que han nutrido las reflexiones del campo de indagación, autores como Alberto del Castillo Troncoso (2017) y Mraz (2007) en México; Marisol Palma (2019) en Chile; Santiago Rueda Fajardo (2010) en Colombia y Cora Gamarnik (2024) en Argentina, se han preocupado por historizar a los fotógrafos, profundizando en su dimensión subjetiva e incluso personal, en las que han emergido preguntas por su universo estético, su pertenencia social, militancias e incluso por su sentido vocacional y humano (Del Castillo, 2013).

A partir de lo anterior, el siguiente capítulo propone analizar el trabajo del fotógrafo francés Pierre Verger (1902-1996), autor central para comprender cómo la fotografía tiene como base nodal las experiencias humanas de los fotógrafos (De Conti, 2011). En otras palabras, el proyecto fotográfico tiene su anclaje en una visión única que busca sus propias instancias de significación y obedece a una puesta que rebasa lo testimonial para fijarse en un ejercicio de vitalidad. En esta lectura, los viajes de Verger por muchos lugares de Latinoamérica, en los que dejó registro, son huellas de una mirada marcada por un viaje personal y vital.

En este sentido, la siguiente pesquisa enmarcada en la prosopografía como principio metodológico (Rueda, 2010), a través del estudio de diversas fuentes visuales del archivo histórico del fotógrafo, busca contribuir a la problematización de los estudios de la imagen y su papel en la comprensión del pasado. Si bien existen algunas investigaciones dedicadas a Verger, que constituyen un valioso insumo académico. Se evidencia la ausencia de una mirada comparativa que analice los significados de sus imágenes, destacando las rupturas entre los contextos de producción de las fotos. Igualmente,

el interés es analizar los acontecimientos en que emergieron dichos indicios; como parte, de procesos históricos como la modernización rural, los sincretismos religiosos, el mestizaje y otras marcas culturales presentes en sus registros.

En cuanto a los trabajos clásicos que han indagado en la figura del fotógrafo, se sitúa el texto de Jean Pierre Boulter (2002), que contiene un interesante estudio biográfico del autor, centrándose en los aportes antropológicos de su fotografía que constituyen huellas acerca de la sociedad brasileña en sus dinámicas socioculturales. También, Jérôme Souty (2011) señaló que el artista rompió su papel de testigo y observador, transformándose en un investigador que interactuó de manera directa con las comunidades, cuya visión ligada a la tradición de la foto como herramienta antropológica, traspasó este enfoque hasta adentrarse con lo fotografiado. Ambos textos que integran el método biográfico coinciden en los aportes documentales y antropológicos de su fotografía.

Bajo esta línea antropológica, destaca el trabajo de Joana de Conti Dorea (2011), quien, a partir de un estudio de campo en la Fundación Pierre Verger, señaló la influencia etnográfica del autor, un ejercicio investigativo dedicado a reflexionar acerca de las culturas afrobrasileñas. En parte, la investigadora resaltó el acervo documental como piezas únicas para testimoniar el valor antropológico en la lente del retratista. Esta línea fue ampliada con la indagación de Josélia Aguiar (2008), abordando las imágenes como configuraciones de una religiosidad popular que nutrió la documentación de las experiencias religiosas en Bahía.

Una segunda tendencia, se posicionó desde el plano artístico, apuntando a la fotografía de Verger en su dimensión más estética. Por ejemplo, Cláudia Maria de Moura Pôssa (2012), identificó sus fotos como decisivos aportes al oficio periodístico, en el que el dominio de la técnica, sentaron las bases de un proyecto visual en Brasil. Asimismo, Thaís Santos (2013), en un análisis de la revista *O Cruzeiro*, señaló como la publicación de las fotografías, constituyeron un

rompimiento con las editoriales de la época, así su alto contenido artístico sumado a su nivel técnico no solo resignificó el oficio, captó otras dimensiones regionales.

Otra línea importante de indagación, son aquellas tradiciones investigativas que sitúan la fotografía de Verger como fuentes históricas que han contribuido a la invención del Sertão como un territorio en disputa (Araujo, 2010). Sin embargo, ponen el acento en las imágenes como un recurso crítico de las posturas anticivilizatorias de la sociedad sertaneja, presente en otras fuentes como los periódicos de la época. Así, el trabajo de Antonio Fernando Araujo Sá (2010) a través del análisis formal y semiótico de algunas imágenes publicadas por *O Cruzeiro*, problematiza cómo las fotos se cruzaron con otras fuentes literarias como las crónicas, tensionando las representaciones del territorio y su oposición al proyecto modernizador nacional. Igualmente, la perspectiva es nutrida por Lale Menezes Leite (2015), quien enfatizó como las fotografías de la revista se alejaron del lenguaje periodístico, tomando distancia de imaginarios de exclusión, imperante en la mayoría de fotografías de prensa de la época y publicadas en rotativos..

En síntesis, la obra de Verger se ha estudiado en cuatro tradiciones intelectuales; una antropológica en la que sobresalió su imagen como testigo y, en cierto sentido cultor de la diversidad religiosa afro e indígena. Una segunda tendencia, más histórica, refiere al fotógrafo como un aventurero y documentalista, interesado en humanizar, dar un rostro, a aquellos escenarios reconocidos por su tradición con el pasado. La tercera corriente, obedeció a pesquisas relativas al mundo estético, interpretaciones que destacaron sus aportes al oficio de la fotografía, sin obviar su calidad técnica y el potencial en la transmisión de códigos culturales. Una cuarta tradición que debe incluirse como una memoria documental, son los trabajos de su autoría (2006; 2009; 2011), miradas que complejizan sus intereses como investigador; a saber, la diáspora africana en Brasil, así como sus expresiones culturales representadas en ritos religiosos.

Bajo esta apuesta, el capítulo analiza la fotografía de Verger en dos países latinoamericanos: Brasil y México, enfocada en los registros rurales que captó en su lente como migrante en contextos históricos de profundas transformaciones; específicamente, en el corazón de comunidades campesinas e indígenas (Verger, 2000). De esta manera, se estudia las imágenes tomadas entre 1940 y 1950 en el nordeste de Brasil en los estados de Bahía, Sergipe, Pernambuco, Alagoas y Paraíba (Fundación Pierre Verger). A su vez, los documentos que captó en los tres viajes que realizó al centro-norte de México en los estados de Guerrero, Michoacán, Puebla y Estado de México en 1937, 1939 y 1957 (Excelsior, 2019). El material que supera los 2.000 negativos se encuentra disponible en la Fundación Pierre Verger, ubicada en Salvador de Bahía. La mayoría fueron publicadas en revistas, almanaques y folletos de la época como la revista *O Cruzeiro* (Santos, 2013).

ITINERARIOS DE UN VIAJE: LA FOTOGRAFÍA VITAL DE PIERRE VERGER

La literatura especializada señala que Verger nació en París en 1902 (Aguiar, 2008), en el seno de una familia de origen belga con un destacado capital económico. Su infancia y adolescencia estuvieron rodeadas de beneficios propios de su clase social, facilitada por los negocios de su padre en la capital francesa, dedicado a una empresa de cromos y estampas. Sin embargo, la muerte repentina de su padre y su hermano mayor, provocaron una crisis financiera que marcó la vida del autor (Araujo, 2010, p. 360).

Así en 1932, se alejó de su estilo de vida y comenzó a frecuentar la bohemia francesa, rodeándose de nuevos amigos, interesándose por el ambiente artístico de la época. En este contexto, conoce al destacado fotógrafo Pierre Boucher, quien le mostró el arte fotográfico y lo motivó a conseguir una cámara, que se convirtió en su primera Rolleiflex (De Conti, 2011, p. 197). Este intercambio impactó su

vida, la amistad surgida entre ambos, fue el inicio de un periplo que se extendió por muchos países (De Conti, 2011, p. 196).

Tras la muerte de su madre, Verger emprendió un viaje por Europa que lo llevó hasta Rusia e incluso a la polinesia francesa en Tahití. En 1934, convertido en fotógrafo del periódico *ParisSoir*, viaja alrededor del mundo y comienza a fundar otras organizaciones ligadas al ámbito fotográfico (De Conti, 2011, p. 196). En estos viajes conoce algunos países de Latinoamérica como las Antillas Francesas, Haití (1949), Perú (1939), Cuba (1957) y viaja a México en la década de 1930. Tras una corta temporada en Brasil, atraído por la región del nordeste, se afincó en la ciudad de Salvador Bahía en 1946, destino que se volvió el epicentro de su obra artística al convertirse en autor y fotorreportero para la revista *O Cruzeiro* (De Araujo, 2010, p. 358).

En la ciudad bahiana se interesa en prácticas religiosas como el candomblé y yoruba, intercambiando sus conocimientos de la fotografía con el ejercicio etnográfico, pues realizó indagaciones desde una perspectiva antropológica, preocupado por documentar y comprender la influencia de la diáspora africana y los procesos de mestizaje presentes en la región brasileña (De Conti, 2011, pp. 197-198). Tras un largo periodo de investigaciones, recogidos en sus trabajos y memorias de pesquisas, la Universidad Federal de Bahía lo destacó como profesor emérito por sus aportes al campo de la Antropología.

Las investigaciones de Verger (2006; 2009; 2011), realizadas durante su ciclo como profesor, recogieron diversas visiones de su ejercicio etnográfico y documental. Esta fase puede comprenderse como una memoria personal que implicó una reflexión acerca de su labor como fotógrafo. En estos estudios puede encontrarse su interés por la conexión de la diáspora afrobrasileña, indagaciones que lo llevaron a preguntarse por la continuación de prácticas religiosas que se mantuvieron vigentes tras complejos procesos de colonialismo (De Conti, 2011, p. 194).

Además, reflexionó en su calidad de viajero y aventurero, que definió como testimonios de un contexto regional que tejió una

identidad cultural. Finalmente, rescató su oficio en una dimensión artística que de alguna manera incentivó la práctica de la fotografía en lugares considerados marginales y excluidos, popularizando el uso del instrumento con propósitos investigativos, así como la necesidad de salvaguardar los registros como fuentes de análisis (Verger, 2002).

De manera paralela, a su cercanía con el mundo afrobrasileño, Verger abrazó la religión del candomblé convirtiéndose en un sacerdote ritual, dicha experiencia sensibilizó su mirada y profundizó su cercanía con las comunidades (Menezes, 2015; Araujo, 2010, p. 362). En este sentido, investigadores como Orlando Fals Borda (2009), señalan como la investigación es participativa y vinculante cuando aparece una conexión con el sentido de sociedad, el investigador aporta, no solo interpreta, construye sus marcos analíticos en conjunto con las voces de la comunidad (Borda, 2009). Esta experiencia religiosa del fotógrafo fue vital para contextualizar su obra e identificar sus motivaciones afectivas, pilares sugerentes para historizar sus fotos. Finalmente, Verger falleció en 1996, en la ciudad que acogió su trayectoria con mayor intensidad, Salvador Bahía (De Conti, 2011, p. 199).

A partir de la experiencia vital de Verger como fotógrafo y aventurero, dos viajes llaman la atención por su profundidad y la cercanía en la construcción de un universo fotográfico desde lo rural. En primer lugar, su estancia en el nordeste de Brasil, entre 1940 y 1950, originada en medio de un clímax de industrialización nacional, en la que la región se encontró sumida en un periodo de pobreza y atraso con respecto al resto del país; especialmente, debido al crecimiento urbano de las capitales (Araujo, 2010, pp. 360 – 363). Además, la nación se encontró tensionada de manera política por la figura de Getulio Vargas y los impactos de la Segunda Guerra Mundial (Klein y Vidal, 2014, p. 32).

En este contexto, el autor se interesó por retratar a los sobrevivientes de la Guerra de Canudos (1896-1897), así como la cotidianidad de la sociedad del nordeste enfocado en su población afro-

brasileña e indígena, haciendo énfasis en la exploración visual del Sertão, fenómeno estudiado ampliamente por el historiador Antonio Fernando Araujo (2010, pp. 363-368). Una región reconocida por sus sequias y la multiplicidad de problemáticas sociales. Así, su mirada entre lo estético y lo documental, plasmó la cotidianidad de las familias, resaltando sus oficios, los espacios de socialización, sus costumbres, sus formas de relacionarse, su diversidad religiosa y sus maneras de divertirse (Araujo, 2010, pp. 368-375).

Igualmente, los tres viajes que realizó a México fueron en un periodo central para la sociedad rural del país. En primer lugar, el proyecto industrializador y agrarista del presidente Lázaro Cárdenas (1934-1940), durante el México postrevolucionario, consolidó una profunda reforma agraria que entregó reconocimiento a grupos campesinos e indígenas (Pavó, 2010, p. 44). También, el apoyo brindado al bando republicano durante la Guerra Civil Española, recibiendo a millares de personas exiliadas del conflicto, dinamizó sus relaciones internacionales y lo posicionó como un referente de solidaridad en la región (Olivares y Riobó, 2002). Luego, hacia 1950, entró en un ciclo de crecimiento económico y, culturalmente, se transformó en un foco artístico y literario animado por su riqueza indígena (Pavó, 2010, pp. 48-56).

Bajo este panorama, el fotógrafo recorrió varios municipios del centro y sur de México, algunos distinguidos por su tradición agrarista y epicentro de tensiones culturales. Tal como lo hizo en Brasil, allí capturó escenas de campesinos e indígenas, interesado por reflejar sus modos de vida y los hábitos de las familias de la zona (De Conti, 2011, p. 197). Asimismo, profundizó en la cotidianidad y las formas de recreación de los habitantes del territorio, enfatizando en sus vínculos con las labores propias del campo y las dinámicas socioculturales de sus trabajos.

De esta manera, como se profundizará en el siguiente apartado, la fotografía del autor buscó la construcción de un imaginario político sobre el mundo rural y campesino en ambos países. Sin

embargo, su mirada no plantea una oposición entre civilización y barbarie, no se interesó en plasmar estos espacios como marginales y dominados por la violencia (Araujo, 2010, p. 388). En contraste, su lente buscó resaltar estas relaciones humanas en las que fueron retratados indígenas, afros, mujeres, ancianos y niños, teniendo como propósito la representación de una cultura campesina como un proyecto político más humano y pacífico.

Es decir, sus fotos pueden interpretarse como una ruptura a la imposición de costumbres y valores modernizantes, incluso coloniales, asumiendo el ideal del campesino como un actor cultural local frente a la barbarie de actores de violencia externos. Por ende, imágenes como los sobrevivientes de Canudos, son testimonios de los agravios y la importancia de recuperar la condición agrarista desde sus prácticas culturales y sociales, teniendo como centro dinámicas como la religión y sus lazos cotidianos (Araujo, 2010, p. 368).

LA UTOPIA CAMPESINA DE PIERRE VERGER: FOTOGRAFÍA Y RESISTENCIAS

En cuanto a las imágenes de Verger tomadas en Brasil y México, en su archivo fotográfico ubicado en la ciudad de Salvador Bahía, se encuentra un total de 6.000 negativos en su fondo virtual, que corresponde al 10% del total de su obra (Fundación Pierre Verger). En este depósito existen fotos del continente africano, asiático, europeo, americano y oceánico, en países como Camboya, Nicaragua, Vietnam, Hawái, Polinesia, Trinidad y Tobago, entre otros. Esto demuestra la extensión de su obra y una complejidad visual a partir de la experiencia como viajero y explorador; igualmente, es importante resaltar la posibilidad de visitar este acervo de manera digital gracias a los esfuerzos de la Fundación del fotógrafo.

Con relación a las imágenes tomadas en México, Verger realizó los registros en dos viajes, entre 1936 y 1939, en el que visitó algunas ciudades principales como Puebla, Querétaro, Guadalajara, Morelia,

Monterrey, Guanajuato, Aguascalientes, entre otras. También, en pueblos como San Lorenzo de Acopilco, Mexicalcingo, Culhuacán, Metepec, Cholula y Chalma. Por otro lado, En Brasil en ciudades como Rio de Janeiro, Recife, Sao Pablo, Pará, Mato Grosso, Maranhao y Brasilia, así como su prolija obra en Bahía, fotografiando lugares como Canudos, Paulo Alfonso, Santarém, Lapa, Mataripe, Caldas, Itabuna, Vila de San Francisco y Monte Santo.

Sus imágenes se pueden caracterizar en cuatro grandes temáticas que comparte su mirada con ambos países. En primer lugar, el retrato de campesinos en sus jornadas de trabajo, en plantaciones o cosechas, en las que son fotografiados con su vestimenta e implementando los oficios con sus instrumentos. En segunda instancia, varias fotos de peregrinaciones, celebraciones o festividades religiosas, en el que es perceptible el sincretismo entre el catolicismo y los ritos indígenas, a partir de símbolos como la cruz, las máscaras, los bailes, los santos, entre otros. En otra dimensión, es significativo las fotografías de mujeres con sus hijos, que ocuparon el interés de Verger, en espacios como las plazas de mercado o en instancias rituales en iglesias. Luego, en un cuarto nivel, fijó su lente en los paisajes que habitaron las comunidades, preocupado por captar el entorno natural y la relación de los retratados con su medio.

De la totalidad de las fotos y de acuerdo con la clasificación propuesta, se evidenció el interés por visibilizar actantes que estuvieran relacionados con el trabajo agrario. De manera profunda, una imagen que fue tomada en Oaxaca de Juárez, una ciudad ubicada en el suroeste de México (foto 1), muestra un campesino con un enorme sesto de mimbre, en lo que parece ser una cosecha de maíz. Igualmente, en el municipio de Feira de Santana, en el estado de Bahía, al nordeste de Brasil, tres vaqueros subidos en la cima de un corral observan un grupo de vacas (foto 2).

Foto 1: México, Oaxaca de Juárez.



Foto 2: Brasil, Feira de Santana.



En ambas imágenes se intentó representar las condiciones de vida en los sectores rurales, como vaquero o agricultor, la apuesta fue retratar en su contexto un mundo rural, dominado por trabajadores que tenían como pilar la relación con la tierra. Asimismo, fueron fotografiados en sus jornales pescadores, comerciantes, transportistas y demás operarios, en que se configuró una imagen del campesino. Aquel, en su mayoría sujeto masculino, que, a pesar de las dificultades del contexto, como el clima, logró adaptarse a través de su fortaleza y compromiso.

Esta versión, en un contexto de transformaciones agrarias en ambos países y, rupturas con el modelo de modernización de las grandes ciudades, situó al campesino como un protagonismo de los cambios, aunque se identifican diferencias en sus pertenencias culturales, la idea del campesino como el referente político desbordó el lente de Verger (Araujo, 2010, p. 386). Del mismo modo, como en las fotos 1 y 2, sobresale una marcada relación con la naturaleza, representación que cuestiona la visión de desarrollo y urbanidad; en contraste, plasmó la ruralización como punta de lanza del proceso de significación del hombre agrario.

Con relación a ambas fotografías, se pueden vincular con la experiencia personal de Verger, sumado a un contexto en el que proliferaron diversos discursos, en muchos casos desde el estado, como en mexicano con Lázaro Cárdenas, en el que se defendió como proyecto nacional la figura del trabajador, el campesino y el indígena (Pavó, 2010, p. 44). Ideales que fueron retomados por la fotografía del autor; a su vez, de condensar una significación de la mexicanidad, como sentido de pertenencia y una posición política, frente a discursos como el fascismo y el nazismo europeo que despuntaron durante el periodo (Olivares y Riobó, 2022). Este nacionalismo alentado por la clase política tuvo como telón de fondo las luchas agraristas de campesinos e indígenas, impulsadas por la reforma agraria de Cárdenas (Pavó, 2010, p. 53).

Ligado al retrato del trabajador de la tierra como símbolo de Verger, también hay numerosas imágenes que captaron a niños y mujeres, en las jornadas de trabajo, espacios rituales y, especialmente, en los mercados. En este caso, sobresalen dos fotografías; en la primera, tomada en Oaxaca de Juárez, México, una mujer amamanta un bebé, mientras comercializa vasijas o recipientes (imagen 3). En la segunda, tomada en Lapa de Bahía, dentro de la ciudad capital de estado, un grupo de mujeres comparten en un campo, enfocándose en una mujer que sostiene en sus piernas un niño (imagen 4). Las fotografías tienen varios elementos de continuidad como los

personajes y los escenarios; asimismo, en la segunda pude identificar a una mujer embarazada y es difícil precisar qué actividad se encuentran desarrollando.

Imagen 3: México, Oaxaca de Juárez.



Imagen 4: Brasil, Lapa de Bahía



En esta perspectiva, aunque es posible evidenciar una situación de precariedad, presente en la relación de las madres con sus hijos, en un contexto de pobreza y marginalidad; también, existe

un espacio para reflexionar sobre el rol de las maternidades en el mundo campesino. Es decir, el retrato de Verger sobre las mujeres es una mirada profunda en cómo se tejen las dimensiones humanas de lo maternal dentro de contextos conflictivos (Araujo, 2010, p. 383). Por ende, la masificación de este tipo de fotos en la obra planteó el imaginario de la mujer como actor protagónico, en ausencia del rol familiar para los hombres, pues es difícil situar en los registros un modelo de paternidad.

Lo anterior, guarda una estrecha relación con el contexto, en el que surgieron organizaciones en América Latina que abogaron por la liberación femenina, construyendo sus agendas de movilización desde demandas como el derecho a la maternidad, el acceso a la educación y la participación política mediante el sufragio universal (Olivares-Olivares, 2022, pp. 1-9). Bajo este aspecto, ambas fotografías reflejaron la maternidad como una cuestión política, que aludió al rol público de la mujer como trabajadora, pues se situó en espacios laborales campesinos como en la foto tomada en Oaxaca de Juárez.

Por otro lado, una de las experiencias que más marcó la vida y obra de Verger, fue la búsqueda de la religiosidad como un camino de reconocimiento personal (Santos, 2013). En las fotos tomadas en Brasil y México, se evidenció el interés por documentar y reflexionar sobre los vínculos entre cultura y religión. En Brasil, en todo su extenso acervo de negativos, una foto en Isla de Itaparica, en Bahía, sintetizó las prácticas rituales del candomblé, un grupo de personas celebra con sus instrumentos de trabajo en un ambiente festivo (foto 5). Asimismo, en México, en San Lorenzo de Tezonco, al oriente de Ciudad de México, unos danzantes bailan alrededor de una cruz en una plaza ante la mirada de muchos campesinos (foto 6).

En ambas fotos, se posiciona la figura del campesino como trabajador de la tierra, profundizando en una visión de su espiritualidad en lugares rituales y de celebración. En la fotografía en México, que según los indicios puede tratarse de la Fiesta Patronal de San Lorenzo, festividad que mezcla las tradiciones indígenas con el cató-

licismo (González, 2014, p. 118), se plasmó el sincretismo entre culturas, la cruz y los danzantes, vestidos con elementos de comunidades indígenas, son la huella de cómo se articularon las creencias en la cotidianidad del mundo campesino.

Foto 5: Brasil, Isla de Itaparica



Foto 6: México, San Lorenzo de Tezonco



En cuanto al caso de Brasil, la imagen en Isla de Itaparica, presenta diferencias con respecto a la anterior. Los actantes son comu-

nidades afrobrasileñas, que constituyeron las bases de las prácticas religiosas del candomblé, particularmente con amplias repercusiones en el estado bahiano (De Tacca, 2004, p. 13). Pese a la dificultad de observar todo el conjunto de la celebración, el uso de la vestimenta blanca e implementos como bastones es tradicional de los ritos de dicha religión. En similar dirección, domina la referencia a los trabajadores, con un fuerte sentido de comunidad en el que se privilegió el compartir como una acción vinculante entre cultura y política.

A partir de las experiencias investigativas de Verger (2000), estas imágenes representan la complejidad de su definición de religión. En suma, se distanció de una concepción de lo religioso como algo puro sin hibridaciones; al contrario, en sus imágenes se muestra atraído por el sentido comunitario, la convocatoria y la diversidad de temáticas que exponían estas prácticas rituales. A su vez, contempló como indígenas y campesinos hicieron propia su visión religiosa, que no establecieron rupturas en una dimensión filosófica, sino profundizaron los valores de religiones como el catolicismo (González, 2014, p. 117).

De esta manera, tanto el candomblé como la festividad patronal, presentes en ambos casos, son una muestra de una búsqueda vital del fotógrafo por vincularse y pertenecer a las comunidades. Así, como se muestra en los registros analizados, Verger teje una intimidad con los actantes, desplaza las definiciones de la fotografía antropológica, pues comparte un papel activo y se involucra con el contexto (De Conti, 2011). En definitiva, sus imágenes dan cuenta de una trayectoria preocupada y bajo la necesidad de comprender sus dimensiones culturales en los dos países.

CONCLUSIONES

A modo de conclusión es importante reflexionar sobre el concepto de fotografía antropológica, pues algunas investigaciones han cuestionado su práctica como un testimonio que planteó una

representación del “buen salvaje” e incluso contribuyó a fortalecer visiones como el proceso civilizatorio y de cierto modo sentaron la huella de un “colonialismo” que trascendió las realidades de las comunidades indígenas. Tal como lo problematizó Marisol Palma en su trabajo sobre Martín Gusinde (2019) en Tierra del Fuego, en el que analiza cómo las imágenes, que pueden caracterizarse como antropológicas, presentan tensiones entre sus significados, aspectos como la recepción y sus escenarios de reproducción, influyen en los imaginarios contruidos por la fuente. Igualmente, el papel del fotógrafo en muchos casos plantea una necesaria discusión sobre su ámbito social, político, personal y, emocional (2019, pp. 417-435).

En este sentido, el objetivo propuesto es visibilizar los vínculos de las imágenes con la experiencia de vida del autor, su búsqueda interior sobre la religiosidad, su visión del campesino como agente transformador de la época y el retrato íntimo de niños y mujeres como la conexión natural de la cultura, expande la perspectiva de una fotografía antropológica. Más allá, estas imágenes pueden definirse como una fotografía vital, un esfuerzo subjetivo por explicar un contexto y un presente histórico; a su vez, teniendo en cuenta el carácter de viajero del fotógrafo, es una apuesta por retratar lo ajeno, comprendiendo sus actores, costumbres, paisajes y tejidos.

Cabe destacar que muchas de las imágenes de Verger son expuestas en galerías y exposiciones itinerantes, como la organizada por el Museo Nacional de Antropología en ciudad de México, en 2019 (Excelsior, 2019). Un ejemplo de la vigencia de la mirada del autor, también una continuación de su recepción en instancias que combinan la observación de distintos públicos.

Así, los vestigios de México y Brasil obedecieron a un proyecto personal, cuyo propósito, por lo menos en el caso de ambos países, con más evidencia en este último, fue rescatar la identidad campesina e indígena en sus territorios. Por ello, su aventura visual es inseparable, constituye una mirada panorámica del ser latinoamericano que tiene en la cultura su arma de lucha. Esta sobrevivencia,

que puede interpretarse como precarizada en muchas de sus fotos, en realidad buscó resaltar como la modernidad y la modernización, entendidos como proyectos occidentales, fueron tensionados mediante símbolos y la realización de prácticas rituales.

Especialmente, las imágenes analizadas deben comprenderse como miradas de las resistencias culturales en América Latina. En una dimensión, en que la tierra y el trabajo son las bases de la identidad que se buscó documentar; por ende, escenas como los mercados y las plantaciones, son el constructor de los imaginarios acerca del ser latinoamericano propuesto por Verger. En el que la cultura, se aleja de su definición de “neutralidad”, para retratar la fuerza de través de la existencia de sus actores, destacando sus oficios y vínculos comunitarios.

Por último, la obra del fotógrafo presenta un terreno inacabado, pudiéndose extender a una lectura paralela con otros continentes y países. De seguro, pueden contribuir en la profundización de un pasado, en el que la cultura se ha enmarcado como una categoría contemplativa y emblemática, perdiendo su carácter crítico en sus aspectos sociopolíticos.

BIBLIOGRAFÍA

AGUIAR, J. O corpo nas ruas: a fotografia de Pierre Verger na construção da Bahia ioruba, 102. f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

ARAUJO SÁ, A. F. de. O Sertão de Pierre Verger. *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 40, 2011.

BARTHES, R. *La cámara lúcida: Nota sobre la fotografía*. Paidós, 2007.

BORDA, F. *Una sociología sentipensante para América Latina*. Bogotá, Siglo del Hombre Editores y CLACSO, 2009.

BOULER. Jean-Pierre Le. *Pierre Fatumbi Verger: um homem livre*. Salvador: Fundação Pierre Verger, 2002.

BOURDIEU, P. *Un arte medio*. Gustavo Gili, 2003.

BURKE, P. *Visto y no visto: Uso de la imagen como documento histórico*. Biblioteca de Bolsillo, 2005.

CALVEIRO, P. *Los usos políticos de la memoria*. CLACSO: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

CONTI DOREA, Joana. Una etnografía en los archivos de la fundación Pierre Verger. Diálogos, discusiones e interacción a partir de un estudio de caso, *Revista Colombiana de Antropología*, 2011.

DE TACCA, F. Imágenes de lo sagrado. *Revista Chilena de Antropología Visual*, n.4, pp. 157-178, 2004.

DEL CASTILLO, A. *Las mujeres de X'oyep*. Centro de la Imagen, Universidad de Ciencias y Artes de Chiapas e Instituto de Investigaciones Dr. José María Luís Mora, 2013.

DEL CASTILLO, A. *Fotografía y memoria. Conversaciones con Eduardo Longoni*. Instituto de Investigaciones Históricas Dr. José María Luís Mora, Fondo de Cultura Económica, 2017.

EXCELSIOR. Autor Talavera, J. Exhiben fotografías de Pierre Verger bajo el título 'Con los pies en la tierra', 2019.

FREUND, G. *La fotografía como documento social*. Gustavo Gili, 1976.

GAMARNIK, C. Pensar las imágenes los lazos entre fotografía, historia y política. *Anuario Escuela de Historia, Universidad del Rosario*, n.41, pp. 1-5, 2024.

GONZÁLEZ, O. La región del colibrí y su carnaval metropolitano. *INDIANA*, v.31, pp. 111-142, 2014.

JELIN, E. *Los trabajos de la memoria*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2012.

KLEIN, H; VIDAL, F. Creando un Estado de Bienestar en un régimen autoritario: el caso de Brasil. *Economía y Política*, v.1, n.1, pp. 37-78, 2014.

LOWE, P. *Maestros de la fotografía. Técnicas creativas de 100 grandes fotógrafos*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2017.

MITCHELL, W. *Teoría de la imagen: Ensayos sobre representación verbal y visual*. Akal, 2009.

MRAZ, John. "Fotohistoria o historia gráfica. El pasado en fotografía", *Revista Cuicuilco, Escuela Nacional de Antropología e Historia*, Núm. 41, pp. 11 - 41, 2007.

OLIVARES-OLIVARES, A. Antifascismos y género en América Latina: el caso del Movimiento Pro-Emancipación de las Mujeres de Chile (Memch). *Páginas*, v.14, n.36, pp. 1-22, 2022.

OLIVARES-OLIVARES, V.; RIOBÓ-RODRÍGUEZ, Juan C. La circulación de imágenes y su papel en el movimiento antifascista transnacional: el caso de las fotografías de la Guerra Civil Española en el periódico chileno *La Mujer Nueva* (1936-1939). *Esboços*, Florianópolis, v. 29. N. 52, p. 710-730, 2022

PALMA, M. *Fotografías de Martín Gusinde en Tierra del Fuego, 1919 - 1924*. Ediciones Alberto Hurtado, 2019.

PAVÓ, R. Legado de la Revolución mexicana en la reforma agraria cubana de 1959. *Política y Cultura*, n.33, pp. 35-58, 2010.

RUEDA, S. La tinta mojada y la crónica roja. El fotorreportaje en Colombia en la década de los setenta. *Ensayos, Historia y Teoría del Arte*, n. 21, pp. 122-149, 2010.

SANTOS, M.R. dos.; MANNALA, T. Modernidade e visualidade no projeto editorial de *O Cruzeiro* (1928-1945). *Visualidades*, v.11, n. 1, pp. 149-171, 2013.

SOUTY, J. Pierre Fatumbi Verger: do olhar livre ao conhecimento iniciático. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

TAGG, J. *El peso de la representación*. Gustavo Gili, 2013.

VERGER, P. *O Brasil de Pierre Verger*. (Catálogo da Exposição). Rio de Janeiro: Fundação Pierre Verger, 2006.

_____. *Arte do barro e o olhar da arte: Vitalino e Verger*. (Catálogo da exposição) Salvador: Fundação Pierre Verger, 2009.

_____. *O mensageiro: fotografias 1932-1962*. Salvador: Fundação Pierre Verger, 2002.

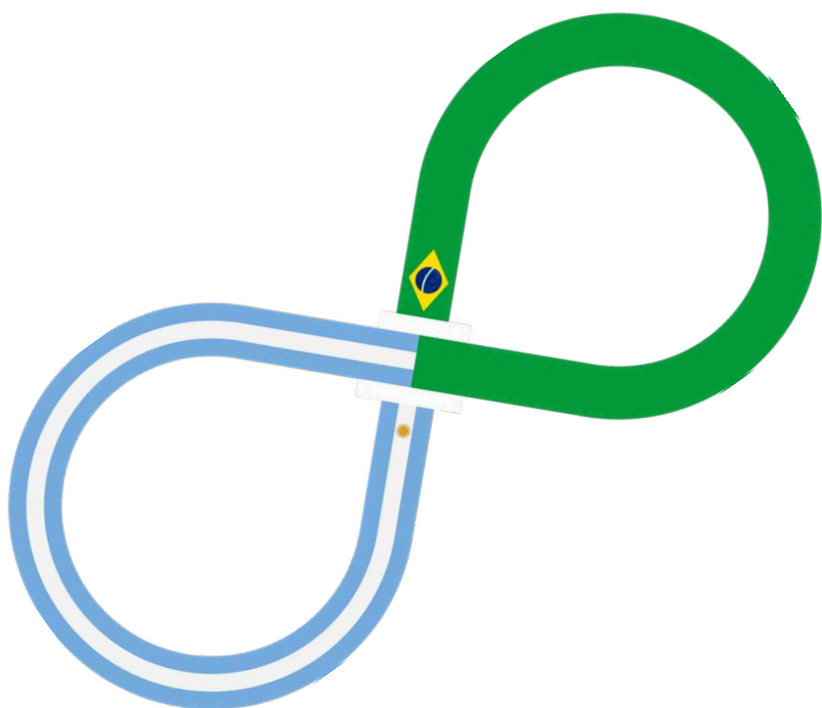
_____. *O olhar viajante de Pierre Fatumbi Verger*. Salvador: Fundação Pierre Verger, 2002.

_____. *Pierre Verger: 50 anos de fotografia*. Salvador: Fundação Pierre Verger; Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2011.

_____. *Retrato de Sudamérica. Fotografias 1939 - 1959*. Museo de Arte Hispanoamericano, 2000.

PARTE 3

ENTRE DITADURAS: ARGENTINA/BRASIL



ESTUDIO SOBRE LAS REPRESENTACIONES Y CONMEMORACIONES DE LA MASACRE DE TRELEW EN ROSARIO Y LA REGIÓN (AGOSTO DE 1972 – AGOSTO DE 1973)¹

Agostina Razzetti Koller²

INTRODUCCIÓN

El proceso represivo vinculado a la fuga de Rawson y la masacre de Trelew, así como sus representaciones, han cobrado relevancia, tornándose objeto de análisis y reflexión. Teniendo en cuenta que el desarrollo de la lucha antidictatorial tuvo en Rosario uno de sus principales escenarios, no resultó casual que los fusilamientos desataran significativas repercusiones en la región. Pero, a pesar de tratarse de una de las ciudades más grandes del país y de haber sido en aquella época epicentro del proceso de contestación social, el estudio de ambos flancos para estas latitudes permanece vacante.

Como veremos a continuación, en la región bajo estudio, a las

¹ Un especial agradecimiento a Vicky Persello, Darío Barrera, Antônio Fernando de Araujo Sá, Daniel Feierstein y equipo CEG por la atenta lectura, comentarios y correcciones.

² Profesora de Historia por la Facultad de Humanidades y Artes de la Universidad Nacional de Rosario y Magíster en Derechos Humanos por la Universidad Autónoma de San Luis Potosí, México. Doctoranda en Historia por la FHyA (UNR) y becaria del Instituto de Investigaciones Socio-históricas Regionales (Centro Científico Tecnológico CONICET-Rosario/UNR). Maestranda en Ciencias Sociales y Humanidades por la Universidad Nacional de Quilmes y becaria de CLACSO. Desenvolveu projeto de pesquisa *La Alianza Anticomunista Argentina en Rosario y su región* no Programa de Pós-Graduação de História da UFS, no período maio a agosto de 2025, através do Programa Move La América/Capes (Processo AUXPE: Move la America - 8881.016829/2024-01). Email: agosrk@hotmail.com

manifestaciones y protestas y a los velorios y entierros de los militantes perretistas Carlos Alberto Del Rey y Mario Emilio Delfino siguieron una serie de comunicados, movilizaciones y actos políticos que vislumbraron la confluencia del peronismo revolucionario con la izquierda no peronista, espacios comunes asociados tanto al repudio de los asesinatos y al reclamo de justicia, como a la conmemoración de mártires y combatientes. Esos espacios recibieron un importante apoyo social.

NO VELARÁN A SUS MUERTOS

El 15 de agosto de 1972 fue tomada la Unidad Penitenciaria 6 de Rawson, una cárcel de máxima seguridad en la que se hallaba recluido un contingente de presos políticos de distintos lugares del país. Rawson era por entonces un pequeño municipio de cinco mil habitantes próximo a una de las más grandes instalaciones militares de la Marina de Guerra, la Base Aeronaval Almirante Zar, ubicada en la vecina localidad de Trelew, y esos hombres y mujeres habían sido enviados allí por decisión del gobierno dictatorial que los consideraba “presos de máxima peligrosidad”, con el objetivo de aislarlos geográfica y políticamente de sus familias y de las organizaciones a las que pertenecían.

La toma formaba parte de un plan pergeñado por integrantes del Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP), las Fuerzas Armadas Revolucionarias (FAR) y Montoneros, quienes desde posiciones divergentes se habían mancomunado para lograr una fuga masiva de militantes encarcelados. A pesar de que “Las diferencias respecto del carácter transicional del régimen llevaron a Montoneros a considerar con cautela la acción que podría significar un retroceso del proceso político de apertura” (Rosas Aravena y Palomera Valenzuela, 2024, p. 38), finalmente la cúpula monto otorgó libertad de acción a sus militantes presos para participar del operativo. En ese marco, solo las FAR y el ERP comprometieron recursos para la acción.

La primera parte del plan fue exitosa: consistió en la toma del penal desde su interior a partir del simulacro de una inspección militar, posible gracias a Carmelo Fazio,³ un celador que colaboró con el “comité de fuga” para la provisión de elementos necesarios. La reducción del personal policial fue extendiéndose eficazmente de pabellón en pabellón, pero, al llegar el grupo adelantado al retén de entrada y salida de la unidad penitenciaria, el guardiacárcel Juan Gregorio Valenzuela quiso interceptarlos y lo ejecutaron (Guajardo, 2022). Según lo previsto, Roberto Santucho y Enrique Gorriarán Merlo del ERP, Marcos Osatinsky, Roberto Quieto y Domingo Mena de las FAR y Fernando Vaca Narvaja de Montoneros huyeron en un auto conducido por Carlos Goldenberg de las FAR; llegaron al aeropuerto y, junto con el equipo de apoyo externo que ya se encontraba a bordo, (compuesto por Víctor “gallego” Fernández Palmeiro⁴ y Alejandro Ferreyra Beltrán del ERP y por Ana Dora Wiessen⁵ de las FAR), lograron desviar un avión de aerolínea Austral hacia Santiago de Chile para solicitar asilo a Salvador Allende.

La llegada de la aeronave y el pedido de extradición del gobierno argentino abrieron un conflicto diplomático, malogrando los esfuerzos del presidente Agustín Lanusse, quien, paradójicamente, venía trabajando en una política apertura hacia el este y de acercamiento al Pacto Andino, lo cual incluía el reforzamiento de la relación con el Chile socialista de Salvador Allende (Míguez y Núñez, 2020, p. 206). Al fundamentar el pedido de deportación,

³ En octubre de 1978 fue secuestrado en Carmen de Patagones; su cuerpo fue encontrado posteriormente con visibles signos de tortura (Grenat, 2009).

⁴ Posteriormente, el gallego dio origen a una escisión del PRT-ERP para apoyar la candidatura del FREJULI, creando el ERP 22 de agosto, en homenaje a los mártires. El 30/04/1973 llevó a cabo el “operativo Mercurio” que consistió en el asesinato de Quijada, jefe de la base durante los fusilamientos. Durante la acción resultó baleado y aunque logró escapar falleció posteriormente (Baschetti, 2025; Tarcus, 2025).

⁵ Militó en las FAR y en Montoneros, fue desaparecida el 20/10/1979 (Baschetti, 2025).

Lanusse se basó en el procedimiento para extraditar delinquentes (...) Chile solicitó a Argentina documentación respaldatoria de los delitos que se le imputaban a los fugados. Recién allí daría una respuesta. Dos días después de estas comunicaciones, Allende comenzaba a dar algunas señales de que no sería tan simple (Truco Dalmas, 2022, p. 55).

A la par, comenzaron a sucederse en Chile movilizaciones de apoyo a los evadidos, “Mientras Allende era instado por distintas organizaciones y partidos de izquierda a conceder el asilo (...), la derecha chilena —que, para ese momento, estaba muy fortalecida—, no dejó de presionar para que fueran extraditados” (Truco Dalmas, 2022, p. 55). Concomitantemente, se aceleraban los preparativos para el golpe de Estado en Chile, que triunfaría el 11 de septiembre de ese año.

Respecto del resto del contingente en fuga, por una aparente desinteligencia en el contacto externo, nunca se presentaron los camiones conducidos por Jorge Lewinger⁶ y Pablo González Langarica⁷, de las FAR. Como consecuencia, solo pudo movilizarse un segundo núcleo de diecinueve personas en taxis, pero el vuelo partió antes de que ese grupo pudiera abordarlo por lo cual pasaron al “plan b”: tomaron el aeródromo, llamaron a la prensa y a las autoridades y se entregaron, luego de parlamentar los términos de la rendición. Fueron enviados a la aldea Base Aeronaval, mientras el penal continuaba en poder de los reclusos, quienes también negociaron y se entregaron a las autoridades.

El lunes 21 de agosto se reunió la plana mayor del gobierno de

⁶ Sufrió la cárcel, el exilio y la desaparición y asesinato de miembros de su familia. Fue el responsable de “proveer los automotores necesarios para llegar al aeropuerto. Una mala interpretación de su parte, de una señal preestablecida, hace fracasar ese segmento neurálgico de la fuga (...) asumirá su absoluta culpa y responsabilidad con una honestidad y valentía pocas veces vista” (Baschetti, 2025).

⁷ Durante la última dictadura fue secuestrado. Con posterioridad fueron liberados y se exiliaron (*Tres Líneas*, 2013).

facto: Lanusse, Carlos Rey, Carlos Coda, Ezequiel Martínez, Hermes Quijada y Eduardo Mac Loughlin. Luego de una introducción de Quijada habló Lanusse, quien dio detalles del contenido de las reuniones realizadas con funcionarios, altos mandos y gente de “la comunidad informativa” (leasé servicios de informaciones). Seguidamente Mac Loughlin leyó un documento titulado “Consideraciones sobre el mensaje del presidente Salvador Allende”. Allí se mencionaba que el pedido de extradición no iría a prosperar:

el operativo de fuga y secuestro aparecerá como triunfante y el regreso clandestino de los prófugos al país se hace más probable (...) Ello equivaldría a ponerlos en libertad en territorio argentino. (...) —esa situación— Dará, a juicio de nuestro país y de su opinión pública, el éxito a los delincuentes (Ministerio de Defensa, 2022, pp. 208-214).

Al día siguiente las personas que se encontraban en la base fueron acribilladas. Las víctimas fatales fueron once militantes del ERP: Ana María Villarreal de Santucho, quien se encontraba con un embarazo avanzado, Clarisa Rosa Lea Place, Alejandro Jorge Ulla, Rubén Pedro Bonet, Mario Emilio Delfino, Eduardo Adolfo Capello, Carlos Alberto Del Rey, José Ricardo Mena, Humberto Segundo Suárez, Miguel Ángel Polti y Humberto Adrián Toschi; tres integrantes de las FAR: María Angélica Sabelli, Alfredo Elías Kohon y Carlos Heriberto Astudillo; y dos de Montoneros: Susana Graciela Lesgart y Mariano José Pujadas. Sobrevivieron, a pesar de haber sido heridos, María Antonia Berger y Alberto Miguel Camps de las FAR, y Ricardo René Haidar de Montoneros.

La conmoción generada precipitó “la decisión de Salvador Allende de no aceptar la extradición de los diez guerrilleros solicitada por el gobierno argentino y otorgarles un salvoconducto” para que viajen a Cuba (Míguez y Núñez, 2020, p. 215). En respuesta, el gobierno argentino “rompió relaciones con Chile y expulsó a las de-

legaciones diplomáticas chilenas” (Rosas Aravena y Palomera Valenzuela, 2024, p. 51).

Mientras tanto, los cuerpos de las personas asesinadas fueron enviados a sus respectivas provincias para que se les dé sepultura. Perón, desde Madrid, ordenó que el Partido Justicialista de la Capital Federal dispusiera de su local para el velorio (Míguez y Núñez, 2020, p. 214). En cumplimiento, la sede partidaria “levantó tres capillas ardientes para velar a tres de los dieciséis fusilados en Trelew”, se trataba de Villarreal de Santucho, Capello y Sabelli (Truco Dalmas, 2022, p. 60).

El hecho de que “fuesen velados en la casa partidaria del peronismo es el símbolo de una época en que la dictadura militar era severamente cuestionada y las organizaciones armadas —incluso las críticas al peronismo— contaban con apoyo popular” (Míguez y Núñez, 2020, p. 214). Durante el velatorio “el comisario Alberto Villar ordenó el desalojo del lugar. La policía avanzó contra la multitud con tanques, caballos y perros, mientras se reprimía con camiones hidrantes a quienes se habían acercado” (Truco Dalmas, 2022, p. 60). Ese tipo de hechos no solo se produjeron en la Ciudad de Buenos Aires.

Los cuerpos de Delfino y Del Rey fueron enviados a Rosario, ciudad que no era ajena al despliegue del accionar represivo paraestatal. “Cacho” Delfino era del ERP, había estudiado ingeniería en la ciudad de Santa Fe y luego se “proletarizó”, siguiendo “la línea de masas” de su organización, como obrero de la carne en el Frigorífico Swift de Rosario. Al momento de su detención era el responsable político y militar del “Comando Che Guevara”⁸, actuante en la ciudad. Cayó preso en el marco de una de las acciones más rimbombantes de ese grupo, que fue la toma de la comisaría 20^a de Empalme Graneros en abril de 1970, la cual tuvo repercusiones de envergadura (Tarcus, 2025). “El lobo” Del Rey, por su parte, era estudiante de

⁸ En relación con el “Comando Che Guevara” ver Pascuali (2004).

Ingeniería Química en la UNR y militaba en el ERP (Tarcus, 2025). Fue detenido en abril de 1971 en un tren procedente de Laguna Paiva, trasladado primero a la cárcel de Coronda y luego a la de Rawson (Sembrando Memorias, 2024). Cuando fueron asesinados, Delfino y Del Rey tenían 29 y 23 años, respectivamente (RUVTE-ILID, 2022).

En medio del estupor tuvieron lugar una serie de comunicados y protestas,

En el ámbito estudiantil universitario (...) Dada la gran convocatoria a asambleas, actos y manifestaciones en repudio a lo sucedido, muchas facultades se vieron obligadas, por disposición del gobierno militar, a cerrar sus aulas. A pesar de ello, en Rosario, Buenos Aires, Corrientes, San Luis, Tucumán, Bahía Blanca, La Plata y Mendoza hubo actos y movilizaciones (Trucco Dalmas, 2022, p. 70).

La noche misma del 22 de agosto el movimiento estudiantil rosarino respondió con una manifestación: “se habían reunido en el Comedor Universitario ubicado en Urquiza y Moreno de esta ciudad, y poco antes de la medianoche intentaron encolumnarse y dirigirse en manifestación hacia la zona céntrica”, pero “La intervención policial mediante el empleo de gases lacrimógenos, hizo dispersar al grupo, produciéndose la detención” de sesenta personas, que según informó el diario *El Litoral* fueron liberadas durante la mañana del día siguiente (*El Litoral*, 23 de agosto). Durante los días posteriores continuó el estado de agitación y se realizaron más protestas (Bonavena, 2011).

Los cuerpos de Del Rey y Delfino llegaron a Rosario la noche del 23 de agosto. El sábado 26, en el cementerio El Salvador, se llevó adelante el sepelio de Delfino, el cual fue interrumpido cuando “Las fuerzas represivas, a cargo del jefe de Policía Agustín Feced⁹ inten-

⁹ Sobre la figura y trayectoria de Feced ver del Frade (2014).

taron dispersar a quienes conducían el féretro”. Dos días antes, en el cementerio de la vecina localidad de Granadero Baigorria, se había realizado el entierro de Del Rey, “la ceremonia se convirtió en un acto político con mucha concurrencia estudiantil y hubo incidentes con la policía” (Papalardo, 2022, pp. 402-216). En consonancia con el gesto de Perón, también en Rosario la militancia peronista local se hizo presentes en los sepelios (Peronismo de Base, 1972, agosto).

La represión que impidió el pacífico desenvolvimiento de los cortejos fúnebres, no solo en Buenos Aires, Rosario y Granadero Baigorria sino a nivel nacional, se ejecutó en sintonía con una resolución de la Junta Militar, sancionada el mismo día de la masacre (Baschetti, 2022, p. 80). A través de esta el gobierno estableció que quien “por cualquier medio difundiere, divulgare o propagare comunicaciones o imágenes provenientes de o atribuidas o atribuibles a asociaciones ilícitas o a personas o a grupos notoriamente dedicados a actividades subversivas o de terrorismo, será reprimido con prisión” (Pittaluga, 2006, p. 84).

La resolución también apuntó a un férreo control del orden público y a la censura de la prensa, a través de una minuciosa campaña de “acción psicológica” que incluía “Programar las medidas para evitar que el traslado y entierro de los restos de los muertos en Rawson se transforme en actos de proselitismo subversivo”; “Detener y poner a disposición del PEN a toda persona que enjuicie a las FFAA o de Seguridad con respecto a los últimos sucesos”; “Prever cierre de universidades de acuerdo a la evolución de la situación” (Ministerio de Defensa, 2022, p. 230-232).

Se ha dicho que la indignación que despertaron los fusilamientos y la represión desatada durante los velorios y entierros puso de manifiesto no solamente el grado de simpatía y respeto que despertaban las organizaciones armadas y sus cuadros dentro del movimiento estudiantil, sino también el peso político de dicho movimiento y el grado de politización que había alcanzado en la lucha contra la represión y la violencia del régimen (Bonavena, 2011, p.

229). En términos más amplios, la conmoción y el repudio que despertaron la masacre y las acciones represivas que le siguieron mostraron que el nivel de legitimidad del accionar guerrillero era significativo y generaba una solidaridad transversal, pero también que las FFAA estaban dispuestas a permitir una normalización institucional limitada, más no a renunciar al propósito de aniquilamiento de la guerrilla.

TRELEW: NI OLVIDO NI PERDÓN. LOS MATARON A TRAICIÓN

Tal como ha sido señalado, “a pocos días de los fusilamientos, Lanusse, confirmó mediante un discurso presidencial, que se llamaría a elecciones abiertas. La fuga y la masacre no provocaron, sin más, el fin de la dictadura. Pero resulta evidente que la precipitaron” (Truco Dalmas, 2022, p. 60). Las elecciones fueron convocadas para el 11 de marzo y Perón fue proscripto una vez más, ante lo cual el candidato que encabezó la fórmula ganadora fue Héctor J. Cámpora, acompañado por Vicente Solano Lima. Cámpora era un hombre de probada lealtad a Perón y era valorado por la Tendencia Revolucionaria del Peronismo.

La asunción de las autoridades constitucionales a fines de mayo del 73' trajo consigo la libertad de todos los presos políticos; entre ellos los sobrevivientes de la masacre del 22 de agosto, quienes una vez liberados estuvieron presentes en numerosas convocatorias. Los combatientes que habían sufrido las cárceles del régimen en general y los sobrevivientes de Trelew en particular, inspiraban respeto y admiración.

Tras el ocaso de la dictadura, el primer acto que se realizó en la ciudad de Rosario en homenaje a “los héroes de Trelew” fue llevado adelante en el patio central del edificio histórico de la actual Facultad de Humanidades y Artes de la Universidad Nacional de Rosario, por entonces Facultad de Filosofía, durante la tarde del jueves 14 de junio de 1973. De fuerte convocatoria, hegemonizada por la Juven-

tud Universitaria Peronista (JUP), el evento contó con la presencia del “turco” Ricardo René Haidar, uno de los tres sobrevivientes.

Si bien el cónclave no se realizó bajo el sintagma “acto-homenaje a los héroes de Trelew”, la tradición que emerge de la historia oral da cuenta de su configuración en torno a dicha significación. En la memoria colectiva, el acto es re-evocado con esa connotación, al tiempo que los relatos van envolviendo de un halo mítico al espacio concreto que lo tornó posible: el patio de la facultad, tiempo-espacio donde se hicieron presentes “los héroes de Trelew”, el sitio donde se les rindió un sentido homenaje.

Según Roberto Retamoso, militante de la JUP de Filosofía e integrante de los equipos técnico-profesionales creados bajo su égida, “Esos compañeros sobrevivientes en el 73 después del triunfo de Cámpora tuvieron muchas intervenciones públicas, en actos de agite, porque eran como íconos, los tres sobrevivientes de Trelew” (Retamoso, 2021). Efraín “Pato” Recaman, estudiante de psicología y referente de la JULN primero y de la JUP después, recuerda que el día antes del acto se reunieron en una Unidad Básica de la zona norte con Haidar (Recaman, 03/11/2023), quien estuvo dos días en Rosario,

con todas las precauciones para exponerlos en público porque eran sobrevivientes y testigos directos de la masacre (...) y fue un hecho trascendente porque fue un contacto directo con el relato de estos compañeros que testificaron, digamos, cómo había sido todo el cobarde fusilamiento en la Base Aeronaval, y ellos sobrevivieron de casualidad porque los dejaron porque pensaron que estaban muertos. Todo eso servía para concientizar, servía para que toda una generación tomara conciencia de la violencia con la cual habíamos pasado la infancia, la adolescencia, y de que esa violencia venía de la derecha” (Recaman, 30/05/2023).

También para Eduardo Bertolino, miembro fundador de la JUP rosarina y estudiante de psicología electo presidente del Centro de Estudiantes de la Facultad de Filosofía en 1974, los asesinatos de los compañeros en Trelew generaron una gran conmoción que impactó fuertemente en la juventud, la cual empezó a partir de ahí “a moverse, a pintar, a hacer actos relámpagos” y a participar “del auge de la lucha política” (Bertolino, 2024).

María Cristina Pérez, entonces estudiante de Artes y militante de la JUP de la misma facultad, recuerda que el día del acto ella estaba con su curso en el balcón del salón del taller de pintura, cuando empezaron a sentir los bombos y, al asomarse, escucharon que desde abajo otros compañeros les empezaron a gritar que bajaran, porque ya estaban en el patio “los héroes de Trelew” (Pérez, 29/10/2020).

La nominación “héroes de Trelew” englobaba tanto a las dieciséis personas que fueron brutalmente asesinadas como a las tres que sobrevivieron. Mucho tiempo después, consumada la derrota de las organizaciones revolucionarias y ejecutado el genocidio, la figura del sobreviviente continuó invocando aquel retorno de presencia sobre el fondo doloroso de la ausencia: “El sobreviviente se ve a sí mismo, o lo ven, o las dos cosas, se ve y lo ven, como alguien que sobrevive sobre otros que murieron” —explicó Pilar Calveiro al poeta Juan Gelman (1998)—. En ese sentido puede comprenderse el hecho de que en los relatos emergentes se recuerde la comparecencia en el patio de la facultad de “los héroes de Trelew” en plural y no en singular, pues la presencia en acto de uno de los sobrevivientes pudo evocar en contraste aquellas otras presencias, la presencia ausente de las y los combatientes asesinados en Trelew y la lucha de los combatientes todos: puesto que la figura del héroe y la del combatiente se condesaban en una misma identidad, honrando a los combatientes se honraba también a los mártires.

Para Eduardo Bertolino la facultad era en ese momento el centro político de la actividad universitaria rosarina, por una razón geográfica y por el tipo de estudios que allí se realizaban, en

los cuales se debatía lo local, lo universitario y también lo nacional y lo mundial. El patio “tenía una característica más despojada que la que tiene actualmente, porque no tenía árboles, ni tenía bancos, era bastante austero”, y el acto que allí se realizó fue organizado por Montoneros, ya que “Detrás de las agrupaciones de masas, en los distintos frentes, en la universidad era la JUP, como la JP en los barrios, como la JTP en el terreno sindical (...) detrás de todo eso estaba Montoneros” (Bertolino M, 2024).

Algunas fotografías del evento fueron publicadas como parte de una nota que data del 19 de junio de 1973, —un día antes de la “Masacre de Ezeiza”, otro siniestro episodio—, en la revista *Así El mundo y la luna en sus manos*, un semanario sensacionalista de la Editorial Sarmiento. Su hallazgo nos permitió graficar con imágenes lo que había surgido en varios de los testimonios recabados: el patio de la facultad fue el marco de aquella escena; la tarima desde el cual tomaron la palabra los oradores fue dispuesto sobre los muros de las aulas de idiomas; se trató de un evento organizado por la militancia peronista de la facultad; la seguridad estuvo a cargo de Montoneros; “Pato” Recaman presentó la actividad; José Amiune dio la bienvenida en carácter de decano anfitrión.

Según esa nota, la actividad fue convocada como “Homenaje de los Estudiantes Peronistas a los Combatientes del Pueblo” por las Juventudes Universitarias por la Liberación Nacional (JULN), una agrupación de la facultad que se estaba disolviendo en la JUP. Contó con la presencia de invitados especiales: Ricardo René Haidar, Raúl Copello, Fred Mario Ernst y René Honorio Oberlín. El Diario *Crónica*, que realizó otra cobertura, mencionó la ausencia de representantes del ERP como de algunos miembros de las Fuerzas Armadas Revolucionarias, de estos últimos se dijo que se ausentaron con previo aviso y disculpándose (*Crónica*, 15/06/1973, p. 4).

Para la revista *Así* (19/06/1973, p. 31), hubo un total de 1500 asistentes. En contrapunto, tanto las fotografías como la tradición

oral señalan que el patio entero estaba colmado, con lo cual es posible estimar un número más alto de personas concurrentes.

Ahí en el patio, apretujados, estábamos todos —explica Retamoso—, los que éramos peronistas, pero también había compañeros de otra tendencia porque lo de los sobrevivientes de Trelew eran una cosa muy sentida no solamente por nosotros, —sino— por la gente de la izquierda, la gente que era del PRT y la que no era del PRT (Retamoso, 2021).

Marta Bertolino, en aquellos tiempos estudiante de letras y psicología y referenta regional de la JUP, quien expresó que el lugar “Estaba lleno porque la masacre de Trelew fue algo que se civilizó muchísimo (...) mucha gente se acercó a la militancia luego de esos sucesos” (Bertolino, M, 31/03/2025). Según “Pato” Recaman, “participaron todas las agrupaciones, porque el hecho de Trelew, más allá de la identidad peronista o no, fue un hecho que abarcó a Montoneros y al ERP, que estaban haciendo unas operaciones conjuntas” (Recaman, 03/11/2023).

La escenografía que enmarcó el acto-homenaje albergó varias banderas y estandartes de la JUP, Montoneros y FAR, y un gran cartel en cuyo seno se mostraba la imagen de un hombre empuñando un fusil. Algunos de los mensajes dados a conocer entre aquellas banderas eran: “Trelew: ni olvido ni perdón. Los mataron a traición”; “No habrá Universidad nacional en un país colonial ni Universidad colonizante en un país liberado JUP”; “Perón-Evita. La Patria Socialista”; “Montoneros, soldados de Perón”; “FAR-Montoneros”. Cabe recordar que, en ese momento ambas organizaciones, FAR y Montoneros, estaban en proceso de unificación.

A pedido de la JUP, el decano de la facultad, José Miguel Amiune, pronunció unas palabras y dio la bienvenida a los visitantes y al público en general. Abogado y Doctor en Sociología, fue uno de los

decanos más jóvenes de la UNR tras el retorno de la democracia en 1973; a pesar de su corta edad ya ejercía como docente en las carreras de psicología, derecho y ciencia política.

Consultado sobre el tema, Amiune explicó que “La Facultad de Filosofía curiosamente fue la última en normalizarse porque permaneció ocupada, porque los decanos que se le proponían eran rechazados por el conjunto de los estudiantes”, hasta que surgió su nombre. Recuerda haber recibido una llamada del Ministro de Educación, Dr. Taiana, quien le pidió encarecidamente que aceptara ser decano de filosofía, la última facultad que quedaba por normalizar... (Amiune, 2021).

Según el exdecano asistieron al evento

algunos sobrevivientes de Trelew (...) no lo organizó decanato. Lo que sentían los jóvenes de la JUP era que si ellos quería homenajear —a los héroes de Trelew— la facultad era el ámbito natural, y apenas se remitieron a notificarme que se iba a hacer el acto y a invitarme a participar y a estar presente, y efectivamente yo estuve presente, y fue un acto muy positivo (...) yo no quería hablar porque los que tenían que hablar eran los sobrevivientes y los organizadores, pero bueno, me pidieron que dijera algunas palabras (...) es un recuerdo muy vívido que tengo porque fue un acto muy, muy, convocante, había gente de toda la Universidad Nacional de Rosario (Amiune, 2021).

Por su parte, Retamoso rememora, entre risas, que cuando “el compañero decano” subió a la tarima para dar la bienvenida, desde el público comenzaron a corearle una consigna que decía que el decano era montonero

¡Y no era montonero! Pobre José, ¡lo escrachamos! Yo creo que por eso después se tuvo que ir al exilio José (...) quedó como

el decano montonero. Ese blasón no se lo pudo sacar más...
Pero bueno (...) subió a saludar, correspondía, era el anfitrión.
Estuvo a la altura de las circunstancias (Retamoso, 2021).

Finalmente, ese y otros hechos y determinaciones, tales como la de crear el Instituto de Estudios del Tercer Mundo, le valieron a Amiune un sinfín de amenazas y un ultimátum final de la Triple A para que abandonara el país, ante lo cual debió marchar al exilio y desvincularse de la facultad.

El día del acto-homenaje, "Pato" Recaman fue el encargado de presentar a los invitados, no sin antes proferir un discurso introductorio en el cual destacó la masiva incorporación del estudiantado a la lucha del pueblo argentino, encausada bajo el lema "una patria justa, libre y soberana"; alusión que remitía al exponencial crecimiento de la construcción política peronista en la facultad.

Después tomó la palabra "el turco" Haidar, quien mencionó la emergente tensión en el ambiente, surgida por el enfrentamiento latente entre la JUP y el FEN (Frente Estudiantil Nacional), "acá hemos escuchado cantar dos consignas, como en otros lugares: la patria socialista y la patria peronista" (Así, 1973). Según Marta Bertolino, Haidar fue "emotivo y fue testimonial", porque "contó lo que había padecido, cómo lo habían torturado" (Bertolino M, 2025).

Cerca del palco se había ubicado un grupo de integrantes del FEN; portaban un par de carteles con la cara del general Perón y las siglas FEN-PV. Si bien en sus orígenes el FEN había seguido la doctrina marxista-leninista, posteriormente viró hacia el peronismo confluyendo con sectores de la derecha de dicho movimiento, específicamente con la agrupación Guardia de Hierro, con la cual conformó la Organización Única de Trasvasamiento Generacional. En Rosario el FEN tenía cierta afinidad con gente del sindicato de la carne y de la Concentración Nacional Universitaria. En ese contexto, a pesar de las agrias disputas entre los polos del justicialismo,

la militancia fenicia había sido invitada a participar de la actividad por la JUP.

Recaman señala que estaban “próximos al retorno de Perón, al segundo retorno y definitivo retorno de Perón y todas las expresiones peronistas vinieron con sus consignas, siempre había ahí luchas de consignas” (Recaman, 2023). A la lucha de consignas se refirió asimismo la pluma de la Revista *Así* (1973), aludiendo al hecho de que

Cerca del palco se ubicó un grupo de adherentes al Frente Estudiantil Nacional y casi junto a ellos, otro de las tendencias más radicales. Los estribillos de uno y otro los identificaron claramente. “La patria peronista”, corearon los primeros; “la patria socialista”, los otros. Ello dio cierto clima de tensión al acto, en determinados momentos, pero el disenso de los grupos no pasó del verbalismo coreado.

Después de Haidar hicieron uso de la palabra Ernst, Oberlín y Copello, en ese orden, y en último lugar hubo una rueda de intercambios con el público presente. Durante sus alocuciones, bajo el lema “con las urnas al gobierno, con las armas al poder”, pronunciado por Ernst, los combatientes instaron a la nutrida concurrencia a sumarse a la lucha por la liberación y ya hacia el final del acto, según relató el corresponsal, se coreó un solo lema: “A la patria peronista, la vamos a hacer socialista y montonera” (*Así*, 1973).

ROSARIO: EL PUEBLO NO OLVIDA A SUS MÁRTIRES

El primer aniversario de la masacre motivó un sinfín de recordatorios, publicaciones y actividades en distintas partes del país, en los cuales se rindió homenaje a los “héroes de Trelew”. En ese marco general, Rosario se destacó por la gran cantidad de acciones realizadas.

El 15 de agosto fueron colgadas más de cuarenta banderas del ERP con un crespón en señal de duelo en distintos lugares de la ciudad. Esa acción inaugural fue complementada en los sucesivos días con pintadas y pegatinas que recordaban a los caídos. Según esa organización, la convocatoria central a nivel nacional debía ser la efectuada por la Comisión de Familiares de los Patriotas Fusilados en Trelew, a la cual debían responder todas las organizaciones del campo revolucionario. No obstante, días después de los homenajes, se hizo público el malestar que les generó la “actitud equivocada y sectaria de los compañeros peronistas, que llamaron a actos paralelos en lugares cerrados. Actos en los cuales, además cambiaron el contenido, transformándolos en gran medida en sostenes de la candidatura de Perón” (*Estrella Roja*, 04/09/1973, p. 14-22).

El sábado 18, a las 15 y 30 horas, en la Facultad de Derecho de la UNR se hizo una reunión de la Comisión Especial del Colegio de Abogados para el Libre Ejercicio de la Profesión y la Defensa de los Derechos Humanos, en la cual se planteó que era “necesario promover la creación de comisiones populares investigadoras... y, asimismo, propagandizar ante la opinión pública la necesidad de la investigación y del castigo a los responsables, promoviéndose las movilizaciones populares necesarias” (*Crónica*, 1973, p. 3).

Ese mismo día, por la tarde, los tres sobrevivientes de la masacre de Trelew estuvieron en el Monumento Nacional a la Bandera. Según informó el corresponsal de la revista *El Descamisado*, participaron de ese acto integrantes del Plenario de Unidades Básicas y de las 62 Organizaciones, la Juventud Peronista Regional II, la Agrupación Evita, la Juventud Trabajadora Peronista (JTP) y la JUP (*El Descamisado*, 28/08/1973, p. 24). La información de la nota, los registros fotográficos del evento y algunos dichos de los protagonistas sugieren que estaba presente fundamentalmente la izquierda del movimiento peronista. La concurrencia, quizás un poco menor a la esperada, se estimó en más de 4000 personas. Primero arribó una columna de 1500 militantes de la JTP, portando estandartes con los nombres de los caídos y

numerosos carteles de la J.T.P., Montoneros y FAR, en segundo lugar, ingresó una columna de la JUP y se ubicó en las escalinatas del monumento; realizada la apertura, fueron llegando las demás agrupaciones de “La Tendencia”. Según *El Descamisado*:

Luego de entonar el himno nacional y la marcha peronista se guardó un minuto de silencio por Evita y por todos los caídos en la lucha por la liberación nacional. A la mención del nombre de cada uno de los muertos los compañeros respondían con un vigoroso ¡PRESENTE! (...) Previamente se había escuchado el discurso pronunciado por la compañera Eva Perón el 22 de agosto de 1951, cuando renunció a ser candidata a la vicepresidencia. Profunda emoción embargó a los presentes que respondieron gritando: ¡SE SIENTE, SE SIENTE, EVITA ESTA PRESENTE! y ¡SI EVITA VIVIERA SERIA MONTONERA! (*El Descamisado*, 28/08/1973, p. 24).

Luego tomó la palabra un orador por cada uno de los espacios concurrentes, y correspondió a los sobrevivientes Ricardo Haidar, María Antonia Berger y Alberto Camps el cierre, en nombre de las FAR y Montoneros. Como corolario, los manifestantes se dirigieron hacia la Galería Melipal, donde fue asesinado por la policía Adolfo Bello durante las jornadas que pasaron a la historia como “primer Rosariazo”, allí se realizó un minuto de silencio y Camps pronunció unas palabras (*El Descamisado*, 28/08/1973, p. 24).

El 21 de agosto la Juventud Radical convocó a una conferencia en la Facultad de Derecho a cargo del Senador Nacional Dr. Hipólito Solari Irigoyen y del Diputado Nacional por Chubut Dr. Mario Abel Amaya; ambos eran abogados defensores de presos políticos, Amaya había intervenido en la defensa de los diecinueve guerrilleros que no lograron fugarse, teniendo el último contacto con las víctimas antes de la masacre y había sido apresado en el aeropuerto (*La Tribuna*, 21/08/1973, p. 3).

Las Juventudes Políticas Secundarias —integradas por la Unión de Estudiantes Secundarios, la Juventud Radical Secundaria, la Federación Juvenil Comunista y la Juventud Secundaria del Partido Socialista Popular— dieron a conocer un comunicado titulado “Trelew, Vallese y Ángel Brandazza”, en el cual se hacía referencia al homenaje realizado en la escuela Superior de Comercio General José de San Martín (UNR), con motivo de recordar a los mártires (*La Tribuna*, 21/08/1973, p.3).

Ese mismo martes 21, la JP Brigada La Florida, perteneciente a la agrupación política “Unidad junto a Perón”, recordó el “Día del renunciamiento de Evita”, la desaparición de Vallese y la “Masacre de Trelew”, y convocó a una reunión en calle Zelaya y Mina Clavero, donde inaugurarían la Unidad Básica “Lealtad a Perón”. Luego de los discursos programados se preveía enarbolar la bandera patria, hacer un minuto de silencio por Eva y escuchar su histórico mensaje de renunciamiento (*La Tribuna*, 21/08/1973, p. 3). También la JP seccional 10ma, a la cual pertenecía la Brigada Barrio Industrial, invitaba a un acto en homenaje a los caídos en Trelew y demás batallas por la liberación (*La Tribuna*, 22/08/1973, p. 4).

Varios espacios más publicaron comunicados en el diario *La Tribuna* ese día, la Unidad Básica 22 de Agosto, ubicada en 1ero de Mayo y Uriburu, expresó que el 22 de agosto “es una fecha que se agrega a las muchas en las que el pueblo argentino sellará con su sangre y sus mártires el camino de la autodeterminación”; la JP Brigada Barrio Industrial, recordó el día del renunciamiento de Evita y reclamó “todo el poder para Perón, como única garantía de la construcción de la Patria Justa, Libre y Soberana en el socialismo nacional” (*La Tribuna*, 22/08/1973, p. 4). El FEN rosarino, que en junio había participado del acto de Filosofía, el 21 de agosto publicó recordando la masacre y otros crímenes cometidos desde 1955 en el país y señalando que “El mejor homenaje a los mártires caídos por la liberación es cumplir con el objetivo de lucha de nuestro pueblo de construir la patria justa, libre y soberana” (*La Tribuna*, 21/08/1973,

p. 3); la JP Brigada Rosario hizo lo propio recordando “la matanza gorila de Trelew y honrando a todos los que desde el 17 de octubre de 1945 cayeron en la lucha” (*La Tribuna*, 22/08/1973, p. 4).

La regional Rosario del Movimiento de Sacerdotes para el Tercer Mundo trazó un paralelismo entre la masacre del 22 de agosto y la de Ezeiza, pidiendo por “el esclarecimiento de todos los crímenes de las diversas dictaduras y el castigo de sus responsabilidades”. El movimiento Contra la Represión y la Tortura, también aludió a la desaparición de Brandazza, un caso que aún mantenía en vilo y conmoción a la ciudadanía (*La Tribuna*, 21/08/73, p. 5).

Al cumplirse exactamente un año de los fusilamientos, en Rosario se realizaron varias actividades. Por la mañana se desarrolló un acto en la Facultad de Ciencias Médicas de la UNR, donde se dio el nombre “Héroes de Trelew” al aula de anatomía patológica. La iniciativa contó con el respaldo institucional del Decano Interventor, el Dr. Oscar Umberto Scremin, quien ordenó que la bandera nacional ondeara a media asta y que se colocara una placa recordatoria (*Estrella Roja*, 1973, p. 22). Scremin no sólo era visto con buenos ojos por la JUP, que le brindaba su apoyo, sino por el PRT-ERP, desde donde también se lo valoraba como “elemento progresista” (*Estrella Roja*, 04/09/1973, pp. 14-19). La Federación Universitaria de Rosario y el Movimiento Nacional Reformista (MNR), brazo universitario del Partido Socialista Popular, adhirieron y se hicieron presentes (*La Tribuna*, 22/08/1973, p. 4). Una nota periodística dio detalles de la jornada y de la resolución dictada por el decano; en la misma se consideraba que los fusilamientos podían

entroncarse en la historia argentina con el mismo significado que el exterminio de las montoneras federales, los ajusticiamientos de la Patagonia en la tercera década del siglo, el episodio genocida de junio de 1955, los fusilamientos de 1956, la sistemática persecución a la clase trabajadora y al pueblo en los últimos 18 años (*La Tribuna*, 22/08/1973, p. 4).

Luego de varios considerandos, se resolvía rendir homenaje a los caídos en Trelew, para lo cual se entornaron las puertas principales y se ordenó que la resolución “junto a los nombres de los 16 compañeros permanezca durante 30 días en todos los transparentes de la casa” (*La Tribuna*, 22/08/1973, p. 4).

Al mediodía se concretó otro acto homenaje en el Cementerio El Salvador, frente a la tumba de Delfino, organizado por la Comisión de Familiares. La mayor parte de la concurrencia pertenecía al PRT-ERP; portaban banderas y cantaban “Santucho, Pujadas, la patria liberada” y “Se siente, Delfino está presente” (*Estrella Roja*, 04/09/1973, p. 14-19); se profirieron varios discursos (*Di Film*, 1973).

El encuentro más masivo realizado ese día en Rosario tuvo lugar a las 21 horas en el Cine Teatro Real, ubicado en Salta y Oroño. Fue el único celebrado en el país en cuya organización participaron conjuntamente el PRT-ERP y Montoneros (*Estrella Roja*, 04/09/1973, pp. 14-19). Según una nota del Diario *La Tribuna*, fue organizado por las Juventudes Políticas Argentinas (*La Tribuna*, 23/08/1973, p. 5), las cuales en Rosario estaban integradas por la Federación Juvenil Comunista, la Juventud Antiimperialista Revolucionaria, la Juventud Peronista Regional II, la Juventud Radical y el Partido Socialista Popular. A través de comunicados en la prensa, adhirieron Vanguardia Comunista (*La Tribuna*, 21/08/1973, p. 5) y la Federación Universitaria de Rosario (*La Tribuna*, 22/08/1973, p. 4). La militancia perretista también tuvo presencia, puesto que sus integrantes formaban parte de la Comisión de Familiares de los Caídos en Trelew.

El PRT-ERP estimó en seis mil la cantidad de asistentes, considerando que la mitad pertenecían a la Regional II de la JP, cuya militancia se desplegó “copando” la totalidad del espacio frente al palco. Tal como se observa en la fotografía publicada por *Estrella Roja*, dentro de la parcialidad peronista, sobresalían notoriamente las banderas de la JUP. Hicieron uso de la palabra representantes de los partidos y organizaciones participantes y luego se presentó

un cortometraje sobre el penal de Trelew, en el cual se recuperaba la voz de los sobrevivientes. La desconcentración culminó sin incidentes (*La Tribuna*, 23/08/1973, p. 5).

Al día siguiente, otra nota publicada en el diario *La Tribuna* dio cuenta de ciertos detalles:

Sobre el escenario un gran cartel se destacaba con la palabra “Montoneros” y hacia la izquierda una bandera del ERP, en tanto en el lado opuesto había una figura alegórica a los que cayeron muertos en los hechos de Trelew. La numerosa concurrencia, al ingresar a la sala era palpada para establecer si estaban armados, revisándose carteras y portafolios para constatar que nadie ingrese con armas. El acto se inició con el Himno Nacional, dándose lectura luego a la lista de quienes fallecieron en Trelew; respondiendo ante cada mención los asistentes con un rotundo “presente” (*La Tribuna*, 23/08/1973, p. 5).

La primera oradora fue Liliana Delfino, estudiante de la carrera de psicología (UNR). Se presentó como “hermana de Mario Delfino, miembro de la Comisión de Familiares, compañera de los mártires de Trelew en las cárceles de la dictadura y en la lucha revolucionaria, como combatiente del ERP y como militante del PRT” (*La Tribuna*, 23/08/1973, p. 5). Reivindicó a los mártires e hizo foco en la importancia de la unidad de las organizaciones armadas, la cual había primado en Rawson. Esos pasajes de su discurso arrancaron aplausos unánimes y espontáneos de la concurrencia. Sin embargo, cuando la joven se refirió críticamente al “Pacto Social” y a otras medidas del gobierno peronista, “los que dirigían las consignas de la J.P., ubicados al centro del salón, comenzaban a levantar consignas sectarias, tratando de tapar a la oradora”, ante lo cual tuvo que esperar a que cesaran para poder continuar haciendo uso de la palabra.

A partir de allí, según la opinión de la propia Delfino y de sus camaradas, la militancia de “La Tendencia Revolucionaria” actuó

sectariamente, imprimiéndole su tónica a la velada con canciones que reivindicaban exclusivamente a los muertos peronistas, a las FAR y a Montoneros, profiriendo “gritos hostiles para López Rega, Rucci y otros elementos de la derecha peronista” y reivindicando la figura del general Perón. En esa misma línea, cuando fue el turno del orador de la JP, según el PRT-ERP, “se refirió escasamente al tema central, los Héroes de Trelew, centrando su discurso en hacer críticas a “los impacientes, que no entienden la estrategia del Gral. Perón” y, en menor medida, a la derecha peronista” (*La Tribuna*, 25/08/1973, p. 2).

Días después, el eco de las conmemoraciones resonó en el Concejo Municipal de Rosario: Ángel “Yayo” Baltuzzi, concejal de la JP de las Regionales, pidió rendir un homenaje a los 16 caídos en Trelew. Seguidamente hicieron uso de la palabra otros ediles que repudiaron los asesinatos, pidiendo que se investiguen y cese la violencia, todos a excepción de Carlos Favario del PDP, para quien si se repudiaban esos hechos debían repudiarse también los asesinatos de Vando, Aramburu y Alonso.

Con el correr del tiempo, voces como la del edil del PDP se fueron amplificando y dieron forma a la “teoría de los dos demonios”. Esos discursos fueron ganando fuerza y la reivindicación de los mártires fue brutalmente censurada, mientras los sobrevivientes y las personas vinculadas a la fuga, sus familias, abogados, amistades y grupos políticos fueron perseguidos, torturados, asesinados y desaparecidos.

CONCLUSIONES

El jueves 16 de junio de 1973, pocos días antes de la masacre de Ezeiza, la Facultad de Filosofía de la UNR fue escenario del “acto-homenaje a los Héroes de Trelew”, al que asistieron no solamente sectores contrapuestos del movimiento peronista, sino también otras fuerzas de izquierda no peronista.

Una de las consignas enarboladas ese día —la cual ha dado su título al segundo párrafo del presente texto—, condensó especialmente el significado que en la esfera pública se estaba otorgando a los asesinatos ejecutados en la Patagonia: en los comunicados clandestinos, en las movilizaciones espontáneas, en las pintadas callejeras, en los velorios, en el arte contrahegemónico, en la “guerra de consignas”, en los actos conmemorativos, por distintos frentes y en diversas latitudes del país y del exterior se multiplicaba la certeza de que la dictadura no solo había restablecido la pena de muerte por razones política sin previo juicio, sino que se vanagloriaba de hacerlo.

Dos meses después, al cumplirse el primer aniversario de las ejecuciones, se llevaron a cabo variadas actividades e intervenciones y circularon numerosos comunicados. De esos homenajes se destacaron particularmente dos, uno realizado por la “Tendencia Revolucionaria del Peronismo”, el sábado 18 de agosto en el Monumento Nacional a la Bandera, al que asistieron los tres sobrevivientes de la masacre; y otro organizado de manera conjunta por Montoneros, el PRT-ERP y otros espacios de menor peso, el miércoles 22 de agosto en el ex cine Teatro Real, sito en Bv. Oroño y Salta.

Esta última fue la única convocatoria del país que fue proyectada de manera conjunta por el PRT-ERP y Montoneros. Sin embargo, en agosto, nuevamente, como en junio, el clima de tensión imperante fue palpable en las consignas coreadas en los actos. Si en la facultad se había hecho patente la hegemonía de la JUP en esa casa de altos estudios, así como la confrontación que esta mantenía, en tanto parte de la “la Tendencia Revolucionaria del Peronismo” con el FEN, en el Teatro Real el propósito de la unidad revolucionaria, plasmado en la convocatoria unificada, chocó con otro, exclusivamente justicialista, que era el de reponer en la Casa Rosada al General Perón.

En efecto, la unidad era más un deseo que una realidad: la reconstrucción de los hechos da cuenta del desarrollo de otras actividades paralelas, así como de la tensión y el disenso de las

organizaciones en torno al sentido y la capitalización de la conmemoración conjunta.

Un año después, los homenajes que se realizaron en el segundo aniversario se llevaron a cabo en un contexto francamente hostil. La represión paraestatal, ejecutada por la Triple A, primero, y por los grupos de tarea de la dictadura, después, buscaron extirpar a sangre y fuego la reivindicación y el recuerdo de los mártires.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASCHETTI, R. *Trelew 1972 – 22 de agosto – 2022 A cincuenta años de la masacre*. CABA, *Jirones de mi vida*, 2022.

BONAVENA, P. "El movimiento estudiantil frente a la masacre en Trelew del 22 de agosto de 1972". *Revista del Programa de Investigaciones sobre Conflicto Social* de la Facultad de Ciencias Sociales de la UBA, año 4, 2022, p. 208-216.

DEL FRADE, C. *¿Quién era Feced? Historia Política de la represión en el Gran Rosario*. CABA. Fundación Villa Manuelita, 2014.

GRENAT, S. "La fuga. Trelew, 15 de agosto". *El Aromo*, n. 47, 2009.

GUAJARDO, C. 13 balazos y un tiro de gracia: los hijos del guardiacárcel asesinado en la Unidad 6 siguen pidiendo justicia. *Diario Clarín*, 15 de agosto, 2022.

MÍGUEZ, M. y NÚÑEZ, J. "La fuga del Penal de Rawson, la Masacre de Trelew y las relaciones bilaterales entre Argentina y Chile. Tensiones y acercamientos durante la dictadura de Lanusse (agosto 1972)". *Prohistoria*, n. 33, 2020, p. 203-231.

MINISTERIO DE DEFENSA. *Actas de la Dictadura 1971-1973*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2022.

PAPALARDO, H. *Memorias militantes: aportes para una lectura política, 1955-1983*. Rosario. Editorial Tacuarita, 2022.

PASCUALI, L. "Entre la guerrilla y el Peronismo de Base: la experiencia del Comando 'Che Guevara' de Rosario". *Historia Regional*, n. 22, 2004, pp. 9-23.

PITTALUGA, R. "La memoria según Trelew". *Sociohistórica*, 2006, p. 19-20, Universidad Nacional de la Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Centro de Investigaciones Socio Históricas.

ROSAS ARAVENA, P. y PALOMERA VALENZUELA, A. "1972 fuga y masacre de Trelew. Las repercusiones políticas en Chile en un año crucial". *Palimpsesto*, n. 24, 2024. Universidad de Santiago de Chile.

TRUCCO DALMAS, A. "Trelew en la historia". *Políticas de la Memoria*, n. 22, Buenos Aires, 2022, p. 51-78.

Fuentes

Así El mundo y la luna en sus manos. Homenaje estudiantil a los combatientes, 19 de junio 1973, p. 31.

BASCHETTI, R. *Base de datos de militantes*. s.f.. Recuperado de <https://robertobaschetti.com/>

Crónica. "Realizóse un acto de los Montoneros", 15 de junio 1973, p. 4.

Crónica. "Trelew: Piden Investigación del Episodio", 16 de agosto 1973, p. 3.

DiFilm. "Homenaje a Mario Emilio Delfino en Rosario 1973". 22 de agosto 1973. Recuperado de <https://difilm-argentina.com>

El Descamisado. "El pueblo no olvida a sus mártires", 28 de agosto 1973, p. 24.

El Litoral. "Libertad de estudiantes en Rosario". 23 de agosto 1972.

Estrella Roja. "Crónica de la guerra revolucionaria Agosto", 4 de septiembre 1973, p. 22.

Estrella Roja. "El pueblo recordó a los héroes de Trelew", 4 de septiembre 1973, pp. 14-19.

Gelman, J. "Pilar Calveiro describe la vida-muerte de los campos de concentración". *Página 12*. 1º de noviembre 1998. Recuperado de <http://www.pagina12.com.ar>

Guajardo, C., "13 balazos y un tiro de gracia: los hijos del guardiacárcel asesinado en la Unidad 6 siguen pidiendo justicia", *Clarín*, 15/08/2022. Recuperado de <https://www.clarin.com>

La Tribuna. "Declaraciones: los hechos de Trelew", 21 de agosto 1973, p. 5.

La Tribuna. "El recuerdo de los Sucesos de Trelew. Expresiones de Repudio de varias entidades. Se pronuncian sectores juveniles", 21 de agosto 1973, p. 3.

La Tribuna. "Se recuerda en la fecha el acto de renunciamiento de Eva Perón. También se evocan los sucesos de Trelew", 22 de agosto 1973, p. 4.

La Tribuna. "Incidentes en Buenos Aires. Se recordaron los hechos de Trelew. Acto sin problemas en Rosario", 23 de agosto 1973, p. 5.

La Tribuna. "Homenajes y varios temas trató anoche el concejo". 25 de agosto 1973, p. 2.

Peronismo de Base. *Volante* [del Peronismo de Base, Rosario], agosto 1972. Recuperado de <https://eltopoblindado.com/>

Secretaría de Derechos Humanos, Argentina. *Registro Unificado de Víctimas del Terrorismo de Estado (RUVTE)*. 5 de diciembre 2022. Recuperado de https://datos.gob.ar/ko_KR/dataset/justicia-registro-unificado-victimas-terrorismo-estado--ruvte

Sembrando Memorias, "Historias de vida y militancia en la provincia de Santa Fe Del Rey Carlos Alberto". 2024. Recuperado de <https://documentos.atesantafe.com.ar/sembrando-memoria>

TARCUS, H. *Diccionario Biográfico de las Izquierdas Latinoamericanas*. S.f. Recuperado de <https://diccionario.cedinci.org/>

Tres Líneas. "Declaró el jefe montonero obligado por represores a retirar U\$S 1 millón". 11 de julio 2013. Recuperado de <https://www.treslineas.com.ar>

Entrevistas realizadas

Entrevista virtual a Amiune, José Miguel, por Razzetti Koller, Agostina y Montes, Santiago, 21/05/2021.

Entrevista realizada a Bertolino, Eduardo, por Razzetti Koller, Agostina, Rosario, 22/02/2024.

Entrevista presencial a Bertolino, Marta, por Razzetti Koller, Agostina, Rosario, 31/03/2025.

Entrevista realizada a Pérez, María Cristina, por Razzetti Koller, Agostina, Montes, Santiago, Razzetti Koller, Rosela, Jaime, Florencia y López, Martín, Rosario, 29/10/2020.

Entrevista presencial a Recaman, Efraín, realizada por Razzetti Koller, Agostina, Rosario, 30/05/2023.

Entrevista virtual a Recaman, Efraín, por Razzetti Koller, Agostina, 03/11/2023.

Entrevista realizada a Retamoso, Roberto, por Razzetti Koller, Agostina y Montes, Santiago, Rosario, 10/06/2021.

“QUE A DOR NÃO ME SEJA INDIFERENTE”: MERCEDES SOSA SOB VIGILÂNCIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL (1973-1984)

Anderson da Silva Almeida¹

Eu só peço a Deus/ Que a dor não me seja indifere-
rente/ Que a morte não me encontre um dia/
Solitário sem ter feito o que eu queria. (León
Gieco, 1978, versão em língua portuguesa de
Raul Ellwanger, 1984).

O golpe no Chile, em 11 de setembro de 1973, após meses de agitações políticas que levaram à destituição e à morte, por suicídio, de Salvador Allende, do Partido Socialista, provocou necessárias movimentações de exilados brasileiros que lá estavam a experienciar o que seria uma tentativa de via pacífica ao socialismo. A interrupção daquele projeto, nove anos depois do golpe de 1964, no Brasil, exigiu das pessoas que conseguiram escapar das prisões chilenas a necessidade de buscar um novo porto seguro, no campo das esquerdas (Almeida, 2016, p. 246-248; Rollemberg, 2009, p. 57). E foi justamente, na Argentina, que os novos ares se mostravam convidativos. É que, naquele ano, a brisa democrática voltara a cantar, na Casa Rosada, visto que, em anos anteriores, o país estivera mergulhado numa ditadura, iniciada, com um golpe, em 1966, que se autointitulou de “Revolução”, liderado pela general Juan Carlos Onganía. Algo muito semelhante ao que ocorrera no Brasil, dois

¹ Professor do Departamento de História, Universidade Federal de Alagoas. Email: anderson.almeida@ichca.ufal.br

anos antes, em 1964, ressaltando-se o que veio depois, cujas diferenças são notórias, em relação ao Congresso, ao Judiciário e aos partidos políticos. Mas a tentativa de imprimir a ideia de “Revolução” permaneceu, nas duas narrativas.

Ainda no campo comparativo, constata-se a forte presença dos Estados Unidos, com seus planos de contingências (preparações e deslocamentos de tropas), nas articulações que foram levadas a cabo, em alguns países da América Latina, durante os sucessivos golpes das décadas de 1960-1970. Isso não significa ocultar as responsabilidades das elites econômicas e frações dominantes de cada país, da classe média e, em alguns casos, de apoio popular, especialmente após o ressoar da Revolução Cubana (1959) e a Guerra Fria, em alta temperatura, na *Nuestra América*.

Entretanto, um ano antes de o Brasil dar sinais de que desejava iniciar seu processo de abertura lenta, gradual e segura, a partir de 1974 - em grande medida, pelos impactos do fim do milagre econômico e da crise internacional do petróleo, que apimentou o já salgado tema da inflação e da carestia, nas rodas de conversas do cotidiano brasileiro -, a Argentina indicava antecipar o retorno ao regime democrático de forma definitiva. Como cantou Belchior, na canção “a palo seco”, o desespero era moda, em [19]73. A música foi regravada três anos, depois indicando que o desespero continuava, em [19]76. Naquela quadra, 1973-1976, aquele canto torto, feito faca, era uma boa trilha sonora para acalantar os corações argentinos, mesmo com o desespero, em solo brasileiro, que sugeriam gritos “em português”, ou “purtuguês”, no típico sotaque do cearense, da cidade de Sobral, no nordeste brasileiro. Era o que cantava o jovem personagem, com vinte e cinco anos, de sonho, de sangue e de América do Sul que, por força daquele destino, um tango argentino parecia-lhe soar bem melhor que um *blues*. Apenas parecia.

PRELÚDIO

Após o fracasso econômico da ditadura de Juan Onganía (1966-1970), Roberto Marcelo Levingston (1970-1971) e Alejandro Agustín Lanusse (1971-1973), todos militares do Exército, tem-se o retorno de Juan Domingo Perón ao poder, em 1973. Ele estivera alijado e exilado desde a década de 1950, após cerca de nove anos de atuação como o número um do executivo argentino. Seu retorno, em 1973, como candidato vitorioso pelo Partido Justicialista (PJ), seria abreviado, no ano seguinte, por problemas cardíacos que os levaram à morte. Em seu lugar, assumira Maria Estela Martínez de Perón – Isabel de Perón –, sua segunda esposa, que foi destituída por mais um golpe de estado, em 1976, liderado pelas Forças Armadas (FFAA), em aliança com poderosos grupos civis favoráveis à violência de Estado e à eliminação de opositores das esquerdas (Barriendos-Parra, 2014).

A pesquisadora Ludmila da Silva Catela, ao tratar sobre o tema da violência e da eliminação “do outro”, na história republicana argentina, lembrou que, mesmo antes do golpe de 1976, houve decretos na gestão de Isabelita Perón, em 1975, que “descrevem uma mudança significativa, operada, em poucos meses, das concepções da repressão, entendendo a ação de uma pequena província como Tucumán a todo o território nacional” (Catela, 2015, p. 158). É justamente na região mencionada por Ludmila Catela que nasceu nossa personagem, cujos passos acompanharemos, no desenvolvimento deste capítulo.

Para Marina Franco, o período 1973-1976, na Argentina, foi marcado por “um governo democrático que revogou a legislação repressiva anterior e, poucos meses depois, começou a restabelecê-la progressivamente” (Franco, 2015, p. 74). A autora não suaviza a violência estatal que marcou os dois períodos peronistas (1946-1955; 1973-1976), principalmente, sobre esse contexto dos anos 1970, caracterizado, segundo Franco, pela presença de “uma sociedade fortemente mobilizada, organizações insurrecionais armadas, forças

de segurança radicalizadas, um partido de governo incapaz de gerir sua agitação interna, crise econômica e conflito distributivo” (Franco, 2015, p. 75).

Ainda sobre o mesmo cenário, Ludmila Catela sublinhou que palavras como “executar, aniquilar e lutar aparecem sem censuras no discurso estatal”. E que, as mesmas expressões foram, rapidamente, apropriadas por diferentes setores sociais (jornalistas, políticos, sindicalistas etc.), que se somaram “para povoar imagens e produzir representações de um ‘inimigo’ a quem potencialmente [era] preciso eliminar” (Catela, 2015, p. 158).

A nova ditadura, comandada, em revezamento, pelo alto escalão das FFAA argentinas, vigoraria de 1976 a 1983, deixando para trás milhares de corpos que se insurgiram contra o arbítrio. Estima-se que cerca de 30 mil pessoas, entre mulheres, homens e crianças, tenham sido mortas e/ou torturadas pela ditadura civil-militar argentina. Entre os mais conhecidos perpetradores do terrorismo de Estado que marcou aquele período, aparecem o general Jorge Rafael Videla; o almirante Emílio Eduardo Massera e o brigadeiro Orlando Ramón Agosti (Priori, 2006, p. 02), além de Roberto E. Viola (tenente general), Omar D.R. Graffigna (brigadeiro), Armando J. Lambruschini (almirante), Leopoldo F. Galtieri (General), Basílio Lami Dozo (brigadeiro) e o almirante Jorge I. Anaya (Barrientos-Parra, 2014, p. 55).

Não ficar indiferente às dores daquelas pessoas que estavam a enfrentar e a sofrer com as consequências da ditadura argentina (1976-1983), como também o que ocorria no Chile (1973-1990) e o que se passava no Brasil (1964-1985) não era uma tarefa fácil. É aqui que se destaca Haydée Mercedes Sosa, que também atendia como *la negra* ou, como ficaria conhecida posteriormente: a voz da América Latina. E são de 1973, ano de regresso de Perón ao poder, os primeiros registros de vigilância da ditadura brasileira sobre a personagem principal deste capítulo. Seria coincidência ou teria algo a ver com o grande número de exilados brasileiros que passaram a buscar a Ar-

gentina como país de acolha após o golpe no Chile e a possível volta dos ventos democráticos no país do tango?

Com ascendência na etnia indígena quechuá – daí o apelido *la negra*, por conta da cor dos cabelos – Mercedes Sosa nasceu em San Miguel de Tucumán, em 1935, morando depois em Mendoza, já casada com Manuel Oscar Matus, músico e cantor com o qual manteve uma importante parceria profissional. Ainda em Tucumán, por volta dos 15 anos de idade, sob o pseudônimo de Gladys Osorio, participou e venceu, em 1950, um concurso musical de uma rádio local, sendo este considerado o momento inicial de sua carreira como artista, atividade que passou a lhe render algum rendimento para ajudar a sua família (Carapina, 2002, p. 31).

A agitada vida política da Argentina, dos anos 1950, não passou despercebida das jovens e dos jovens que atuavam no campo artístico e houve o engajamento de integrantes daquela geração a partir do movimento musical que ficaria conhecido como “Nuevo Cancioneiro”, que teve como epicentro a cidade de Mendoza, no início dos anos 1960. O reconhecimento artístico e a projeção nacional seriam conquistados, apenas aos 30 anos de idade, quando *la negra* venceu, em 1965, o Festival Nacional de Cosquín, o que lhe rendeu um contrato com a prestigiada gravadora Philips (Wozniak-Giménez, 2019, p. 02-03). Na projeção de sua carreira para o exterior, ficaria conhecida como artista de inspiração no *folk* argentino, e uma representante do nacional-popular, passando a ser, cada vez mais, referenciada, nos anos 1970, como “a voz dos que não tem voz”. Sobre a “Nueva Canción”, Mercedes Sosa diria, posteriormente, que se negava rotulá-la como mera canção de protesto. Afirmou que seu canto popular representava sua gente e não deveria ser subjugado. E, mesmo que a “Nueva Canción” fosse proibida, jamais seria esquecida porque estava no coração do povo (Sosa, 1982, n.p.).

A ditadura civil-militar no Brasil a monitorava - através do Centro de Informações do Exterior (CIEEx), órgão ligado ao Ministério da Relações Exteriores, e da chamada “comunidade de informações”

dos centros de inteligência das forças armadas e dos demais órgãos estatais – , não apenas os acontecimentos da geopolítica internacional, mas também mantinha vigilância constante sobre exilados brasileiros espalhados pelos diversos continentes e monitorava artistas e vozes que se opunham aos regimes ditatoriais que vigoravam naquela conjuntura histórica, principalmente, suas apresentações no Brasil ou as que contavam com as participações de brasileiros, mesmo que no exterior. É o que podemos constatar, entre outras fontes, a partir da vigilância sobre Mercedes Sosa.

OS PRIMEIROS INFORMES SOBRE LA NEGRA

Em novembro de 1973, agentes do CIEEx monitoraram e disseminaram para os diversos órgãos, através de um informe classificado como “secreto”, a passagem do exilado Fernando Paulo Nagle Gabeira, por Buenos Aires, com o objetivo, segundo o agente, de representar o Tribunal Bertrand Russel e participar das articulações do “Comitê Contra a Repressão no Brasil”. Na sequência, o agente indica que o referido comitê contava com “a participação de Deputados e personalidades da esquerda Argentina, dentre elas, a folclorista Mercedes Sosa” (Sian, Fundo Centro de Informações do Exterior, informe 603/73, 28 nov. 1973).

Fernando Gabeira estava no exílio, após ter sido banido do Brasil, em decorrência de sua participação no sequestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Elbrick, em 1969. Sua saída só foi possível devido à outra ação da guerrilha urbana que conseguiu a libertação de 40 presos políticos, em 1970, em troca do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben. Depois de ter passado pela Argélia, a ditadura observava Gabeira, em terras chilenas e nas paragens argentinas (Figueiredo, 2024, p. 7-8).

No final de dezembro, o CIEEx, entre os diversos relatórios produzidos sobre a Argentina e o Uruguai, indicou a passagem do exilado brasileiro Jean Marc Friedrich Charles van der Weid, por Bue-

nos Aires, no mesmo período que Fernando Gabeira e com objetivos idênticos: colher informações para o Tribunal Bertrand Russel, que teria como principais representantes, na Argentina, Mercedes Sosa, Rodolfo Ghioldi e Emilio Trosse, dentre outros, articulados a partir do “Comitê de Resistência a La Dictadura Brasileña em la Argentina” (Sian, Fundo Centro de Informações do Exterior, informe 634, de 27 dez. 1973).

Jean Marc era estudante universitário, em 1964, e chegou a participar de manifestações de apoio ao golpe. No entanto, ao tomar consciência de que a defesa da democracia era um mero recurso de propaganda golpista, tornou-se líder estudantil e militante da Ação Popular (AP), chegando a presidir a União Nacional dos Estudantes (UNE). Esteve detido e preso algumas vezes, durante sua militância. (Silva, 2009, p. 69; 105; 116; 173). Foi classificado na categoria de “banido” pela ditadura brasileira, após ser incluído na lista das 70 pessoas libertadas como parte das negociações, em troca do embaixador suíço no Brasil, Geovani Bucher (Documentos Revelados, Ministério da Aeronáutica, resposta a pedido de busca 655, 22 set. 1978).

De acordo com Michelle Reis de Macedo, o Tribunal Bertrand Russel teve como inspiração o ativismo político do filósofo inglês Bertrand Russel, um intelectual engajado, na promoção da paz mundial. “Como um tribunal de opinião, os pronunciamentos pretendiam sensibilizar a opinião pública, diante de casos de violação de direitos humanos praticados por governos, mas sem o poder de punir os responsáveis” (Macedo, 2023, p. 13). Na análise de Denise Rollemberg, a “realização do Tribunal Bertrand Russel II, constituído em Bruxelas, em novembro de 1973, para julgar a ditadura militar no Brasil e em outros países da América Latina, também chegou a alcançar alguma repercussão na mídia [...]” (Rollemberg, 1999, p. 231-232). Observemos que a autora, especialista nos estudos sobre o exílio e outros temas que envolvem regimes autoritários, refere-se à existência de uma segunda edição do Tribunal Russel. Nesse sentido, vale a pena uma explicação mais detalhada:

A iniciativa do jurista, professor e senador italiano do Partido Socialista Independente Lelio Basso de constituir um tribunal para julgar as ditaduras latino-americanas tinha como referência o tribunal formado, em novembro de 1966, por Bertrand Russel, em Londres, para examinar e julgar os crimes dos EUA no Vietnã. Naquela ocasião, o Tribunal Internacional para Crimes de Guerra, que se tornou conhecido como Tribunal Bertrand Russel, fora presidido por Jean-Paul Sartre e contara com a participação de Basso, inclusive como relator. Lelio Basso tentava, com a reedição de novembro de 1973, chamar a atenção da opinião pública internacional para o que vinha acontecendo na América Latina, dominada por governos militares.

O Tribunal Russel II aconteceu em três sessões. A primeira, em Roma, entre 30 de março e 5 de abril de 1974; a segunda, em Bruxelas, entre 10 e 18 de janeiro de 1975; e a última, em Roma, entre 10 e 17 de janeiro de 1976 (Rollemberg, 1999, p. 233).

Fica evidente que os informes dos serviços de informações, nos meses de novembro e dezembro de 1973, nos quais Mercedes é citada, vão ao encontro da explicação de Rollemberg quanto à mobilização iniciada por Lelio Basso.

Mesmo em um período com leves ventos democráticos, na Argentina, a vigilância sobre Mercedes Sosa não estava restrita ao Brasil. Em seu país de origem, o grupo de extrema direita que ficou conhecido pelas iniciais Triple A (Aliança Anticomunista Argentina) atuava a partir de ameaças e perseguições a artistas e políticos do campo das esquerdas (Wozniak-Giménez, 2019, n.p). Na mesma direção, mesmo em solo argentino, havia vigilância dos agentes brasileiros sobre *la voz do sem voz*.

No primeiro semestre de 1974, Mercedes Sosa foi citada em mais um informe secreto do CIEEx, ao participar da organização da “Semanas de Solidariedade ao Povo Brasileiro na Argentina”. A conclusão do

araponga era no sentido de que o Comitê era uma organização de fachada do Partido Comunista Argentino (PCA) e que após uma reunião realizada em 03 de abril, à Rua Thames, onde funcionava a sede da organização, decidiu-se pela abertura de novos “comitês nas principais cidades argentinas para preparação da semana de solidariedade” e que, a partir de maio, Jean Marc Van Der Weid viajaria pela Argentina para coordenar a instalação dos demais comitês (Sian, Fundo Centro de Informações do Exterior, informe 201, 23 abr. 1974).

É importante registrarmos que, no Brasil, estávamos no marco temporal dos dez anos do golpe de 1964 e as movimentações de diversos comitês no exterior era parte de uma estratégia dos exilados para denunciar os crimes da ditadura que aniversariava, justamente, no mês de abril, o que coincide com as mobilizações em território argentino e além-fronteiras, destacadamente na Europa. Denise Rollemberg indica esse novo contexto no exílio, marcado por migrações e pela Revolução dos Cravos em Portugal (1974) que revigorou os ânimos de alguns exilados latino-americanos, após o golpe que derrubou Allende no Chile um ano antes (Rollemberg, 1999, p. 57-59).

Meses depois da revolução portuguesa, ocorrida em 25 de abril, faleceu Juan Domingos Perón, em 01 de julho de 1974. A vice, Isabelita, assumiu a presidência, conforme já destacado. Com a efetivação de um novo golpe na Argentina, em 1976, a ditadura no Brasil intensificaria os registros sobre as aparições da “voz latino-americana” nas terras, portos e águas brasileiras.

ENTRE DUAS DITADURAS, O EXÍLIO E A VOLTA (1977-1983)

Em outubro de 1977, o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa), órgão de inteligência da Força Aérea Brasileira (FAB), difundiu, para a “comunidade de informações”, um curto relato sobre a realização de um show que ocorrera do ginásio do Ibira-puera, em São Paulo. A informação teve origem a partir da Delega-

cia de Ordem Política e Social daquela cidade, a temida Deops-SP, e do setor de inteligência (2ª Seção), do IV Comando Aéreo (IV Comar), também com sede em São Paulo. Denominado de “show folclórico boliviano”, a atração principal destacada, no informe, foi a artista argentina. O relato se refere a Mercedes como “cantora conhecida como intérprete de canções de protesto” e que teria apresentado seis números musicais, dentre os quais, “somos todos hermanos”, cuja performance de Mercedes teve como arremate a ênfase na palavra “Liberdade”. Na análise do espião, logo após o ressoar da última nota da cantoria rebelde:

[...] o público que lotava as dependências daquele Ginásio aplaudiu-a demoradamente e exigiu o seu retorno ao palco para cantar novamente, quando entre os aplausos ouviu-se gritos de “QUEREMOS LIBERDADE, SOLTEM OS ESTUDANTES e ABAIXO A DITADURA” (Sian, Fundo Cisa, informe de 14 out. 1977, grifos do original).

A menção a estudantes presos que consta no documento, refere-se a universitários da Universidade de São Paulo (USP) e da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), detidos desde setembro quando tentavam reorganizar a União Nacional dos Estudantes (UNE), que estava na ilegalidade, desde 1966. Os relatos mencionam por volta de 800 jovens detidos por ocasião da manifestação realizada da PUC-SP (Filho, 2023, n.p). Em outubro, alguns ainda estavam presos, por isso a referências a “soltem os estudantes”, no documento.

Há referências, na historiografia argentina, que, ainda no último governo Perón, a Triple A aterrorizava seus opositores com bombas em teatros, sequestros, mortes e cartas ameaçadoras, inclusive, com endereçamentos à própria Mercedes Sosa, que fora filiada ao Partido Comunista Argentino (Braceli, 2003 *apud* Sfair, 2021, p. 08). Entre turnês internacionais e viagens, na Argentina, cada vez mais, entre 1976 e 1978, a ditadura prendia, tortura e executava.

Eram prisões em massa que obrigaram Mercedes Sosa a deixar o país. A análise é de Janayna Toso Sfair:

O que desencadeou a decisão de Mercedes de ir para o exílio foi a sua prisão e a de 500 pessoas que estavam em sua plateia durante uma apresentação na cidade de La Plata, no dia 23 de outubro de 1978. Todos eles ficaram em torno de 16 horas presos (Sfair, 2021, p. 9).

Existem controvérsias em relação ao número de pessoas detidas. O jornal londrino *The Guardian*, por exemplo, menciona 350 pessoas. No mesmo texto, assinado por Garth Cartwright, confirma-se que houve pressão internacional que colaborou para a liberação de Mercedes Sosa, após pagamento de fiança (Cartwright, 2009, n.p).

Após esses episódios, o exílio foi o caminho. Passando, inicialmente, por Madrid e fixando residência em Paris, “la voz latino-americana” conseguia lotar seus shows, na Europa e em viagens episódicas à América Latina. Sobre essa fase do exílio, Mercedes Sosa afirmou que “[os] que me ajudaram no exílio foram os franceses, os espanhóis, os colombianos e os brasileiros, para que eu pudesse sobreviver no exílio. Depois os que me ajudaram foram os chilenos e os uruguaios, exilados como eu” (Sfair, 2021, p. 10). Na documentação referente a 1979, não encontrei registros de vigilância da ditadura brasileira sobre ela. Um hiato que será preenchido, no ano seguinte, de forma ameaçadora.

O relato foi do Corpo de Bombeiros do Paraná. Em ofício de caráter reservado, de abril de 1980, o tenente-coronel Lúcio de Matos Júnior comunicou ao seu superior, o coronel Gentil Almeida Campos, denúncias que chegaram até à sua guarnição sobre possíveis atentados à bomba. O primeiro seria realizado, na Catedral de Curitiba, onde acontecera uma missa, em 31 de março, marco das comemorações pelos militares do golpe no Brasil. O segundo ato explosivo teria como endereço o Teatro Guaíra. Aquela casa de espetáculos

recebera uma ameaça, no sentido de que, por ocasião do espetáculo de Mercedes Sosa, programado para aquele local, seria detonado um artefato explosivo. O militar continua seu texto afirmando que houve contatos e movimentações da estrutura de segurança do próprio teatro, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil e nada foi encontrado, “isto sem que fosse interrompido o espetáculo”. Na sequência, apontou preocupações pertinentes, caso o mero anúncio de ameaça fosse feito durante o evento:

Pode-se analisar facilmente os transtornos e perigos que podiam advir dessas situações se os fatos não fossem de imediato identificados como alarmes falsos. Evacuação, mesmo que orientada, interrupção do espetáculo, do trânsito etc, sem que se pudesse evitar com certeza os transtornos de divulgações até mesmo distorcidas. (Sian, Fundo Divisão de Inteligência do Departamento da Polícia Federal, ofício 134, Corpo de Bombeiros do Paraná, 18 abr. 1980).

Em maio de 1980, em documento produzido pelo Centro de Informações da Marinha (Cenimar), registrou-se a passagem de Mercedes Sosa por Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. O foco dos informes era a vigilância sobre possíveis reuniões de *Montoneros*, no Brasil. Contudo, numa espécie de nota de rodapé, o agente fez questão de incluir, em pouco mais de duas linhas datilografadas, que “A cantora argentina Mercedes Sosa, quando de sua passagem por Belo Horizonte, exibiu-se na ‘Casa dos Arcos – Restaurante/ Scotchbar’” (Sian, Fundo Serviço Nacional de Informações, informe 340, Cenimar, 14 de maio de 1980). Entretanto, há um silêncio eloquente sobre o que teria ocorrido, de fato, na passagem de Mercedes pela capital mineira. Em entrevista para Rodolfo Braceli, *la negra* rememorou uma data traumática e um acontecimento. Precisamente 02 de maio de 1980, em Belo Horizonte, com relatos sobre bombas, gás lacrimogêneo e produtos químicos.

Justamente en Brasil, el viernes 2 de mayo de 1980, tuve un episodio brabo...Es curioso, tan revueltas por tantos dolores que tengo las fechas, y de pronto me acuerdo de ese viernes 2 de mayo...Yo estaba cantando en Belo Horizonte, en Minas Gerais, y em medio del recital unos tipos, indudablemente de derecha, tiraron unas bombas. Aparte de la explosión, que asusta tanto, después siguió el gás lacrimógeno. Estol o hicieron cuando yo iba por la terceira ou quarta canción. Después me enteré de que también arrojaron bombas de um polvo químico que provoca dolores y vómitos. Tuve que suspender el recital, y como a la media hora todo se normalizó otra vez. [...] En esa gira de Brasil también me pasó algo parecido en Porto Alegre. Pero no iba a suspender mis recitales por eso (Sosa; *apud* Braceli, 2010, p. 164).

Na sequência da análise do documento, constata-se que, em dezembro de 1981, os agentes do SNI fizeram questão de anexar à documentação o jornal *Granma*, meio de comunicação oficial do Partido Comunista Cubano (PCC). O motivo principal foi a participação de uma comitiva brasileira, no Festival “Varadero 81”. Entre os destaques, o jornal sublinhou, no título da matéria, que “Calidad, alegría e solidaridad com Cuba caracterizaron el Festival Internacional ‘Varadero 81’ (Sian, Fundo SNI, Jornal Granma, 13 dez. 1981, p. 06). No longo texto dividido em três colunas e ricamente ilustrado, há menções às participações de Chico Buarque, Denise de Kalafe, João do Vale, Banda Areia, MPB-4, Nara Leão, Sérgio Ricardo, Carlos Vergueiro, Djalma Novaes e a cantora Olívia, que teria encantado o público, com uma versão da *Bachiana Brasileira* nº 5, de Heitor Villa-Lobos. O texto é assinado por Omar Vázquez, que eternizou assim a passagem de “la negra” por Havana: “[...] Mercedes Sosa (Argentina), que puso a palmejar a los espectadores con su conocida **Cuando tenga la tierra [...]**” (Sian, Fundo SNI, Jornal Granma, 13 dez. 1981, p. 06, grifo do original).

Figura 1. Mercedes Sosa com seu bombo “Leguero”



Fonte: Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/robert-marques/2023/02/13/mercedes-sosa-e-a-luta-pela-terra>. Acesso em: 09 set. 2025.

Poucos meses depois do festival cubano, encontraremos “la negra”, no noticiário do final de abril de 1982, numa anunciada ida à cidade de Porto Alegre. Organizado pela Rede Globo de Televisão, através da sua retransmissora no estado - a TV Gaúcha -, e o Jornal Zero Hora, o show “Canta Brasil II”, idealizado e propagado pelo Centro Brasil Democrático (Cebrade), contou com inúmeras participações de artistas brasileiros/as de notável repercussão, entre a classe média e setores populares, a exemplo de Chico Buarque, Simone, Elba Ramalho, Kleiton e Kledir, Gonzaguinha, Toquinho, Nara Leão, Paulinho da Viola, João Bosco, Beth Carvalho, Djavan, Ivan Lins, Baby Consuelo, Pepeu Gomes, Gilberto Gil e o grupo MP-4. Os agentes da ditadura associaram o Cebrade ao Partido Comunista Brasileiro (Sian, Fundo SNI, informação 131, APA, 17 mai. 1982).

Vale ressaltar que 1982 foi o ano de retorno de Mercedes Sosa para a Argentina, após três anos de exílio. É o ano marcado pelo fim do conflito bélico, entre a ditadura Argentina e a Inglaterra pelas Ilhas Malvinas, que abordarei, na sequência, em linhas gerais. Antes dessa volta definitiva, ela havia retornado em viagens que chamou de “personales, cargados de mucha angustia, porque llegaba sabien-

do que iba a estar dos o tres días y después nuevamente las valijas, los abrazos, las despedidas [...] (Sosa, *apud* Braceli, 2010, p. 173). Sobre o regresso definitivo, como artista, rememorou que:

Hay una fecha que marca mi retorno como cantante al país: el 18 de febrero de 1982. La ditadura ya estaba en las últimas, pero le faltaban menos de dos meses para consumar la última carnicería de chicos inocentes mandados a morir en las ilas Malvinas. Muchos artistas seguían prohibidos pero los militares ya empezaban a aflojar, a caerse. Fue cuando Daniel Grinbank me propuso cantar en el Ópera. Era riesgoso y difícil para todos, pero hay cosas que empiezan a suceder y ya no las para nadie. Otra vez la vida me elegia para algo que tenía que ver con el amor de la gente (Sosa, *apud* Braceli, 2010, p. 173).

O evento de 1982, realizado no Estádio Beira Rio, pertencente ao Esporte Club Internacional - popularmente conhecido como o “Inter de Porto Alegre” -, teria contado com o gigantesco público de 60 mil pessoas. Nesse sentido, entendendo 1982 como o ano de retorno definitivo de “la negra” para a pátria latino-americana, e não apenas para a Argentina. Os dados com os nomes dos artistas, local, público presente, cachês, organizadores e renda do espetáculo constam em um informe produzido pela Agência de Porto Alegre do Serviço Nacional de Informações (APA-SNI) enviado à agência central (AC-SNI). Em anexo ao documento principal, constam recortes de jornais, tanto com matérias que antecederam o 30 de abril, quanto também de recortes dos dias seguintes (Sian, Fundo SNI, informação 131, Apa, 17 mai. 1982). Em um dos jornais, há a menção do comparecimento de 80 mil pessoas (Show de 1º de maio não repete Riocentro... Tribuna da Imprensa, 3 mai. 1982, n.p).

Houve a divulgação que Mercedes Sosa compareceria ao grande espetáculo como a única estrangeira convidada. Contudo, devido

a problemas com uma agenda, em São Paulo, no Teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o Tuca, *la hermana* argentina desfalcou a seleção de artistas engajados ao projeto que tinha a ver com as festividades do 1º de maio, dia do trabalhador. “Anunciada como presença especial, Mercedes Sosa não pode (sic) comparecer por não conseguir antecipar em uma hora seu espetáculo no TUCA” divulgou o Tribuna da Imprensa, demonstrando que a ausência de Mercedes Sosa foi sentida (Show de 1º de maio não repete Riocentro...Tribuna da Imprensa, 3 mai. 1982, n.p).

Entretanto, o contexto político argentino não ficou de fora. Em um dos panfletos divulgados, durante o evento, há a menção ao conflito bélico nas Malvinas e à ditadura no país irmão. O texto conclamava os trabalhadores a manterem-se unidos, na resistência contra o que denominava de golpe da burocracia na Polônia; ao enfrentamento armado contra o imperialismo, em El Salvador; e, ainda, ao “sentimento e a luta anti-imperialista dos trabalhadores argentinos que a ditadura de Galtieri quer capitalizar” (Sian, Fundo SNI, Agência Porto Alegre, informação 131, 17 mai. 1982, p. 18.). E continua,

Hoje, o imperialismo britânico ameaça militarmente a Argentina para retomar as Ilhas Malvinas. [...] A ditadura Argentina, que não leva nem levará a luta anti-imperialista até o fim, tem apenas o interesse de tentar capitalizar para si o sentimento das massas. (Sian, Fundo SNI, Agência Porto Alegre, informação 131, 17 mai. 1982, p. 18).

Ainda em 1982, um informe da Deops, de São Paulo, classificado como A-1, ou seja, de alta confiança, difundiu para a rede de vigilância o que ocorrera, entre os dias 03 e 12 de setembro na cidade de São Paulo, por ocasião do I Festival Nacional das Mulheres nas Artes, evento promovido pela atriz Ruth Escobar, contou com o patrocínio da Revista Nova, da editora Abril. Ao trazer os detalhes sobre a abertura do evento, realizada no pátio da Assembleia Legislativa de São Paulo,

o relato destacou que diversas artistas e representantes estrangeiras participaram do show, entre as quais: “Annie Girardot (representando as mulheres socialistas francesas), Domitilia Barrios e Mercedes Sosa representando as mulheres do 3º mundo”. Na sequência do Festival, mais indicações da atuação da nossa personagem.

No dia 04, foi realizado um ciclo de conferências no Clube Homs (Av. Paulista) com Maria Izabel Barreno, Natalia Correa, Ellen Stuart, Kate Millet, Domitilia Bairros, Mercedes Sosa e Ruth Escobar. As conferencista (sic) enfocaram a subordinação das mulheres no trabalho e discutiram sobre os movimentos de libertação das mulheres. No mesmo dia foram realizados em teatros e cinemas diversas apresentações de artes plásticas e danças como parte do aludido festival (Sian, Fundo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica, informe 447, 08 out. 1982).

O então Ministério do Exército também tratou de fazer seu relatório sobre aquele grande encontro. Além das personagens já citadas, no informe da Deops, registrou-se as participações, dentre outras, de Moema Viezzer, Darcia Maraine, Ligya Fagundes Teles, Neide Arcanjo, Lya Luft, Maria Rita Kehl, Clementina de Jesus e “As Frenéticas”, um conjunto musical que fazia sucesso à época. Sobre as participações de Domitilia Bairros e Mercedes Sosa, especialmente, no show de abertura, os militares sublinharam que “No meio do público dezenas de pessoas gritavam ‘ABAIXO A DITADURA’” (Sian, Fundo SNI, informação 1327, 18 out. 1982, grifo do original).

Em novembro de 1984, mais uma vez, a agência de Porto Alegre do Serviço Nacional de Informações (APA-SNI), enviou, para a agência central (AC-SNI), em Brasília, um informe de três páginas com detalhes de um festival de música realizado, na cidade de Santa Rosa, no estado do Rio Grande do Sul. Denominado de “2º Musicantto Sul-Americano de Nativismo”, o evento foi promovido pela pre-

feitura municipal e realizado entre 10 e 14 de outubro. Segundo a elaboração discursiva do agente que se infiltrou na plateia:

O ponto alto do festival foi o show da cantora argentina, MERCEDES SOSA, no dia 12. A apresentação [...] se revestiu de característica político-ideológica, não só em sua interpretação musical, sempre preferindo temas sociais, mas também pela manifestação do público. Quando cantou “PLEGARIA A UM LABRADOR”, de VICTOR JARA (compositor morto em 75, durante o “Golpe de Pinochet”), MERCEDES levantou um cartaz que fora colocado na beira do palco, pedindo o “fim para os conselhos de guerra no CHILE”. Encerrando o show, MERCEDES cantou “CANCION COM TODOS” de CESAR ISELLA, e ao fim quando saiu do palco, a multidão entoou o refrão: “um, dois, três, quatro, cinco, mil, queremos eleger o Presidente do BRASIL” (Sian, Fundo SNI, informe APA, 1 de nov. de 1984, grifos do original).

A exemplo do que foi constatado, nos diversos documentos apresentados até aqui, temos uma personagem vigiada não apenas por ser uma artista estrangeira, mas também por apresentar-se como uma ativista política. É óbvio que o biênio 1983-1984 não era o mesmo contexto que a Argentina e o Brasil vivenciara dez anos antes, quando dos primeiros informes da ditadura brasileira sobre *la tucumana*.

No Brasil, o Ato Institucional 5 (AI-5) perdera seus efeitos jurídicos, em dezembro de 1978, e o ano seguinte foi marcado pelas disputas, em torno da Anistia, sancionada pelo general João Batista Figueiredo, em 28 de agosto de 1979, após votação realizada em 22 de agosto, vencida pela base governista, por apenas cinco votos (Almeida, 2012, p. 189). O período que se segue até a nova Constituição Federal de 1988 e a primeira eleição direta para a presidência da República pós-ditadura, realizada em 1989, foi marcado por uma tran-

sição autoritária ainda inconclusa, em muitos aspectos, haja vista os “pactos de silêncio” que ainda perduram sobre diversos recortes temáticos e espaciais no Brasil (Almeida; Tavares, 2024). No meio do caminho, o desalento com a derrota do movimento “Diretas Já” e a posse de José Sarney, na Presidência da República, em 1985, um notório apoiador da ditadura, após a morte de Tancredo Neves, eleito de forma indireta. Não é de se estranhar, por exemplo, que um dos personagens que se tornou símbolo da redemocratização no Brasil, Teotônio Vilela, foi um apoiador do golpe de 1964 e membro da Aliança Renovadora Nacional, Arena, partido que deu sustentação à ditadura (Almeida, 2025).

Na Argentina, o período 1982-1985 também foi de transição. Ao revisitar o tema das Malvinas, que apareceu, no panfleto que circulou, no espetáculo do Estádio do Internacional de Porto Alegre, em 1982, Vicente Palermo pontuou as disputas das narrativas que envolvem as interpretações sobre o conflito contra os ingleses, e, também, analisou os temas polêmicos que circundam as memórias sobre o confronto. Palermo aponta interpretações que vão desde a que enaltece o conflito como um grande feito épico que perdura em certas lembranças de militares e integrantes das forças armadas argentinas, passando por aquelas que consideram a guerra como uma “causa justa em manos bastardas”; “la guerra absurda”; “la herida abierta”; “la aventura militar”; ou, ainda, “la represión”, com foco no tema das violações de direitos humanos, “en especial aquellas que afectaron a los soldados conscriptos, que tuvieron lugar en 1982 en las ilas” (Palermo, 2012, p. 247-248).

Entre 1983, com o início da redemocratização argentina, a partir da posse de Raúl Afonsín, do partido União Cívica Radical, foi criada a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP). Nas sugestivas palavras de Emilio Crenzel:

[...] la CONADEP constituyó la primera comisión exitosa, a escala internacional, em investigar la desaparición forzada de

personas. Su informe, *Nunca Más*, baseado en una retórica jurídica, instaló una nueva verdad pública sobre las desapariciones al probar la existencia material del sistema, negada por sus autores, y postuló a la justicia y a la democracia como garantías para que el horror no se repita” (Crenzel, 2012, p. 234).

Retomamos a abordagem sobre Mercedes, justamente no ano em que foi entregue o relatório da CONADEP, 1984, e algumas expressões que aparecem nos textos de Vicente Palermo e de Emilio Crenzel, tais como: guerra, ferida, horror, verdade e justiça. Há também expectativas de futuro, em expressões como “nunca más”, ou, “que o horror não se repita”. De alguma forma, elas aparecem na canção que inspira o título deste texto. Além das viagens ao Brasil da transição, *la negra* realizava espetáculos, na Argentina, e entoava suas emblemáticas canções engajadas. Entre as mais simbólicas está “Solo le pido a Dios”, composição de León Gieco, de 1978, que se tornaria um hino da música engajada latino-americana. No Brasil, encontrei três pedidos de registros de versões que estão no acervo do Arquivo Nacional. Todas as solicitações são do simbólico ano de 1984.

A versão que foi aprovada, em português, praticamente, na íntegra, foi aquela traduzida por Raul Moura Ellwanger em parceria com o autor original, León Gieco, cujo trecho está como epígrafe deste capítulo. A gravação chegaria ao público, apenas, em 1986, no Long Play (LP), de Beth Carvalho, conhecida, no Brasil, como “a madrinha do samba” e admirada por grupos que se opuseram à ditadura. Em “Eu só peço a Deus”, temos um dueto bilíngue, com ninguém menos que Mercedes Sosa. Expressões fortes, também em língua portuguesa, relembavam os passados, mas também indicavam presentes e futuros, principalmente, nas segundas frases de cada estrofe, com a repetição da palavra “indiferente”: “Que a dor não me seja indiferente/ Que a injustiça não me seja indiferente/ Que a guerra não me seja indiferente/ Que a mentira não me seja indiferente/ Que o futuro não me seja indiferente” (Sian, Fundo Divisão de Cen-

sura de Diversões Públicas, requerimento...06 de julho de 1984). Se tem algo que não podemos acusar *la negra*, no período demarcado neste texto, é que ela tenha ficado indiferente às dores, às injustiças, às guerras, às disputas pela verdade e às expectativas de futuro, na América Latina, sob ditaduras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em matéria assinada por Marcia do Carmo sobre uma lista de artistas que foram monitorados pela última ditadura argentina, Mercedes Sosa está presente, ao lado de Horácio Guarany, Atahualpa Yupangui e o pianista Miguel Angel Estrella. A lista foi produzida, segundo a reportagem, entre os anos 1979-1982, e está classificada pelo que os agentes argentinos entendiam como “grau de periculosidade”. Em uma escala que vai de F1 a F4, *la negra* aparece no último degrau, como de alta periculosidade, onde estavam aquelas pessoas que, segundo os perpetradores, registravam “antecedentes ideológicos marxistas que tornam aconselhável o não ingresso ou permanência na administração pública”. E concluíram: “Não lhes proporcionem ajuda” (Carmo, 2013, n.p).

A artista “de alta periculosidade”, para os agentes argentinos, transitou muito pelo Brasil, no período da redemocratização, e reviveu algumas parcerias do período das ditaduras e dos exílios. Entre artistas brasileiros que gravaram com “a voz do continente”, estão Caetano Veloso, Gal Costa, Chico Buarque e Milton Nascimento. Em uma dessas performances, o quinteto interpretou, conjuntamente, a composição “Volver a los 17”, da cantora chilena Violeta Parra, uma das inspirações de Mercedes Sosa, de quem também gravou “Gracias a la vida”. Na letra, agradecimentos à vida que lhe deu o riso e o pranto; e ao canto de todos, que, de certa forma, era o seu próprio canto. Uma espécie de canto torto, como escreveu e interpretou Belchior na composição que citei no início deste capítulo. No entanto, embora ela também tenha gravado tangos, aqui cairia bem

melhor as milongas, zambas e chacareras ao som do tambor *leguero* de Mercedes.

O tambor *leguero* de *la negra* pausou, em 4 de outubro de 2009. Sua partida foi noticiada por inúmeros veículos da imprensa internacional. Marta Haydée Mercedes Sosa Girón era cardiopata e teve complicações devido a uma disfunção renal (Arantes; Mota, 2009, n.p). Seu corpo foi velado, na sede do Congresso Nacional Argentino. Na ocasião, a então presidente Cristina Kirchner decretou luto oficial, em todo o país. O jornal londrino *The Guardian*, além de lembrar sua militância política, destacou que “Como defensora dos direitos dos pobres, Sosa tornou-se conhecida internacionalmente” e que ela “permaneceu politicamente ativa e foi uma voz de oposição a Carlos Menem, quando ele era o presidente argentino” [She remained politically active and vocally opposed Carlos Menem when he was Argentinian presidente] (Cartwright, 2009, n.p).

Em 2025, passados pouco mais de quinze anos da morte física de Mercedes Sosa, houve uma série de homenagens à sua obra e à sua vida. Os motivos que impulsionaram tais reaparições dizem respeito a dois marcos temporais importantes. Os noventa anos do seu nascimento, em 1935, e a aparição nacional de *la negra*, no Festival Nacional de Folclore de Cosquín de 1965, lembrou Mauro Apicelle, em texto publicado no periódico argentino *La Nacion* (Apicelle, 2025, n.p). Essas datas simbólicas da biografia de *la tucumana*, acompanhadas das grandiosas homenagens que aconteceram no dia de rememoração do seu nascimento, o 9 de julho, indicam que a morte não a encontrou solitária e não antes que ela tivesse feito o que queria, como na canção de León Gieco, nos repetidos pedidos a *Diós*. Mas... sem *adiós*.

Por fim, faz-se necessário continuarmos vigilantes, com as armas da história, no sentido de que a dor cantada por Mercedes Sosa não nos deixe indiferentes, em um contexto no qual o monstro grande das ameaças fascistas continua pisando forte, tanto na Argentina quanto no Brasil, do tempo presente - nas *personas* reais

de Javier Milei e do ex-presidente Jair Bolsonaro -, com o apoio da extrema direita estadunidense, corporificado em Donald Trump. Contra as ditaduras e tudo que elas representam, há de soar, em algum lugar de Tucumán, um destemido tambor *leguero*, que encontrará, no Brasil, um indisciplinado e resistente pandeiro, enfrentando a morte, dando “gracias a la vida”, como cantou Violeta. Como gritou Mercedes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Anderson S. *Todo o leme a bombordo: marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil - da rebelião de 1964 à Anistia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

ALMEIDA, Anderson S. *...como se fosse um deles: Almirante Aragão - memórias, silêncios e ressentimentos em tempos de ditadura e democracia*. Niterói: Eduff, 2016.

ALMEIDA, Anderson S.; TAVARES, Marcelo G. *Pacto de silêncio: o golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas (2 volumes)*. Maceió: Edufal, 2024, e-book. Disponível em: <https://www.edufal.com.br/Produtos/Detalhes/514851>. Acesso em: 16 set. 2025.

ALMEIDA, Anderson S. O caçador e o menestrel: apoios, acomodações, resistências e metamorfoses em Alagoas entre o golpe e a transição. In: FAGUNDES, Pedro E.; GOMES, Paulo C.; FONTELES, Ana R.; ALMEIDA, Anderson S.; JOFILLY, Mariana (orgs.). *A ditadura fora do eixo: uma viagem pelo Brasil autoritário (1964-1985)*. Serra: Identidade Editorial, 2025, e-book.

APICELLE, Mauro. A quince años de su partida, la voz del folclore sigue siendo recordada como un emblema de la música nativa; el homenaje de Olga. *La Nación*. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/espectaculos/musica/mercedes-sosa-a-90-anos-de-su-nacimiento-la-regla-que-incumplio-jorge-cafrune-para-presentarla-en-su-nid09072025/>. Acesso em: 16 set. 2025.

ARANTES, Silvana; MOTA, Denise. Cantora Mercedes Sosa morre aos 74. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0510200920.htm>. Acesso em: 16 set. 2025.

BARRIENTOS-PARRA, Jorge D. O paradigmático caso do processo às juntas militares argentinas. *Cadernos de Direito*, Piracicaba, v. 14(26): 53-70, jan-jun. 2014. DOI <http://dx.doi.org/10.15600/2238-1228/cd.v14n26p53-70>. Acesso em: 16 set. 2025.

BRACELI, Rodolfo. *Mercedes Sosa, la negra*. Buenos Aires: Sudamerica, 2010.

CARAPINA, Isabela da S. *A voz latino-americana de Mercedes Sosa: uma análise de gênero e raça através de perspectivas decoloniais*. 2022. Monografia (Escola de Formação de Professores e Humanidades) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2022, 94f.

CARMO, Marcia. Argentina revela listas negras (sic) de artistas na ditadura. *BBC Brasil News*. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/11/131108_lista_negra_argentina_mc_1k. Acesso em: 02 set. 2025.

CARTWRIGHT, Garth. Mercedes Sosa Obituary. *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/music/2009/oct/05/mercedes-sosa-obituary>. Acesso em: 24 ago. 2025.

CATELA, Ludmila da Silva. Inimigos da nação: massacres, silêncios e ordens políticas na Argentina. In: QUADRAT, Samantha Viz e ROLLEMBERG, Denise. *História e memória das ditaduras do século XX*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 147-162.

CRENZEL, Emilio. "La investigación sobre la desaparición de personas em la Argentina. Avances y desafíos em la construcción de la verdade". In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula; GRIN, Monica (orgs.). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012, p. 227-246.

DOCUMENTOS Revelados, Ministério da Aeronáutica, resposta a pedido de busca 655, 22 set. 1978. Disponível em: https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2019/07/esv_ace_3704_82_003-ok-prisao-fernandomin-aer-inf-divers-paginas-8-38.pdf. Acesso em: 09 set. 2025.

FICO, Carlos. *Brasil e EUA durante o golpe de 1966 na Argentina* [s.d]. Disponível em: <https://gedm.ifcs.ufrj.br/upload/textos/27.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2025.

FIGUEIREDO, César. A. S. (2024). A trilogia da ditadura na obra de Fernando Gabeira: memória, trauma e reflexões acerca do exílio. *Literatura*

e *Autoritarismo*, (43), e85280. <https://doi.org/10.5902/1679849X85280>. Acesso em: 09 set. 2025.

FILHO, William H. A invasão da PUC-SP comandada por militar homenageado no governo Tarcísio. *O Globo*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/blog-do-acervo/post/2023/08/a-invasao-da-puc-sp-comandada-por-militar-homenageado-pelo-governo-tarcisio.ghtml>. Acesso em: 16 set. 2025.

FRANCO, Marina. Do terrorismo de Estado à violência estatal: problemas históricos e historiográficos no caso argentino. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 61-82.

GIECO, León. 1978. Solo le pido a Diós. Gravada por Beth Carvalho com Mercedes Sosa em 1986, versão bilíngue. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/blog/mauro-ferreira/post/2025/07/05/indiana-nomma-e-andre-pinto-siqueira-incluem-hit-de-milton-nascimento-na-sequencia-de-tributo-a-mercedes-sosa.ghtml>. Acesso em 22 ago. 2025.

GRACIAS a la vida (Violeta Parra/Compositora). Mercedes Sosa (intérprete). 5m32. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IN-Z1OfRDuE8>. Acesso em: 16 set. 2025.

MACEDO, Michelle Reis de. Mário Juruna: “o governo brasileiro tem medo de me deixar ir”. As estratégias político-jurídicas do indígena Xavante para participar do IV Tribunal Russell em 1980. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 15, n. 40, p. e0104, 2023. DOI: 10.5965/2175180315402023e0104. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180315402023e0104>. Acesso em: 9 set. 2025.

PALERMO, Vicente. La guerra de las Malvinas: memorias y olvidos em la democracia argentina. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula; GRIN, Monica (orgs.). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012, p. 247-266.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SFAIR, Janayna Toso. 2021. *A voz de Mercedes Sosa (1935-2009): aspectos musicais e extramusicais*. Monografia. Universidade Federal do Paraná (Licenciatura em Música). Curitiba, 2021, 39f.

SHOW de 1º de maio não repete Riocentro. *Tribuna da Imprensa*, 3 mai. 1983, n.p, *apud* SIAN, Fundo SNI, informação 131, APA, 17 mai. 1982. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/82024608/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_82024608_d0001de0001.pdf. Acesso em: 22 ago. 2025.

SIAN, Fundo Centro de Informações do Exterior (CIEEx), informe 634, de 27 dez. 1973. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_ie/0/0/0011/br_dfanbsb_ie_0_0_0011_d0005de0005.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

SIAN, Fundo Centro de Informações do Exterior (CIEEx), informe 603, 28 nov. 1973. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_ie/0/0/0011/br_dfanbsb_ie_0_0_0011_d0004de0005.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

SIAN, Fundo Centro de Informações do Exterior (CIEEx), informe 201, 23 abr. 1974. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_ie/0/0/0012/br_dfanbsb_ie_0_0_0012_d0004de0007.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

SIAN, Fundo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa), informe IV Comando Aéreo (Comar), informação 243, de 14 out. 1977. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_vaz/0/0/09387/br_dfanbsb_vaz_0_0_09387_d0001de0001.pdf. Acesso em: 22 ago. 2025.

SIAN, Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI), informe Ceni-mar 340, de 14 de maio de 1980. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/81015304/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_81015304_d0001de0001.pdf. Acesso em: 02 set. 2025.

SIAN, Fundo Divisão de Inteligência do Departamento da Polícia Federal, ofício 134, Corpo de Bombeiros do Paraná, 18 abr. 1980. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_zd/br_dfanbsb_zd_0/br_dfanbsb_zd_0_0/br_dfanbsb_zd_0_0_0038a/br_dfanbsb_zd_0_0_0038a_49/br_dfanbsb_zd_0_0_0038a_0049_d0001de0001.pdf. Acesso em: 02 set. 2025.

SIAN, Fundo Serviço Nacional de Informações. *Jornal Granma*, 13 de dezembro de 1981. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/82022301/br_dfanbsb_

v8_mic_gnc_aaa_82022301_an_01_d0001de0001.pdf. Acesso em: 09 set. 2025.

SIAN, Fundo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa), informe 447, 08 out. 1982. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_vaz/0/0/12120/br_dfanbsb_vaz_0_0_12120_d0001de0001.pdf. Acesso em: 09 set. 2025.

SIAN, Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI), informação 1327, 18 out. 1982. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/82028576/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_82028576_d0001de0001.pdf. Acesso em: 09 set. 2025.

SIAN, Fundo SNI, informação 131, Agência de Porto Alegre (APA), 17 mai. 1982, p.1-19. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/82024608/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_82024608_d0001de0001.pdf. Acesso em: 22 ago. 2025.

SIAN, Fundo SNI, apreciação 14, Agência de Porto Alegre (APA), 1 nov. de 1984. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ggg/84010104/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_84010104_d0001de0001.pdf. Acesso em: 22 ago. 2025.

SIAN, Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas. Requerimento do Sistema Globo de Gravações Audio Visuais LTDA/ Som Livre, de 06 de julho de 1984. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_ns/cpr/mui/lmu/21772/br_dfanbsb_ns_cpr_mui_lmu_21772_d0001de0001.pdf. Acesso em 09 set. 2024.

SILVA, Izabel Priscila Pimentel. *Os filhos rebeldes de um velho camarada: a dissidência comunista da Guanabara (1964-1969)*. 2009. Dissertação. Universidade Federal Fluminense (Programa de Pós-Graduação em História). Niterói, 2009, 337f.

SOSA, Mercedes. *Acústico na Suíça*. DVD. Produção: Televisione svizzera. Suíça, 1980 (60 min.). Agradeço à querida amiga e historiadora Irinéia Santos pelo empréstimo desse excelente material.

WOZNIAK- GIMÉNEZ, Andrea Beatriz. Ser mulher-artista-engajada: Violeta Parra, Mercedes Sosa e Elis Regina na década de 60. *Em Tempo de Histórias*, [S. l.], n. 25, 2015. DOI: 10.26512/emtempos.v0i25.14812. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/14812>. Acesso em: 16 set. 2025.

NARRATIVAS BIOGRÁFICAS, MEMÓRIA COLETIVA E HISTÓRIA ORAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA POLÍTICA DO POETA MÁRIO JORGE DE MENEZES VIEIRA

Maria Vitória Santos Fontes¹

Este texto resulta de uma reflexão desenvolvida no âmbito da pesquisa de mestrado em História, dedicada à memória política do poeta sergipano Mário Jorge de Menezes Vieira (1946-1973), militante e artista revolucionário, com sua experiência de vida marcada pela resistência ao autoritarismo da Ditadura Militar brasileira² e a presença, na vida cultural do país, no período de intenso florescimento cultural dos anos 60, principalmente, no âmbito da contracultura e da poesia marginal. O objetivo é discutir os caminhos percorridos para analisar as trajetórias de militantes inscritas, na experiência autoritária da Ditadura Militar brasileira, que se entrecruzaram com as vivências do poeta Mário Jorge, a partir da articulação entre histórias de vida e memória coletiva.

Para sustentar essa relação, entre campos epistemológicos distintos, recorreu-se à História Oral, que, conforme Alessandro Portelli (2016, p. 18), possibilita articular “três níveis distintos, mas in-

¹ Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: mmvsvfontes@gmail.com

² Optou-se pelo uso do termo “Ditadura Militar” em vez de “Ditadura Civil-Militar”, alinhando-se à interpretação de Carlos Fico (2008), que destaca a predominância das Forças Armadas, na condução do regime autoritário instaurado, em 1964. Fico argumenta que, embora civis tenham ocupado posições de poder, foram os militares que exerceram o controle efetivo do Estado, impondo práticas de repressão política, censura e controle institucional. Essa centralidade militar caracteriza o período como uma ditadura de natureza essencialmente militar, com apoio ou colaboração de setores empresariais e civis, mas não subordinada a eles.

terconectados: um fato do passado (o evento histórico), um fato do presente (a narrativa que ouvimos) e uma relação fluida e duradoura (a interação entre esses dois fatos)". Assim, por meio da reconstituição historiográfica, da análise crítica de entrevistas, realizadas com contemporâneos e familiares de Mário Jorge de Menezes Vieira, e da elaboração da memória, a partir das informações coletadas, torna-se viável produzir uma interpretação do passado mediada pela memória.

Nessa perspectiva, a memória, tanto em sua dimensão pessoal quanto coletiva, constitui um movimento contínuo de elaboração e reelaboração dos significados atribuídos aos eventos históricos, uma vez que, ao ser interrogada, suscita diferentes versões sobre um mesmo acontecimento (Portelli, 2016). O papel do historiador, nesse contexto, consiste em exercer uma escuta atenta das narrativas e proceder à verificação crítica dos fatos, participando ativamente do processo de reverberação das memórias no tempo presente. Isso porque as fontes orais não preexistem à pesquisa: elas são produzidas no próprio ato da investigação, em uma relação dinâmica, entre passado e presente.

No campo da articulação entre oralidade e grafia, no trabalho histórico, se deve privilegiar a dimensão interpretativa dos relatos, tendo em vista a natureza dinâmica das narrativas. Como observa Portelli (2016, p. 21), "a tonalidade e as ênfases do discurso oral carregam a história e a identidade dos falantes e transmitem significados que vão bem além da intenção consciente destes". Desse modo, a relação entre fontes escritas e fontes orais constitui a base do trabalho historiográfico da memória e orienta os caminhos da investigação aqui desenvolvida.

A interação entre memória e sujeito histórico constitui o núcleo central desta reflexão. Buscou-se, portanto, construir os contornos dessa relação de modo a favorecer uma escrita em que a história não se sobreponha à memória, mas dialogue com ela, em uma dinâmica de complementaridade e enriquecimento mútuo.

Nesse sentido, aproximamo-nos da definição de Maurice Halbwachs (2003) acerca do entrelaçamento entre memória individual e memória coletiva, segundo a qual a relação do indivíduo com o grupo social pode “reforçar, enfraquecer ou completar” lembranças de eventos já conhecidos, permitindo que o passado seja, continuamente, reinterpretado à luz das necessidades e preocupações do presente. Como afirma o autor:

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. (Halbwachs, 2003, p. 30).

Dessa forma, o coletivo abrange e ressignifica as experiências particulares, fazendo com que, no presente, evoquemos situações do passado que nem sempre estavam plenamente conscientes. A memória coletiva, nesse sentido, é composta pelas interações e relações sociais que nos conectam ao grupo ao qual pertencemos. As lembranças, portanto, não se restringem a vivências individuais isoladas, mas são moldadas e, constantemente, reelaboradas, no convívio com os outros, sendo reforçadas, nuançadas ou transformadas pelas perspectivas compartilhadas, no interior do coletivo.

A concepção de história de vida, no âmbito do debate historiográfico, aproxima-se da noção de biografia, ainda que se distinga dela, em termos metodológicos. Ambas partilham a dimensão narrativa centrada no relato das experiências de um indivíduo, mas a história de vida privilegia a compreensão do sujeito, em sua relação com o coletivo, articulando memória, identidade e historicidade. Essa perspectiva reforça o papel do tempo como elemento estruturante, pois o que transforma uma trajetória individual, em “histó-

ria”, é justamente a possibilidade de historicizar o sujeito, situando-o, em contextos e temporalidades mais amplos (Prost, 2024, p. 106).

A história de vida deve ser lida não apenas como uma história pessoal, pois está sempre associada às relações sociais e ao contexto estrutural em que a pessoa está inserida. Para compor a “superfície social”, na qual o indivíduo faz parte, chamamos o passado para reconstituir sua trajetória no presente, criando espaço para as lembranças provenientes da memória coletiva e ampliando a dimensão política da memória, os demais segmentos sociais encontram espaço para apresentar suas versões, na contrapartida das hegemonias, “pois o passado revela não somente o que ocorreu, mas que o passado é construído, em grande medida, pelos atores sociais em luta no presente sendo modelado através de formas de erosão, esquecimento e de invenções seletivas.” (Sá, 2005, p. 24).

Nesse sentido, a análise permitiu relacionar as experiências singulares de sujeitos históricos – como a do poeta Mário Jorge de Menezes Vieira – às dinâmicas coletivas que conformam a memória. O cruzamento entre narrativas individuais e memórias compartilhadas, quando interpretado, no interior de um processo histórico mais amplo, possibilita compreender de que maneira trajetórias pessoais se tornam também espaços de produção de sentidos sobre o passado.

O processo de análise da trajetória política de Mário Jorge de Menezes Vieira nos permitiu evidenciar como a memória familiar funciona como espaço de resistência frente às práticas autoritárias da Ditadura Militar. A interação entre história de vida e memória coletiva mostra que os impactos da repressão política não se restringem ao indivíduo, mas se estendem ao âmbito afetivo e social da família, configurando uma experiência compartilhada que consolida vínculos e solidariedade.

A perspectiva da história de vida indica que a construção da memória não se limita à narrativa biográfica tradicional; ela envolve subjetividade, afetividade e uma dimensão relacional, na qual

os significados do passado são continuamente negociados, entre o sujeito e seu contexto social (Alberti, 2004). Nesse sentido, o afeto familiar, expresso por práticas, linguagens e formas de interação, atua como uma estratégia de resistência simbólica, permitindo a preservação da identidade e da humanidade do sujeito, diante das tentativas de despersonalização e repressão do regime.

O campo da História Cultural contribuiu para a compreensão desses processos, ao interpretar a cultura familiar como um sistema de significações que confere sentido às práticas e experiências dos sujeitos (Rioux & Sirinelli, 1998). Assim, a memória afetiva, articulada à memória coletiva, não apenas registra os eventos históricos, mas também produz sentidos e estratégias de resistência, desafiando os silêncios institucionais e oferecendo uma dimensão política à experiência familiar.

Ao aprofundar a análise da história de vida, observa-se, conforme José Carlos Sebe Bom Meihy (2005, p. 147), que surge a necessidade de compreender os “aspectos íntimos e pessoais” da coletividade. Essa atenção às dimensões subjetivas dos indivíduos configurou uma alternativa às fontes históricas tradicionais, alternativa que encontrou seu principal expoente na História Oral. A valorização das impressões e sensibilidades, na experiência dos sujeitos, confere à história oral de vida um caráter “revolucionário”, ao considerar esferas da vida privada anteriormente negligenciadas ou consideradas arriscadas para investigação científica. Para tanto, é fundamental identificar os “contextos vivenciais subjetivos” dos indivíduos, situando-os no centro da pesquisa (Meihy, 2005, p. 149).

No caso de sujeitos já falecidos, como o poeta Mário Jorge de Menezes Vieira, a pesquisa pode recorrer à narrativa biográfica, uma variação da história oral de vida. Essa abordagem busca o alinhamento dos fatos cronológicos e factuais, sem se restringir ao sentido moral ou contemplativo da experiência pessoal (Meihy, 2005, p. 150). Nesse processo, o pesquisador atua como interlocutor ativo, utilizando recursos auxiliares, tais como informações forneci-

das por terceiros, documentos, artigos de imprensa e fotografias, de modo a reconstruir, de forma mais completa, a trajetória do sujeito.

A narrativa biográfica revela que a investigação da trajetória de Mário Jorge de Menezes Vieira depende de estímulos externos, como documentos, imagens e informações de terceiros, para ativar memórias marcadas por silêncios ou experiências traumáticas (Alberti, 2004). Esses silêncios, longe de indicar falhas, constituem elementos centrais da memória afetiva e política, refletindo a seletividade e a construção subjetiva do passado.

Na compreensão do sentido narrativo e sua delimitação, no tempo e espaço, os juízos morais e políticos, na “interpretação prática do passado”, podem ser considerados por quem a produz, no presente. As teorias que propõem neutralidade e universalidade da história não abarcam as condições sociais de criação e organização do texto, bem como a interação com o público a qual será destinado e, essas, são características fundamentais, para compreender as dimensões históricas, em nossa sociedade.

A construção narrativa, no trabalho completo da dissertação, consistiu na comunicação ao público leitor das experiências vividas e evocadas, através das fontes escritas e orais, provenientes da memória, na reconstituição da trajetória. No processo de produção, é pertinente nos atentarmos às colocações e deslocamentos da trajetória no espaço social que, de acordo com Bourdieu (2006, p. 190), são movimentos biográficos essenciais para observarmos o sentido das mudanças que ocorrem, na vida social do sujeito.

A memória, como campo de embates simbólicos, articula dimensões individuais e coletivas, e, no contexto das ditaduras latino-americanas, segundo Jelin (2002), opera tanto como forma de resistência quanto como instrumento de reivindicação por justiça e reparação histórica. As atribuições da memória coletiva, nos permitem construir uma noção sobre os usos políticos da memória, no desenvolvimento desta pesquisa, afinal, as demandas do tempo que perpassam, desde o fim do período ditatorial, a redemocratização e

consolidação do regime democrático estão, profundamente, associadas à abordagem política do seu passado. A experiência histórica da Ditadura Militar no Brasil não foi unilateral, ainda que os aparelhos da repressão estabelecessem, na prática, um direcionamento ideológico violento e autoritário (Fico, 2014).

A escuta das memórias que circundam a atuação de Mário Jorge permite observar, nas narrativas, não apenas o conteúdo informativo dos relatos, mas também as marcas afetivas, os silêncios e os enquadramentos políticos com que esses sujeitos atualizam o passado. Nesse processo, Bosi (1987) compreende o entrevistador como parte ativa da produção de sentido, um canal de transmissão das lembranças e também um sujeito inserido no campo de disputas simbólicas que envolvem o ato de lembrar.

No contexto da repressão política da Ditadura Militar, a rememoração de eventos como prisões e perseguições permite situar experiências individuais, dentro de temporalidades históricas mais amplas, articulando vivências pessoais às dinâmicas coletivas e ao aparato repressivo do Estado. Ao mesmo tempo, aspectos afetivos, como lembranças de traços de personalidade, humor ou intimidade revelam o papel da memória na busca pela identidade do sujeito histórico, funcionando, também, como estratégia simbólica de resistência diante da violência política.

No entanto, a fragilidade da narrativa biográfica emerge, justamente, da disposição das fontes, sejam elas escritas ou orais. Nesse contexto, o trabalho do historiador exige perseverança, diante das limitações e lacunas apresentadas pelos documentos e depoimentos, bem como pelos arquivos pessoais, quando disponíveis. A capacidade de articular criativamente fatos e lembranças constitui um elemento central da escrita historiográfica, permitindo preencher elos ausentes e interpretar o passado de forma crítica. Como ressalta Marc Bloch (2001, p. 80), “a crítica histórica nunca nos poderá dispensar de interpretar. Mais ainda: de inventar, se o caso for, com espírito de conjectura, os elos que faltam.” Essa perspectiva reforça

a ideia de que a construção histórica é sempre um equilíbrio, entre evidência e interpretação, entre memória individual, memória coletiva e análise crítica.

Apesar das fragilidades inerentes às fontes biográficas, sejam elas orais ou escritas, é possível identificar padrões de memória coletiva que se manifestam em experiências compartilhadas de grupos históricos. Ao analisarmos a chamada “Geração 68”, mencionada pelos entrevistados, durante a pesquisa, por exemplo, percebemos que essa ilustra de que forma trajetórias individuais se entrelaçam a processos coletivos de mobilização política, evidenciando que, mesmo diante de lacunas documentais, a memória pode revelar estruturas de pertencimento, identidade e ação coletiva.

A “Geração 68” exemplifica como categorias de pertencimento coletivo ultrapassam critérios, meramente, cronológicos, ancorando-se em experiências sociais e políticas compartilhadas. A experiência da mobilização estudantil secundarista, na União Sergipana dos Estudantes Secundaristas (USES), e a repressão do Estado ditatorial, na vida de Mário Jorge de Menezes Vieira, quando sofre transferência ex-ofício do Colégio Estadual de Sergipe, por “desarmonia ideológica” em 1964³ e, posteriormente, quando é preso um mês após o decreto do Ato Institucional nº5 em 1968⁴, configuram eventos formativos comuns que estruturam identidades geracionais, como observa Sirinelli (1998, p. 264).

Nesse sentido, a memória coletiva não se limita à recordação de fatos, mas constitui uma afirmação de identidade histórica e polí-

³ Fonte: SERGIPE. Colégio Estadual de Sergipe. *Portaria nº37/1964*. [Conteúdo: Afastamento definitivo do Colégio Estadual de Sergipe e transferência *ex-ofício* do estudante Mário Jorge de Menezes Vieira]. Aracaju: Centro de Memória do Atheneu Sergipense, 1964. Disponível em: Acervo do Centro de Excelência Atheneu Sergipense. Acesso em: 23 maio 2024.

⁴ Fonte: SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. *Ficha Individual de Mário Jorge de Menezes Vieira*. Brasília: Arquivo Nacional, 1969. Fundo Conselho de Segurança Nacional. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

tica. As narrativas que abordam a trajetória política de Mário Jorge não só interagem, como também disputam entre si nos diferentes tempos históricos, principalmente, quando a temática é a sua atuação no PCB (Dantas, 2014).

A articulação, entre experiências pessoais e processos históricos mais amplos, permite compreender como vivências individuais se conectam a redes coletivas de engajamento político. A repressão e a reorganização da militância estudantil, por exemplo, foram observadas por meio da memória coletiva, que integra aspectos afetivos, simbólicos e territoriais, evidenciando gestos de insurgência urbana e práticas de resistência concretas, como ações de ocupação simbólica da cidade. Tais práticas ilustram como a memória de militância política manifesta-se de maneira plural, indo da experiência do cárcere à ação performativa, e como essa multiplicidade contribui para a construção de identidades coletivas e do *ethos* político da juventude militante (Passerini, 1990; Bosi, 1987).

A análise teórica da memória, nesse contexto, demonstra que a reconstrução de eventos históricos não se limita à narrativa factual, mas envolve a reativação de silêncios, lacunas e repetições presentes, nos relatos de experiência. A memória de longa duração, articulada entre indivíduos e grupos, permite projetar o coletivo como ator histórico, consolidando a ideia de geração como força de mobilização política e como forma de resistência simbólica e identitária frente às estratégias de repressão do regime.

A partir dessa perspectiva, compreende-se que a memória não se restringe a um arquivo pessoal de recordações, mas constitui uma construção dinâmica e compartilhada, capaz de revelar a trajetória e a identidade dos sujeitos, em relação ao lugar que ocupam na sociedade e às narrativas coletivas que os envolvem. Como observa Maurice Halbwachs (2003, p. 69), “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”, estando essas memórias sujeitas à passagem do tempo, às transformações dos espaços sociais e às mudanças nas relações interpessoais.

Embora a obra clássica de Halbwachs seja fundamental para a compreensão da memória como fenômeno social, ela apresenta limitações que foram, posteriormente, aprofundadas por estudiosos das humanidades. Sua ênfase na dimensão sociológica da memória, por vezes, desconsiderando aspectos subjetivos e psicológicos do ato de lembrar, é objeto de crítica por parte de Paul Ricoeur (2007), que ressalta a necessidade de integrar as dimensões individuais e emocionais às análises da memória. As experiências pessoais, embora moldadas pelo contexto social, mantêm autonomia e singularidade, ampliando a compreensão do entrelaçamento entre memória individual e coletiva.

Nessa concepção, a maioria dos registros analisados nesta seção, revela o predomínio da memória afetiva sobre Mário Jorge Menezes Vieira, sobretudo, na forma como os relatos construíram lembranças sobre sua convivência e traços de personalidade. Para além das entrevistas realizadas na pesquisa, outras fontes de memória contribuíram para compreender sua trajetória, como os relatos de pessoas próximas que atuaram como guardiãs do seu legado, incluindo a jornalista, ativista cultural sergipana e amiga pessoal Ilma Mendes Fontes (1947-2021), sua mãe Ivone Menezes Vieira (1925-2004) e sua irmã, a deputada estadual de Sergipe, entre 2004 e 2019, militante pela educação pública, Ana Lúcia Menezes Vieira (1949-). Essas figuras destacam-se por preservar lembranças que atravessam a experiência pessoal, familiar e cultural, evidenciando o papel das memórias íntimas, entendidas como o registro de experiências cotidianas, afetivas e relacionais, na constituição da história do poeta (Jelin, 2002).

A memória íntima permite compreender como o indivíduo se torna sujeito histórico, na medida em que a evocação da infância, das relações de afeto e das experiências compartilhadas não apenas humaniza o sujeito, mas também constrói significados que transcendem o âmbito individual. Esses registros afetivos funcionam como mecanismo de construção de identidade e de resistência simbólica

frente às pressões políticas e culturais da época, mostrando que a dimensão familiar e emocional é inseparável da dimensão histórica.

A repetição do vínculo afetivo e a intensidade da convivência configuram uma responsabilidade não apenas testemunhal, mas curatorial, na qual a memória de Mário Jorge é, continuamente, ressignificada e transmitida. Essa função se insere no que Ricoeur (2007) denomina “dever de memória”, em que a preservação do passado se constitui como um imperativo ético, diante de tentativas de silenciamento e apagamento histórico impostas por regimes autoritários. Trata-se de uma memória que não apenas registra fatos, mas atua, ativamente, na construção e manutenção da identidade cultural e política de um sujeito histórico, reafirmando seu legado e consolidando a memória coletiva, como instrumento de resistência simbólica e histórica.

Contudo, como alerta Pierre Nora (1993), os processos de memória não são neutros; estão atravessados por relações de poder que estabelecem hierarquias entre lembranças legitimadas e aquelas relegadas ao esquecimento. Nesse contexto, a memória de Mário Jorge, ao ser resgatada e analisada, não se limita à preservação de recordações individuais, mas reivindica a permanência simbólica de um sujeito marginalizado na história oficial. Trata-se de um esforço de construção histórica em que a memória coletiva se torna instrumento de resistência, garantindo que experiências, historicamente, apagadas permaneçam visíveis e relevantes.

Nesse sentido, Pollak (1989) contribui, ao destacar que memórias decorrentes de experiências traumáticas, como prisões, torturas e perseguições políticas, tendem a ser silenciadas ou excluídas da narrativa oficial, especialmente, quando pertencentes a grupos sociais marginalizados. Essas “memórias subterrâneas” desafiam os cânones da história institucional, exigindo abordagens analíticas que reconheçam não apenas os vestígios dos traumas, mas também as estratégias de resistência e de preservação cultural mobilizadas para sua transmissão. A integração dessas memórias ao campo

historiográfico amplia a compreensão sobre os mecanismos de dominação e contestação, ressaltando como sujeitos, historicamente, marginalizados podem permanecer ativos, na produção de sentidos e na construção de identidades coletivas.

A identidade, nessa trama, revela-se inseparável da memória. Conforme Halbwachs (2003), sua construção é social e relacional, estruturada por quadros de referência coletivos que conferem sentido às experiências individuais. A memória coletiva, portanto, constitui o espaço no qual se elaboram significações compartilhadas sobre o passado e se consolidam formas de pertencimento. Nesse processo, a memória não é apenas registro do vivido, mas instrumento ativo, na manutenção de vínculos sociais e na construção de narrativas de resistência.

Complementando essa perspectiva, Joel Candau (2011) propõe uma concepção dinâmica da memória, compreendendo-a como um processo, em constante negociação entre o individual e o coletivo. Essa abordagem evidencia que a memória funciona como território de disputa e transformação, no qual se forjam identidades híbridas, especialmente, em contextos de repressão e silenciamento, como os vividos durante e após a ditadura militar, e se delineia o espaço no qual sujeitos históricos, como o poeta Mário Jorge, se configuram também como agentes culturais e políticos.

Nesse contexto, o conceito de artista revolucionário, desenvolvido por Marcelo Ridenti (2014), oferece uma chave analítica para compreender sujeitos que articulam engajamento político e produção cultural, como dimensões indissociáveis de sua ação. Para Ridenti, o artista revolucionário não se limita a uma função estética ou meramente simbólica, mas atua como agente transformador, cuja obra e prática cotidiana incorporam a militância, a crítica social e a insurgência cultural. Por outro lado, Napolitano (2020) argumenta que essa hierarquização da resistência contribuiu para a invisibilização de sujeitos cuja crítica ao regime se dava por meio da linguagem poética, da subjetividade ou da ironia cultural – formas consideradas “menos relevantes”, no campo da luta política.

A atuação de Mário Jorge revela-se não apenas como produção estética, mas também como participação, em circuitos de resistência cultural e política. Sua inserção no PCB, nos primeiros anos pós-Golpe de 64, posteriormente a expressão artística, por meio da contracultura, entendida como campo de contestação aos valores hegemônicos e às normas sociais vigentes (Napolitano, 2023), e da poesia marginal, que problematiza as formas convencionais de expressão literária e propõe novos sentidos para a experiência cotidiana (Pereira, 1993) exemplificam a materialização prática do artista revolucionário.

Essa articulação entre arte e política evidencia como a prática cultural pode se tornar um instrumento de construção de memória coletiva, reforçando identidades híbridas. Nesse sentido, a trajetória de Mário Jorge de Menezes Vieira exemplifica como experiências vividas, práticas culturais e memória se cruzam, consolidando uma dimensão de militância cultural que vai além do registro factual e do testemunho individual.

Nessa linha, as entrevistas realizadas revelam percepções contrastantes sobre a militância de Mário Jorge e os significados atribuídos à sua memória, nos dias atuais, permitindo o exame crítico das condições que afetam o reconhecimento de determinados sujeitos históricos, no campo da memória política. Como argumenta Ricoeur (2007), a memória é sempre marcada pela seletividade, e sua transmissão é atravessada por mediações afetivas, ideológicas e institucionais.

Desse modo, a análise da memória deve ir além da simples oposição entre lembrança e esquecimento, reconhecendo seu caráter hermenêutico e narrativo. Como observa Mudrovcic (1996, p. 92), “recordar o passado não é a mesma coisa que compreendê-lo historicamente”, e é, precisamente, nessa distinção que se revela a complexidade do trabalho historiográfico. A memória, ao ser narrada, não se limita a um registro factual, mas inscreve-se em um campo interpretativo em que subjetividade, afeto e compromisso político

se articulam com o rigor metodológico. Nesse sentido, a construção da memória coletiva e individual torna-se, simultaneamente, um ato de preservação do passado e de produção de sentido, destacando a relevância das experiências vividas como instrumentos de resistência simbólica e de consolidação de identidades históricas.

Nesse processo, o historiador não atua apenas como intérprete do passado, mas também como mediador das memórias que nele persistem. Ricoeur (2007) sugere que a escrita histórica funciona como uma “protetora” da memória, permitindo que esta resista ao esquecimento e às tentativas de silenciamento. De forma complementar, José Carlos Reis (2010) ressalta que a história, embora se apoie em fontes e vestígios para validar os relatos, não pode prescindir da memória como matéria-prima do conhecimento histórico. Dessa maneira, ao incorporar narrativas de vida, lembranças afetivas e testemunhos de resistência, a historiografia não apenas ilumina as múltiplas camadas da experiência humana, mas também reinsere sujeitos, no debate público e acadêmico, fortalecendo o caráter político e ético da memória como instrumento de compreensão histórica.

A análise das entrevistas realizadas e dos depoimentos coletados, especialmente aqueles prestados por pessoas próximas a Mário Jorge, revela como as memórias íntimas e políticas são centrais, na reconstrução das trajetórias individuais e coletivas de resistência à ditadura civil-militar. Através das vozes de seus companheiros e, sobretudo, das mulheres que guardaram e ressignificaram sua história, evidencia-se como a memória opera não apenas como lembrança, mas como ação cultural e política.

Este texto evidenciou que a memória, tanto individual quanto coletiva, é um instrumento crucial para a reconstrução histórica e para a compreensão das trajetórias de resistência à ditadura civil-militar no Brasil. Ao longo da análise, demonstrou-se que a memória não se reduz a um simples registro de acontecimentos, mas se configura como um processo hermenêutico, narrativo e político,

no qual subjetividade, afeto e engajamento social interagem com o rigor historiográfico. A abordagem das narrativas de vida e das lembranças afetivas de pessoas próximas a Mário Jorge revelou que a memória funciona, simultaneamente, como preservação do passado e produção de sentido, permitindo a reinscrição de sujeitos marginalizados, no debate histórico e cultural.

A articulação entre memória, história oral e narrativas biográficas mostrou-se fundamental, para compreender como experiências individuais — atravessadas por contextos de repressão e trauma — dialogam com a memória coletiva, construindo identidades históricas e formas de pertencimento social. Nesse processo, as mulheres próximas a Mário Jorge assumem papel central como guardiãs do legado afetivo, cultural e político do poeta, ressignificando sua trajetória e garantindo a transmissão de sua memória para além do espaço familiar.

O conceito de artista revolucionário forneceu um marco teórico para compreender a dimensão política da prática artística de Mário Jorge. Essa perspectiva revelou que sua produção estética e cultural não se limitou a expressões individuais, mas funcionou como estratégia de resistência, construção de memória e formação de identidades híbridas, capazes de dialogar com os desafios impostos pelo autoritarismo.

O artigo reforça a importância de reconhecer a memória como matéria-prima do conhecimento histórico, destacando que o historiador atua não apenas como intérprete, mas como mediador das memórias que sobrevivem às tentativas de silenciamento. Nesse sentido, a historiografia se torna uma prática ética e política, contribuindo para a preservação do legado cultural e para a valorização de histórias de vida, reafirmando a relevância da memória como instrumento de resistência, de produção de sentido e de consolidação da história coletiva.

A marca dos 60 anos do golpe de 1964, no Brasil, em 2024, evidencia a urgência de atenção crítica ao apagamento do passado

autoritário da ditadura militar. As arbitrariedades do Estado e as violações de direitos humanos reverberam, até hoje, tornando complexa a análise das trajetórias políticas, a partir da memória coletiva e individual.

Por fim, a reflexão sobre a memória no tempo presente revela-se essencial para fortalecer bases de resistência política, especialmente, diante do avanço de movimentos de extrema-direita, no país, desde 2018 (Gherman, 2023), que defendem a intervenção militar e ameaçam instituições democráticas. Ignorar ou distorcer o passado autoritário, desconsiderando experiências de resistência e fragilizando a institucionalização da memória, compromete a compreensão crítica da história e a reflexão sobre os rumos da democracia (Sá, 2024).

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, V. *Manual de história oral*. 2a edição revista e atualizada. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 2a ed. São Paulo: T. A Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

CANDAU, J. *Memória e identidade*. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011, 219p.

DANTAS, J. *A Tutela Militar em Sergipe: 1964-1984 (partidos e eleições num Estado autoritário)*. 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

FICO, C. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FICO, C. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GHERMAN, M. Bolsonarismo e a extrema direita no Brasil: uma reflexão sobre origens e destinos. In: PAULA, Marilene de; VITAL, Christina (org.). *Religião, democracia e a extrema direita* [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2023. p. 58-65. PDF. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2023/07/18/bolsonarismo-e-extrema-direita-no-brasil-uma-reflexao-sobre-origens-e-destinos>. Acesso em: 08 dez. 2024.

HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003. Tradução de Beatriz Sidou.

JELIN, E. *Los trabajos de la Memoria*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, S.A, 2002.

MEIHY, J. *Manual de História Oral*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MUDROVICIC, M. Algunas consideraciones epistemológicas para una "historia del presente". Madrid: *Hispania Nova*, 1998-2000. p. 1-7. Disponível em: <http://hispanianova.rediris.es/general/articulo/013/art013.htm>. Acesso em: 6 maio 2024.

NAPOLITANO, M. *Cultura Brasileira: Utopia e Massificação (1950-1980): cultura de massa e cultura de elite, movimentos de vanguarda, arte e política*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

NAPOLITANO, M. *Juventude e Contracultura*. São Paulo: Contexto, 2023. 176 p.

NORA, P. "Entre memória e História: a problemática dos lugares". Tradução: Yara Aun Houry. In: *Projeto História*. v. 10. São Paulo: PUC, 1993. p. 07-28

PAES, Maria Helena Simões. *A Década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. São Paulo: Editora Ática S.A, 1992.

PEREIRA, C.. Poesia Marginal: Literatura e Cultura nos anos 1970. In: *Em Busca do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento e Silêncio. In: *Estudos Históricos: Memória*, v. 2, n. 3. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

PORTELLI, A. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. Tradução de Ricardo Santhiago.

PRADO, T. *Utopia Política, vanguarda e ritual: linguagem e temporalidade na poesia de Mário Jorge*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008. 176p.

REGINATO, A.; REIS, G. (org.). *Comissão Estadual da Verdade "Paulo Barbosa de Araújo" Sergipe: relatório final*. Aracaju: Edise, 2020. 426 p. E-book [PDF].

RIBEIRO, E. F.; VASCONCELOS, S. M. F. A entrevista de narrativa de vida: uma abordagem que revela um gênero. *Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 9, n. 4, 2020, p. 209-224.

RIDENTI, M. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era TV*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

RIOUX, J.; SIRINELLI, J. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Tradução de Ana Moura.

RISÉRIO, A. Duas ou três coisas sobre a contracultura no Brasil. In: ITAÚ CULTURAL. *Anos 70: trajetórias*. São Paulo: Itaú Cultural, 2005.

RODRIGUES, S. *Com a palavra, os alunos: associativismo discente no grêmio literário Clodomir Silva*. 2015. 337 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015. p. 56.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. 60 anos do Golpe de 1964: em defesa da memória e da democracia no Brasil. *Revista Paulo Freire*, Aracaju, n. 47, p. 8-11, maio 2024. Disponível em: https://sintese.org.br/download/revista-paulo-freire_47/. Acesso em: 08 dez. 2024.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. *Combates entre História e Memória*. São Cristóvão: UFS, 2005.

SANTOS, G. (GilFrancisco). *Agremiações culturais de jovens intelectuais na imprensa estudantil: grêmio Clodomir Silva & mensagem dos novos de Sergipe*. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – Edise, 2019.

Formato: 15cm x 21cm
Tipologia: Aleo
Papel miolo: Pólen. 80g/m2
Tiragem: 100 exemplares

INTERCÂMBIOS HISTORIOGRÁFICOS BRASIL/ARGENTINA:
SÉCULOS XIX-XXI

Organizadores

Antônio Fernando de Araújo Sá

Agostina Razzetti Koller

ISBN

978-85-8413-705-3 (digital)

978-85-8413-706-0 (impresso)

doi.org/10.62665/cried-978-85-8413-705-3

CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes

Christina Bielinski Ramalho

Fábio Alves dos Santos

Gilvan Rodrigues dos Santos

Jodeylson Islony de Lima Sobrinho

Jorge Carvalho do Nascimento

José Afonso do Nascimento

José Eduardo Franco

José Rodorval Ramalho

Justino Alves Lima

Luiz Eduardo Oliveira

Martin Hadsell do Nascimento

Rita de Cácia Santos Souza

